



LUCAS DOS SANTOS TINTI

Resistência camponesa e expansão do Complexo Celulose Papel no Vale do Paraíba Paulista

SÃO PAULO

2017

LUCAS DOS SANTOS TINTI

Resistência camponesa e expansão do Complexo Celulose Papel no Vale do Paraíba Paulista

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, Capitalismo e Tecnologias”.

Orientador: Antonio Thomaz Junior

SÃO PAULO

2017

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca  
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Tinti, Lucas dos Santos.

T593 Resistência camponesa e expansão do Complexo Celulose Papel no Vale do Paraíba Paulista / Lucas dos Santos Tinti. – São Paulo, 2017.

214 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Antonio Thomaz Junior.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), São Paulo, 2017.

1. Geografia rural. 2. Brasil – Desenvolvimento rural. 3. Comunidades agrícolas – Vale do Paraíba (SP e RJ). 4. Reforma agrária – Brasil. 5. Posse da terra – São Paulo (Estado). 6. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. 7. Assentamento Nova Esperança (São José dos Campos, SP). 8. Assentamento Olga Benário (Tremembé, SP). I. Título.

CDD 301.35098161

LUCAS DOS SANTOS TINTI

Resistência camponesa e expansão do Complexo Celulose Papel no Vale do Paraíba Paulista

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, Capitalismo e Tecnologias”.

Orientador: Antonio Thomaz Junior.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior (Departamento de Geografia/FCT/UNBESP/Presidente Prudente)

---

Prof. Dra. Ana Terra Reis (Pós-Doutoranda FCT/UNESP/Presidente Presidente; Bolsista Pós-Doc/FAPESP/Projeto Temático (Processo: 2012/23959-9))

---

Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano (Pesquisador do CEGeT/Departamento de Geografia/FCT/UNESP/Presidente Prudente)

São Paulo, 28 de agosto de 2017.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPq pela bolsa recebida no âmbito do Projeto Residência Agrária (2014/2015).

Primeiramente...Fora Temer. Diretas Já!

Aos meus pais, pela maior formação que um ser humano pode ter e que não se encontra em nenhum livro. Pela paciência com as ausências também. À minha irmã, pela amizade e companheirismo.

À UNESP e todos/as os/as professores/as do Programa TerritoriAL, por exercerem o verdadeiro papel de uma universidade pública ao contribuírem com a construção do conhecimento científico *com* o povo camponês e não *para* ele.

À ENFF por existir. Por ser o que é. Por ser essa verdadeira universidade pública, popular, da classe trabalhadora do Brasil e do Mundo. Por ter papel fundamental na construção e manutenção desse Programa. Quem venham muitos anos mais de vida e de formação e educação.

Aos/as colegas e companheiro/as da Turma Manuela Sáenz, pelo conhecimento compartilhado, pelas experiências de vida, pelo compartilhamento das alegrias e das angústias que envolvem o processo de construção de uma dissertação.

Ao professor Thomaz, pelos ensinamentos e disposição para a construção desse trabalho. Obrigado.

Ao PROINTER, de todas as gerações, por todo conjunto de lições, aprendizados e experiências que me proporcionou. Uma grande honra, privilégio e responsabilidade trabalhar ao lado de vocês. Poucas pessoas podem dizer que são felizes com o que fazem, eu sou uma delas. E, não menos importante, também a compreensão e apoio à realização dessa pesquisa.

Aos companheiros do MST no Vale do Paraíba e a todas as famílias assentadas das áreas de Reforma Agrária da região. Que este estudo possa contribuir e visibilizar a luta diária de vocês.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Um dos movimentos mais incríveis e necessários que passou por este planeta. E que se materializa no conjunto de companheiros e companheiras incansáveis, trabalhando dia e noite para a construção de um Brasil um mundo melhor.

À Renata, por continuar escolhendo todo dia ser minha companheira. Por me apoiar (por saber muito bem o que é isso), compreender e sempre se dispor a me ajudar com a construção dessa dissertação. Você me ajudou muito mais imagina Vida.

À classe trabalhadora, do campo e da cidade.

## RESUMO

O presente trabalho busca compreender o processo de resistência camponesa à presença e métodos utilizados pelo agronegócio através do Complexo Celulose Papel (CCP) no Vale do Paraíba Paulista (VPP), evidenciando o conflito territorial existente entre o campesinato e o agronegócio na região. Para lograr o objetivo proposto apresentamos como ponto de partida o debate a respeito da disputa de diferentes modelos de desenvolvimento para o campo, geradores de conflitos ao longo da história. Estes estão materializados pelo agronegócio, modelo hegemônico vinculado ao modo de produção capitalista, e pela(s) agricultura(s) camponesa(s), modelo alternativo e de resistência ao agronegócio, no qual o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) emerge com um dos principais representantes. Na sequência, nos debruçamos sobre a constituição e especificidades desses dois modelos de desenvolvimento para o campo na região do VPP, na qual o CCP é o principal expoente do agronegócio e a luta pela terra do MST, a principal resistência camponesa. Aqui, é dedicado um olhar mais acurado aos assentamentos de reforma agrária Nova Esperança, no município de São José dos Campos, e Olga Benário, no município de Tremembé. À sequência, voltamos atenção à atual resistência camponesa protagonizada pelo MST na região do VPP, materializada na formulação do Programa de Reforma Agrária Popular (RAP). Procuramos identificar quais ações ligadas a tal formulação vêm sendo construídas na região e quais os desafios que vêm sendo impostos para o seu avanço enquanto alternativa de um novo modelo de desenvolvimento que nega o agronegócio. Entre os principais elementos a serem trabalhados a respeito do avanço da RAP na região está a produção de Sistemas Agroflorestais (SAFs). Por fim, trazemos elementos contemporâneos a respeito da continuidade da resistência camponesa dentro do contexto do golpe jurídico-midiático-parlamentar e as respostas aos desafios colocados por este para a continuidade da construção da RAP, identificando assim que esta não apenas é necessária como vem avançando rumo a construção de um outro modelo de desenvolvimento para o campo. Além da revisão bibliográfica foram realizadas entrevistas com camponeses dos assentamentos Nova Esperança, Olga Benário e lideranças do MST na região.

Palavras-chave: Agricultura Camponesa. Agronegócio. Luta pela terra. Complexo Celulose Papel. Eucalipto. Resistência Camponesa. Reforma Agrária Popular. Vale do Paraíba Paulista.

## ABSTRACT

The present work seeks to understand the process of peasant resistance to the presence and methods used by agribusiness through the Pulp and Paper Complex (CCP) in the Paraíba Paulista Valley (VPP), evidencing the territorial conflict between the peasantry and agribusiness in the region. In order to achieve the proposed objective, we present as a starting point the debate about the dispute of different models of development for the field, generators of conflicts throughout history. These are materialized by agribusiness, a hegemonic model linked to the capitalist mode of production, and peasant(s) agriculture(s), an alternative model and of resistance to agribusiness, in which the Landless Rural Workers Movement (MST) emerges with one of the main representatives. Following, we focus on the constitution and specificities of these two models of development for the countryside in the VPP region, in which the CCP is the main exponent of agribusiness and the struggle for land of the MST, the main peasant resistance. Here, a more accurate look is dedicated to the settlements of agrarian reform Nova Esperança, in the municipality of São José dos Campos, and Olga Benário, in the municipality of Tremembé. In the sequence, we return to the current peasant resistance carried out by the MST in the region of the VPP, materialized in the formulation of the Program of Popular Agrarian Reform (RAP). We seek to identify what actions are associated with this formulation in the region and what challenges have been imposed for its progress as an alternative to a new development model that denies agribusiness. Among the main elements to be worked on the progress of RAP in the region is the production of Agroforestry Systems (SAFs). Finally, we bring contemporary elements on the continuity of peasant resistance within the context of the legal-media-parliamentary coup and the answers to the challenges posed by it for the continuity of the construction of the RAP, thus identifying that this is not only necessary but also has been advancing towards the construction of another development model for the field. In addition to the bibliographic review, interviews were carried out with peasants from the settlements of Nova Esperança, Olga Benário and MST leaders in the region.

Keywords: Peasant Agriculture. Agribusiness. Fight for land. Pulp Paper Complex. Eucalyptus. Peasant Resistance. Popular Agrarian Reform. Paraíba Paulista Valley.

## RESUMEN

El presente trabajo busca comprender el proceso de resistencia campesina a la presencia y métodos utilizados por el agronegocio a través del Complejo Celulosa y Papel (CCP) en el Valle del Paraíba Paulista (VPP), evidenciando el conflicto territorial entre campesinado y agronegocios en la región. Para lograr el objetivo propuesto, presentamos como punto de partida el debate sobre la disputa de diferentes modelos de desarrollo para el campo, generadores de conflictos a lo largo de la historia. Estos se materializan en el agronegocio, modelo hegemónico vinculado al modo de producción capitalista, y la (s) agricultura(s) campesina(s), modelo alternativo y de resistencia al agronegocio, en el que el Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) emerge con uno de los principales representantes. A continuación, nos centramos en la constitución y especificidades de estos dos modelos de desarrollo para el campo en la región VPP, en la que el CCP es el principal exponente del agronegocio y la lucha por tierras del MST, la principal resistencia campesina. En este sentido, se ha dedicado una mirada más precisa a los asentamientos de la reforma agraria Nova Esperança, en el municipio de São José dos Campos, y Olga Benário, en el municipio de Tremembé. En la secuencia regresamos a la actual resistencia campesina llevada a cabo por el MST en la región del VPP, materializada en la formulación del Programa de Reforma Agraria Popular (RAP). Buscamos identificar qué acciones están asociadas a esta formulación en la región y qué desafíos se han impuesto para su progreso como alternativa a un nuevo modelo de desarrollo que niega el agronegocio. Entre los principales elementos a ser trabajados en el avance de RAP en la región está la producción de Sistemas Agroforestales (SAFs). Por último, aportamos elementos contemporáneos sobre la continuidad de la resistencia campesina en el contexto del golpe jurídico-mediático-parlamentario y las respuestas a los retos que plantea para la continuidad de la construcción del RAP, identificando así que esto no solo es necesario pero también ha avanzado hacia la construcción de otro modelo de desarrollo para el campo. Además de la revisión bibliográfica, se realizaron entrevistas con campesinos de los asentamientos de Nova Esperança, Olga Benário y líderes del MST en la región.

Palabras clave: Agricultura campesina. Agronegocio. Lucha por la tierra. Complejo Celulosa y Papel. Eucalipto. Resistencia Campesina. Reforma Agraria Popular. Valle del Paraíba Paulista.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Localização da Mesorregião do Vale do Paraíba Paulista, Brasil.....	79
Figura 2 –	Municípios da Mesorregião do Vale do Paraíba Paulista.....	80
Figura 3 –	Área cultivada com eucalipto e número de produtores Estado de São Paulo.....	85
Figura 4 –	Área cultivada com eucalipto e número de produtores na região do Vale do Paraíba paulista.....	86
Figura 5 –	Capacidade produtiva de celulose (000t).....	87
Figura 6 –	Placa de anúncio de implantação do Programa Luz Para Todos no Assentamento Nova Esperança.....	112
Figura 7 –	Divisão dos Lotes no Assentamento Nova Esperança.....	114
Figura 8 –	Placa da entrada do Assentamento Olga Benário.....	121
Figura 9 –	Croqui localização Fazenda Coru Mirim – Assentamento Olga Benário.....	123
Figura 10 –	Divisão dos lotes do Assentamento Olga Benário.....	124
Figura 11 –	SAF inicial em um dos lotes do Assentamento Nova Esperança.....	148
Figura 12 –	Mutirão para implantação de SAF no Assentamento Nova Esperança (seleção das mudas).....	153
Figura 13 –	Implantação de SAF em mutirão no Assentamento Olga Benário.....	163
Figura 14 –	Área de SAF em lote do Assentamento Olga Benário.....	166

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Entrevistas realizadas e identificação/referência utilizada no trabalhos.....	14
Tabela 2 –	Número de pessoas, prática da agricultura no lote e origem – Assentamento Nova Esperança.....	145
Tabela 3 –	Acesso a políticas públicas – Assentamento Nova Esperança.....	146
Tabela 4 –	Questões relacionadas aos SAFs – Assentamento Nova Esperança.....	147
Tabela 5 –	Número de pessoas, prática da agricultura no lote e origem – Assentamento Olga Benário.....	158
Tabela 6 –	Acesso a políticas públicas – Assentamento Olga Benário.....	160
Tabela 7 –	Questões relacionadas aos SAFs – Assentamento Olga Benário.....	164

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária
ABRAF	Associação Brasileira dos Produtores de Florestas Plantadas
ACPWP	Advisory Committee on Paper and Wood Products
AGU	Advocacia Geral da União
APTA	Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária
BASA	Banco da Amazônia S. A.
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGED	Cadastro Nacional de Empregados e Desempregados
CATI	Coordenadoria Técnica de Assistência Integral
CCP	Complexo Celulose Papel
CDHM	Comissão de Direitos Humanos e Minorias
CDRU	Concessão de Direito Real de Uso
CEAGESP	Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CESP	Companhia Energética de São Paulo
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CODASP	Companhia de Desenvolvimento Agropecuário de São Paulo
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DOU	Diário Oficial da União
DRU	Desvinculação de Receitas da União
EDR	Escritório de Desenvolvimento Rural
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESALQ	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiros
EZLN	Exército Zapatista de Libertação Nacional
FAO	Food and Agriculture Organization

FEPASA	Ferrovias Paulistas S. A.
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNL	Frente Nacional de Luta Cidade e Campo
GM	General Motors
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEA	Instituto de Economia Agrícola
IF	Instituto Florestal
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPEF	Instituto de Pesquisas Florestais
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MMFT	Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
MP	Medida Provisória
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NAFTA	North American Free Trade Agreement
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDA	Programa de Desenvolvimento Agrário
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIA	Plantação Industrial de Árvore
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNCP	Plano Nacional de Celulose e Papel

PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PP	Partido Progressista
PPAIS	Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social
PPS	Partido Popular Socialista
PROCERA	Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSH	Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PVTP	Plano de Valorização de Terras Públicas
RAIS	Relação Anual de Informações
RAP	Reforma Agrária Popular
RMSP	Região Metropolitana da Cidade de São Paulo
SAA	Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento
SAF	Sistema Agroflorestal
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados
SD	Partido Solidariedade
SIPRA	Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SISBI	Sistema de Controle de Óbitos
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TCU	Tribunal de Contas da União
TDA	Título de Dívida Agrária
UDR	União Democrática Ruralista
UnB	Universidade de Brasília
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
USP	Universidade de São Paulo
VCP	Votorantim Papel e Celulose
VPP	Vale do Paraíba Paulista

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>A DISPUTA ENTRE MODELOS DE DESENVOLVIMENTO PARA O CAMPO BRASILEIRO: A AGRICULTURA CAMPONESA E O AGRONEGÓCIO.....</b>	<b>20</b>
<b>2.1</b>	<b>A persistência do conflito social no campo.....</b>	<b>20</b>
<b>2.2</b>	<b>Da modernização conservadora ao agronegócio.....</b>	<b>24</b>
<b>2.3</b>	<b>Modelos alternativos de desenvolvimento para o campo.....</b>	<b>37</b>
<b>2.4</b>	<b>A luta pela terra do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.....</b>	<b>49</b>
<b>3</b>	<b>COMPLEXO CELULOSE PAPEL E A LUTA PELA TERRA NO VALE DO PARAÍBA PAULISTA.....</b>	<b>64</b>
<b>3.1</b>	<b>A Consolidação do Complexo Celulose Papel no Brasil.....</b>	<b>64</b>
<b>3.2</b>	<b>A Questão Agrária no Estado de São Paulo.....</b>	<b>73</b>
<b>3.3</b>	<b>Do café à monocultura do eucalipto no Vale do Paraíba Paulista.....</b>	<b>79</b>
<b>3.4</b>	<b>A luta pela terra no Vale do Paraíba Paulista.....</b>	<b>91</b>
<b>3.4.1</b>	<b>O assentamento Nova Esperança.....</b>	<b>102</b>
<b>3.4.2</b>	<b>O assentamento Olga Benário.....</b>	<b>118</b>
<b>4</b>	<b>A RESISTÊNCIA CAMPONESA E A REFORMA AGRÁRIA POPULAR</b>	<b>129</b>
<b>4.1</b>	<b>Resistência camponesa, luta e a Reforma Agrária Popular.....</b>	<b>129</b>
<b>4.2</b>	<b>Reforma Agrária Popular no Assentamento Nova Esperança.....</b>	<b>144</b>
<b>4.3</b>	<b>Reforma Agrária Popular no Assentamento Olga Benário.....</b>	<b>157</b>
<b>4.4</b>	<b>O atual golpe jurídico-midiático-parlamentar em curso no Brasil.....</b>	<b>174</b>
<b>4.5</b>	<b>A Reforma Agrária Popular frente ao jurídico-midiático-parlamentar.....</b>	<b>192</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>199</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>204</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é analisar o processo de resistência camponesa aos métodos e à presença do agronegócio por meio do Complexo Celulose Papel (CCP) na região do Vale do Paraíba Paulista (VPP). Para tanto, evidencia-se o conflito territorial existente entre esses atores e como tem se desenvolvido a luta pela terra na região, a partir da constituição da luta camponesa protagonizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A pesquisa identifica as transformações pelas quais passou a resistência camponesa, do final dos anos 1990 com a formulação do conceito da Comuna da Terra, até os dias atuais, com a definição do Programa de Reforma Agrária Popular (RAP). Para isso, analisa-se as experiências dos assentamentos Nova Esperança, no município de São José dos Campos, e Olga Benário, em Tremembé. A resistência camponesa materializa-se na mobilização voltada à construção de uma proposta alternativa de desenvolvimento para o campo brasileiro que se contraponha ao modelo do agronegócio. Tal alternativa se realiza tanto no plano teórico, com a proposição do programa de RAP, quanto no prático, como a produção dos chamados Sistemas Agroflorestais (SAFs).

Para isso, analisa-se as experiências dos assentamentos Nova Esperança, no município de São José dos Campos, e Olga Benário, em Tremembé. A escolha particular desses assentamentos para a análise da resistência camponesa na região do VPP deve-se a três fatores. O primeiro deles corresponde ao fato de ambos possuírem maior grau de organização interna em relação a outros assentamentos da região. O segundo se refere à maior quantidade de famílias que produzem através de SAF. O último fator relaciona-se ao papel dos dois assentamentos dentro do debate sobre a constituição das Comunas da Terra.

O assentamento Nova Esperança tem origem no início desse debate, final dos anos 1990 e início dos 2000, e o assentamento Olga Benário é criado em seu auge, durante a década dos 2000, o que o fez receber por parte do Incra o título de “Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Olga Benário”.

Com o intuito de melhor conhecer as experiências e lidar com as lacunas que apenas os dados, bibliografias e documentos oficiais não esgotam, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com representante da direção regional do MST no Vale do Paraíba e com famílias dos assentamentos Nova Esperança e Olga Benário que possuem experiência na implantação de SAFs em seus lotes.

Como critério para a seleção dos entrevistados definiu-se o maior número de elementos variados entre: (1) a diversidade entre os sexos masculino e feminino; (2) se foi ou não dada continuidade da experiência com o SAF; (3) se comercializam ou não a produção de

SAF do lote; (4) se fazem ou não o uso de agrotóxicos na produção; (5) a variedade de faixas etárias (30, 40, 50 e 60); (6) se possuem identificação com o MST; e (7) o tempo de implantação do SAF, com variação aproximada de um a oito anos.

A tabela abaixo (Tabela 1), sistematiza as informações relacionadas às entrevistas realizadas, com a descrição das cidades em que foram realizadas, os assentamentos, os critérios adotados, a data de realização e como a referência é utilizada na pesquisa.

Tabela 1 – Entrevistas realizadas e identificação/referência utilizada no trabalhos

<b>Cidade</b>	<b>Assentamento/ Acampamento</b>	<b>Crítérios</b>	<b>Data</b>	<b>Referência</b>
São José dos Campos	Nova Esperança	- homem; - continuidade experiência SAF; - comercializa produção SAF; - não utiliza agrotóxicos no lote; - faixa etária 40 anos; - organizado no MST; - 6 anos do primeiro SAF implantado;	29/07/16	Nova Esperança, Entrevista 1
Jacareí	Patrícia Galvão	- Direção Regional MST Vale do Paraíba	19/09/16	Direção Vale, Entrevista 1
São José dos Campos	Nova Esperança	- homem; - continuidade experiência SAF; - não comercializa produção SAF; - utiliza agrotóxicos no lote; - faixa etária 40 anos; - identificação com o MST; - 3 anos do primeiro SAF implantado;	15/04/17	Nova Esperança, Entrevista 2
São José dos Campos	Nova Esperança	- homem; - continuidade experiência SAF; - não comercializa produção SAF; - não utiliza agrotóxicos no lote; - faixa etária 30 anos; - identificação com o MST; - 3 anos do primeiro SAF implantado;	15/04/17	Nova Esperança, Entrevista 3
São José dos Campos	Nova Esperança	- mulher; - continuidade experiência SAF; - não comercializa produção SAF; - não utiliza agrotóxico no lote; - faixa etária 50 anos; - identificação com o MST; - 3 anos do primeiro SAF implantado;	15/04/17	Nova Esperança, Entrevista 4
São José dos Campos	Nova Esperança	- homem; - continuidade experiência SAF; - comercializa produção SAF; - não utiliza agrotóxico no lote; - faixa etária 60 anos; - identificação com o MST; - 8 anos do primeiro SAF implantado;	15/04/17	Nova Esperança, Entrevista 5
Tremembé	Olga Benário	- homem; - continuidade experiência SAF; - comercializa produção SAF; - não utiliza agrotóxico no lote; - faixa etária 30 anos;	18/04/17	Olga Benário, Entrevista 1

		- não identificação com o MST; - 6 anos do primeiro SAF implantado;		
Tremembé	Olga Benário	- mulher; - continuidade experiência SAF; - não comercializa produção SAF; - utiliza agrotóxico no lote; - faixa etária 40 anos; - identificação com o MST; - 1 ano do primeiro SAF implantado;	19/04/17	Olga Benário, Entrevista 2
Tremembé	Olga Benário	- mulher; - continuidade experiência SAF; - não comercializa produção SAF; - não utiliza agrotóxico no lote; - faixa etária 30 anos; - identificação com o MST; - 4 anos do primeiro SAF implantado;	19/04/17	Olga Benário, Entrevista 3
Tremembé	Olga Benário	- mulher; - não continuidade experiência SAF; - não comercializa a produção SAF; - utiliza agrotóxico no lote; - faixa etária 40 anos; - não identificação com o MST; - 1 anos do primeiro SAF implantado;	19/04/17	Olga Benário, Entrevista 4
Tremembé	Olga Benário	- mulher; - continuidade experiência SAF; - não comercializa produção SAF; - utiliza agrotóxico no lote; - faixa etária 60 anos; - não identificação com o MST; - 1 ano do primeiro SAF implantado;	19/04/17	Olga Benário, Entrevista 5

Fonte: elaboração do autor.

Para identificar e compreender o processo de resistência camponesa na região e como ela se manifesta, as perguntas tomaram por base quatro eixos principais e permearam questões relacionadas ao aspecto da luta pela terra e da RAP:

1. Origem da famílias assentada, identificando como foi o caminho até a chegada ao assentamento, ou, em outras palavras, o processo de conquista da terra.
2. As condições estruturais do assentamento/lote, tomando-se em consideração a efetivação ou não do conjunto de políticas públicas vinculadas à realização da reforma agrária.
3. O processo de contato e implantação do SAF, com vistas a conhecer quais foram os passos dados do conhecimento de sua existência até sua implantação e continuidade.
4. Por último, um eixo mais econômico, voltado a compreender as potencialidades e limites do SAF em relação à geração e renda e autonomia econômica às famílias.

De forma a garantir os argumentos e dados necessários para a análise, adotou-se como recorte espacial os Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs) de Pindamonhangaba e Guaratinguetá. Essa divisão, estabelecida pela Secretaria de Estado da Agricultura e

Abastecimento de São Paulo (SAA/SP), corresponde à ocorrência do fenômeno em estudo e também nos permite o manuseio dos dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA). A área contida nesses dois EDRs é similar à Mesorregião do VPP uma das 15 do Estado de São Paulo, estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ainda que a escolha do recorte territorial da Mesorregião do VPP ofereça dados suficientes para caracterização da região como uma das principais produtoras de celulose e papel do país, ela também aponta questões que devem ser consideradas na análise, pois no EDR de Pindamonhangaba também estão incluídos quatro municípios litorâneos – Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba – que possuem perfis agrícolas distintos, não tendo o cultivo de eucalipto como um de seus principais produtos agrícolas.

Trabalha-se com o conceito de campesinato adotado por Thomaz Junior (2006, p. 145). Este afirma que, longe de estar em processo de extinção, o campesinato é uma criação própria das relações contraditórias do sistema capitalista, por isso parte de seu sistema desigual e combinado e integrante do conjunto da luta de classes e, portanto, parte da classe trabalhadora.

A relevância e originalidade da pesquisa se assentam no fato de se identificar *in loco* a existência ou não do avanço, e sob quais medidas, da proposta de construção da RAP definida pelo MST em seu último Congresso Nacional. Extrai-se dessa importante formulação teórica do campesinato, os elementos concretos que permitem a identificação de seus méritos e desafios. Em suma, confronta a teoria e a prática do MST na região. Também digno de relevância o fato do objeto de estudo localizar-se na Rodovia Presidente Dutra, principal eixo econômico do país.

Visa-se, com isso, contribuir para o debate a respeito da necessidade de uma nova forma de viver e existir no campo, que se mostre capaz de criar e manter uma agricultura socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável. Opondo-se, assim, ao modelo hegemônico do agronegócio.

Com o intuito de dirigir esta análise, formulam-se as seguintes perguntas de pesquisa:

1. Existe, de fato, um conflito social no campo? Quais as razões que o movem? Quais suas particularidades na região do Vale do Paraíba Paulista?
2. Quais desafios estão colocados para a construção de um outro modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro? Em que medida isso pode ser observado na prática? Quais são os avanços e limites desse processo hoje?

A hipótese aventada na pesquisa, confirmada em algumas medidas, é que existe uma resistência camponesa na região do VPP, que resiste ao longo do tempo frente a presença do

agronegócio sob suas diversas formas. Hoje essa resistência dá-se sob as bases da RAP frente ao CCP, atual representante do agronegócio na região.

Alguns limites impuseram-se sobre a pesquisa. Dificuldades relacionadas ao deslocamento para a região do VPP e disponibilidade das famílias assentadas para realização das entrevistas impediram que se realizasse uma análise mais profunda do conjunto dos assentamentos da região.

Importante salientar, dentre os resultados da pesquisa, que a resistência camponesa construída a partir da formulação teórica da RAP tem gerado importantes impactos na vida das famílias assentadas da região. Dentre esses destacam-se a) a produção de alimentos saudáveis para o autossustento e para a comercialização nos centros urbanos; b) a recuperação ambiental de áreas degradadas; e c) a formação e debates com a sociedade valeparaibana a respeito da importância da reforma agrária e da alimentação saudável. Evidentemente tais impactos positivos não ocorrem sem suas contradições e demonstrações da força do agronegócio.

Para lograr o proposto, o trabalho se estrutura em três capítulos. O primeiro deles visibiliza a existência histórica e permanente do conflito social no campo. Tem por objetivo desconstruir a afirmação do agronegócio de que o campo brasileiro é um lugar de paz e tranquilidade. Procura desnudar que existe uma disputa entre modelos de desenvolvimento para o campo.

De modo geral esses modelos estão representados, de um lado, pelo agronegócio e a complexa estrutura que o sustenta e, de outro, pelos modelos alternativos construídos desde a perspectiva camponesa, ainda difusa, mas que tem como ponto comum a oposição ao atual modelo do agronegócio e sua maneira de interagir com a natureza.

Ainda no primeiro capítulo aborda-se a dinâmica destrutiva do sistema sociometabólico do capital e a urgência de um novo modelo de desenvolvimento para sobrevivência do planeta. Também, versa-se sobre o processo da modernização conservadora da agricultura, que culmina na constituição do agronegócio, o atual modelo de hegemônico desenvolvimento para o campo.

Ao posicionar-se de modo crítico ao agronegócio, resgata-se a existência de outros modelos alternativos de desenvolvimento para o campo. Estes voltam-se à disposição de terra para produção de alimentos, diferentemente do agronegócio, que tem priorizado em suas terras a produção de *commodities*<sup>1</sup>, produzidas à base de monoculturas de larga escala, seja para agrocombustíveis, ração, oleaginosas ou, ainda, para a produção de fibras, celulose e papel, caso deste estudo.

---

<sup>1</sup> “[...] O termo *commodities* agrícolas engloba produtos originários de atividades agropecuárias, vendidos em quantidades consideráveis, no mercado internacional, em sua forma natural ou após passarem por um processamento inicial necessário à sua comercialização. [...]”. (DELGADO, 2012, p. 136).

Ao dialogar a respeito da construção de um modelo alternativo de desenvolvimento para o campo pautado pela produção de alimentos, pretende-se identificar outros movimentos sociais do campo comprometidos com a construção dessa alternativa, em particular o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a Via Campesina. Ao final, apresenta-se as características particulares da luta pela terra promovida pelas famílias organizadas no MST.

No segundo capítulo, expõe-se o desenvolvimento do setor florestal, particularmente aquele identificado enquanto o já mencionado CCP, que se vincula ao processo da modernização conversadora ocorrido no país. Trabalha-se o contexto nacional e internacional envolto em sua construção e consolidação. Ainda, volta-se às atuais ações que garantem a permanência desse setor do agronegócio no país.

O processo de territorialização do CCP no VPP será retratado nesse contexto. Resgata-se, aqui, elementos relacionados ao processo produtivo histórico da territorialização na região. Passa-se pelo importante Ciclo do Café à pecuária, desta à constituição de pequenas propriedades na região, que voltam a concentrar-se nos anos 1990 com o advento da monocultura do eucalipto.

Destarte, o segundo capítulo foca-se em detalhe na estrutura existente do CCP na região do VPP, com vistas a identificar sua constituição e consolidação na região. Demonstra-se, aqui, que o CCP trouxe consigo o apoio imprescindível do Estado brasileiro, tanto de governos civis quanto da ditadura militar pela qual passou o país. Em específico, aborda-se a ação das empresas do setor na região, assim como a abordagem seus impactos econômicos, sociais e ambientais.

Ao final deste capítulo, das características gerais, dirige-se às particulares relacionadas à luta pela terra do MST na região. São expostos elementos concretos vinculados ao longo processo de organização, ocupação e mobilização das famílias organizadas nesse Movimento, que resultaram, entre outros, na conquista dos assentamentos Nova Esperança e Olga Benário. Trabalha-se, ainda, com os limites e contradições dentro desses processos, com vistas a identificar em que grau se encontra a resistência camponesa.

O terceiro e último capítulo trata das atuais formas de resistência ao modelo do Agronegócio/PPP promovido pela organização do MST na região e contempla, entre outros elementos, as lutas existentes, as articulações e o avanço no desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais (SAFs) na região, com base no programa de RAP.

Assim, evidencia-se a resistência do MST através de atividades como ocupações de terras, criação dos assentamentos de reforma agrária, articulações com organizações e movimentos sociais, diálogo com a sociedade civil, entre outros. Dar-se-á destaque, em particular, para a resistência exercida pelas famílias localizadas nos assentamentos Nova Esperança e Olga Benário. Nestas, abordaremos o processo de constituição de SAFs que

ocorre em alguns lotes desses assentamentos, e que se contrapõe ao histórico de degradação provocado pela monocultura do eucalipto na região.

Por fim, associa-se a atual resistência camponesa das famílias organizadas pelo MST na região ao golpe em curso no Brasil, que destituiu a presidenta democraticamente eleita Dilma Rousseff. Os impactos do golpe, que podem ser observados em diversas esferas da vida da população brasileira, possuem particularidade no campo, como é o caso do corte de recursos de importantes programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A forma como o MST tem construído a resistência camponesa frente a esses impactos, tanto nacionalmente como na região do VPP, evidenciam-se ao final do último capítulo.

## 2 A DISPUTA ENTRE MODELOS DE DESENVOLVIMENTO PARA O CAMPO BRASILEIRO: A AGRICULTURA CAMPONESA E O AGRONEGÓCIO

### 2.1 A persistência do conflito social no campo

Por mais que muitos tentem afirmar a existência de uma harmonia no campo brasileiro, o que se observa é a presença constante de conflitos sociais. Estes são protagonizado por grandes empresas do agronegócio contra camponeses, trabalhadores sem terra, arrendatários, indígenas, quilombolas, etc. Trata-se de um dos fatores, senão o principal deles, capaz de demonstrar a discordância existente em relação aos modelos de produção e reprodução no campo (CARVALHO, 2014, p. 18).

Dito de outro modo, por mais que os apologistas do atual modelo hegemônico de desenvolvimento para o campo brasileiro afirmem que tudo corre bem, que o Brasil é o celeiro do mundo e que a produção de *commodities* é fundamental para a balança comercial e a produção de riquezas no país, um olhar apurado mostra que essa visão do país não se sustenta em qualquer rincão que se olhe. Nestes podem ser observados de perto os impactos negativos econômicos, sociais, culturais e ambientais produzidos pelo modelo do agronegócio.

Ainda que não haja consenso a respeito do melhor modelo de desenvolvimento para o campo a ser seguido entre movimentos e organizações camponesas, indígenas e quilombolas, que contestam o modelo hegemônico de produção e reprodução no campo, existe um consenso a respeito do que estes grupos não desejam: o atual modelo imperante. (CARVALHO, 2014, p. 18).

E, assim, em seus 500 anos de existência o Brasil vê constantemente a manifestação organizada daqueles que são diretamente afetados pelo modelo de desenvolvimento hegemônico do capital no campo, daqueles que são diretamente impactados pelo uso indiscriminado de agrotóxicos, pela expulsão de suas terras, pela destruição de suas culturas centenárias, entre outros.

Os camponeses resistem desde o início do processo de colonização no país, os despossuídos resistem e marcam a história do Brasil como uma história de resistência, de conflitos:

Sabemos do guerreiro Zumbi e da resistência do quilombo de Palmares durante o século XVII, da defesa dos guaranis, orientados por Sepé Tiaraju, contra a sua redução a escravos em meados do século XVIII, da rebelião dos camponeses do Nordeste contra os novos regulamentos de registro na oitava década do século XIX, da contribuição dos africanos escravizados ao fim da escravidão em 1888, da perseverança até a última gota de sangue dos flagelados de Canudos nos anos 1890, dos colonos grevistas de São Paulo que deram partida ao movimento sindical

camponês no início do século XX, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que sustentou durante décadas o movimento, da insistência das Ligas Camponesas de Francisco Julião na Reforma Agrária radical como única solução para os graves problemas do país no começo dos anos 1960, da coragem dos fundadores, em 1963, da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, dos guerrilheiros do Araguaia, membros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), único partido que tentou, durante anos, mobilizar os camponeses do sertão na guerra contra a ditadura que ameaçava destruir o seu modo de vida nos anos 1970. (WELCH, 2012, p. 148).

O conflito social no campo é uma realidade no país. Dados coletados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), e sistematizados na publicação “Conflitos no Campo – Brasil 2016”, evidencia a continuidade dos conflitos envolvendo questões relacionadas à terra (ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso a recursos naturais), ao trabalho (contemplando situações de superexploração e trabalhadores em condições análogas às de escravidão) e à água (resistências que buscam a garantia do uso e a preservação das águas). (CANUTO et al, 2016).

Os conflitos relacionados à terra, entre os anos de 2007 a 2016, passaram de 1.027 ao ano para 1.295. A respeito dos assassinatos no campo, é possível afirmar que seguem gravemente uma ampliação, em que 25 mortes foram identificadas no ano de 2007 e 58 no ano de 2016. Apesar da redução nos últimos 10 anos, os conflitos trabalhistas permanecem. Em 2016 foram identificados 69 conflitos anuais. Já àqueles relacionados à água no campo vêm aumentando, saltando de 87 em 2007 para 172 em 2016 (CANUTO et al, 2016, p. 24).

Esses conflitos são resultados das profundas das transformações sociais no campo, promovidas pela burguesia agrária, através da acelerada expansão capitalista no campo, que impõe arbitrariamente seu modelo de desenvolvimento (CARVALHO, 2014, p. 17).

Assim, é possível afirmar a existência de uma relação contraditória e subordinada entre o modo de produção capitalista (no campo) e os diversos campesinatos, ainda que não se constituam necessariamente num modo único de produção camponês. Contudo, seus processos de resistências sociais e suas ações vêm se contrapondo cada vez mais à “[...] exploração e as violações de direitos que se avolumam a partir das grandes empresas do agronegócio [...]” (CARVALHO, 2014, p. 18).

Até fins do milênio, em todo o continente latino-americano, manifesta-se o ressurgimento de importantes movimentos sociais camponeses, incluindo movimentos que intercalam comunidades indígenas, movimentos de médios e pequenos produtores e/ou trabalhadores rurais. Como consequência, a questão da terra e a reforma agrária adquirem uma nova identidade (TEUBAL, 2003). Estes movimentos e seus conseqüentes debates e lutas podem ser visualizados como uma reação contra a consolidação de um sistema de agronegócios sob a égide do neoliberalismo [...]. Entretanto, também, está atrelado a resistências que duram 500 anos desde o “descobrimto” da América, quando todo o continente foi conquistado e colonizado pelos diversos impérios europeus. Seria desnecessário dizer que estes novos movimentos sociais também surgem como reações contrárias às contra reformas agrárias realizadas de acordo com as políticas neoliberais [...]. (TEUBAL, 2005, p. 148-149).

Movimentos que se mobilizam para a construção de uma nova vida no campo, alternativa ao modelo hegemônico do agronegócio vêm ganhando espaço no último período. Iniciativas do gênero podem ser observadas em diversos países da América Latina, por exemplo. No México, a adesão ao Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, em sua sigla em inglês) no início da década de 1990 estimulou o aparecimento do movimento zapatista do Exército de Libertação Nacional (EZLN). Países como Guatemala, Equador, Bolívia, México, entre outros viram ganhar forças movimentos que também trazem em seu bojo disputas de um “novo” modelo de desenvolvimento para o campo com vínculo forte à identidade étnica, indígena e comunitária (TEUBAL, 2005, p. 149).

Nesse mesmo sentido, e como resposta ao processo excludente provocado pelo agronegócio, a luta pela terra tem se tornado uma das maiores demandas de organizações e movimentos do meio rural, principalmente camponeses, vinculados a países como Colômbia, Peru, Paraguai, Argentina, Bolívia, México e Brasil. Em comum, esses movimentos voltam-se a constituição de alternativas ao modelo do agronegócio (TEUBAL, 2005, p. 149-150).

Teubal, destaca ainda que essa disputa insere-se num contexto maior, de conflitualidade em escala mundial, em que se materializa a disputa de dois modelos de desenvolvimento para o campo:

Na atualidade e frente a processos de globalização que se manifestam em escala mundial, a luta pela terra e a reforma agrária assume outro caráter. Por uma parte existem mudanças importantes na natureza do capitalismo mundial [...], no qual adquirem um papel principal importantíssimo as grandes empresas agroindustriais multinacionais, os agronegócios. Neste sentido, a luta pela terra e a reforma agrária incluem também a luta contra o modelo de agricultura industrial ou agro-alimentício (VALLANTIANOS, SHIVA, TEUBAL), estimulado por estas multinacionais, que dominam grande parte da tecnologia de ponta, os canais de comercialização de alimentos, as grandes empresas alimentícias, assim como também a produção de sementes e de produtos transgênicos. Surge, porque a luta pela terra é também a luta por um novo *establishment* imposto em escala mundial e que incide em múltiplos aspectos ligados à terra e ao sistema agro-alimentício em seu conjunto [...]. (TEUBAL, 2005, p.151).

A existência da conflitualidade no campo e necessidade de um novo modelo de desenvolvimento relaciona-se diretamente à degradação do sistema metabólico do capital, cuja dinâmica excludente têm agravado as contradições sociais. A incontornabilidade de sua lógica expansiva e destrutiva do capital, inerente à forma de reprodução sociometabólica ora apresentada, é decorrência da falta de unidade em três momentos que se configuram em seus defeitos estruturais principais, como afirma Perpetua:

1) entre produção e controle: consiste no fato de que nela, os produtores diretos não detêm o controle da produção, que está nas mãos daqueles que não produzem, mas exercem a função de personificações do capital;

2) entre produção e consumo: essa cisão assume, concomitantemente, uma dimensão social, pois quem produz não necessariamente é quem consome - e na maior parte das vezes não o é - e uma dimensão geográfica, a medida que os lugares de produção em geral não são os lugares de consumo, de sorte que “[...] o mais absurdo e manipulado consumismo em algumas partes do mundo pode encontrar seu horrível corolário na mais desumana negação das necessidades humanas elementares de milhares de seres” (MÉSZÁROS, 2011, p. 17); e

3) entre produção e circulação: essa separação denota o caráter de uma contradição que se faz sentir cada vez mais em nossos dias. Deriva da necessidade inevitável da circulação (distribuição e troca) em âmbito global para a realização da mais-valia, que se choca com os limites regionais e as fronteiras nacionais. (PERPETUA, 2012, p. 79).

Igualmente constitui parte imprescindível do sistema metabólico do capital o aumento da intensidade das divisões do trabalho, nela incluída sua dimensão territorial, que muito bem poderia ser identificada nas lógicas das reproduções do agronegócio e do campesinato. É importante observar, ainda, que a dimensão espacial nesse sistema não é secundária, mas sim adquire uma importância maior do em qualquer dos outros sistemas metabólicos prévios, conforme observa Smith (1988) ao afirmar que a “[...] Geografia do capitalismo é mais sistemática e completamente uma parte integral do modo de produção, mas do que ocorreu com qualquer modo de produção anterior [...]”. (SMITH, 1988, p. 151).

É neste ponto que a conflitualidade entre os modelos de desenvolvimento para o campo podem ser “transportados” para um das características centrais do espaço ou da geografia capitalista, qual seja, a desigualdade. Perpetua (2012) confirma a partir de Smith (1988) que a lei do desenvolvimento desigual constitui-se em padrão de desenvolvimento e a desigualdade espacial, já identificada em outros modos de produção (sociometabólicos) torna-se no capitalismo sua característica principal (PERPETUA, 2012, p. 81).

A perspectiva que se apresenta é o conflito entre os usos do espaço capitalista, bem como do território. Perpetua (2012) novamente faz recurso dos apontamentos de Calabi e Indovina (1973) ao afirmar que a dimensão material do território é usada de forma capitalista, não sendo capitalista em si, sendo que seu “[...] uso total não se dá da mesma forma em todos os espaços, mas de formas específicas, estando em sua base a tendência à concentração tanto de homens quanto de capitais, em poucas mãos e em determinados pontos do território [...]”. (PERPETUA, 2012, p. 81).

As relações capitalistas de produção e o desenvolvimento das forças produtivas promovem ao território uma configuração específica. Contudo, o tipo de organização do espaço que disso resulta manifesta-se repleto de contradições, na medida em que incita a conflitualidade entre capital (voltada ao valor de troca do espaço) e trabalho (relacionado ao seu valor de uso) (CALIBI; INDOVINA, 1973).

Como observa-se ao longo do estudo, o sistema sociometabólico do capital centra suas prioridades sem incomodar-se com seus impactos negativos ao conjunto da população e

natureza presentes naquele meio. Dessa forma, adquire destaca-se a assertiva de Thomaz Júnior (2009), ao afirmar que a relação entre a expansão da área de plantio de *commodities* e a oferta de recursos naturais como terra e água constituem-se em estratégias imprescindíveis para o capital, que ainda contam com papel fundamental do Estado enquanto promotor de seu desenvolvimento. (PERPETUA, 2012).

À sequência, uma vez evidenciada a existência dos conflitos sociais no campo, pretende-se descrever a dinâmica de funcionamentos desses “dois modelos”. Na prática, um relacionado ao modelo de desenvolvimento capitalista para o campo (agronegócio) e o(s) outro(s) relacionado(s) aos diferentes modos de resistência do campesinato ao primeiro modelo. Confere-se destaque ao modelo em construção desenvolvido pelo MST.

## **2.2 Da modernização conservadora ao agronegócio**

Na abordagem sobre o processo de modernização conservadora da agricultura brasileira que culmina na hegemonia do agronegócio no país, toma-se como referência principal o trabalho desenvolvido por Delgado (2012). Este estabelece três ciclos de expansão da agricultura capitalista no Brasil. São eles: (1) a “modernização conservadora”, entre os anos de 1965 a 1985; (2) um período de “transição” entre modelos que abrange o intervalo entre 1986 e 1999 e; (3) a “Reestruturação econômica do agronegócio”, a partir dos anos 2000 e que perdura até os dias atuais.

A despeito das transformações inerentes aos três períodos acima mencionados, destaca-se a não modificação da estrutura da propriedade fundiária e o importante papel desempenhado pela renda fundiária e o sistema de crédito público:

[...] a estrutura econômica da agricultura se move sob a regência de diferentes projetos estratégicos de economia política. De comum a todo o período histórico considerado, observa-se a estrutura real da propriedade fundiária praticamente intocada, não obstante a inovação da política agrícola para a agricultura familiar e os assentamentos de reforma agrária. E ainda, de peculiar às três fases cíclicas da agricultura capitalista analisadas, no sentido clássico dos ciclos da economia política da produção e repartição do excedente econômico, o papel que aí exercem a renda fundiária, expressa pelo movimento do preço da terra, e do sistema de crédito público. (DELGADO, 2012, p. 7).

A modernização conservadora da agricultura brasileira, ocorrida no período entre 1965 e 1985, fase em que vigorou a ditadura militar, nasce da derrota do movimento pela reforma agrária e corresponde ao período em que pode ser muito bem observado o “[...] desenvolvimento de uma agricultura capitalista em processo a integração urbana e industrial e com o setor externo [...]”. (DELGADO, 2012, p. 13).

Tratou-se de uma resposta à política agrícola que privilegiava a valorização do café e o regime cambial dos anos 1950. Simultaneamente, também procurou responder aos desafios da “[...] industrialização e urbanização, combinados com uma necessária diversificação e elevação das exportações primárias e agroindustriais do Brasil, estancadas durante quase vinte anos no nível de 1 a 1,5 bilhões de dólares por ano [...]”. Buscou-se, nessa nova política agrícola, a “[...] concepção de planejamento induzido dos mercados de produtos rurais mediante a desoneração dos riscos estruturais do processo produtivo privado (risco de produção e preços) [...]”, com o estímulo à adoção dos pacotes tecnológicos da “Revolução Verde<sup>2</sup>” e um grande aprofundamento da oferta de créditos na agricultura, para mediar a adoção desses pacotes, por meio de mecanismos de seguro de preço e de crédito à produção (DELGADO, 2012, p. 13).

O argumento dos defensores da modernização da agricultura estava na afirmação de que esta seria capaz de desenvolver plenamente a capacidade produtiva da agricultura brasileira sem que fosse necessária a distribuição de terras, como apregoava os defensores da reforma agrária ao longo dos anos de 1950 e 1960, que tinham na democratização da terra condição indispensável para o desenvolvimento da agricultura brasileira (ALENTEJANO, 2012, p. 480).

Destarte, o golpe militar instaurado no Brasil a partir de 1964 permitiu uma série de ações coordenadas, induzidas pelo Estado brasileiro, que impulsionaram a modernização conservadora da agricultura através da internalização da produção de máquinas e insumos, do desenvolvimento de um sistema de pesquisa próprio e das condições financeiras para viabilizar tal processo (ALENTEJANO, 2012, p. 480).

A origem do MST e sua luta por terra e reforma agrária teve como um de seus principais fatores os aspectos socioeconômicos resultantes das transformações sofridas pela agricultura brasileira a partir da década de 1970, tratando-se do período mais rápido e mais intenso da mecanização da lavoura brasileira (STEDILE; FERNANDES, 2005, p. 15).

O processo de modernização da agricultura no período 1965-1985 aprofundou a heterogeneidade da agricultura no Brasil, sendo possível observar um pacto agrário conservador que trouxe consigo as oligarquias rurais vinculadas às grandes propriedades e ao capital comercial para junto do processo de integração técnica da indústria com a agricultura. Delgado (2012, p. 14) afirma que essa oligarquia é tratada, em geral, de forma oculta nesse pacto, uma vez que foi absorvida com a obtenção de apoio em projetos especiais e programas para elas.

O MST em seus documentos já apontava os impactos provocados por este modelo que,

---

<sup>2</sup> Para maiores informações consultar PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Revolução Verde. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.). **Dicionário de educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p.687-691.

além do aumento da concentração de terras, incrementou a apropriação de terras públicas nas regiões de fronteira agrícola, caso dos estados de Mato Grosso, Amazonas, Pará, Goiás, Acre e Maranhão, assim como, em seu processo de internacionalização concebeu o ingresso maciço de capital financeiro, industrial e comercial após 1966. Tudo isso causou ao país:

- a) Exploração predatória e criminosos dos recursos naturais de todo o tipo (como: madeira, minérios, borracha, castanha etc.);
- b) Especulação da terra e sua utilização como reserva de valores;
- c) Utilização de vultuosas somas de dinheiro público na forma de incentivos fiscais, beneficiando a burguesia nacional e multinacional, sendo o principal instrumento na política de ocupação da Amazônia e Centro-Oeste;
- d) Garantiu o poder econômico e político aos que se apropriam das terras, alterando a composição das forças políticas da região;
- e) Acelerou a destruição dos povos indígenas e das populações nativas da região amazônica;
- f) Impediu o acesso à terra da região pelos trabalhadores, favorecendo a formação de um exército de mão-de-obra de reserva na região, bem como, forçou o deslocamento de parte desta mão-de-obra para o garimpo. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1989, p. 5).

Delgado (2012) aponta, ainda, duas características essenciais desse processo de modernização conservadora da agricultura brasileira, que também estarão presentes com o advento do agronegócio: o sistema de crédito e o mercado de terras.

Em relação ao sistema de créditos, cujo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) se configurou como o espaço preferencial da execução da política agrícola durante o período da modernização conservadora, observa Delgado:

Há um padrão de financiamento rural com predominância dos bancos estatais, taxas de juros altamente favorecidas e todo um conjunto de outros parâmetros de política financeira – orientando à produção agrícola, a que correspondeu uma forma peculiar de mobilização da liquidez econômica geral para efeito de aplicação direta no crédito rural. A esse estilo de financiamento correspondeu um papel bem especial da política monetária voltada para o setor agrícola, cuja essência consiste em transferir e subvencionar poupança financeira pública para aplicação do crédito rural. (2012, p. 29-30).

Em relação ao mercado de terras, tratou-se da propensão especulativa vinculada à expansão imposta pelo capital e “[...] manifesta pela verdadeira avalanche de apropriação que se dá nas terras novas, em alguns casos com duplicação de propriedade sobre a mesma área [...]”, e que se materializou por meio de movimentos desonestos e violentos de apropriação de terras (DELGADO, 2012, p. 53). Tal situação é abordada pelo professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira que debate o conceito de “beliches fundiários”, em alusão à sobreposição de títulos numa mesma área<sup>3</sup>.

Contudo, no caso do processo de modernização conservadora e financeirização da

<sup>3</sup> O tema também é abordado em OLIVEIRA, João Mariano de. **A Esperança vem na frente**: contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso, o caso de SINOP, São Paulo, 1983. Dissertação. (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1983.

agricultura, Delgado (2012) destaca a necessidade de aprofundamento da compreensão desse processo por meio do conceito de 'ganho fundador' como um artifício para estimular o surgimento do capital fictício no mercado de terras que, de posse de grande propriedade, materializam-se nas seguintes estratégias.

A primeira, [...] refere-se à manutenção da terra em ociosidade, com vistas à valorização especulativa. A segunda consiste na incorporação dessas novas terras ao comércio imobiliário, seja àquele regulado pelo Incra, por intermédio dos projetos de colonização privada, seja ao comércio privado estrito. Nos dois casos essas empresas se apropriam dos 'ganhos de fundador' pela simples incorporação dos direitos de propriedade no espaço novo de exploração do capital. Em particular, quando essas empresas contam com a legitimação pública do Incra, como é o caso dos projetos de colonização privados reconhecidos por esta instituição, os preços dos novos títulos de propriedade ou loteamento que essas empresas colocam no mercado [...], tendem a se valorizar tanto pelo prestígio e poder comerciais da colonizadora, quanto pelo aval político da instituição reguladora do mercado de terras. A renda capitalizada que estes preços embutem é fruto de uma potencialidade peculiar dessas empresas de induzir e fazer aceitar perspectivas favoráveis de expansão futura da agropecuária nestas regiões; da garantia implícita e explícita do Estado a esses projetos; e, finalmente da articulação dessas empresas de terras com instituições financeiras que permitem a ampliação da clientela dos novos proprietários. Essa última condição termina por recair no campo do financiamento dos bancos rurais estatais, sob quais condições de juros, prazos e carências para financiamento fundiário ou financiamento produtivo essa clientela nova será incorporada ao mercado de terras. (DELGADO, 2012, p. 56-57).

A essência da modernização conservadora é a aliança entre o capital agroindustrial e a grande propriedade fundiária, por meio do “[...] generoso patrocínio fiscal, financeiro e patrimonial do Estado [...]” e corresponde à modernização técnica da agricultura brasileira que nega a necessidade de reforma agrária. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA, 2007, p. 3-4).

Conforme mencionado, o movimento de modernização é acompanhado pela adoção dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, tanto no espectro ideológico, quando coloca modernização e reforma agrária em âmbitos opostos, como no prático, através da adoção crescente de máquinas, insumos químicos e sementes melhoradas (ALENTEJANO, 2012, p. 480). Essas transformações com base na Revolução Verde irão impactar diretamente sobre o modo de vida da população rural:

Os sistemas diversificados rotacionais foram substituídos por sistemas especializados em monoculturas, baseados no pacote tecnológico da Revolução Verde, em insumos industriais (adubos químicos, agrotóxicos, motores a combustão interna, variedades de plantas e animais de laboratório considerados de alto potencial produtivo), no conhecimento técnico científico, nas grandes extensões de terra (latifúndios) e na irrigação. Essas transformações resultaram em êxodo rural, dependência da agricultura em relação à indústria e às corporações, dependência do agricultor da ciência e da indústria, desterritorialização dos camponeses, invasão cultural e contaminação do ser humano e do ambiente como um todo. A Revolução Verde contribuiu para marginalizar grande parte da população rural. (PEREIRA, 2012, p. 686).

Nesse sentido, é importante destacar que este modelo irá inverter o princípio que regia

a agricultura até então, em que predominava a adaptação agrícola às características ambientais, bem como sua vinculação aos regimes alimentares diversificados existentes. Observa-se, a partir deste momento, a padronização da agricultura, que se impõe sobre qualquer que seja o ambiente em que se cultive, artificializando-o e adaptando-o ao padrão mecânico e químico da agricultura moderna e, simultaneamente, impondo a todos os povos do mundo um “[...] padrão alimentar que atende aos interesses das grandes corporações transnacionais [...]”. (ALENTEJANO, 2012, p. 480).

Também de importância fundamental para o processo de modernização da agricultura esteve a constituição das bases para a difusão desse novo padrão produtivo, através de um sistema de pesquisa, assistência técnica e extensão rural, que se materializou na criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), de 1974, e na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) – criada em 1972 e responsável pelo desenvolvimento de pesquisas voltadas à adaptação de espécies às condições de clima e solo brasileiros – , além e de técnicos agrícolas, agrônomos, veterinários, extensionistas e demais pesquisadores que vinham seguindo os princípios da Revolução Verde (ALENTEJANO, 2012, p. 480).

Apesar de não haver consenso a respeito da amplitude da modernização conservadora na agricultura brasileira, que atingiu principalmente as regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste e se concentrou em produtos essencialmente voltados para o mercado externo ou transformação agroindustrial, afirma Alentejano:

O que é inegável é que a modernização produziu a ampliação da concentração da propriedade, da exploração da terra e da distribuição regressiva da renda, ou seja, ampliou a desigualdade no campo brasileiro, ao permitir que os grandes proprietários se apropriassem de mais terras e mais riquezas em detrimento dos trabalhadores rurais, dentre os quais avançou a proletarianização e a pauperização. (ALENTEJANO, 2012, p. 481).

A valorização significativa das terras, que se converteram em ativo financeiro com a vinculação do crédito subsidiado à propriedade da terra, deu continuidade ao processo de espacialização do grande capital tornando-as objeto de especulação. Isso não apenas resultou na significativa expulsão de trabalhadores rurais e povos tradicionais de suas terras como estabeleceu maiores dificuldades para que pequenos agricultores pudessem adquiri-las. Forçou, ainda, parcelas significativas de agricultores ao assalariamento temporário para complementação da renda, uma vez que tornava-se impossível viver da renda auferida, sem que pudesse contar com apoio financeiro subsidiado pelo Estado, ou ainda ampliar as áreas sob seu controle (ALENTEJANO, 2012, p. 481).

De acordo com o MST, o desenvolvimento do processo de concentração da propriedade viabilizou-se pela compra de terras e expropriação e expulsão de pequenos

agricultores. Essa situação que deu lugar “[...] à mecanização, à pecuária e à expansão de cultivos permanentes, como: cana, eucalipto, café e cacau. Isso levou à diminuição da pequena propriedade em diversas regiões do país [...]”. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1989, p. 5).

Tal circunstância evidencia outra característica marcante da modernização conservadora na agricultura brasileira, ou seja, a expressiva mobilidade espacial. Esta pode ser observada tanto em relação aos proprietários de terras que expropriaram centenas de milhares de famílias das posses quanto pelos despossuídos, posseiros e diversas formas de existência precária de comunidades à migração em busca de terras livres ou baratas em regiões com baixa ocupação ou desenvolvimento. A mobilidade levou também trabalhadores a migrarem temporariamente em busca de trabalho em atividades de colheita durante poucos meses (ALENTEJANO, 2012, p. 481).

De acordo com Graziano Silva (2013), é a partir dos anos 1970 que a produção camponesa submetida a dois elementos que viabilizaram o desenvolvimento capitalista no campo, a produção de bens alimentícios e a produção de força de trabalho, dito de outro modo, produção de bens e salários. Dessa produção de força de trabalho, segue o autor, que se formaram nas regiões periféricas dos grandes centros urbanos extensos contingentes de mão de obra temporária e que uma “[...] superpopulação relativa expulsa do campo veio se aglutinar em volta das cidades e torna desnecessária a reserva de mão de obra representada pela pequena produção [...]”. (GRAZIANO DA SILVA, 2013, p. 166).

A professora Maria Aparecida de Moraes Silva (1999), ao abordar os impactos do processo de implantação da modernização conservadora também traz luz ao seu processo excludente, marcado pela expropriação, exploração/dominação e exclusão de milhares de mulheres e homens, nos quais os efeitos, além do grande êxodo rural, também foi materializado por um “violento processo de proletarização” (MORAES SILVA, 1999, p.15).

Graziano (GRAZIANO SILVA, 1980, p. 77) também irá afirmar que a utilização de insumos e equipamentos modernos na agricultura não somente provocou um agravamento da questão ambiental como contribuiu para o desemprego no campo aumentasse, com a provocação da mudança do trabalhador rural para a zona urbana, que por sua vez levou ao inchaço das grandes cidades e decorrente miséria dessa mesma população.

Stédile e Fernandes (2005, p. 15-16), apontam que esse processo de modernização da agricultura expulsou, rapidamente do campo, uma grande quantidade de pessoas, em particular dos anos 1970 e que correspondiam a famílias que viviam nas terras como filhos e filhas de agricultores que recebiam um pequeno lote de terra de seus pais, como arrendatárias ou parcerias. Em um primeiro movimento, grande parte desse contingente populacional migrou para regiões de colonização estimuladas pela ditadura militar brasileira, em particular

Rondônia, Pará e Mato Grosso.

No entanto, logo começaram a vir notícias dessas regiões de que os camponeses não conseguiam se reproduzir como camponeses. Essas regiões não tinham vocação para a agricultura familiar e os migrantes estavam acostumados, no sul do país, a produzir grãos, como feijão, arroz, milho etc. As dificuldades também eram grandes porque o próprio governo, que promovia a colonização das fronteiras agrícolas, tinha na prática uma política de estímulo à pecuária. Na verdade, o governo queria promover com esse êxodo uma transferência de mão de obra para o garimpo e para o extrativismo de madeira. Esse era o grande projeto ao deslocar populações para lá, assim como colocar grandes contingentes populacionais nas fronteiras internacionais do Brasil, de acordo com a ótica da política de segurança nacional da época. Apesar de nessas regiões haver terra disponível – e o grande sonho do camponês é ter o seu próprio pedaço de terra –, a perspectiva de ir para o Norte logo se desfez com a chegada dessas notícias. (STEDILE; FERNANDES, 2005, p. 16).

Alentejano igualmente destaca outra característica importante do período, relacionada às mudanças nas relações de trabalho, onde se observou o avanço do assalariamento, em particular o temporário, em detrimento das formas tradicionais de trabalho familiar que eram diretamente subordinadas à grande propriedade como, por exemplo, o colonato e parceria.

Todo esse processo de modernização implicou ainda o crescente controle das transnacionais do agronegócio sobre a agricultura brasileira – seja pela determinação do padrão tecnológico (sementes, máquinas e agroquímicos), seja pela compra/transformação da produção agropecuária (grandes *traders*, agroindústrias). Do ponto de vista do padrão tecnológico, os processos mais notórios atualmente dizem respeito à difusão das sementes transgênicas pelas grandes empresas do setor (como Monsanto, Bayer, Syngenta, que também são as grandes produtoras de agroquímicos), mas também são dignos de nota a ampliação da presença das transnacionais na comercialização e o processamento industrial da produção agropecuária, sobretudo pelas empresas ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus, que, inicialmente, concentravam sua atuação no ramo de cereais, mas têm se expandido para outros ramos, sobretudo o sucroalcooleiro. (ALENTEJANO, 2012, p. 481).

Segundo Moraes Silva (1999, p. 71), o denominado processo de industrialização da agricultura teve, entre outros impactos apresentados, o de constituir uma força de trabalho circulante, com residência nos mais diversos lugares e capazes de vencer as mais longínquas distâncias do país – decorrência da grande infraestrutura que fora estabelecida e voltada para estradas de rodagem.

Quanto à origem social dos trabalhadores desta agricultura, a análise desenvolvida até aqui evidencia que se tratava de antigos colonos, parceiros, arrendatários, posseiros, moradores, pequenos proprietários, formas híbridas de trabalho no campo, segundo a expressão de Gnaccarini (1980). Enfim um campesinato expropriado da roça, da morada, da posse, da terra, dos meios e instrumentos de trabalho. Esse processo de expropriação, que, em outras realidades históricas, levou séculos para se completar, no Brasil, bastaram apenas algumas décadas. Ainda, cabem outras observações. Esse processo, em muitos casos, deu-se mediante a violência explícita (Martins, 1984). De qualquer forma, mesmo não se verificando a violência aberta, outros tipos fizeram-se sentir por meio da lei, ou mesmo pela violência simbólica. Contudo, não houve uma transformação mecânica deste campesinato em "bóia-fria". Muitos transformaram-se em população sobrando, em desempregados, em peões-do-trecho, em andarilhos. Outros partiram para outras regiões (Martins, 1982 & Santos, 1993). [...]. (MORAES SILVA, 1999, p. 71-72).

Diante do exposto ao longo do presente item, é possível afirmar que a política econômica de Estado, dentro do processo de modernização conservadora da agricultura, articulou, com um caráter Estatal-privado, o mercado de terras, os créditos públicos e as cadeias agroindustriais como abordagem central do espaço de acumulação de capital (DELGADO, 2012, p. 8).

A partir de uma perspectiva socioeconômica, a população do campo que havia sido expulsa em decorrência das transformações da modernização conservadora em sua primeira fase se encontravam com as duas possíveis soluções para seus problemas emperradas, uma vez que existiam dificuldades concretas em relação ao êxodo rural e a sobrevivência nos grandes centros urbanos, bem como a própria busca por uma nova vida nas fronteiras agrícolas do período. Tal condições levou os camponeses a buscarem alternativas como tentar resistir no campo e procurar outras maneiras de luta para conquistar um pedaço de terra nas regiões em que já viviam e tinham criado laços. Trata-se, aqui, da base social que originará o MST: “[...] Uma base social disposta a lutar, que não aceita nem a colonização nem a ida para a cidade como solução para os seus problemas. Quer permanecer no campo e, sobretudo, na região onde vive [...]”. (STEDILE, FERNANDES, 2005, p.17). Complementa-se a essa base os trabalhadores inseridos no sistema do assalariamento temporário.

A modernização conservadora da agricultura brasileira e a inserção do capital financeiro passam por um segundo grande período, conforme abordado por Delgado (2012), intitulado pelo autor “período de transição”, que ocorreu entre os anos de 1986 e 1999. A grave crise cambial no ano de 1982 e a promulgação da constituição federal em 1988, foram dois momentos significativos que marcaram o declínio do modelo econômico anterior, a cargo do regime militar (DELGADO, 2012, p. 77).

Esse período de transição caracterizou-se pela redução da industrialização e pelo desmantelamento das estruturas do Estado. O desmonte de políticas agrícolas, a redução da renda fundiária e a intensa contração do sistema de crédito rural público também são características presentes nesse período. É preciso destacar que a crise cambial ocorrida em 1982 exigiu do Estado a adoção de ajustes econômicos que seriam de caráter transitório a princípio, mas que serviram de base para a reestruturação econômica do agronegócio na etapa seguinte:

Com a crise cambial de 1982, adotam-se medidas conjunturais de “ajustamento econômico”, que então não tinham pretensão de estratégia de longo prazo, mas que irão configurar no campo econômico uma espécie de embrião do apelo à exportação de *commodities* como via de equação do déficit persistente nas “transações externas”. A efetivação dessa orientação como estratégia econômica somente ocorrerá nos anos 2000; quando a pauta exportadora passará por forte processo estrutural de “reprimarização”. (DELGADO, 2012, p. 78).

Sob direção do Ministro da Fazenda Antônio Delfim Neto, passa-se a focar essencialmente na ampliação da exportação de produtos básicos e agroprocessados, que se expandem para a região Centro-Oeste, a nova fronteira agrícola (DELGADO, 2012, p. 80). Dentro desse contexto de expansão rumo ao bioma Cerrado, observa-se o surgimento, em 1974, do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), uma parceria entre a o governo ditatorial do Brasil, à época sob a presidência de Ernesto Geisel, e o Japão, que apresentava grande preocupação em relação à oferta de grãos em âmbito mundial, especialmente da soja. Assim, entre os principais objetivos deste programa estiveram o aproveitamento produtivo do Cerrado e o estímulo à migração racional. Tal processo contou com intensa participação do setor privado de ambos países (COMPANHIA DE PROMOÇÃO AGRÍCOLA, [2017]).

Os impactos provocados pela modernização conservadora e suas consequências no campo podem ser sinteticamente observadas abaixo, na análise do MST:

A ditadura empresarial-militar não apenas eliminou toda e qualquer forma de organização dos trabalhadores rurais, como deu continuidade na implementação de um projeto de 'modernização conservadora' no campo. Ou seja, modernizava as máquinas e o uso intensivo de venenos, mas conservava o poder do latifúndio, a exploração e a concentração de terras. Diante dessa realidade os conflitos por terra se multiplicavam: a Comissão Pastoral da Terra registrou, em 1979, 715 conflitos em todo o país, a maioria deles já havia iniciado seis anos antes. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 28).

O marco da promulgação da Constituição Federal de 1988 se insere na transformação do ordenamento político e jurídico, em que as políticas agrícolas antes se apoiavam (DELGADO, 2012, p. 78).

Por sua vez,[...] no título da Ordem Social [da Constituição Federal Brasileira de 1988], há pelo menos três capítulos detalhados [...] que explicitam normas muito claras sobre proteção ao trabalho no meio rural e limites aos direito de propriedade fundiária na esfera rural que, conjugados com a “Ordem Econômica”, configuram um padrão de relações econômicas e sociais, juridicamente estruturado, para um novo projeto de desenvolvimento rural, qualitativamente distinto do estilo “modernização conservadora” do período militar. (DELGADO, 2012, p. 83).

A Constituição de 1988 é avaliada como uma grande novidade no campo da estruturação de políticas públicas, uma vez que foram agregados à Carta Magna títulos como “Ordem Social” e “Ordem Econômica”, elementos que procuram estruturar a ação pública do Estado (DELGADO, 2012, p. 83). Tal condição insere-se num contexto em que há uma evidente disputa de diversos setores sociais na definição dos rumos e linhas da principal lei do país.

Contudo, no plano econômico, o que se observa é o fortalecimento da corrente

neoliberal em que terá lugar um “[...] forte processo de desmontagem das instituições estatais gestoras do projeto de 'modernização conservadora', sem que houvesse construído, até a grave crise cambial de 1999, uma orientação estratégica de expansão da agricultura [...]”.

(DELGADO, 2012, p. 84).

O período 1994-1999 [...] é de queda nos preços das *commodities*, que é ainda mais pronunciada no nível dos preços recebidos pelos produtores rurais. A política agrícola e comercial está sob desmonte e o regime cambial de semiparidade com o dólar, desestimula exportações, a um tempo em que eleva substancialmente as importações. A consequência direta nas transações comerciais é a de acumulação de sucessivos déficits [...]. (DELGADO, 2012, p. 87).

Em síntese, ao concluir uma análise sobre o mencionado período de transição, Delgado identifica a existência de inúmeras interações de ordem política, incapazes de estruturar uma estratégia dominante para o setor rural brasileiro. A confluência existente entre a liberalização dos mercados decorrente de pressões externas e a das pressões político-sociais internas que culminaram na Constituição Federal de 1988, somente existiu enquanto desestruturador da política econômica e social promovida pelo regime militar (DELGADO, 2012, p. 8).

Nesse mesmo período consolidam-se os três fatores principais que deram origem ao MST. Além dos aspectos socioeconômicos relacionados às transformações na agricultura e o componente ideológico, relacionado à articulação dos camponeses junto à CPT – fator que gerou unidade nos grupos de sem terras até então dispersos – há a situação política do país e seu processo de redemocratização. Dito de outra forma, o Movimento logrou constituir-se enquanto movimento social porque também havia uma conjuntura política e um processo mais amplo de mobilizações pela democratização do país. A luta pela terra e pela reforma agrária associou-se ao ressurgimento das greves operárias, entre os anos de 1978 e 1979 e à luta por eleições diretas (STEDILE; FERNANDES, 2005. p. 22).

Há ainda que se ressaltar a importância do Consenso de Washington<sup>4</sup>, de 1989, que determinou a agenda neoliberal a ser seguida pelos países periféricos no sentido da liberalização da economia e da mínima intervenção do estado. Esta estratégia levou a um processo de maior centralização das terras e concentração de renda no Brasil e demais países da América Latina ao longo da década de 1990.

[...] intensificou-se, a partir das políticas geradas em torno do Consenso de Washington, a exclusão dos camponeses e da pequena agricultura em etapas da produção primária. Ao mesmo tempo os produtores capitalistas e/ou a integração vertical direta com a formação de grandes complexos industriais foram impulsionados. A partir de então, a expansão agroindustrial assume outras

<sup>4</sup> Mais sobre o Consenso de Washington pode ser consultado em: SADER, E; JINKINGS, I; NOBILE, R. et al (Coords.). **Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, 2006.

características e, com isso, vai-se formando outro “modelo” de desenvolvimento agroindustrial nitidamente excludente. (TEUBAL, 2008, p. 139-140).

No Brasil, as mudanças provocadas pela guinada neoliberal, da segunda metade da década de 1990, resultou em um grande passivo externo, que levou a um déficit cumulativo em conta-corrente de cerca de 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Chamado de ajuste ultraliberal por Delgado (2010), esse ajuste realizado no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) desvalorizou fortemente a renda fundiária e a abertura comercial ao mercado externo provocou a queda generalizada da renda agrícola (DELGADO, 2010, p. 92).

Frente a paralisia na execução da reforma agrária pelo governo brasileiro o MST afirmava no período que seriam necessários promover mecanismos de denúncia para a sociedade a respeito da situação do campo. Como resposta, a principal ferramenta utilizada pelo Movimento foram as ocupações de terras, em que se buscou mostrar ao conjunto da sociedade que milhares de terras poderiam, naquele momento, produzir (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS EM TERRA, 2015, p. 41).

Simultaneamente, frente às repressões provocadas pelo governo, em seu processo de criminalização da luta pela terra, fazia-se necessário o processo de organização interna das famílias organizadas no MST para poderem resistir aos ataques promovidos pelo governo, especialmente através da repressão policial (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS EM TERRA, 2015, p. 41).

Com a repressão política e a violência sofrida, a análise realizada pelo conjunto da organização era de que o movimento deveria responder mostrando a sociedade que a reforma agrária era indispensável. Durante os anos do governo Collor, foi implementada uma política agrícola que tinha como objetivo fortalecer a produção agropecuária e expulsar uma grande massa de trabalhadores do campo para atender as demandas da indústria. Com isso foi feita uma drástica redução de preços dos produtos agrícolas destinados ao mercado interno, que teve como efeito a inviabilização da pequena propriedade. Portanto, além de resistir nos acampamentos e ocupações, era preciso resistir também nos assentamentos, através da organização da produção. Por isso “produzir” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS EM TERRA, 2015, p. 41).

O “produzir” mencionado pelo MST ao final do parágrafo corresponde a uma referência direta do lema definido em seu 2º Congresso Nacional (1990), em que, diante da análise da conjuntura do período e dos desafios que se avizinhavam, adotou como bandeira de luta a insígnia “Ocupar, Resistir e Produzir”.

É desse processo que se pode observar o período de auge das ocupações de terras para fins de reforma agrária protagonizada por pequenos agricultores e sem terras organizados em movimentos sociais, em particular o MST.

Delgado (2012, p. 89) afirma que a crise cambial de 1999 irá pontuar a estruturação de um “novo projeto de acumulação de capital no setor agrícola”, cuja definição de “reestruturação econômica do agronegócio” estabelecida pelo autor iremos utilizar.

Nesta etapa contemporânea do capital na agricultura, a comercialização externa de produtos primários se torna o vetor essencial da demanda efetiva, fazendo com que os complexos agroindustriais sigam essa tendência, com vistas à nova inserção brasileira no comércio internacional (DELGADO, 2012).

A rearticulação provocada pela crise de 1999 levará à atualização do capital financeiro na agricultura que havia funcionado no período militar, sendo possível observar, entre as semelhanças, uma nova articulação do sistema de crédito público, através do SNCR, um novo ciclo de valorização fundiária e a marcante presença dos complexos agroindustriais da exportação de *commodities* (DELGADO, 2012, p. 9). Contudo, o contexto político-social do país difere bastante do anterior.

As diferenças em relação ao período militar são principalmente o caráter político desse pacto do agronegócio, construído agora sob as condições da ordem democrática, com sustentação parlamentar, forte adesão de todos os governos federais desde 1999, ainda que à margem do princípio constitucional da função social da propriedade fundiária. Outra diferença significativa é o caráter primário exportador dessa estratégia, algo diverso daquilo que ocorrera no período 1965-85, quando a modernização agrícola se encaixava muito propriamente às estratégias de industrialização, planejadas pelos governos militares. (DELGADO, 2012, p. 9).

Nesse período, a perspectiva central foi ajustar a economia brasileira em seu conjunto em vista das restrições externas de Balanço de Pagamentos, estabelecido ao país após 1999, cuja crise surgiu da contínua e profunda instabilidade na Conta de Transações, Corrente de bens e serviços com outros países, razão pela qual se buscou a solução através do aumento da exportação de produtos primários (agrícolas e minerais), dos quais a procura mundial até hoje se mostra altamente impactada (DELGADO, 2012, p. 108-109).

Novamente duas características centrais do capital financeiro aplicado ao Brasil, no período do agronegócio a partir dos anos 2000, desvendam a reorganização da economia: restauração do sistema de crédito rural público, uma política agrícola comercial compatível e a forte apropriação e valorização de terras. Esses processos ocorrem internamente ao aparelho do Estado:

Como historicamente a estratégia de capital financeiro na agricultura depende desses mercados organizados – de terras, de crédito e dos complexos agroindustriais; e como esses mercados dependem essencialmente da regulação (ou desregulação, conforme o caso) e provisão estatal, o capital financeiro na agricultura irá se configurar como virtual pacto de economia política entre cadeias agroindustriais, grande propriedade fundiária e o Estado, tendo em vista viabilizar uma parceria estratégica. [...]. (DELGADO, 2012, p. 92).

Nessa estratégia de acumulação estatal-privada do capital, que articulou a inclusão

primária do país no comércio exterior; (junto com as relações de dependência inerentes a esse processo; e materializadas na Conta Corrente da Balança de Pagamentos); com a elevada valorização da renda da terra e, ainda, com as coações contemporâneas pela superexploração do trabalho e dos recursos naturais, compõe a forma de crescimento econômico buscado pelo agronegócio. Tal modelo ampliou-se à totalidade da economia, com a oferta de uma direção num sentido de crescimento mais geral da economia do país nos anos 2000 (DELGADO, 2012, p. 127).

Outrossim, é preciso observar que a referida estratégia ofertada pelo agronegócio apresenta equívocos, uma vez que a competitividade das *commodities* brasileiras no mercado externo – minerais e agrícolas – suportadas pelo pressuposto das jazidas minerais e produtividade da terra, mantêm uma movimentação econômica que é dependente do capital estrangeiro. Tudo isso se materializa impreterivelmente na alta exploração de novas terras e jazidas minerais, assim como da acentuação dos pacotes agroquímicos da revolução verde em áreas em exploração, sempre com vistas à ampliação de acesso a mercados externos para produtos primários (DELGADO, 2012, p. 128).

Todavia, é necessário observar que este modo de operar:

[...] não é sustentável em médio prazo, econômica e ecologicamente. Os tais ganhos de produtividade das exportações de minerais, petróleo, carnes, grãos, etanol etc., deixados a critério estritamente mercantil, tendem a se extinguir no tempo com a dilapidação paulatina dos recursos naturais não renováveis. (DELGADO, 2012, p. 128).

Aos impactos negativos no que se refere ao meio ambiente e à economia soma-se o vinculado à distribuição de riquezas, uma vez que os ganhos originários do aumento da exportação de produtos primários tornam-se renda da terra e do capital, apropriadas do modo privado por proprietários de terras, de jazidas e capital. Entretanto, os custos ambientais e sociais decorrentes do trabalho precarizado e da superexploração da natureza são distribuídos à sociedade em seu conjunto. Ainda que compensações necessárias tenham lugar, não serão suficientes para amenizar os impactos negativos relacionados à degradação ambiental e do trabalho humano (DELGADO, 2012, p. 128).

Diante do exposto, urge a construção de uma alternativa de desenvolvimento para o campo brasileiro e, conseqüentemente, nacional, uma vez ser impossível pensar um campo separado da cidade (OLIVEIRA, 2013). Uma nova política agrária que atenda aos interesses do conjunto da população brasileira e promova seu pleno bem estar, garantindo a soberania alimentar do país.

Na realidade, o papel da grande propriedade no país sempre foi servir de reserva patrimonial e de valor às elites. A terra não é apropriada privadamente para produzir. Este processo tem uma história longa, de mais de 500 anos. Mas a terra

não pode ser considerada uma mercadoria qualquer, que pode ficar retida, acumulada nas mãos de poucos. Ela é uma coisa especial. Dela depende a humanidade para sobreviver. Por isso que a maioria dos países impôs leis severas contra a concentração da terra. A terra somente tem sentido de ser apropriada com fins produtivos. E não é isto que se tem verificado com os latifúndios existentes no Brasil. Ao contrário, as pequenas unidades de produção na agricultura nacional sempre tiveram sua apropriação fundada na produção, daí sua participação expressiva inclusive no agronegócio. Assim, uma política de reforma agrária ampla e massiva, junto com uma política agrícola consistente e apropriada, vai aumentar significativamente a oferta de produtos agrícolas para o mercado interno e também para o mercado mundial. Uma política consistente de soberania alimentar no Brasil passa necessariamente por uma reforma agrária ampla e massiva e por uma política agrícola de apoio às pequenas unidades de produção. (OLIVEIRA, 2013, p. 168-169).

Apropriados da constituição do modelo do agronegócio no Brasil, trabalha-se subsequencialmente a perspectiva antagonista a este modelo. Evidencia-SE que um modelo alternativo para o campo não apenas existe como resiste nas mãos de camponeses, indígenas, quilombolas e demais povos do campo.

Os modelos alternativos de base camponesa, além de resistirem em sua existência conflituosa com o agronegócio, possuem um conteúdo propositivo ao pautar e apresentar à sociedade brasileira uma nova forma de viver e trabalhar no campo.

Apresentam-se exemplos de movimentos sociais do campo no Brasil que propõem modelos alternativos e, ao final do capítulo, destaca-se a luta pela terra do MST, sua resistência e suas ações.

### **2.3 Modelos alternativos de desenvolvimento para o campo**

Em contraposição ou resistência ao modelo de desenvolvimento apregoado pelo agronegócio no Brasil têm ganhado força o que tem se chamado de “modelos alternativos” de desenvolvimento para o campo. De fato, esses “modelos” ou formas de produzir no campo vêm existindo e resistindo desde sempre no país, através das mais distintas culturas como a camponesa, a indígena, a extrativista, a quilombola, entre outras.

Nesse sentido, e conforme apontado anteriormente por Carvalho (2014), ainda não é possível afirmar a existência de um único modelo alternativo que se coloque como contraposição nacional ao modelo de desenvolvimento para o campo apregoado pelo agronegócio. Entretanto, importantes articulações voltadas à construção dessa alternativa têm ganhado corpo a ponto de incomodar o capital financeiro e os grandes latifundiários do país. É o caso da organização camponesa Via Campesina, que possui alcance nacional e internacional.

O próprio modelo de agricultura dominante é a expressão da dominação burguesa

sobre as concepções de mundo de produção agrícola dos camponeses. Essa dominação burguesa no campo, rebuçada de ideologia neoliberal, nega explicitamente não apenas a socialização da posse e uso da terra como considera os camponeses e suas propostas de modelos de produção baseados na agroecologia, como uma negação da modernidade e um retorno ao obscurantismo de um passado remoto. (CARVALHO, 2014, p. 26-27).

Essas alternativas de desenvolvimento para o campo não contemplam apenas aspectos práticos na forma de produzir e interagir com a terra, a natureza e os homens entre si, mas também busca fortalecer uma outra concepção de mundo oposta ao atual modelo de desenvolvimento apregoado pelo modo de produção capitalista.

Dentre essas alternativas, a de maior expressão pode ser observada no campesinato brasileiro. Entre os teóricos que têm debatido seu papel e, em particular, seu processo de (re)surgimento está Ploeg (2006), que assim o justifica:

Esse novo interesse pela agricultura familiar coincide com os debates contemporâneos na Europa, nos quais as noções de campesinato e agricultura camponesa estão reemergindo como elementos-chave para a compreensão de diversos processos complicados e mutuamente contraditórios de transição que vêm ocorrendo no meio rural europeu. (PLOEG, 2006, p.13).

O ressurgimento das noções mencionadas tomam por base algumas premissas importantes e que se inter-relacionam. A primeira delas é a existência de duas formas de se fazer agricultura: a empresarial e a camponesa. A relevância em sua diferenciação surge na medida em que, mesmo com o avanço da forma empresarial no mundo hoje, a forma camponesa está longe de acabar. Esta resiste firmemente e suas práticas indicam uma continuidade. O segundo elemento se refere às diferenças desse modo de produção camponês, que se relacionam às diversas formas em que “[...] a produção, a distribuição e a apropriação de valor são ordenadas [...]”. (PLOEG, 2006, p.14). E, por fim, uma vez definida a particularidade do modo de produção camponês em relação à produção de valor, a terceira premissa discorre sobre a possibilidade de sua articulação à questão do desenvolvimento.

Frente a um contexto de amplo domínio econômico, social e ideológico das elites agrárias no país, o que pode ser observado hoje é o esforço de parte da sociedade no sentido de construção de alternativas aos padrões de ocupação e uso do território ambientalmente devastador e socialmente excludente. Ainda que este processo conte com uma ampla gama de atores, aos poucos vem se desenvolvendo e construindo novos contornos que ganham materialidade para viabilizar uma nova realidade para o campo (PETERSEN, 2010, p. 29).

Petersen (2010, p.29) segue seu argumento ao afirmar que é no chamado “mundo rural” onde, contraditoriamente, são encontradas as grandes mazelas sociais e simultaneamente o seu grande potencial transformador, capaz de enfrentar as causas dessas mazelas de maneira estrutural. Assim, afirma que economias rurais que são dinamizadas por

unidades camponesas possuem a tendência de ampliar a oferta de alimentos, o que por sua vez traz benefícios ao conjunto da sociedade.

[...] A diversificação produtiva, característica da lógica econômica da agricultura camponesa, implica também na combinação das atividades agrícolas com as não agrícolas, proporcionando um ambiente favorável à plena valorização do trabalho das famílias e à redistribuição da riqueza com a elevação do nível de renda médio da população rural. (PETERSEN, 2010, p. 29).

Ao promover uma defesa enfática de um modelo alternativo para o campo através da efetivação da reforma agrária<sup>5</sup> o autor se utiliza de um conjunto de argumentos. Parte do levantamento de dados realizados pelo IBGE em seu Censo Agropecuário realizado em 2006, que evidencia o vigor produtivo e de quantidade de empregos gerados pela agricultura familiar. Passa pelo argumento de que, ainda que criados em ambientes hostis política, econômica e ideologicamente, os assentamentos de reforma agrária vêm gerando impactos positivos nas regiões em que se localizam (PETERSEN, 2010, p. 30).

A defesa pura e simples da produção camponesa, por si só, não é capaz de viabilizar um modelo alternativo de desenvolvimento para o campo. É necessário que essa produção negue os princípios técnicos apregoados pela Revolução Verde e a lógica econômica oriunda dos empreendimentos capitalistas, que tem no Estado Brasileiro seu grande fomentador. Este, em suas ações, tentar converter a agricultura familiar e o campesinato à lógica de elo subsidiário das grandes cadeias produtivas do agronegócio. Diante desse quadro, faz-se mister retomar e fortalecer as bases camponesas da agricultura familiar, cuja perspectiva agroecológica se coloca como uma contribuição fundamental (PETERSEN, 2010, p. 30).

Destaca-se aqui que a escolha por uma abordagem desde a perspectiva agroecológica toma por base a concepção e a prática desenvolvida pelos movimentos sociais do campo. Estes não identificam essa perspectiva somente como uma saída tecnológica frente às crises vinculadas ao atual modelo econômico e agrícola. Mais do que isso, enxergam a agroecologia enquanto parte de uma estratégia de luta e de combate ao modelo do agronegócio e o sistema sociometabólico inerente a ele, materializado na depredação da natureza e exploração dos trabalhadores (GOMES, 2015, p. 7).

Nesse sentido, a agroecologia é compreendida de maneira inseparável da defesa e recuperação de territórios, da luta pela soberania alimentar e energética, da busca pelas reformas urbana e agrária e, ainda, da cooperação entre povos do campo e da cidade. Destarte, ela se insere no bojo da construção de uma sociedade composta de produtores em livre associação para a sustentação do conjunto da vida. Tal sociedade possui como objetivo central

<sup>5</sup> Refere-se aqui à reforma agrária enquanto o conjunto de políticas públicas para o campo a serem implementadas pelo estado brasileiro. Sobre o papel do programa de reforma agrária conferir o II Plano Nacional de Reforma Agrária, disponível em: <[http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA\\_2004.pdf](http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf)>.

a mudança da atual relação de lucro, voltando-se essencialmente à emancipação humana (GOMES, 2015, p. 7).

A agroecologia alicerça-se em um tripé de princípios que a orienta: respeito à natureza, eficiência econômica e produtiva e a eficiência social e distributiva. Simplificando, a produção agroecológica deve ser ecologicamente sustentável, economicamente viável e socialmente justa e ofereça sustentabilidade a curto, médio e longo prazo. (GOMES, 2015, p. 7).

Entre os elementos que destacam a importância de seu papel na construção de modelos alternativos de desenvolvimento para o campo está o fato de que ela pode reorganizar a produção de alimentos saudáveis com seu foco voltado à autossustentação da famílias e da própria comunidade, por meio da recuperação do hábito do consumo de frutas e hortaliças. Por fim, merece destaque a questão relacionado ao aproveitamento integral da produção, com o aproveitamento pleno de folhas, talos, cascas, entre outros (GOMES, 2015, p. 32).

Ao final da década de 1990 e início dos anos 2000 os movimentos sociais do campo, particularmente aqueles vinculados à Via Campesina, incorporam o debate relacionado à agroecologia à sua estratégia política de transformação da sociedade. A partir de então os movimentos sociais passaram a oferecer contribuições importantes sobre o tema:

[...] Podemos citar a Jornada de Agroecologia (com o lema “Terra Livre de Transgênicos e Sem Agrotóxicos”), realizada anualmente no Paraná, desde 2002, com um público médio de quatro mil participantes; a campanha “As sementes são Patrimônio da Humanidade”, lançada pela Via Campesina durante o III Fórum Social Mundial, em 2003; e a ocupação do viveiro de mudas da multinacional Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul, com a destruição de mudas ilegais de eucalipto transgênico. (GUHUR; TONÁ, 2015, p. 33).

Dentre as organizações camponesas do Brasil que materializam e procuram dialogar com a sociedade a respeito de um modelo diferente de desenvolvimento para o campo, merecem destaque a “Plataforma Política para a Agricultura Brasileira” da Via Campesina e o “Plano Camponês” do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Ainda que diferentes, esses modelos relacionados à agricultura familiar e ao campesinato buscam voltar seus esforços à produção de alimentos saudáveis, tanto para seu autossustento como para oferecer ao conjunto da sociedade.

A Via Campesina é uma organização de caráter autônomo, pluralista e multicultural sem nenhuma filiação política, econômica ou de qualquer outra natureza, que congrega camponeses e camponesas, pequenos e médios agricultores, trabalhadores sem terra, indígenas, migrantes e trabalhadores agrícolas de todo o mundo. Tem como horizonte a defesa da agricultura sustentável em pequenas escala como um modo de promover a justiça social e a dignidade e compreendem cerca de 150 organizações locais e nacionais em mais de 70 países

da África, Ásia, Europa e América (VIA CAMPESINA, 2016).

Essa organização tem como fundamento um forte sentido de unidade e solidariedade entre os pequenos e médios produtores agrícolas e camponeses tanto do Norte quanto do Sul do planeta. Seu principal objetivo é tornar realidade a Soberania Alimentar, manifestado no direito dos países decidirem o que produzirem e como produzirem, sem a imposição das grandes empresas transnacionais. Dessa forma, procura deter o atual modelo econômico em vigor no mundo, gerador de concentração de terras e riqueza (VIA CAMPESINA, 2016).

A premissa da Via Campesina está na convicção de que camponeses e camponesas, que constituem quase metade da população mundial, são capazes de produzir alimentos para suas comunidades e alimentar o planeta de forma saudável e sustentável (VIA CAMPESINA, 2016).

Em sua Plataforma Política Para a Agricultura Brasileira (VIA CAMPESINA, 2013), a Via Canoesuba afirma que o atual modelo agrícola hegemônico no país possui o único objetivo de ampliar as margens de lucro das corporações internacionais, bancos e grandes empresas controladoras da produção, insumos, preços e mercado, ou seja, prejudicial aos interesses do povo brasileiro (VIA CAMPESINA, 2013, p. 141).

A referida organização também reforça a urgência a respeito da construção de um novo modelo agrícola baseados em preceitos inteiramente distintos ao agronegócio “[...] e na busca constante de uma sociedade mais justa e igualitária, que produza suas necessidades em equilíbrio com o meio ambiente [...]”. (VIA CAMPESINA, 2013, p. 141).

Implementar um programa agrícola e hídrico que priorize a soberania alimentar de nosso país, com estímulo à produção de alimentos saudáveis, à diversificação da agricultura, à reforma agrária com ampla democratização da propriedade da terra, à distribuição de renda e à fixação das pessoas no meio rural brasileiro. (VIA CAMPESINA, 2013, p. 144).

O programa da Via Campesina baseia-se em 21 diretrizes que contemplam diversos aspectos relacionados à vida e aos povos do campo como: o combate à concentração da propriedade privada e sua ampla distribuição; a proteção das florestas e das águas; o controle da agricultura brasileiras pelos próprios brasileiros; as técnicas de produção que não prejudiquem o meio ambiente; o combate ao desmatamento; um projeto energético a serviço do povo; entre outros (VIA CAMPESINA, 2013).

Merece destaque sua proposição em relação às políticas públicas que o Estado Brasileiro deve garantir:

- prioridade para a produção de alimentos para o mercado interno;
- preços rentáveis aos pequenos agricultores, garantindo a compra pela Conab;
- estabelecimento de uma nova política de crédito rural, em especial para investimento nos pequenos e médios estabelecimentos agrícolas;
- que a política de pesquisa da Embrapa seja definida a partir das necessidades dos

camponeses e da produção de alimentos;  
- adequação da legislação sanitária da produção agroindustrial às condições da agricultura camponesa e das pequenas agroindústrias, ampliando as possibilidades de produção de alimentos;  
- que as políticas públicas para a agricultura estejam direcionadas e adequadas às realidades regionais. (VIA CAMPESINA, 2013, p. 146-147).

Por sua vez, o Plano Camponês sintetiza a proposta do MPA. Ele é resultado de um amplo debate promovido por sua base e que contemplou inúmeros estudos sobre e debates sobre a realidade do campo no Brasil. O Plano traduz o objetivo deste Movimento de viabilizar uma produção de alimentos saudáveis e a qualidade de vida no campo através de uma série de ações de ordem política, econômica e cultural, bem como da reafirmação do campesinato como sujeito político (MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES, 2016).

Afirmamos a classe camponesa e os povos das águas e das florestas como a base do desenvolvimento do campo. A agricultura camponesa como modo de produzir e de viver, a luta camponesa como parte da luta da classe trabalhadora e o Plano Camponês, nosso projeto político estratégico como contribuição para construção de um Projeto Popular e Socialista para o Brasil. (MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES, 2015).

No campo produtivo, o MPA aborda a necessidade de desenvolvimento de dois eixos complementares: os sistemas camponeses de produção e as agroindústrias contemplando, dessa forma, não apenas a produção saudável como os meios para que a comercialização da produção chegue diretamente ao consumidor final (MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES, 2016).

O Plano Camponês proposto pelo MPA destaca ainda aspectos relacionados à “educação e formação”; à “qualidade de vida”, que trata de aspectos como moradia, cultura, esporte, lazer e saúde popular; à “comunidade camponesa”, com a garantia de estruturas que fortaleçam vínculos coletivos enquanto fatores de resistência; e à soberania e seus diversos aspectos: alimentar (produção e comercialização de alimentos saudáveis relacionadas à cultura e o modo de vida dos povos), energética (com respeito à produção, controle e autoconsumo e utilização de modelos alternativos e sustentáveis), genética (aqui relacionado o controle sobre sementes e mudas dos camponeses) e hídrica (com a recuperação de nascentes e desenvolvimento de sistemas de irrigação (MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES, 2016).

A partir da compreensão já apresentada por Oliveira (2013) da ligação dialética entre campo e cidade, o MPA também traz no bojo de seu Plano Camponês um forte elemento ligado à articulação com setores urbanos, para sua efetivação. Seu primeiro Congresso Nacional, realizado em 2014 na cidade de São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo, teve como tema central o “Plano Camponês e a aliança camponesa e operária por soberania

alimentar”. Tratou-se de uma clara alusão à necessidade de aliança entre o campesinato e os trabalhadores das cidades, conforme o Documento Final do primeiro Congresso do MPA:

Construir a política de alianças a partir da luta por Soberania Alimentar. Reafirmar a aliança na Via Campesina, construir em luta a aliança com os setores urbanos, com o operariado e as massas populares, com a juventude urbana e com os intelectuais orgânicos da classe trabalhadora. (MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES, 2015).

Ao apresentar-se e propor o debate acerca de modelos alternativos para o desenvolvimento do campo, parte-se do pressuposto de sua necessidade e urgência, decorrência indelével do processo destrutivo constituído pelo modelo do agronegócio, que se insere dentro da atual lógica sociometabólica do sistema capitalista: destruição e exploração.

O processo de construção da imagem do agronegócio oculta seu caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Todavia, a questão estrutural permanece. Do trabalho escravo à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta. O desenvolvimento do conhecimento, que provocou as mudanças tecnológicas, foi construído a partir da estrutura do modo capitalista de produção, de modo que houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas socioeconômicos e políticos: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade. A agricultura capitalista, ou agricultura patronal, ou agricultura empresarial, ou agronegócio, qualquer que seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração. (FERNANDES, 2013, p. 216).

A dinâmica de desenvolvimento do agronegócio, para lograr sucessivos superávits primários à balança de pagamentos brasileira, provoca uma série de contradições e impactos negativos em seus territórios.

Ainda que afirme ser responsável por alimentar a população brasileira e que o uso de agrotóxicos é uma necessidade para a produção de alimentos<sup>6</sup>, os impactos negativos do agronegócio provoca a expulsão de famílias de trabalhadores rurais, presença de trabalho escravo, estímulo à grilagem e produção para exportação, têm sido características marcantes em seus territórios.

A empresa capitalista no campo, como parte do complexo hoje globalizado e denominado de agronegócio, tem evidenciado 'ad nauseum' (argumentos por repetição) que é absolutamente incompetente para garantir a oferta de alimentos de maneira responsável ecológica e socialmente, menos ainda para dar conta de atender aos requisitos políticos da construção da soberania alimentar nacional. A reprodução dos interesses das empresas capitalistas no campo é antagônica à reprodução da vida sob o ponto de vista da etnoagrobiodiversidade. Ademais, a intencionalidade no

<sup>6</sup> Afirmação dita pela Senadora Kátia Abreu, ex-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e ex-ministra da Agricultura no Governo Dilma Rousseff (PT). É possível observar sua argumentação no documentário “O Veneno está na Mesa”, do cineasta Sílvio Tendler. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8RVAgD44AGg>>.

usufruir lucros de qualquer maneira por parte das empresas capitalistas ao se apropriarem privadamente da natureza demonstra que é intrínseco do capitalismo, quiçá sua expressão historicamente maximizada, o se reproduzir e acumular a partir da exploração humana e da degradação da natureza. [...]. (CARVALHO, 2010, p. 2).

Nesse sentido, é importante notar que a construção de modelos de desenvolvimento para o campo alternativos ao levado a cabo pelo agronegócio conta com inúmeras dificuldades. Isso ocorre por se preponderar na sociedade a desigualdade econômica e social e a discriminação política do campesinato e sua exploração, que constituem parte da lógica dominante. Tais dificuldades manifestam-se em diversas formas.

Uma delas se refere aos intentos de exploração econômica aos quais os camponeses estão submetidos frente a grandes empresas capitalistas. Seja, de maneira direta, por parte de atravessadores comerciais ou, de maneira indireta, por tecnologias de que são de interesse do agronegócio e que são impostas a esses em grande parte das vezes por meio da oferta de crédito rural (CARVALHO, 2010, p. 4).

Outra forma de manifestação das dificuldades para a construção de um modelo alternativo para o campo se refere à discriminação de cujo social e político veiculado pela ideologia dominante ao grande público, que promove uma abordagem pejorativa em relação ao campesinato e faz apologia ao agronegócio. Essa forma desconsidera os inúmeros desafios para que o campesinato possa acessar políticas públicas setoriais e serviços básicos como educação, transporte e saúde (CARVALHO, 2010, p. 4).

Inclui-se, nesta listagem, a sujeição aos desmandos de políticos locais e, ainda, sem prejuízo dos demais, a indiferença com que eles são identificados em parte da intelectualidade e direção de grande parte de instituições progressistas do país. Ainda assim, e apesar destes, amplia-se o número de estabelecimentos rurais dos camponeses (CARVALHO, 2010, p. 4).

Malgrado a desigual correlação de forças no campo entre o campesinato e a burguesia agrária, [...] o campesinato no Brasil resiste socialmente, se expande quantitativamente e se constitui no alicerce da vida social rural e urbana ao ser o maior responsável pela oferta de alimentos do país e pela garantia da soberania alimentar nacional, conforme sugerem os dados do Censo de 2006 quando revela que os camponeses, apesar das adversas condições em que se dá a sua reprodução social, respondem por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo e, na pecuária, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a soja (16%). (CARVALHO, 2010, p. 7).

Conforme dados apontados por Carvalho (2010), o número de camponeses tem crescido. Foram identificados 4.367.902 estabelecimentos camponeses<sup>7</sup> com uma representação de 84,4% da totalidade. Esse, entretanto, ocupam somente 80,25 milhões de hectares. Isto corresponde a 24,3% da área relacionada aos estabelecimentos da agropecuários

<sup>7</sup> Conforme legislação que discorre sobre a definição de agricultura familiar (Lei 11.326 de 24/07/2006).

(CARVALHO, 2010, p.7).

Por sua vez, estabelecimentos considerados como não camponeses tinham uma representação do total de estabelecimentos em 15,6% e 75,7% no que concerne ao total de ocupação de área dos estabelecimento rurais do país. É possível auferir que ocorreu uma ampliação em 6,5% na quantidade de estabelecimento no período de 1995/1996 até 2006, que passaram de 4,8 para 5,2 milhões de unidades no ano de 2006. Essa ampliação ocorreu, em particular, nos estratos inferiores à 100 hectares. Sobre a análise dos apresentados dados conclui Carvalho:

Tudo leva a crer que no âmbito da resistência social camponesa é possível se identificar mais do que a obstinação camponesa de permanecer na terra. Sou inclinado a supor que estamos perante um processo, ainda que incipiente, de recamponisação no Brasil, seja pela expansão da fronteira agrícola seja pela reforma agrária. (CARVALHO, 2010, p. 7-8).

Mesmo frente a diversos outros desafios e dificuldades econômicas e políticas como: (1) a manipulação ideológica promovida pelos grande veículos de comunicação em ode ao agronegócio e a desqualificação e rebaixamento dos camponeses, (2) os “desencontros” entre as classes populares no meio rural brasileiro e (3) a indiferença de parte da esquerda política brasileira, observa-se, a cada dia que passa, a maior presença do campesinato no Brasil e seu importante papel de resistência frente a expansão capitalista.

[...] Posso sugerir que a importante resistência social que parcelas das classes populares, e suas instituições de representação, conseguem concretizar contra a expansão capitalista neste país, tem no campesinato e nos trabalhadores rurais sem terra um constante e sempre presente combatente. Sendo o campesinato uma unidade de produção familiar, ele nega a relação social de produção capitalista e cria as condições objetivas e subjetivas para se constituir, pela sua expansão e novas formas de cooperação na produção, uma das mais importantes possibilidades de alocação de força de trabalho no campo, tanto de pessoas do próprio campo como da cidade, ao mesmo tempo em que consolida, juntamente com as lutas sociais dos povos indígenas, dos quilombolas, dos extrativistas e dos ambientalistas, o amplo leque de iniciativas populares de reapropriação social da natureza contra a apropriação privada da natureza pelo capital. (CARVALHO, 2010, p. 8).

As grandes empresas do vinculadas ao agronegócio não escondem suas intenções de apropriação de terras e do controle plena da produção, beneficiamento e distribuição de alimentos que integram a dieta alimentar da população brasileira. Trata-se de uma evidente tentativa de imprimir uma dieta alimentar com base em produtos industrializados e artificializados, concomitante ao comprometimento da conquista da soberania alimentar do país (CARVALHO, 2010, p. 9)..

Sob esse discurso, esses setor tem negado a importância do papel da agricultura camponesa. Mesmo assim, sua contribuição na construção de modelos alternativos de promoção do desenvolvimento no campo brasileiro pode ser observada. Não somente na

extensa oferta de alimentos para o consumo da população brasileira como também Na questão da oferta de ocupações no campo (CARVALHO, 2010, p. 9).

[...] os camponeses desempenham papel fundamental tanto na oferta de alimentos para o consumo popular [...] como na garantia de oferta de ocupações agrícolas. Ainda que tenha ocorrido uma redução do número de ocupações agrícolas em aproximadamente 1,5 milhão, passando de 17,93 milhões em 1995/96 para 6,41 milhões de ocupações em 2006, é nos estabelecimentos camponeses com menos de 50 hectares que se registraram ocupações agrícolas de 11,7 milhões de pessoas, ou cerca de 70% do total do pessoal ocupado na agropecuária brasileira em 2006 24 . Ora, se confrontarmos o pessoal ocupado por 100 hectares dos estabelecimentos camponeses com os das empresas capitalistas constata-se que, em média, cada 100 hectares de estabelecimento camponês proporciona 15,3 ocupações agrícolas, enquanto que para a mesma área o estabelecimento da empresa capitalista apenas oferece 1,7 ocupações agrícolas. (CARVALHO, 2010, p. 9-10).

Impõe-se uma grande contradição na opção dos modelos de desenvolvimento para o campo brasileiro. Mesmo sendo o agronegócio preponderante no campo brasileiro, e alardeado pelos grande meios de comunicação como moderno e eficaz, permanece um grande conjunto de argumentos e fatos negativos a respeito de seu modo de produção., que visa exclusivamente o lucro. Diferentemente do modelo protagonizado pelos camponeses, e que se coloca como alternativa.

A concentração da terra, a especialização na produção, a mecanização intensiva, o uso indiscriminado e a impunidade na degradação dos recursos naturais são fatores que permitem às empresas capitalistas superar a baixa rentabilidade obtida por hectare por ano se comparada com a rentabilidade camponesa. Enquanto um hectare da unidade de produção camponesa obtém R\$ 677,00 por ano de valor bruto da produção (VBP), numa área similar a empresa capitalista alcança um VBP de R\$ 358,00. É, portanto, a grande escala que proporciona à empresa capitalista a lucratividade desejada pela aplicação do seu dinheiro. Nos territórios onde se expande a empresa capitalista há forte redução da agrobiodiversidade e, nela, da vida social. Tais territórios, vazios de pessoas, vão rapidamente se tornando espaços apenas para a produção de mercadorias, desarticulando e eliminando comunidades camponesas, vilas rurais e reorganizando a infraestrutura para servir apenas às interesses privados da circulação de mercadorias. Os territórios sob o controle do capital são apenas espaços geográficos monótonos, homogêneos e sem dinamicidade, seja ela humana seja aquela proporcionada pela agrobiodiversidade. (CARVALHO, 2010, p. 10-11).

Diante desse cenário, faz-se mister o fortalecimento e consolidação de um modelo alternativo de desenvolvimento para o campo, que seja protagonizado pelo campesinato. Não se trata aqui apenas de políticas de constituição de assentamentos rurais baseados na pressão exercida pelos movimentos sociais do campo. Refere-se à massificação quantitativa camponesas a partir da efetivação de uma reforma agrária ampla, com vistas a consolidar uma economia camponesa no Brasil (CARVALHO, 2010, p. 11).

E, assim, fortalecer uma maneira diferente da atualmente dominante de se viver e produzir no campo, que se evidencie adequada a uma melhor relação entre homem e natureza, mais apropriada à socialização no meio rural e que possa proporcionar a distribuição

produtiva da forma de trabalho sem que se insiram em relações sociais de produção em que prevaleçam a exploração. Desta forma, proporcionando uma verdadeira qualidade de vida para o conjunto de milhões de famílias de diversas comunidades das periferias das cidades, que atualmente encontram-se em situação precária não apenas em relação à obtenção da renda como no que se refere à qualidade de vida familiar (CARALHO, 2010, p. 11).

Destaca-se, ainda, que o modelo chamado de alternativo em relação ao agronegócio abrange o conjunto da vida no campo, sendo muito mais que somente um espaço produtivo.

E como a unidade de produção camponesa é muito mais do que a produção, sendo a base da reprodução social da família, nela se instaura uma rede complexa de relações sociais internas e externas à unidade de produção sem a presença da relação social de produção capitalista, além de uma imersão e convívio com a biodiversidade, tornando sua área de produção, sua vizinhança e as comunidades com a qual se relaciona elementos importantes para a constituição do território camponês e o resgate e manutenção da agrobiodiversidade. (CARVALHO, 2010, p. 11).

Neste momento, Carvalho (2010, p. 13) apresenta a ideia de modernidade no campo. Uma modernidade camponesa, na medida em que a construção desses modelos alternativos envolvem um conjunto de práticas e saberes que tomam por base o respeito à natureza e o assim como assumem uma perspectiva de equilíbrio entre o social, o econômico e o ambiental. E, mais importante, negam a identificação da vida e da natureza enquanto mercadoria.

[...] Os saberes e práticas tecnológicas (mas não somente) camponeses têm sido diuturnamente desqualificados, omitidos, calados num processo histórico de ocultamento do jeito de produzir e de viver camponês. Por que a expansão capitalista no campo se faz a partir de um modelo de produção e tecnológico que considera a natureza e a vida como uma mercadoria, torna-se difícil suportar outra possibilidade de se relacionar com o mundo, como a camponesa que interage com a natureza não apenas para a produção, mas como evolução social e ecológica. Há, sim, uma modernidade camponesa em construção a partir da adoção de conceitos, técnicas e práticas de resgate e sustentação da biodiversidade ecológica sociocultural e dos princípios gerais e da tecnologia da agroecologia, da agricultura orgânica, da biodinâmica, da homeopatia, das plantas medicinais, dos microorganismos eficientes (EM), da permacultura, da agricultura ecológica, do pastoreio racional Voisin - PRV e diversas outras concepções e técnicas onde se enfatiza a relação harmoniosa e criativa homem-natureza. Saberes tecnológicos permeados de novas maneiras de relacionamento social, de interação comunitária de convivência crítica com a TV, com a internet, com a computação, com os desvendamentos da genética, da nanotecnologia, das viagens espaciais, com a globalização dos movimentos sociais em todo o mundo, com as viagens internacionais, com a diminuição física das distâncias... (CARVALHO, 2010, p. 13).

O enfrentamento ao modelo imposto pelo agronegócio faz-se com um conjunto de desafios que tem por base o exercício prático de um modelo de produção e de tecnologia diferentes. Passa também pela construção de autonomia e independência frente a esse modelo hegemônico, em particular diante da impossibilidade da convivência entre ambos. Ainda que convivam na prática, destaca-se que tal convivência não ocorre sem conflitos, grandes muitas

vezes, que sempre ocasionam prejuízos de diversas ordens à população camponesa.

Carvalho (2010) assume que, mais do que constituir-se como uma alternativa de desenvolvimento para o campo é necessário que a produção camponesa se configure como um outro modelo de produção que efetivamente negue a o modelo de produção e tecnologia capitalista. Negação esta que já vem sendo promovida. Reforça essa necessidade a própria lógica destrutiva do modelo capitalista de produção, já evidenciada por Mészáros (2007), e que não apresenta nenhum outro caminho que a sua própria destruição.

A construção da autonomia camponesa perante o capital e no capitalismo requer que os camponeses brasileiros (e além fronteira) compreendam e pratiquem um outro modelo de produção e tecnológico muito distinto daquele dominante e imposto pelas grandes empresas capitalistas transnacionais. Não como alternativa paralela ao dominante, mas como negação do modelo de produção e tecnológico capitalista. Esse outro modelo de produção e tecnológico camponês já está sendo implantado há várias décadas em diversas regiões do país. Tem como base a família camponesa na sua plenitude (família singular, grupo doméstico, parentescos e compadrios...), nas suas interações com a comunidade rural em constante mudança social, nas suas formas de cooperação, na sua capacidade crítica de se relacionar com o científico e com a academia, assim como com os programas governamentais e mesmo com a iniciativa privada burguesa. Busca garantir, sobretudo, não apenas a reprodução social da família, mas, também, a soberania alimentar nacional e a construção do poder popular. E produz matérias primas para as agroindústrias que se deseja sob o poder popular. E interage com diversos sujeitos sociais (povos indígenas, quilombolas, extrativistas, ambientalistas...) que tem no acesso à terra e ou na natureza o seu objeto privilegiado de relação não apenas de produção, mas, também, de preservação ambiental e da etnoagrobiodiversidade. (CARVALHO, 2010, p. 14).

Por fim, e na essência, partilha-se da interpretação do autor (CARVALHO, 2010) que a necessidade urgente de um outro modelo de desenvolvimento para o campo se relaciona diretamente com seu papel estratégico de reapropriação social com natureza, promovida pelo modelo camponês, em detrimento da apropriação privada da natureza, promovida modelo capitalista do agronegócio.

Considero que o elo condutor da modernidade camponesa está no seu objetivo estratégico de reapropriação social da natureza contra a apropriação privada da natureza pelo capital. A modernidade camponesa vai muito além daquela que nos é imposta pelo capitalismo para o campo. Na modernidade camponesa não há lugar para a exploração do trabalho alheio nem para a degradação ambiental. Seu fundamento é o trabalho familiar qualificado e potencializado por meios de trabalho que superem o trabalho penoso e a limitação da força de trabalho familiar e propiciem a recuperação e novas proposições de formas de cooperação que superem os esforço singular das famílias e a posse de áreas de terra limitadas. Não é o acesso à internet, à ciência burguesa ou a dependência do Estado que dá vida e pujança à modernidade camponesa, mas sim, e antes de tudo, o convívio amoroso e construtivo com a etnoagrobiodiversidade. Isso não significa que os camponeses deixem de usufruir daquelas conquistas civilizatórias hoje presentes, mas as incorpora nas suas cotidianidades criticamente, com a capacidade de discernir entre o usufruto desejável e a dependência com relação às novas mercadorias. (CARVALHO, 2010, p. 14).

No esforço de construção de uma alternativa de desenvolvimento para o campo, que

carrega em seu bojo uma proposta efetivamente alternativa, e não apenas uma cópia em menor escala do modelo do agronegócio, procura-se destacar, à sequencia, o papel desempenhado por um dos maiores movimentos sociais do planeta hoje: o MST. Sua práxis de construção de um “novo” modelo para o campo remonta à herança da resistência camponesa e popular desde os primórdio do Brasil.

#### **2.4 A luta pela terra do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**

A permanência da existência de conflitos sociais no campo, fruto de um processo de dominação e expropriação de terras das populações do campo remonta à própria história do Brasil que, por sua vez, tem levado à organização pela luta pela terra desde a construção do país, iniciada com a invasão portuguesa. O MST reivindica-se como um dos herdeiros “[...] e herdeiras daqueles povos, homens e mulheres, que se organizaram bravamente na resistência, na defesa de seus territórios e por sua liberdade [...]”. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015,p.16).

Essa herança da luta pela terra pode ser encontrada desde a resistência indígena ao invasor português. Este, ao chegar, definiu todo o território como propriedade da coroa portuguesa e o dividiu em grandes extensões de terras (as capitanias hereditárias) que foram cedidas à nobreza de Portugal por meio de concessão de uso para produção e exploração da terras e mediante pagamento de impostos à coroa. A constituição do latifúndio e o uso da escravidão foram fundamentais para o funcionamento do sistema de capitanias. Isso não significa que houve sua aceitação de forma passiva:

[...] isso não quer dizer que os povos que aqui viviam aceitaram com resignação a dominação imposta, o extermínio da população, a escravização. Houveram focos de resistência e de levantes indígenas. Algumas ainda hoje são lembradas como, por exemplo, a resistência guarani nas missões jesuíticas no Rio Grande do Sul no século 18. Foi uma batalha iniciada a partir da recusa dos Guaranis em deixar suas terras, onde desenvolviam a agricultura e a criação de gado. Em carta aos inimigos, o índio Sepé Tiarajú deixou clara a decisão de seu povo de não deixar as terras, com um grito que se eternizou: 'essa terra tem dono'. A batalha durou de 1753 a 1756. Ao seu final os guaranis foram massacrados pelos exércitos espanhol e português. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 18).

À herança da resistência indígena no Brasil, soma-se a da resistência africana, cuja origem remonta ao fracasso colonizador e sobrepujar os povos indígenas. Dessa forma, os colonizadores portugueses passaram a investir na mão de obra escrava dos povos oriundos da costa africana, que logo tornou-se uma atividade comercial lucrativa e vinculada à economia mercantil europeia. No mundo, o número de escravos africanos chegaram a ultrapassar 11

milhões de pessoas, no Brasil estimou-se que em finais do século XVI esse número era de 20 mil (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p.19).

Imaginem um cenário onde milhares de pessoas são arrancadas de suas moradias, de suas famílias, e levadas para uma região onde serão escravizadas e tratadas como animais domesticados, objetos de riquezas e força de trabalho. Viajavam em navios negreiros, acorrentados uns aos outros nos porões dos navios, ainda que muitos morriam de desnutrição e outras doenças, ou no caso dos mais fracos jogados ao mar para garantir a alimentação dos demais. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p.19-20).

Aqui no Brasil, cabiam aos escravos todo e qualquer tipo de trabalho nas fazendas, especialmente o braçal. Ao lograrem fugir do subjugo dos fazendeiros, conseguiam desenvolver comunidades autossuficientes, os chamados quilombos. Nesses espaços, os escravos fugidos promoviam sua resistência através do desenvolvimento de um modo de produção que fugia do modelo de *plantation* ao qual era submetidos, através da produção da pequena agricultura em conjunto com atividades artesanais, com vistas ao atendimento das necessidades de sua própria comunidade (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 20).

O fim da escravidão, abolida formalmente em 1888, entre outros fatores e interesses, foi também fruto da resistência negra e do protesto de amplos setores da sociedade brasileira e “[...] depois de um poderoso movimento de escravos fugidos [...]” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 20).

A luta pela terra no Brasil ganha uma nova dimensão com a independência do país e a consequente mudança no regime da propriedade da terra, que deixou de pertencer ao rei de Portugal e passou ao imperador brasileiro que concedia sua posse aos seus grandes fazendeiros. É a partir da Lei de Terras de 1850 que se constitui oficialmente a propriedade privada no Brasil. Essa lei tinha por objetivo promover a exclusão, com o impedimento de acesso a terra aos ex-escravos, arrendatários, trabalhadores rurais, entre outros, a partir do estabelecimento de um alto preço pela aquisição de um pedaço de terra. Esta também se somava à grilagem (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 22).

[...] muitos posseiros que viviam há anos em suas terras eram expulsos pelos grandes fazendeiros, que falsificavam a documentação para comprovar a posse da terra. Um dos métodos utilizados foi a grilagem, quando eram depositados documentos junto à grilos, já que esse inseto produz um tipo de substância que “envelhece” os documentos, parecendo que são títulos antigos. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p.22).

Com a apropriação privada, a luta pela terra ganha novas dimensões no Brasil. Se antes os conflitos relacionavam-se à resistência indígena e negra, agora passa-se a tratar de

uma questão social. A questão agrária ganha uma dimensão nacional e destaque na história social do Brasil (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 22).

Diversas lutas pela terra surgem a partir de então. Grande parte delas de caráter regional e isolada, que envolviam o conflito entre posseiros, camponeses e arrendatários contra coronéis locais. Existiram, ainda, lutas que tomaram dimensões maiores e mais coletivas, como são os casos das resistências identificadas, entre outras, em Canudos, hoje estado da Bahia; em Contestado, estado de Santa Catarina e Paraná e; ainda, Caldeirão, no Ceará (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 22-23). Também conhecidos ao longo da história como movimentos “messiânicos”, por contarem com a presença de líderes que acumulavam as referências política e religiosa, essas resistências também traziam em seu bojo a produção de alimentos com um outro caráter:

[...] Tanto em Canudos, quanto em Caldeirão, as comunidades formadas por esses movimentos eram marcadas pela produção e distribuição coletiva, através da divisão do trabalho autônoma e pela ajuda mútua. Estavam propondo sociedades sem propriedade privada e sem exploração. Por isso, por serem exemplo de uma outra forma de organizar a sociedade, foram duramente perseguidos e combatidos pelos governos de sua época e exterminados. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 23).

Como mencionado, ainda que venha se perpetuando as ações de violência cometidas por fazendeiros, usineiros e pelo próprio Estado ao longo da história, os excluídos da terra e os camponeses nunca se colocaram de maneira passiva. “[...] A ação e a organização desses trabalhadores do campo marcaram a resistência no território [...]” (FELICIANO, 2003, p. 87).

Desde o século XX, as lutas camponesas só confirmam a necessidade de uma redistribuição de terras e uma política agrícola justa. Com todo um histórico secular de concentração de terras, o movimento camponês vem acompanhando e se firmando como contradição e oposição a este estado geral (consciente disso, ou não). (FELICIANO, 2003, p. 87).

Ao final da década de 1940, sob influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) de Carlos Marighela, Luis Carlos Prestes e Caio Prado, buscou-se constituir uma aliança operário-camponesa através da constituição das Ligas Camponesas. Estas fomentaram o processo de organização de trabalhadores rurais assalariados, pequenos arrendatários, parceiros e posseiros espalhados pelo país. As Ligas eram constituídas em forma de associações, uma vez que os camponeses eram proibidos de possuir sindicato próprio. Tal iniciativa durou pouco tempo uma vez que o PCB caiu na ilegalidade em 1947 (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 24).

Sob o mesmo nome de Ligas Camponesas, algum tempo depois, no final da década de 1950 e início de 1960, surgiu uma nova organização de trabalhadores rurais, que promoveram lutas sociais e de resistência; Esses, por sua vez, articularam-se em um conjunto unificado e se constituíram em um grande movimento social, com a concentração de sua força política e social na região Nordeste do país (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 24).

As Ligas camponesas criaram o lema: 'a reforma agrária na lei ou na marra', o que expressa a radicalidade das propostas das Ligas naquele momento. Durante dez anos, as Ligas Camponesas mobilizaram e denunciaram milhares de camponeses em defesa de uma reforma agrária radical. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 24).

Juntamente com o advento das Ligas Camponesas, surgiram diversos outros movimentos relacionados à luta pela terra e resistência no campo.

Além das Ligas, outros movimentos camponeses se constituíram na década de 1960, como, por exemplo, a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), que novamente contavam com o apoio do Partido Comunista, com a finalidade de organizar e coordenar associações camponesas, com o objetivo de criar condições para uma aliança política com os operários e trabalhadores rurais. No Rio Grande do Sul, o Partido Trabalhista Brasileiro-PTB, do presidente João Goulart e do Governador Leonel Brizola, estimularam a criação do MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra, que organizava acampamentos como forma de pressão pela reforma agrária. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 25).

Com o golpe civil-militar no Brasil, instituído em 1964, os camponeses se tornaram o primeiro grupo a sofrer perseguições de toda ordem. Toda e qualquer forma de organização destes fora proibida e trabalhadores mortos e torturados, o que levou boa parte deles a viverem clandestinamente (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2016, p. 26).

Uma das grandes contribuidoras para a resistência camponesa durante o período da ditadura, inclusive frente ao processo de modernização conservadora da agricultura, foi a Igreja Católica. Em particular o seu setor mais progressista, com a criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Foi justamente o setor mais progressista da igreja que criou o espaço onde os trabalhadores pudessem se organizar e discutir seus problemas: as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que a partir do começo dos anos 70 se firmou no cenário nacional como um importante foco de resistência a Ditadura Militar e de reorganização das populações do campo. Este trabalho foi ainda mais potencializado em 1975 com o surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT). A articulação desses dois elementos, motivados pela Teologia da Libertação representou um fator fundamental de conscientização para necessidade de se organizar e luta, e teve uma influência decisiva no caráter nacional da articulação das lutas. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 29).

A ditadura civil-militar configurou-se como um período histórico que teve como frutos a exclusão, o aumento dos conflitos no campo e o êxodo rural. Entretanto, os conflitos locais que foram sendo gestados por conta desse período passaram a crescer e ganhar maior visibilidade.

Uma dessas mobilizações e resistências, que é considerada pelo MST como um marco em sua constituição, foram as ocupações realizadas nas glebas Macali e Brilhante, no ano de 1979, município de Ronda Alta, Estado do Rio Grande do Sul (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 30).

As famílias que realizaram a ocupação na fazenda Macali eram compostas por posseiros, meeiros e sem terras que expulsos de suas terras por conta da mecanização da agricultura e concentração fundiária, tentaram ocupar uma parte das terras pertencentes aos índios Kaigangs. Estes também acabaram por expulsar as famílias (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 30).

Inicialmente o grupo [famílias] ficou acampado à beira da estrada, pois foi a única opção encontrada, já que tinha perdido tudo. O governo, para resolver o conflito propôs que as famílias fossem para o estado do Mato Grosso onde havia terras disponíveis. Cerca de 50% das famílias aceitaram a proposta. As demais permaneceram na região sendo acolhidas por parentes e por alguns padres. Porém continuou em condições precárias de vida: sem terra para morar e plantar. De forma clandestina, para não chamar a atenção da ditadura, os camponeses se organizaram através da Comissão Pastoral da Terra e decidiram ocupar a gleba Macali, que eram terras ilegalmente apropriadas pelo proprietário. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 30).

À ocupação da fazenda Macali, em 25 de setembro, seguiu-se a ocupação da gleba Brilhante, por 170 famílias organizadas. Ainda que todo o processo de ocupação tenha sido permeado por ameaças de repressão policial por parte do governo do estado, gerido pelos militares, foi possível resistir e contar com o apoio da sociedade. Tal resistência e, ainda, o simbolismo cercado sob as ocupações realizadas nas fazenda Macali e Brilhante podem ser identificadas como um marco de resistência e retomada da luta pela terra no Brasil (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 30-31).

Pode se observar assim, no final dos anos 1970 e início dos 1980 um aumento das mobilizações e ações de resistência por parte de trabalhadores rurais, espalhando-se por diversos estados do Brasil.

Conforme aponta Feliciano (2003, p. 92), as mobilizações e luta por terra levaram à busca pela produção coletiva com vista a subsistência trazendo, ainda que de forma precarizada, uma forma de produzir no campo divergente à do latifúndio monocultor e, depois, de sua versão modernizada.

A luta dos posseiros pelo acesso à terra liberta, de trabalho que vem desde a década de quarenta demonstrou o desejo do camponês em não proletarizar-se. Essa manifestação foi materializada através da migração rumo às fronteiras em busca de sua condição de trabalhador-camponês. Mas foi com a formação da Comissão Pastoral da Terra na década de 70 que esses camponeses até então desunidos passaram a vislumbrar novas possibilidades e resistências, materializadas via “roças comunitárias”, construindo um processo coletivo de defesa da posse da terra. (2003, p. 92-93).

Outra luta que adquiriu destaque nacional foi protagonizadas por famílias sem terra no acampamento Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul. Seu destaque está relacionado ao fato da ditadura civil-militar ter enviado o Coronel Curió para conter o movimento dos sem terras. Este Coronel havia se tornado conhecido nacionalmente pelo massacre de guerrilheiros que lutaram contra a ditadura na região do Araguaia (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 32).

[...] O acampamento é transformado em área de segurança nacional, ninguém poderia entrar sem autorização do exército, a alimentação foi bloqueada e os acampados são submetidos a torturas psicológicas. As famílias são pressionadas a abandonarem o acampamento e aceitarem os projetos de colonização no norte [...]. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 32) .

Contudo, com o passar do tempo a mobilização dos acampados da Encruzilhada Natalino passou a contar com o apoio e simpatia da sociedade e, simultaneamente, tinha-se um contexto de retomada da organização e mobilização pelo retorno à democracia, aí incluída as greves operária. Como consequência, o Coronel Curió é forçado a se retirar e um grupo de famílias é assentada no município de Ronda Alta/RS. Um marco importante desse processo foi o trabalho de comunicação desenvolvido pelas famílias sem terra no período, com o objetivo de furar o bloqueio provocado pela ditadura. Os sem terras criaram um boletim informativo com vistas e explicar a razão de sua mobilização e denunciar a ação da ditadura. Tal boletim dará origem ao Jornal Sem Terra, até hoje produzido pelo Setor de Comunicação do MST (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 32).

A vitória em ronda alta levou as famílias a um importante reflexão organizativa:

Percebendo que as lutas camponesas anteriores foram derrotadas por seu isolamento, os trabalhadores rurais sem terra percebem que é necessário criar uma organização que seja nacional e não local. Desde 1981, começam as primeiras articulações entre estas lutas e acampamentos. Foi com a troca de experiências, que a articulação nacional desses movimentos começou a ser construída, resultando na organização de um movimento social com autonomia, unidade, objetivos comuns e de caráter nacional. Esse processo teve como resultado a fundação do MST em 1984. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 32).

Dentro do contexto histórico do processo de redemocratização do país, em que se

levou a cabo a mobilização massiva entorno da campanha das “Diretas Já”, da organização de diversas frentes de luta por direitos como a constituição do PT no ano de 1982 e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983. E, ainda, fruto do acúmulo oriundo das diversas lutas populares e resistências de seus povos no Brasil ocorridas desde seu período de colonização, somadas às contradições provocadas pelo latifúndio moderno e conservador, é realizado entre os dias 20 a 22 do mês de janeiro de 1984 o 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, no município de Cascavel, estado do Paraná (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 34).

O Encontro envolveu 80 trabalhadores rurais que vinham ajudando na organização de atividades de ocupação de terra em 11 estados do país, a saber: Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Rondônia, Pará, Acre e Goiás. Também contou com representantes de organizações como a CUT, a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), a Pastoral Operária de São Paulo e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Seu resultado desdobrou-se no 1º Congresso Nacional do MST, que ocorreu em 1985 na cidade de Curitiba/PR, e que teve como palavra de ordem “ocupação é a única solução” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 34).

As ocupações de terra fazem parte da história da resistência camponesa. Dentro do MST ela se tornou uma importante ferramenta na disputa com o latifúndio e, posteriormente, com o agronegócio. Conforme aponta Feliciano (2003), a ocupação de terras corresponde a uma “[...] forma de luta da classe camponesa na busca da criação, recriação e reprodução de um modo de vida baseado principalmente na autogestão e liberdade [...]”. (FELICIANO, 2003, p. 108).

Do período supramencionado em que se constitui o primeiro Congresso Nacional do MST também se observa o recrudescimento da violência e ameaças dos latifundiários, assim como o aumento de sua organização, cuja criação da União Democrática Ruralista (UDR) é um marco.

[...] Essa combinação deu lugar a muita violência no campo: são 137 assassinados, 188 ameaçados, 30 mortos sem especificação precisa do motivo, mais 8 desaparecidos, 334 presos e 190 feridos e torturados. [em 1985] Números que continuaram crescendo nos anos seguintes. As mortes alcançaram também apoiadores da Reforma Agrária, que por ajudarem os trabalhadores sofreram ameaças e foram brutalmente assassinados como o padre Josimo em Imperatriz-MA, morto por fazendeiros de Goiás. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 36).

Mesmo com toda a violência presente no período, que contou com a cumplicidade do Estado, observou-se um crescimento organizativo do MST, materializado na constituição de

centenas de ocupações de terras e acampamentos. Entre os exemplos do período podem ser identificados a ocupação da fazenda Anoni, no Rio Grande do Sul; as fazendas Rio do Peixe, Canadá, Val Paraíso em Uiraúna, na Paraíba, a fazenda 445 em Alcobaça, Bahia, entre outras (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 37).

Conforme apresentou-se no item anterior, a promulgação da constituição de 1988 e todo o processo de mobilização que a envolveu, do qual decorreu a primeira eleição direta que colocou no segundo turno dois projetos antagônicos. O de Luis Inácio Lula da Silva, representando o projeto dos trabalhadores e o de Fernando Collor de Mello, representando o projeto do capital internacional, aliado aos latifundiários. O projeto neoliberal capitaneado por Fernando Collor saiu vencedor e dele desencadeou-se uma série de impactos negativos ao conjunto da sociedade.

[...] Seu governo foi marcado pela desregulamentação da economia, abrindo o mercado brasileiro para empresas internacionais e iniciando o processo de privatizações e o de desmonte do Estado, o chamado “neoliberalismo”. Ao mesmo tempo, fazia vista grossa para a ação da UDR e da violência no campo, sem avançar em nada na reforma agrária. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 40).

Frente a esse recrudescimento da violência e repressão política, no início dos anos 1990, sofrida pelas famílias camponesas, em particular aquelas organizadas no MST, este Movimento avaliou como fundamental evidenciar à sociedade a importância realização da reforma agrária naquela conjuntura política. Tratou-se de um momento em que o governo Collor buscou implantar uma política agrícola com o objetivo, já destacado, de fortalecer o agronegócio e provocar a expulsão de trabalhadores do campo com vistas ao atendimento das demandas da indústria brasileira (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 41).

[...] Com isso foi feita uma drástica redução de preços dos produtos agrícolas destinados ao mercado interno, que teve como efeito a inviabilização da pequena propriedade. Portanto, além de resistir no acampamentos e ocupações, era preciso resistir também nos assentamentos, através da organização e da produção. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 41).

É desse contexto que o MST adota, em 1990, diante de seu 2º Congresso Nacional em Brasília/DF, o lema “Ocupar, resistir e produzir!”. Aqui observa-se a caminhada da resistência da luta “pela” terra para a luta “na” terra pois, trata-se de um período em que o MST já vinha promovendo a organização de coletivos, associações e grupos, assim como adquirindo maquinários agrícolas com o desenvolvimento da comercialização de produtos e até a constituição de pequenas agroindústrias:

[...] Foram formadas cooperativas de produção agropecuária e prestação de serviços. A mobilização dos assentados conquistou o primeiro crédito especial para a reforma agrária, o Procerá [Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária]. É neste período que o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) dá origem à Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, a CONCRAB, uma importante ferramenta nacional para organizar a produção e o trabalho coletivo em nossas áreas. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 41-42).

Entre os esforços organizativos do Movimento à época, tem-se a constituição do Setor de Produção em 1992, deixando este de se constituir no chamada “Setor dos Assentados”. Seu foco era o fortalecimento da cooperação nas áreas de reforma agrária e estava voltado à constituição do Sistema Cooperativista dos Assentamentos (SCA), que contaria com uma série de mecanismos e espaços organizativos voltados ao fortalecimento da produção. Esta já pensada sob novos moldes em decorrência da perspectiva individualista que alguns assentados aos conquistarem a terra já indicavam (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA, 1997, p. 32).

[...] Percebeu-se que os assentados precisavam fazer uma opção voluntária pela cooperação. O SCA seria uma estrutura única, dirigida pelo MST (um setor do Movimento), e deveria trabalhar para que a cooperação aumentasse (todos os assentados deveriam estar ligados a uma forma de cooperação, nem que seja mínima) e que poderia se constituir de diferentes formas. [...]. (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA, 1997, p. 32)

O 3º Congresso Nacional do MST foi realizado em 1995, um ano após a eleição de FHC (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB) à presidência da república. Tratou-se de um ano cercado de contradições no campo brasileiro. FHC foi eleito com a proposta de retomada do neoliberalismo, que fora interrompido pelo impeachment de Fernando Collor.

Ao mesmo tempo em que crescia, no período, a violência e repressão por parte do Estado as mobilizações e resistência dos trabalhadores Sem Terra, também crescia a organização do Movimento, que passou a se organizar em mais estados e para novas e maiores demandas no campo (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 44).

Nas discussões dentro do 3º Congresso, a construção de uma nova forma de viver e produzir no meio rural voltada ao bem estar de camponeses e em contraposição ao agronegócio, resgatava elementos originários daquela população que havia sido expulsa das terras nas quais vivia e propunha novos elementos, relacionados à garantia da justiça social no campo. Nesse sentido, tarefas como a educação nos acampamentos e assentamentos, debates relacionados à construção e fortalecimento da comunicação popular, a importância e necessidade da participação efetiva das mulheres, entre outras questões, passaram a forçar um grau maior de organização do Movimento, que o levou a se organizar em coletivos e setores

para lograr responder a essas demandas (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 44).

O terceiro congresso é realizado neste contexto: nossa organização estava mais fortalecida, por isso foi o primeiro dos grandes congressos massivos do MST, com 5.226 delegados vindos de 22 estados. Por outro, enfrentávamos um projeto para agricultura que pretendia aumentar o êxodo rural e a pobreza, concentrando cada vez mais terras e poder ao latifúndio. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 45).

Do terceiro Congresso Nacional do MST foi tirada a palavra de ordem do período subsequente à luta pela terra do MST: “Reforma Agrária, uma luta de todos”. Este surgiu da necessidade de evidenciar à sociedade brasileira que a realização de uma reforma agrária não seria benéfica apenas à população do campo, mas ao conjunto da sociedade brasileira (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 45).

Aqui faz-se mister apresentar dois fatos marcantes da história da luta pela terra no Brasil protagonizadas pelo MST. Esses se relacionam à continuidade e desdobramentos da luta pela terra, pela reforma agrária, pela justiça social e, conseqüentemente, por um novo modelo de desenvolvimento para o campo. Tratam-se do “Massacre de Eldorado dos Carajás” e a “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça”.

No mês de abril de 1996, cerca de duas mil famílias organizadas no MST estavam acampadas lutando pela desapropriação da fazenda Macaxeiras, no estado do Pará. Como forma de pressão junto ao poder público local, as famílias realizaram um marcha. E, no dia 17 do mesmo mês, durante a espera a respeito de uma decisão de uma audiência que se realizada na capital Belém, as famílias que estava acampadas no local conhecido como “Curva do S”, município de Eldorado dos Carajás, foram surpreendidas por um cerco da Polícia Militar que o realizou por volta das 16 horas. A orientação do então governador do Pará à época do ocorrido era “[...] eliminar as famílias acampadas [...]”. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 47). Como consequência:

Os policiais fecharam a estrada com dois caminhões impedindo que a marcha continuasse e sem nenhum tipo de identificação nas fardas e armas, atacaram os trabalhadores rurais. Dezenove trabalhadores Sem Terras foram assassinados, alguns executados quando já estavam caídos ou rendidos, dois foram mortos meses depois em consequência de ferimentos e mais de 70 pessoas – entre homens, mulheres e crianças – ficaram feridos com graves sequelas. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 47)

Atualmente sabe-se que os policiais que cometeram tal atrocidade foram financiados pelo proprietário da fazenda Macaxeiras e contaram com o apoio de pistoleiros e jagunços, e que a Companhia Vale do Rio Doce ofereceu apoio logístico para esta atividade. Depois de 15 anos de ocorrido o massacre foram presos e condenados apenas o Coronel Mário Colares

Pantoja e o Major José Maria Pereira de Oliveira. O governador à época Almir Gabriel (PSDB) e os 155 policiais envolvidos não sofreram nenhum tipo de punição (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 47).

Como consequência do Massacre de Eldorado dos Carajás, e sua enorme repercussão, o dia 17 de abril passou a ser reconhecido nacional e internacionalmente como o “Dia Internacional da Luta Camponesa” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 47).

A Marcha Nacional tratou-se de uma grande mobilização nacional promovida pelo MST e tinha como objetivo chegar a Brasília no dia 17 de abril de 1997, uma ano após o Massacre de Eldorado dos Carajás. A Marcha foi constituída por três colunas, que saíram de (1) São Paulo, composta pelos estados da região Sul e São Paulo; (2) Governador Valadares/MG, composta pelos militantes dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Bahia; e (3) Rondonópolis, oriunda dos estados Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Rondônia. As colunas marcharam por mil quilômetros até chegar à capital nacional, na qual aguardavam um conjunto de movimentos e organizações progressistas e populares. Ela reuniu mais de 100 mil pessoas na capital federal (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 48).

A Marcha Nacional ganhou um simbolismo maior que o próprio Movimento Sem Terra. O governo Fernando Henrique havia combatido os trabalhadores e seus sindicatos, como a greve dos Petroleiros em que tanques do exército foram colocados para enfrentar os trabalhadores. Com a Marcha, o MST representava naquele momento, não apenas os trabalhadores sem terras, mas o conjunto da classe trabalhadora brasileira, que foi ao encontro da chegada da Marcha. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 49).

Nos anos 2000 observa-se o avanço do agronegócio em diversos campos como na ampliação da produção de sementes transgênicas, agrotóxicos, monocultura e acumulação de terras, expandindo suas áreas de monocultura e expulsando camponeses (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 52).

Nesse contexto em que o agronegócio avança por meio da modernização conversadora, também se observa a contribuição de importantes aliados como os grande veículos de comunicação. Estes procuram difamar quaisquer iniciativas dos movimentos sociais de luta pela terra e, ao mesmo tempo, preconizam ser o agronegócio o sinônimo da modernidade e do progresso. Ainda, promovem a omissão intencional de informações relacionadas a mobilizações e formas de resistência a esse modelo do agronegócio, sejam sem terras, indígenas ou quilombolas (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 53).

O Judiciário também se apresenta como um importante aliado deste agronegócio,

legitimando sua prática violenta, na medida em que:

[...] sempre esteve afastado dos interesses dos pobres e a serviço das classes dominantes. Tanto que a maior parte dos crimes de violência no campo permanecem impunes. Nos últimos anos essa postura se acentuou, legitimando a ação do agronegócio e a violência, através de despejos, perseguições a entidades que defendem a reforma agrária, com processos e sentenças contra os trabalhadores rurais, ao mesmo tempo em que o judiciário é lento para decidir sobre as desapropriações ou a situação das famílias acampadas. Desta forma, age em parceria com o próprio poder legislativo, onde a bancada ruralista tem muita força, graças aos financiamentos de campanhas eleitorais que recebem empresas do agronegócio [...]. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 53-54).

A luta pela terra nesse período também irá contar com uma política de reforma agrária distinta da preconizada pelo MST junto ao poder público. A chamada “Reforma Agrária de Mercado”, realizada pelo governo de FHC por orientação do Banco Mundial. Essa procurava “concorrer” com a estratégia de resistência das ocupações de terra, com o claro sentido de desmobilizá-las a partir da sugestão de que seria possível às famílias que buscam um pedaço de chão obtê-la através de um cadastro pelo correio. A essa tática, nesse momento, também se inseriram o Banco da Terra ou Cédula da Terra “[...] em que os sem terras poderiam adquirir terras pela compra, através de empréstimos no banco, sem a necessidade de desapropriar o latifúndio [...]”. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 55).

Ainda que tenha sido levada a cabo uma forte propaganda em relação a essas políticas, a prática evidenciou um fracasso completo, cujo principal resultado foi o alto endividamento de trabalhadores rurais. Estes foram obrigando estes a vender suas terras. Assim, os programas nem sequer tocaram a estrutura fundiária concentradora brasileira (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 55).

É sobre essa conjuntura que o MST realiza, em 2000, seu IV Congresso Nacional, que reuniu mais de 11 mil trabalhadores rurais Sem Terra oriundos de 23 estados do país. O evento também recebeu 45 organizações de outros países, representadas em 107 delegados estrangeiros (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015, p. 55).

Decorrencia deste VI Congresso foi a retomada da discussão sobre a necessidade de fomentar a discussão a respeito da importância e desafios rumo à Agroecologia:

Em 2001, na reunião da direção nacional, foi apresentado, então, os elementos centrais do tema da Agroecologia. O debate se deu em torno de como o MST deveria conduzir o tema: deveria ser criado um setor para o meio ambiente ou o tema deveria ser inserido nas instâncias e nos setores já existentes, de forma transversal. A segunda perspectiva foi a que permaneceu, ressaltando que o tema da agroecologia, mesmo sendo transversal e do conjunto do movimento, deveria ser de

responsabilidade do setor de produção para promover a agitação e mobilização em torno do mesmo. A partir desse momento, deveria ser constituído o coletivo nacional do MST sobre meio ambiente e buscar avançar na elaboração, sistematização dos conceitos e estratégias do Movimento em relação ao tema. (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA, 2017, p. 13).

O Setor de Produção do MST, que já debatia em seu bojo a necessidade de reformulação a respeito de sua atuação e da concepção dos assentamentos com a perspectiva da superação da crise vivenciada pelas formas de cooperação anteriores aplicadas, passa a incorporar o conceito de “Meio Ambiente” em sua definição. Passa, assim, a denominar-se Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, com a intencionalidade de tornar sua principal discussão a construção de novas maneiras organizativas para os assentamentos “[...] tendo no centro do processo a organização de núcleos de moradias, aproximando as famílias e evitando o parcelamento das áreas, fomentando a organização das comunidades e a formação de pequenos grupos de cooperação agrícola [...]”. (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA, 2007, p. 13).

Mesmo que a efetivação da conquista da terra em si signifique uma importante derrota ao latifúndio, é necessário superar o modelo do agronegócio. Este, mesmo voltado para grandes áreas, pode ser efetivado em menor escala, como nos lotes de assentamentos. Não é, necessariamente, o tamanho que irá materializar a diferença entre os modelos de desenvolvimento para o campo que discute-se, no âmbito da produção, mas sim a forma como se produz. Nesse sentido, afirma a Coordenação Nacional do MST:

[...] se nas terras conquistadas, as famílias assentadas seguirem aplicando o mesmo modelo gerador dessa destruição, com base em monocultura-química-mecanização intensiva, somando-se agora à farrá descontrolada dos transgênicos, estaremos recolocando o agronegócio e a Revolução Verde no nosso meio. Tal situação fomentará a decomposição gradual dos assentamentos conquistados em novos micro-latifúndios. (2010, p. 11-12).

Essa situação relacionada ao modo como se produz no campo, está diretamente ligada à possibilidade de sobrevivência das famílias nos lotes das áreas de reforma agrária, que buscam nos mecanismos de produção do agronegócio a facilidade e praticidade diante da vida dura do trabalho no campo.

A defesa em relação à necessidade de tecnologias que poupam a mão de obra para permitir maior concorrência junto aos preços do mercado e permitem a diminuição da penosidade de trabalho no campo só fazem sentido se contribuírem para aproveitar o tempo obtido para o emprego de outras atividades dentro da unidade de produção, a esta vinculadas, através de cooperativas de trabalho (COORDENAÇÃO NACIONAL DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2010, p. 12).

Durante a resistência para permanecer na terra o MST realiza essa avaliação a respeito

dos desafios encontrados e das “tentações” se se seguir o modelo de produção convencional apregoado pelo agronegócio.

[...] induzidos a reproduzir em nossos assentamentos a agricultura calcada nos insumos agroquímicos e na mecanização pesada. Muitas de nossas famílias, ao conquistarem a terra, iludiram-se que o modelo capitalista de agricultura traria o seu desenvolvimento e bem estar. (MARTINS, 2010, p. 36)

Parte das famílias assentadas das áreas de reforma agrária que haviam conquistado a terra sentiram o impacto das contradições de seguir o modelo capitalista de produção no campo e sua maneira de organizar a agricultura. E, frente a esse cenário, decidiram romper com esta lógica produtivista. Parte por terem sido contaminadas pelo uso de agrotóxicos. Outro conjunto de famílias porque identificaram o alto custo para produzir naquele modelo. E, muitas outras famílias deram-se conta dos impactos provocados por esse tipo de produção aos recursos naturais como água, solo, fauna e flora. Outras famílias Sem Terra, ainda, mudaram sua forma de produzir porque se encontravam completamente submissas dentro da cadeia produtiva (MARTINS, 2010, p. 36-37).

A construção da agroecologia no MST passou (e continua passando) pela diversificação na aplicação da agroecologia.

[...] Várias famílias ou grupos produtivos decidiram eliminar o uso do agrotóxico em algumas culturas, construindo um processo gradual. Outras decidiram abolir os venenos e os adubos químicos em todas as atividades produtivas. Algumas foram mais longe e romperam, de uma única vez, todos os procedimentos tecnológicos da agricultura industrial. (MARTINS, 2010, p. 37).

Soma-se à produção de alimentos mais saudáveis e nutritivos às famílias Sem Terra que produzem agroecologicamente, a organização e variação das formas de venda desses produtos oriundos da reforma agrária, como a participação em feiras locais, em redes de comercialização de produtos agroecológicos e, ainda, em canais de comercialização institucionais, como o PAA e o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), que leva a produção da agricultura familiar diretamente para a merenda escolar (MARTINS, 2010, p. 37).

Dessa maneira o Movimento segue resistindo em sua luta pela conquista e permanência na terra, através do restabelecimento da função social da propriedade, prevista na Constituição Federal de 1988. Nesse sentido passa a dar lugar à produção de alimentos e recuperação da natureza em detrimento da reprodução da exploração do ser humano e degradação ambiental provocadas pelo latifúndio (MARTINS, 2010, p. 37).

Por fim é preciso observar que a guinada rumo à agroecologia promovida pelo MST, ainda que em construção, vem trazendo importantes frutos, oferecendo, de fato e aos poucos,

um novo caminho para o campo, respeitando-se o meio em que se vive e trabalha.

Apesar das distintas motivações e dos diferentes métodos utilizados, as experiências surgiram e prosperaram, indicando a possibilidade de estabelecermos uma nova relação com a natureza e entre os próprios seres humanos. Trata-se de uma maneira de produzir alimentos e meios de trabalho que se apoie na capacidade dos agroecossistemas locais, fazendo com que as forças da natureza coloquem-se ao nosso favor, tornando-se uma aliada e não uma força inimiga a ser controlada ou combatida. Além disso, essas experiências vão mostrando como é possível desenvolver forças produtivas de uma forma não alienada, onde as capacidades humanas e da natureza se coloquem plenamente e de forma sustentável. (MARTINS, 2010, p. 37).

Mesmo que a agroecologia que não tenha alcançado o conjunto dos assentamentos em que está organizado o MST, já existe a convicção de que trata-se de um importante elemento dentro de um projeto societário que negue o capital. A construção de nova sociedade, “[...] perderá sentido e força humanizadora se tal projeto não incorporar a agroecologia e realizar uma radical crítica ao modelo produtivista do capital [...]”. (MARTINS, 2010, p. 37).

Como pode ser observado ao longo do presente item, a perspectiva da proposição de um alternativo modelo de desenvolvimento para o campo foi transformando-se ao longo do tempo conforme as condições concretas existentes no campo e o avanço do capital nele. Procuramos retratar aqui como a própria constituição do MST, enquanto movimento social camponês herdeiro das resistências de outra forma de viver, trabalhar e existir no campo representa uma “síntese” desse processo de resistência camponesa. Sem, evidentemente, negar a importância e o valor de todos os outros movimentos e organizações populares do campo que resistem bravamente.

E aqui, procurou-se apresentar a “evolução” ou o caminhar dessa resistência, que levou a transformações internas no Movimento quanto a forma de produzir e lidar com a terra e que chega, através do resgate dos conhecimentos históricos populares, à agroecologia. Esta passa então a constituir-se como um dos principais elementos de resistência do MST em sua luta pela terra e construção de um outro modelo de desenvolvimento para o campo.

### 3 COMPLEXO CELULOSE PAPEL E A LUTA PELA TERRA NO VALE DO PARAÍBA PAULISTA

#### 3.1 A Consolidação do Complexo Celulose Papel no Brasil

Trabalhar-se-á com a concepção de Complexo Celulose Papel (CCP), utilizada por Perpetua (2012) para caracterizar o conjunto das atividades relacionadas à produção destes produtos, desde a matéria-prima, o eucalipto, passando pelo processamento da celulose e a produção do papel, sendo, pois, esse o “[...] espaço geográfico ocupado, produzido e organizado por tais atividades [...]”. (PERPETUA, 2012, p.113-114).

Conforme afirma Perpetua (2012), tal definição pode ser identificada como parte de uma cadeia produtiva vinculada direta ou indiretamente à produção de matéria-prima pela silvicultura e que se constituiu ao longo do tempo pela integração entre as atividades agrícolas e industriais (agroindustriais), algo que alguns/as autores/as definem como “Complexo Florestal” (MORELLI, 2011), “Setor Florestal” (BARCELOS, 2009), ou “Setor de Base Florestal” (MAZOCHIN, 2010).

Outro conceito bastante importante é o de “Plantações Industriais de Árvores” (PIAs), que segundo o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (MMFT ou World Rainforest Movement, no idioma inglês) trata-se de:

Monoculturas em grande escala, de manejo intensivo, de mesma idade, em sua maioria de árvores exóticas, [...] de crescimento rápido, destinadas a processos industriais de produção de celulose e papel, bem como a borracha e produtos derivados de dendê. (OVERBBEK, KRÖGER, GERBER, 201, p. 12).

Essas PIAs, cujo aumento significativo ocorre a partir da década de 1960 e 1970 no Hemisfério Sul são, em geral, de propriedade e promovidas por empresas privadas, e não contam com o controle das comunidades onde estão inseridas. “[...] As plantações industriais de árvores também tendem a ter colheita mecanizada, no caso da madeira para fabricação de papel, e cobrir áreas grandes, de centenas a centenas de milhares de hectares [...]”. (OVERBBEK, KRÖGER, GERBER, 2012, p. 12).

Desse modo, não pretende-se focar o presente trabalho no desenvolvimento histórico da Silvicultura no país. Para tanto existem diversos autores e trabalhos que já se debruçaram sob o tema, pretende-se ater à constituição do CCP no Brasil, desenvolvido e consolidado a partir da modernização da agricultura brasileira dos anos 1960 e 1970 (MAZZOCHIN, 2014).

De acordo com Morelli (2011, p. 92) não existe um consenso a respeito do início da indústria do papel no país. Com a origem vinculada a atividades de importação e comércio de papeis promovidas por imigrantes, tem-se conhecimento que sua constituição abrangeu um

período que corresponde ao final do século XIX e início do XX e seu desenvolvimento teve início como reação à crise interna provocada pelo pós primeira guerra mundial e consequente estímulo ao crescimento da produção dentro do país.

Autores como Cano (1983) e Suzigan (1986) afirmam o surgimento da indústria do papel vincula-se diretamente ao capital cafeeiro, como da importação do maquinário, e a criação de um mercado para produtos industrializados e da própria constituição da Companhia Melhoramentos, cuja fundação ocorreu em 1890 em São Paulo.

No período mencionado é importante observar que não havia ligação direta entre a indústria do papel, responsável pelo produto final, e a as atividades relacionadas ao plantio de árvores, matéria-prima necessária à produção do papel, cuja grande maioria era de origem importada (MORELLI, 2011, p. 92).

Morelli (2011) destaca que no período havia outros propósitos para o plantio de árvores, cuja prioridade do serviço florestal era voltada ao “[...] planejamento e funcionamento regular de uma estrada de ferro, para propósitos energéticos de carvão vegetal e fornecimento de dormentes às vias férreas [...]”. (MORELLI, 2011, p. 92). Foi nesse período que se fez necessária a utilização de árvores, como o eucalipto.

[...] O Eucalipto foi descoberto pelos ingleses na Austrália em 1788, sendo que o Gênero *Eucalyptus* possui mais de 700 espécies catalogadas e adaptadas a diversas condições de solo e clima. No ambiente brasileiro esta árvore exótica apresentou boas condições de adaptação, tendo como características o crescimento rápido e um bom poder calorífero. Foi a partir do uso nas ferrovias, no início do século XX, que o eucalipto tornou-se presente na economia brasileira, sendo amplamente utilizado na siderurgia e na mineração (Usina Siderúrgica Belgo-Mineira em Sabará (MG) e a Cia. Electro-Metalúrgica Brasileira em Ribeirão Preto (SP), inauguradas em 1921), sendo uma das bases da produção do carvão vegetal usado nos fornos de redução do minério de ferro, até alcançar às indústrias de papel e celulose [...]. (MORELLI, 2011, p. 92-93).

O encontro entre as atividades de silvicultura e da indústria do papel e a consequente formação do CCP terá início com a produção de celulose de fibra longa a partir da década de 1940. Sua produção tem origem no processamento de árvores coníferas como o pinus, cuja celulose de fibra longa possui 2 ou mais de 2 mm de comprimento. Tal condição lhe confere maior resistência mecânica e emprego maior na produção de papelão ondulado, embalagens, papéis de imprensa, entre outros (MORELLI, 2011, p. 93).

O grupo Klabin, em 1946, incorporou a produção florestal à indústria, dando origem ao processo de verticalização do complexo industrial de celulose e papel quando passou a utilizar o pinheiro para produção de fibra longa. Contudo, o grande salto da verticalização dá-se com a Companhia Suzano, quando:

[...] iniciou em fase experimental a produção de celulose de fibra curta (FC) com o eucalipto. A celulose de fibra curta apresenta entre 1 e 2 mm de comprimento, é processada a partir do eucalipto por apresentar maior maleabilidade e opacidade,

sendo empregada na fabricação de papéis destinados à escrita, impressão, entre outros. Em 1956 a produção nacional de celulose de fibra curta utilizando o eucalipto atingiu a marca de 51.900 ton./ano. [...]. (MORELLI, 2011, p. 93).

De acordo com a Rede Alerta contra o Deserto Verde (2008, p. 8), no início dos anos 1950 a produção de celulose no país já se aproximava de 100 mil toneladas por ano e, ao final da mesma década, o governo brasileiro passou a planejar com maior intensidade a produção de celulose, inserida no Plano de Metas do governo Kubitschek. A partir daí a produção de celulose, antes voltada ao abastecimento da indústria papelreira nacional numa forma associada e verticalizada, multiplica sua produção chegando a ultrapassar a produção de 500 mil toneladas por ano e volta suas atenções ao atendimento da demanda mundial por insumos básicos de papel, então em expansão.

É possível afirmar que a expansão do setor de celulose e papel foi reforçada no período 1956-1962, quando o governo Kubitschek estabeleceu o I Plano de Metas, foi a primeira vez que um plano do governo tinha dentre seus objetivos o desenvolvimento do setor, o qual visava aumentar a integração da produção de celulose à de papel e alcançar a auto-suficiência na produção de celulose. Deste modo, o governo passou a “exercer a ação de estruturante e coordenador do crescimento, com vistas a estimular o processo de substituição de importações” [...]. Para alcançar os objetivos traçados, criaram-se mecanismos de financiamentos ao investimento, ampliação da proteção tarifária à produção local e a oferta de infraestrutura em energia e transporte. (DAURA, 2004, p. 89-90).

As transformações pelas quais passa o setor silvícola relaciona-se diretamente ao processo da modernização conservadora da agricultura pelo qual passará o campo brasileiro a partir dos anos de 1960 e 1970, em que a agricultura passa a ser dominada pela grande indústria capitalista, correspondendo às suas ordens e adaptando-se à suas exigências (MAZZOCHIN, 2010, p. 55).

Esse processo de modernização da agricultura também envolveu um conjunto de transformações na agricultura conhecida como Revolução Verde que, conforme comentado, foi concebida como:

[...] um pacote tecnológico – insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terra – conjugado ao difusionismo tecnológico, bem como a uma base ideológica de valorização do progresso. Esse processo vinha sendo gestado desde o século XIX, e, no século XX, passou a se caracterizar como uma ruptura com a história da agricultura. (PEREIRA, 2012, p. 687).

O processo pelo qual passou o setor de base florestal no Brasil se insere nesse contexto em que a subordinação da natureza ao capital e a libertação do processo de produção das condições naturais dadas materializa-se no investimento de esforços na reprodução artificial de espécies e na sua modificação genética para melhor aproveitamento (MAZZOCHIN, 2010, p. 56).

Nesse período histórico ocorre a desvinculação das produções de celulose e papel,

deixando de atrelar-se unicamente à produção interna da última. Logo, novas plantas industriais passam a voltar-se para o mercado exterior. Essas especializam-se na produção de pasta de celulose de mercado e buscam atender à demanda em franco crescimento por insumos básicos da indústria mundial de produção de papel. Passam, assim, também a se especializar na produção de celulose (REDE ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE, 2011, p. 8).

Importantes empresas vinculadas ao capital estrangeiro no setor tiveram entrada no Brasil durante os anos 1950, por meio da aquisição de empresas do setor que possuíam atuação no país. São exemplos a Manville (hoje Igarás), a Rigesa (sob controle da Westvaco) e a Champion. Nesse mesmo período será, ainda, possível observar, a viabilização da produção de celulose de fibra curta, por meio do avanço técnico a partir do eucalipto. As empresas Champion e Suzano correspondem as primeiras em relação à utilização deste tipo de fibra para produção de papéis para escrever e imprimir (DAURA, 2004, p. 90-91).

Essa nova estruturação da organização produtiva da celulose no país se adequava ao modelo que se estabelecia como novo padrão de desenvolvimento. Este, para ter seu financiamento viabilizado e tecnologia transferida, prescindia da constituição de *joint ventures* com o capital internacional e envolvimento do Estado brasileiro. Após o Golpe de 1964 observou-se um avanço das plantações de eucalipto, resultado do estímulo para nova perspectiva para o reflorestamento em geral e, num segundo momento, à celulose especificamente (REDE ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE, 2011, p. 8).

Conforme aborda Daura (2004, p.92), entre os anos de 1965 e 1967, o governo da ditadura militar brasileira deu cabo a uma série de políticas que influenciaram de maneira direta ações relacionadas ao reflorestamento, com destaque para a atualização do Código Florestal (1965), a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), bem como a regulamentação de incentivos tributários para auxiliar a instalação e manutenção das monoculturas de árvores e assim estimular a formação de maciços de árvores plantadas. A criação, pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP) juntamente com produtores integrados de papel e de artefatos de madeiras, do Instituto de Pesquisas Florestais (IPEF), é um outro exemplo do apoio governamental ao setor.

Entre os anos de 1974 a 1979 o setor de celulose e papel passou por um novo ciclo de expansão, os financiamentos públicos e incentivos fiscais priorizavam o desenvolvimento tecnológico do setor, a expansão da capacidade e a formação de maciços florestais. Este novo ciclo de expansão do setor foi impulsionado pelo II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) e do I PNCP (Plano Nacional de Celulose e Papel), que estabeleceram como meta não apenas tornar o país auto-suficiente, mas também transformá-lo em grande exportador de celulose [...]. (DAURA, 2004, p. 93-94).

Desse modo, o que inicialmente se colocava como uma política mais abrangente voltada à produção de eucalipto para distintos fins como, por exemplo, o abastecimento energético das indústrias siderúrgicas, tornou-se, um modelo voltado com objetivo de produzir celulose para exportação (REDE ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE, 2011, p. 10).

Na primeira metade dos anos 1980 ocorre uma série de investimentos realizados por parte do Estado brasileiro através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sendo possível observar uma indústria de papel e celulose em fase final de consolidação (JUVENAL, MATTOS, 2012, p. 13).

Em 1986, foi lançado o II PNCP que procurou concretizar um novo ciclo de investimentos em capacidade produtiva e atualização de equipamentos, aproveitando uma conjuntura de mercado internacional favorável e a maior capitalização das empresas do setor. Essa nova fase de expansão foi novamente apoiada pelo BNDES, dada sua disponibilidade de recursos naquele momento. Este Plano concentrou esforços no aumento da capacidade produtiva com atualização de equipamentos e no controle ambiental e tratamento de efluentes. (DAURA, 2004, p. 96-97).

Ao longo da década de 1990 o setor passa uma grande reestruturação, que envolve desde mudanças no aspecto produtivo como o ingresso de controles baseados na microeletrônica, entrada de novos equipamentos e importantes inovações tecnológicas passando por alterações estratégicas das empresas, até o incremento da presença de megagrupos empresariais (DAURA, 2004, p. 56-57).

Tais mudanças envolvem aspectos gerais como a emergência da Terceira Revolução Industrial (no campo da tecnologia), transformações no sistema produtivo, novos padrões de competitividade, bem como concentração e centralização de capitais (DAURA, 2004, p. 57). Especificamente, as mudanças remetem a um cenário de competitividade com características de escalas de produção em elevação, grande investimentos em preservação ambiental e automação, necessidade de grandes bases industriais com integração a unidades produtivas e diminuição drástica de custos (DAURA, 2004, p. 57).

Destaca-se novamente a forte atuação do Estado e governos brasileiros no processo de fortalecimento do setor, em especial nos anos 1990 (PERPETUA, 2012). Daura (2004, p. 94) aponta que a política industrial do período, e em particular os estímulos financeiros oriundos do BNDES, exerceram papel central no desenvolvimento do setor de papel e celulose, uma vez que estimulou por meio de financiamento a projetos, a melhoria e expansão de unidades produtivas.

[...] o Estado brasileiro tem sido, desde o princípio, um agente primordial da mobilidade do capital no setor. Isso se realiza tanto no processo de inserção do Brasil na dinâmica da mobilidade que se desdobra no plano mundial, manifestada na

transformação estrutural da indústria de papel e em seu processo de transferência espacial, quanto no âmbito interno, por meio dos estímulos à acumulação ampliada dos capitais, ao crescimento dos projetos e às fusões e aquisições, e, por conseguinte, à interiorização de suas “faraônicas” plantas industriais em busca de maior rentabilidade e competitividade. (PERPETUA, 2012, p. 145).

Ainda sob este prisma, o CCP passou por um grande processo de transformação no período, cujas principais mudanças são, a saber: a duplicação das capacidades produtivas, a consolidação da produção e utilização da celulose de fibra curta na produção de papel para dentro do país; e a constituição de novos projetos com extensas plantas industriais com foco exclusivo na exportação da celulose de mercado, com destaque para as empresas Aracruz e Klabin (DAURA, 2004, p. 94).

A década de 1990 colocou o Brasil entre os maiores produtores mundiais de celulose e papel. Contudo, é preciso observar que o processo de produção de celulose possui características distintas àquelas relacionadas à produção de papel. Enquanto esta última possui um foco mais voltado para o abastecimento do mercado interno, a primeira conseguiu colocar empresas nacionais no patamar e maiores produtores e exportadoras do mundo (PERPETUA, 2012).

No caso da produção de celulose no país, observa-se como uma das grandes características o alto grau de concentração do setor:

Outra característica da indústria nacional de celulose é o seu alto grau de concentração. [...] em 2008, toda a produção nacional de celulose integrada e de mercado, de todos os tipos, era proveniente de 56 empresas que atuavam em 10 estados. Já a celulose de mercado, especificamente, provinha fundamentalmente de apenas 6 empresas: Fibria, Suzano, Cenibra, Stora Enso, CMPC e Grupo Orsa. (PERPETUA, 2012, p. 117).

Toda pujança deste setor do agronegócio traz consigo um alto grau de impactos negativos, acarretando nos mais diversos tipos de prejuízos à população do campo e ao meio ambiente, o que fez com que as monoculturas de eucalipto ganhassem no país a alcunha de “Deserto Verde” pelos movimentos sociais do campo.

Um dos primeiros impactos promovidos pelas empresas do setor se refere ao acesso à terra, conforme destaca Overbeek:

Quando uma empresa de plantação industrial de árvores considera que há garantias suficientes para iniciar um projeto, é hora de assegurar o acesso à terra, frequentemente dezenas, ou mesmo centenas, de milhares de hectares. Apesar da propaganda empresarial de que as plantações industriais de árvores ocupam terras “marginais”, “degradadas” ou “não utilizadas”, as empresas do setor cobiçam necessariamente terras planas, férteis e com irrigação adequada, onde possam obter a produtividade satisfatória de madeira. Essas terras, no entanto, são quase sempre ocupadas ou utilizadas por comunidades locais, que costumam não ser consultadas. Os moradores que se recusam a se juntar às fileiras dos sem-terra muitas vezes enfrentam violenta repressão. Com relação a projetos das plantações, o mais importante é o conflito relacionado a acesso e propriedade da terra. (OVERBEEK,

KRÖGER, GERBER, 2012, p. 23).

Segundo Overbeek, Kröger e Gerber (2012, p. 24), nos países latino-americanos, em que existe preponderantemente a relação de propriedade privada com a terra, o CCP procura adquirir terras através do financiamento de dívidas ou junto a fundos de investimento, para arrendamento ou mesmo compra das terras para as monoculturas de eucalipto ou pinus.

[...] Em sua maioria, são grandes propriedades que produzem com mais eficiência do ponto de vista dos negócios. Quando os proprietários, geralmente grandes fazendeiros, vendem ou arrendam suas propriedades para essas empresas, empregados ou camponeses sem terra que vivem e trabalham nelas são despejados. Esses mesmos grandes fazendeiros, que geralmente são extraordinariamente bem pagos por suas terras pelas empresas de plantação, podem, por sua vez, expulsar mais pessoas quando adquirem novas propriedades em outras regiões. Projetos de plantações envolvendo muitas aquisições, na mesma região, de terra de uma só vez inflacionam os preços, de tal forma que o acesso à terra se torna muito mais difícil, tanto para agricultores pequenos ou sem-terra quanto para programas Estadais de reforma agrária. Essa concentração de terras é a principal fonte de conflitos entre empresas de plantação industrial de árvores e movimentos camponeses rurais, como a Via Campesina. (OVERBEEK, KRÖGER, GERBER, 2012, p. 26).

Existem ainda casos, conforme abordado por Gomes e Overbeek (2011) em que as empresas obtêm títulos de propriedade de forma ilegal, conforme pode ser observado no caso de uma comunidade quilombolas no Estado brasileiro do Espírito Santo com a antiga Aracruz Celulose, hoje Fibria.

As consequências deste modelo foram o aumento da concentração de terras em poucas mãos; concentração de renda; êxodo rural expulsando a população camponesa dos campos; crescimento desordenado das periferias urbanas e desemprego em massa; controle da agricultura por um pequeno grupo de multinacionais; dependência total dos agricultores perante empresas (maioria multinacionais) fornecedoras de sementes, adubos e venenos químicos; dependência econômica de regiões inteiras a um único tipo de produção. (VIA CAMPESINA, 2006, p. 11).

O impacto ambiental relacionado ao uso excessivo e contaminação de regimes hídricos também é parte integrando do processo de produção de celulose. Esta lança mão do uso de dioxinas (organoclorados que são resultado da associação entre matéria orgânica e cloro) em seu processo de branqueamento. Tratam-se de compostos claramente identificados como cancerígenos, com possibilidades de provocar doenças “[...] no sistema endócrino, no sistema reprodutivo, no sistema nervoso e no sistema imunológico [...]”. (VIA CAMPESINA, 2006, p. 19).

Mesmo com o tratamento de efluentes na fábrica, as dioxinas permanecem e são lançadas nos rios, contaminando a água, o solo e conseqüentemente a vegetação e os animais (inclusive os que são usados para consumo humano). No organismo dos animais e do homem, as dioxinas têm efeito cumulativo, ou seja, não são eliminadas e vão se armazenando nos tecidos gordurosos do corpo. Assim o peixe armazena

dioxina e o ser humano que come o peixe recebe e armazena a dioxina no seu corpo. (VIA CAMPESINA, 2006, p. 20).

Mais um impacto ambiental negativo provocado pela monocultura de eucalipto é a erosão. Uma vez que uma área que contém uma monocultura de eucalipto é incapaz de realizar uma estabilização no consumo de água, uma vez que possui um ciclo muito curto de produção. Disso resulta:

Os solos continuarão mais secos, a quantidade de água nos leitos dos cursos d'água continuará recebendo acréscimos durante as chuvas (causando erosão e assoreamento) e diminuindo a cada novo plantio, o escoamento superficial continuará elevado, não havendo sentido em considerar a estabilização em longo prazo, pois haverá continuidade da interferência a cada nova safra de eucaliptos. (FREITAS JUNIOR, 2011, p. 101).

A redução da biodiversidade é outro elemento apontado como resultante da presença das monoculturas de eucalipto. A redução da presença de seres vivos, sejam plantas ou animais, ocorre pelo fato de qualquer outra espécie vegetal é comprometida ao ser criada em conjunto com a “floresta plantada” de eucaliptos. Isso levou o setor de papel e celulose a desenvolver uma imagem contraditória. Se por um lado possui imagem negativa em relação aos impactos ambientais provocados pela sua presença, por outro possui imagem positiva, resultado de propaganda, custeada pelas próprias empresas, que também absorviam o discursos ambiental (VIA CAMPESINA, 2006, p. 7).

Como forma de contornar essa imagem negativa adquirida pelo setor nos anos 1990, observa-se uma forte atuação do setor em âmbito internacional, particularmente em organismos multilaterais e em especial no órgão das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO em sua sigla em inglês). Este órgão conta com um Departamento próprio de Silvicultura:

[...] Um desses órgãos se chama ‘Comissão Consultiva sobre Produtos de Papel e Madeira (Advisory Committee on Paper and Wood Products) (ACPWP), que consiste em executivos da indústria de papel e madeira. Conforme afirma a página da FAO, a Comissão “encontra-se anualmente com o objetivo principal de oferecer direção às atividades e programa de trabalho do Departamento de Silvicultura da FAO sobre assuntos relevantes para a indústria de papel e produtos florestais”, supostamente para “apoiar países-membros nos seus esforços de avançar no desenvolvimento sustentável”. (meets yearly with the main objective of providing guidance on activities and programme of work of the FAO Forestry Department on issues relevant to the paper and forest products industry, in support of member countries efforts to progress towards sustainable development). (MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS, 2011, p. 4).

Todo esse esforço pode ser materializado num ponto central na nova estratégia de expansão do CCP, relacionada à definição do conceito de floresta pela FAO. De acordo com este órgão, floresta corresponde a uma área com mais de 0,5 hectares maiores que cinco

metros de altura e cobertura de copa superior a 10% ou árvores capazes de alcançar estes parâmetros *in situ* (MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS, 2011, p. 2).

A princípio já se observa que tal definição apresenta um caráter bastante genérico, conforme apontado pelo MMFT (2011, p. 3), não contemplando elementos como que compõe a floresta, como a biodiversidade animal e vegetal inerente a esta composição.

Outro elemento observado se relaciona com o fato de que junto ao seu caráter de exclusão de seres vivos está outra definição genérica a respeito da altura das árvores, sua densidade e a sua área. Em suma, a definição de florestas estabelecida pela FAO permite que as monoculturas de pinus e eucalipto possam ser enquadradas nesta definição, dando origem à larga definição das monoculturas de árvores como “florestas plantadas” (MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS, 2011, p. 3).

Como consequência, essa definição passa a ser adotada por uma série de outros organismos tornando-se referência tanto internacional, com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), quanto nacional, através da implementação de políticas por parte dos governos nacionais. A definição de floresta da FAO enquanto referência mundial:

[...] significa que, além de florestas nativas, plantações de árvores possam se aproveitar da tendência de considerar as florestas como importantes reservatórios e sumidouros de carbono. Abre a porta para mais subsídios e mais lucros para o setor. Aliás, foi a própria FAO que tem sugerido que “florestas plantadas” fossem incluídas no mecanismo REDD. (Reduzindo Emissões de Desmatamento e Degradação Florestal). (MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS, 2011, p. 6).

Assim, as monoculturas de eucalipto, com a forte ajuda da hegemonia dos meios de comunicação vêm transformando sua imagem de inimiga do planeta na forma do deserto verde para tornar-se a salvadora do planeta através das florestas plantadas, capazes de armazenar carbonos da atmosfera e conter os impactos do aquecimento global.

Esse cenário se agrava com a transgenia:

A situação se agrava ainda mais com a ofensiva da indústria para introduzir plantações comerciais de árvores transgênicas, abrindo a possibilidade de termos em breve “florestas” transgênicas em larga escala, com riscos de danos irreparáveis e até mesmo desconhecidos para as características genéticas das inúmeras espécies de árvores nativas nas florestas do mundo. (MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS, 2011, p. 6).

É frente aos impactos do modelo perpetrado pelo agronegócio, cujo CCP é um de seus expoentes, que os povos do campo têm se organizado cada vez mais, e oferecido não apenas resistência, mas modelos de desenvolvimento para o campo alternativos ao apregoado pelo

modelo hegemônico.

No próximo capítulo, apresenta-se alguns elementos para entendimento do território alvo do presente estudo, o VPP. Para tanto, inicia-se com o resgate a respeito da Questão Agrária no Estado de São Paulo. A partir dela, trabalha-se junto ao processo histórico da ocupação territorial da região do VPP, em que serão apresentadas as contradições e disputas de modelos em seu interior, bem como de seus atores centrais.

### **3.2 A Questão Agrária no Estado de São Paulo**

A modernização conservadora no Brasil representa a prova de que o incremento da concentração fundiária não correspondeu, necessariamente a um obstáculo à expansão do capitalismo no campo brasileiro. De modo geral, a estrutura agrária permaneceu concentrada e modificações internas em sua estrutura tinham como fim último viabilizar as necessidades oriundas da industrialização (CARVALHO, 2011, p. 51).

Dessa condição decorreu a expansão da fronteira agrícola e acelerada urbanização. Essa expansão garantiu que a ampliação da produção agrícola ocorresse sem a necessidade de modificações na estrutura agrária e a urbanização ocorrida em ritmo acelerado ampliou o mercado interno para o capital (CARVALHO, 2011, p. 51).

O Estado de São Paulo, constituído por uma forte indústria e agricultura diversificada, representa um caso significativo para evidenciar a expansão capitalista no campo e sua consequente concentração.

Ao trabalharmos com o Índice de Gini<sup>8</sup> na análise da distribuição da posse da terra em São Paulo, torna-se evidente a identificação do caráter concentrador da propriedade fundiária no estado. Um olhar inicial apresenta uma leve diminuição dessa desigualdade em relação ao censo de 1995/1996, decorrência da mudança em relação ao momento de coleta de dados, que provocou dificuldade de identificação de estabelecimentos em condições precárias. Entretanto, ao se observar o ano de 2006, o fator desigualdade da posse da terra, mensurada pelo Índice, apresentou o maior número em relação ao período analisado, valor inclusive maior que o de 0,759 registrado para o ano de 1960 (HOFFMANN, 2007).

O incremento vertiginoso da concentração fundiária provocada pela modernização conservadora da agricultura no Estado de São Paulo não ocorreu sem provocar traumas. A

---

<sup>8</sup> “O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. [...]”. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2048:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23)>.

partir da identificação do processo de absorção da mão de obra, torna claro que o desenvolvimento capitalista no meio rural, com seus aumentos da produtividade em relação ao trabalho e ampliação da maquinização da produção, teve lugar à revelia da ampliação de oportunidades de trabalho dentro da agropecuária (CARVALHO, 2011, p. 53).

Nesse sentido, assim como ocorreu uma redução relativa, também deu-se uma queda absoluta na quantidade de famílias identificadas em atividades agrícolas. Se, em 1970, o Estado de São Paulo contava com aproximadamente 1,4 milhões de trabalhadores ocupados na agricultura, no ano de 2006 esse total havia sido reduzido para chegar ao montante de 910 mil (CARVALHO, 2011, p. 52).

Dentre o conjunto de 910.805 trabalhadores com ocupação em estabelecimentos agrícolas do Estado de São Paulo no ano de 2006, 38% se localizavam nas chamadas lavouras temporárias, 31% nas atividades vinculadas à pecuária, 21% nas lavouras permanentes e 9% nas atividades de floricultura e horticultura. As outras atividades empregaram em índices percentuais inferiores a 1% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006).

Conforme aponta Carvalho (2011, p.54), a partir da observação dos dados por grupos de áreas, é possível reforçar a argumentação relacionada à pequena propriedade enquanto geradora de trabalho e renda. Em estratos inferiores a 20 ha, como pode ser observado na tabela acima, estão concentrados 57% da soma dos estabelecimentos, que são responsáveis por 35% de todo os trabalhadores ocupados na agropecuária, no conjunto de 6% da área total.

[...] Valendo-nos de instrumentos estatísticos simples como o cálculo de frequências relativas e acumuladas para estabelecimentos e área ocupada, deduz-se que 57% de todos os estabelecimentos rurais no estado estão abaixo dos 20 hectares ocupando apenas 6% da área total. Em sentido contrário, os estabelecimentos agropecuários acima de 1000 hectares representam apenas 1% do total, mas ocupam 36% de toda a área recenseada em 2006 pelo IBGE. (CARVALHO, 2011, p. 54).

Observa-se a incidência de um processo permanente de ampliação da concentração fundiária. Da análise dos dados dos censos anteriores, no ano de 1985 vê-se que os estabelecimentos com até 50 ha representavam um conjunto de 214.163. Diferentemente, no anos de 1995/1996 esse valor foi reduzido para 158.913, uma perda, ao longo de dez anos, de 25%. Em relação ao último censo a quantidade de estabelecimentos rurais de até 50 hectares teve seu aumento chegando a 177.177, contudo isso não corresponde a um indicador de desconcentração fundiária, uma vez que, tais estabelecimentos simbolizam 78% do total em uma área de somente 15% (CARVALHO, 2011, p. 56).

Ainda que a desigualdade do acesso à terra no Brasil seja lugar comum em qualquer um dos estados da federação, é notório o agravamento desta concentração no estado mais rico

do país, que de 0,758 no ano de 1995, chegou ao valor de 0,804 no ano 11 anos depois (CARVALHO, 2011, p. 56).

[...] A luta pela terra no estado mais rico do país demonstra o quão complexo e contraditório é o processo de desenvolvimento das forças capitalistas na agricultura brasileira e paulista. Em sendo assim, a formação de assentamentos rurais no estado de São Paulo é uma consequência direta do elevado grau de conflito entre posse da terra e exploração do trabalho. (CARVALHO, 2011, p. 63).

No que se refere à dinâmica agropecuária no estado de São Paulo, observou-se o empenho, ao longo dos últimos anos, de promover o desenvolvimento do setor agrícola com um evidente viés de promoção do agronegócio e a consequente exportação de seus produtos, chegando ao ponto, inclusive, de realizar o direcionamento de institutos estaduais de pesquisa para que fossem voltados para esse fim. Consequência, foram identificadas mudanças significativas da agricultura do Estado de São Paulo. O estado passou a voltar-se ao estímulo de lavouras capazes de oferecer vantagens competitivas de âmbito internacional (CARVALHO, 2011, p. 63-64).

Ao atenta-se com maior atenção sobre a agropecuária do estado paulista, identifica-se pronto a presença de grandes cadeias ligadas ao agronegócio como, por exemplo, a cana-de-açúcar, a citricultura, a pecuária de corte e seus derivados, a própria produção de eucalipto, entre outros exemplos. Essas cadeias produtivas mostram um elevado grau de acúmulo tecnológico e possuem, com abordou-se anteriormente, a face voltada ao mercado externo. Todavia, permanece um outro grupo de atividades que também se apresentam altamente especializadas, mas voltadas a áreas e regiões mais específicas o que, consequentemente, provoca particularidades importantes para cada região (CARVALHO, 2011, p.70).

A distribuição dos estabelecimentos a partir da utilização das terras fornece elementos adicionais na identificação das características produtivas do estado de São Paulo. Nesse sentido, Carvalho (2011) aponta que:

Estes números, baseados em culturas tão diversas, revelam que existem lógicas produtivas bem distintas no estado. Elas vão desde modelos altamente capitalizados, dominados por grandes empresas, até estruturas totalmente dependentes da mão-de-obra familiar, mas capitalizadas. As conexões históricas para este fenômeno tão diverso remontam as décadas de 1940 e 1950, nas quais a incorporação da fronteira agrícola representou uma ampliação das atividades rurais e agroindustriais ao mesmo tempo em que cresceu o número de cidades *vis-à-vis* a expansão da grande propriedade concomitante om a possibilidade de ampliação do espaço para a pequena produção mercantil [...]. (CARVALHO, 2011, p.76).

Inicialmente, de acordo com o que abordamos em relação às características da questão da diversificação agrícola e suas particularidades regionais em São Paulo, seria possível argumentar que a questão agrária estaria resolvida no estado. Contudo, não sobra margem para dúvidas acerca do fato de que os ganhos de produtividade passaram distantes da

melhoria das condições de vida da imensa maioria dos trabalhadores do campo, que, conseqüentemente, contribuiu decisivamente para a ampliação de conflitos no campo e da própria luta pela terra (CARVALHO, 2011, p. 76).

No que se refere a luta pela terra e a realização (ou não) da reforma agrária no Estado de São Paulo é importante observar que nela a importância desempenhada pelo próprio poder público, que teve participação protagonista. Sem margem para dúvidas, a chamada “Revisão Agrária” correspondeu ao primeiro programa promovido pelo estado que teve como objetivo a viabilização de assentamentos rurais. Este programa, levado a cabo pelo gestão de Carvalho Pinto (1958-1962) no Governo do estado, esteve inserido em uma conjuntura de grandes discussões a respeito da questão agrária no país (CARVALHO, 2011, p. 77).

[...] Do ponto de vista programático, a meta era o assentamento de 500 a 1000 famílias por ano. Contudo, apenas dois projetos-piloto tiveram êxito, a saber: um em Campinas, com 72 famílias e outro em Marília, com 113 famílias. (CARVALHO, 2011, p. 77).

Embora tivesse características progressistas, as áreas disponibilizadas para os dois projetos mencionados evidenciaram, desde o princípio, que os interesses dos grandes latifundiários não seriam enfrentados e, tampouco, contrariados. A ausência de uma pressão organizada por parte dos movimentos sociais de luta pela terra em São Paulo na época deixava evidente que a discussão a respeito da reforma agrária era bem menos presente que em relação aos estados da região Nordeste, que contavam com a pressão dos trabalhadores rurais organizados no âmbito das Ligas Camponesas (CARVALHO, 2011, p. 78).

O êxito do programa, para além dos pilotos desenvolvidos, foi totalmente comprometido com o fim do Governo Carvalho Pinto e início da gestão de Adhemar de Barros, que abandonou o programa. As questões fundiárias só foram novamente colocadas no debate estadual nos anos 1980 durante a gestão de Franco Montoro (1983-1986) que coincide com o processo de redemocratização, abertura política e as iniciativas, realizadas em âmbito federal, atinentes no I PRNA. (CARVALHO, 2011, p. 79).

Ao debruçar-se com maior atenção à iniciativa principal realizada pelo governo federal nesse âmbito, temos uma maior compreensão da dimensão restrita em relação à realização da reforma agrária por parte dos agentes estatais. Construído ao largo do período da Nova República, que abrangeu os anos de 1985 a 1989, o primeiro Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) possuía como princípio elementar para sua viabilização, o cumprimento da função social da propriedade, estabelecida pela Constituição Federal de 1988. Outrossim, também tornava evidente a condição contraditória promovida pelas políticas fundiárias nacionais ao afirmar, ao mesmo tempo em que apregoava a necessidade de cumprimento da função social da propriedade, a garantia da não-desapropriação de empresas rurais e, ainda, que a reforma agrária não chegaria àquelas terras que estivessem com produção e, somou-se a

isso, a desapropriação paga mediante indenizações (CARVALHO, 2011, p. 31).

Ao final, o PNRA não teve seguimento por conta da falta de vontade política assim com a ausência de recursos para sua efetivação, chegando ao patamar de apenas 515 projetos com capacidade de assentamento de 83.625 famílias (CARVALHO, 2011, p. 31).

O governo de Franco Montoro assume a gestão do estado de São Paulo já com a presença de um significativo passivo em relação à questão fundiária. E, logo nos primeiros meses de seu mandato, depara-se com uma série de manifestações e ocupações que o provocaram a levar a cabo uma resposta que fosse rápida e, simultaneamente, fosse consistente com a política fundiária a cargo do estado. Desse quadro surge o Plano de Valorização de Terras Públicas (PVTP) (CARVALHO, 2011, p. 79).

Aqui, destaca-se a diferença dos papéis e força para viabilização da reforma agrária por parte do governo federal e dos estados, com ênfase às limitações desse último.

Há que se considerar as limitações na competência dos estados no que tange políticas fundiárias. A primeira delas é não poder usar de desapropriações para fins de reforma agrária; por outro lado a não dotação de recursos provenientes do Imposto Territorial Rural, de cunho federal e municipal, além de não terem poder de gerir recursos oriundos do governo federal. (CARVALHO, 2011, p. 79).

E, diante dessa limitações, torna-se evidente a escolha pela utilização das terras públicas para solucionar os problemas fundiários persistentes. Foram constituídos 24 assentamentos de reforma agrária que beneficiaram um conjunto de 2.150 famílias dentro de uma área total de 36.167 hectares (CARVALHO, 2011, p. 79).

Ainda que houvessem tais programas relacionados à efetivação da reforma agrária, ao longo dos anos de 1980, as movimentações voltadas à demanda por terra ainda eram isoladas, configurando-se como ações bastante residuais. Esse cenário muda em São Paulo, com o processo de redemocratização do país.

Em que pese os programas estaduais, até os anos 1980, os conflitos ocorridos, no período da ditadura, ocasionaram ocupações de áreas isoladas e residuais na luta pela terra, contudo, no bojo das manifestações pela redemocratização e surgimento de novos atores políticos e sociais, tais como MST, PT, CPT, a luta pela terra ganha maior dimensão e maior articulação nacional, imprimindo ao poder público, a necessidade de novas respostas. (CARVALHO, 2011, p.80).

A partir dos anos de 1980, os personagens centrais no conjunto do “dilema” agrário no estado de São Paulo eram os posseiros, arrendatários, meeiros e sitiantes, que também contavam com a adesão de movimentos oriundos de organizações sindicais, em particular aquelas vinculadas ao corte da cana-de-açúcar. No bojo da constituição dessa nova forma de reivindicação da terra e mobilização para sua conquista, devem ser considerados os migrantes, oriundos de outras regiões do país, que passam a buscar movimentos organizados enquanto

instrumento voltado à conquista de terra e trabalho (CARVALHO, 2011, p. 80-81).

No esforço promovido pelo poder público em responder ao aumento da demanda por terra para trabalhar, identificou-se a realização dos primeiros assentamentos rurais a partir de áreas antes pertencentes a empresas estatais como foram os casos da CODASP (Companhia de Desenvolvimento Agropecuário de São Paulo), da CESP (Companhia Energética de São Paulo), FEPASA (Ferrovias Paulistas S. A.) e da Petrobrás S.A. Esse último caso, mais emblemático por constituir-se na áreas em que é hoje o Assentamento Conquista, no município de Tremembé, região do VPP. Somavam-se, ainda, terras que pertenciam ao governo do estado, assim com as áreas devolutas ou griladas, em particular das áreas do Pontal do Paranapanema e do Vale do Ribeira (CARVALHO, 2011, p. 81).

Até o ano de 1984, o estado de São Paulo contava com a presença isolada de movimentos sociais de luta pela terra nas regiões de Itapeva, Andradina, Campinas e Pontal do Paranapanema, articuladas entorno da CPT. Em decorrência posterior à fundação do MST em nível nacional, o Movimento constituiu uma secretaria estadual na capital paulista e, após 1985, expandiu-se para a região de Campinas. Nela, obteve a conquista dos assentamentos Sumaré I e Sumaré II em áreas oriundas da FEPASA. Estas constituíram-se em importantes bases na formação do MST em território paulista. Assim como no conjunto dos estados, em São Paulo o processo de conquista de assentamentos de reforma agrária ocorreu em maior medida como decorrência das ocupações de terra como forma de pressão junto ao poder público do que necessariamente pelos projetos levados a cabo pelo governo (CARVALHO, 2011, p. 85-86).

Nos caminhos da luta pela terra, os trabalhadores foram conquistando frações do território. No Estado de São Paulo estas conquistas resultaram de uma diversidade de experiências. O processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo é decorrente dessa diversidade de experiências que vem acontecendo desde 1979. A luta de resistência dos posseiros da fazenda Primavera, no municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência, marcou a origem do MST no estado [...]. (FERNANDES, 1994. p.77).

Apresentaram-se aqui elementos gerais da questão agrária no Estado de São Paulo. Buscou-se, assim, identificar as contradições que levaram as famílias excluídas do campo a se organizarem em busca do acesso à terra, através da articulação em movimentos sociais do campo como o MST.

À sequência, volta-se para a região do VPP, onde acentua-se um pouco mais a análise do presente trabalho. Procura-se identificar os processos pelos quais a região passou para chegar ao seu atual estágio de desenvolvimento no campo. Apesar da forte presença da monocultura do eucalipto, através do CCP, vê-se hoje na região o seu contraditório, a constituição de assentamentos de reforma agrária, conquistados a partir da organização das famílias em torno

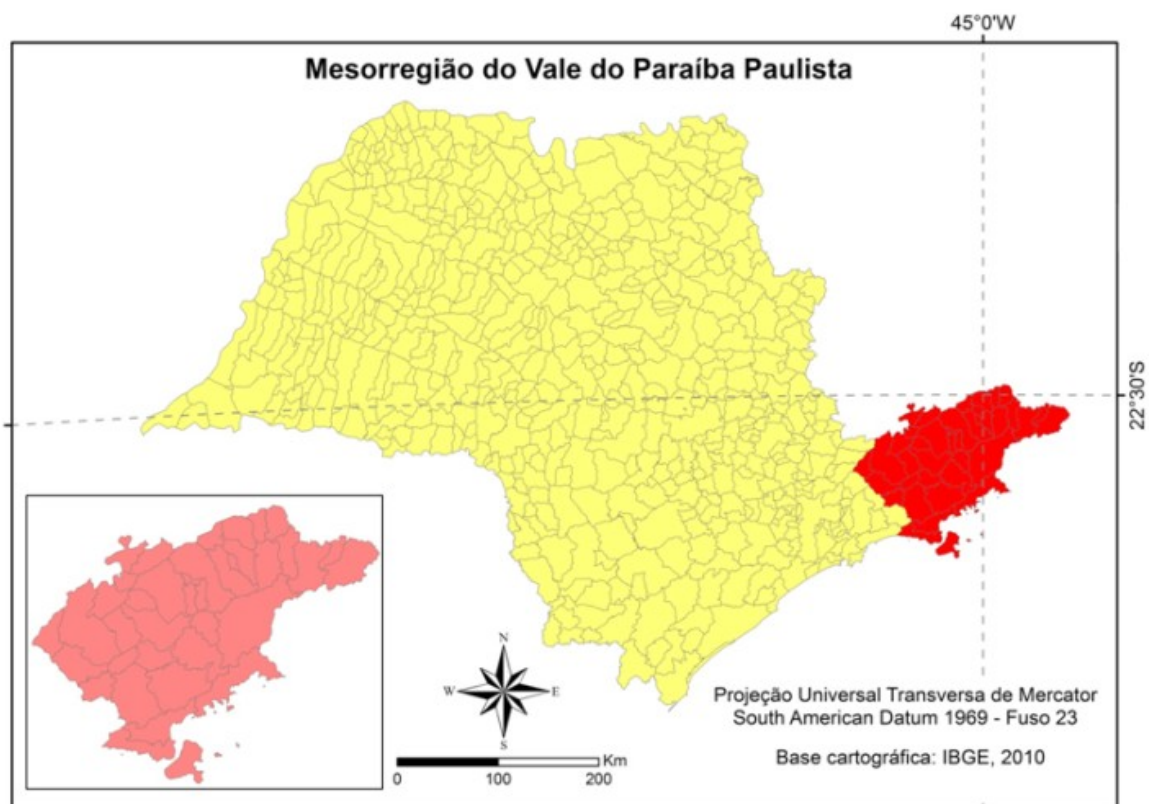
do MST.

### 3.3 Do café à monocultura do eucalipto no Vale do Paraíba Paulista

A região do Vale do Paraíba, localizada entre a Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira, corresponde ao local onde se forma o rio Paraíba do Sul, que a Oeste tem o Estado de São Paulo e a Leste o Rio de Janeiro. A região conta com um parque industrial altamente desenvolvido, ao contar com indústrias automobilísticas, do setor aeroespacial, da indústria bélica, de metal-mecânica e siderúrgica, o que a coloca como concentradora de uma importante parcela do PIB brasileiro. Sua porção paulista é composta por 27 municípios que se agrupam em seis Microrregiões (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2010).

O Vale do Paraíba divide-se em duas Mesorregiões do IBGE, abrangendo a Mesorregião do Vale do Paraíba Fluminense, que corresponde à porção carioca do Vale e a Mesorregião do VPP (Figura 1), que aqui buscamos analisar.

Figura 1 – Localização da Mesorregião do Vale do Paraíba Paulista, Brasil



Fonte: CASA DO PATRIMÔNIO DO IPHAN NO VALE DO PARAÍBA, 2005.

A Mesorregião do VPP instituída pelo IBGE corresponde à mesma área dos EDRs de Pindamonhangaba e Guaratinguetá e, também, é similar à Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (Figura 2), estabelecida pela Secretaria de Planejamento e Gestão,

também do governo do estado de São Paulo.

Figura 2 – Municípios da Mesorregião do Vale do Paraíba Paulista



Fonte: SÃO PAULO, 2015.

O processo de ocupação do território Vale Paraibano pelos portugueses teve início com o ciclo do ouro no século XVII, passando pelo da cana-de-açúcar ao longo do século XVIII e com a consolidação com a expansão do café, com início nas áreas montanhosas (por volta do ano 1780) e posteriormente como substituto das pastagens (já no período de 1880) (DAVIDE, 2014, p. 13). A exploração do café, no início do século XVIII foi estruturada inicialmente às custas de um modelo predatório de destruição da Mata Atlântica, bem como do extermínio das últimas populações indígenas da região pelos bandeirantes (DAVIDE, 2014, p. 15).

Posteriormente, o Vale do Paraíba contou com um grande destaque dentro da economia mundial durante o século XIX, por meio de empresas produtivas baseadas no modelo escravista de *plantation*, modificando de modo permanente a paisagem natural e cultura da região por completo. A *plantation* também ocorreu em outras regiões do continente americano, como foram os casos do algodão no baixo vale do Rio Mississipi, Estados Unidos, e o açúcar no ocidente de Cuba (DAVIDE, 2014, p. 15).

A presença do café na região do Vale do Paraíba insere-se num contexto maior, de transformações do país, relacionadas às questões produtivas. Caio Prado Junior (2006) irá destacar dois fatos para essas transformações no curso do século XIX:

[...] um de natureza geográfica: é o deslocamento da primazia econômica das velhas regiões agrícolas do Norte para as mais recentes do Centro-Sul (o Rio de Janeiro e partes limítrofes de Minas Gerais e São Paulo). Outro é a decadência das lavouras tradicionais do Brasil — da cana-de-açúcar, do algodão, do tabaco —, e o desenvolvimento paralelo e considerável da produção de um gênero até então de pequena importância: o café, que acabará por figurar quase isolado na balança econômica brasileira. (PRADO JUNIOR, 2006, p. 114).

O interesse para produção no café contou com as particularidades morfológicas da região do Vale do Paraíba, uma vez que, em decorrência da ausência das atrativas riquezas minerais fruto de intensa exploração no início, as características relacionadas ao clima generoso e a presença abundante de chuvas, assim como o solo enriquecido pela presença da Mata Atlântica, foram fatores importantes na decisão da ocupação desse território com a monocultura cafeeira com mão de obra escrava (CARVALHO, 2008, p. 17).

Com a entrada do café, os espaços foram quase que totalmente ocupados para a sua reprodução. Num dado período da história, entre 1800 e 1860, o Vale foi a região que mais produziu café no Brasil. O desflorestamento foi intenso com a consequente eliminação de grande parte da biodiversidade. (CARVALHO, 2008, p.22).

Do seu apogeu produtivo na segunda metade do século XIX, chegou-se à sua decadência no início do século XX, decorrência, dentre outros fatores, da ascensão do abolicionismo e da redução da produtividade dos cafezais. Carvalho (2008) também irá associar a queda do Ciclo do Café ao desgaste ambiental provocado nos solos por esta monocultura.

[...] introdução do café no Vale do Paraíba Paulista, como elemento de contribuição para a acumulação capitalista e que teve o seu apogeu entre 1800 a 1890, ocorreu já o início da remoção quase total da Mata Atlântica. O café invadiu áreas antes florestadas, promoveu novos e profundos desmatamentos, o que trouxe como consequência [sic] erosão do solo, assoreamento de corpos d'água, desarranjo dos ventos, redução da evapotranspiração e por isso mesmo alteração no regime de vapor e chuva e redução do tempo de residência hídrica. A cultura cafeeira invadiu áreas de nascentes, de várzeas e grotas. Provocou uma certa alteração no Ciclo Hidrológico. Tanto assim que, em decorrência da queda da qualidade do solo — por conta da quebra da capacidade natural do ecossistema — sobreveio a queda de produtividade da cultura cafeeira e seu abandono gradativo. (CARVALHO, 2008, p. 8-9)

A história da região do VPP, segundo dados da Fundação Oswaldo Cruz (2010), oriundas do Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, está ligada à ascensão e decadência da cultura do café, que forneceram prestígio e poder político à região. A essa cultura no campo, somou-se o desmatamento da Mata Atlântica para abastecimento da indústria paulista, em expansão no período. E, a partir da crise de 1929 esse cenário se altera, com mudanças na estrutura fundiária:

A decadência do café, ocorrida a partir da crise econômica mundial de 1929, mudou não apenas o perfil da produção agropecuária do Vale do Paraíba, mas também

modificou a estrutura fundiária da região. As grandes fazendas de café passaram a ser divididas em partilhas e heranças familiares. Esse processo se multiplicou a medida que as gerações foram se sucedendo, o que resultou numa região pontuada por pequenas propriedades e produção agropecuária com produção de leite e cultivo de arroz marcadamente familiar. (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2010).

Entre os anos de 1937 e 1938 os municípios da região do VPP contavam com as maiores produções de arroz, feijão, milho, criação de gado e mandioca do Estado de São Paulo (ESKINAZI; SOUZA, 2013, p. 196). A produção de frutas, mais vinculada à agricultura familiar, também compõem a história produtiva da região.

Aqui é característica da região [...], o Vale do Paraíba não produz só alimento. Aqui nós temos, nas várzeas, produz arroz... e só! E as grandes fazendas aí da morraria produziam leite, que era uma bacia leiteira. Uma bacia leiteira em decadência, as várzeas produzindo arroz consegue subsistir. E a agricultura familiar, que são geralmente maioria italianos, eles produzem fruta. Caqui, depois passaram a introduzir a ponkan, a lichia...Então assim, já é próprio da região a fruticultura. (Olga Benário, Entrevista 1).

A condição fundiária atualmente existente na região do Vale do Paraíba começa a se manifestar ao final dos anos 1920, decorrente da decadência do ciclo do café, que acabou por abrir espaços para uma forma de distribuição de terras diferente. Nela, as grandes fazenda cafeiras passaram a ser seguidamente desmembradas, como forma de atender a credores, herdeiros e familiares. Doações e divisões igualmente fizeram parte dessas transformações (REICHELMANN, 2006, p. 83-84).

O resultado desse processo, ao longo de 80 anos foi a conformação de pequenas propriedades voltadas à produção agropecuária, de caráter familiar e em sua mais parte dedicada à subsistência, sendo a menor proporção dedicada ao abastecimento regional (REICHELMANN, 2006, p. 83-84).

[...] Os solos enfraquecidos passaram a abrigar pastagens e o café deu lugar à atividade pecuária leiteira extensiva. As plantações passaram a dominar as várzeas, onde se desenvolveu a produção do arroz que, a partir de 1920, tornou-se o principal produto agrícola da região. (SÃO PAULO, 2013, p. 68).

Ao longo da primeira metade do século XX, por conta da disponibilidade hídrica e as características dos terrenos de várzea do Rio Paraíba, propagou-se pela região a produção do arroz irrigado. Esta cultura foi e tem sido executada através da prática da inundação permanente, na qual a água a ser utilizada é captada de córregos e rios e executado por gravidade (SÃO PAULO, 2013, p. 15-16).

A região também viu constituir por volta dos anos 1930 a pecuária leiteira, levando-a a se tornar a principal provedora do produto para a capital paulista. Desse período é possível observar um importante processo de organização com o surgimento de diversas cooperativas e

a constituição posterior de uma central. (SÃO PAULO, 2013, p. 68).

Até a década de 1960, a produção de leite era a principal atividade agropecuária do Vale [do Paraíba]. Instalaram-se usinas de beneficiamento de leite, que era transportado pela Estrada de Ferro Central do Brasil, surgindo o “Trem Leiteiro”. (SÃO PAULO, 2013, p. 68)

Na década de 1960, 72% da produção de leite em espécie consumido na grande São Paulo era proveniente do Vale do Paraíba e a produção agrícola da região estava quase que exclusivamente orientada para o mercado interno. À época, existia na região uma relação próxima entre agricultura familiar, produção para subsistência e venda de excedente para abastecimento do mercado interno. Contudo, essa estrutura se modifica quando surgem interesses do agronegócio pelo controle de grandes extensões de terra na região (ESKINAZI; SOUZA, 2013, p. 196).

[...] Ainda que houvessem algumas diferenças internas na região, a subregião [sic] da Mantiqueira, por exemplo, se destacava na produção de frutas, e os estabelecimentos eram em média maiores no Médio Paraíba do que no Alto Paraíba. Neste último, três quartos da produção de feijão era destinada à subsistência, o que denota uma ocupação significativa da produção familiar. (ESKINAZI; SOUZA, 2013, p. 196).

É a partir da década de 1970 que tem início a chegada e expansão das monoculturas de eucalipto, com o objetivo de abastecer as indústrias de celulose e papel. São exemplos a Papel Simão (hoje uma das quatro fábricas da Fibria Celulose S. A.), localizada no município de Jacareí e a Companhia Suzano, com fábricas na capital paulista e na cidade de Suzano. Tudo isso dentro da lógica do governo militar de consolidar o setor de celulose no país e transformá-lo em exportador de papel e celulose (ESKINAZI; SOUZA, 2013, p. 196).

Para isso criaram-se políticas como: incentivos fiscais ao cultivo de eucalipto e pinus previsto no Código Florestal de 1965; criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) em 1967, com a função de elaborar planos de “reflorestamento” e prestar assistência técnica; isenção, em 1970, de imposto de renda para “reflorestamentos” acima de 100 ha, [...] evidenciando a política de estímulo ao latifúndio e à concentração de terras. (ESKINAZI; SOUZA, 2013, p. 197).

No Estado de São Paulo, particularmente, tiveram lugar políticas estaduais como o Programa Florestal do Estado (1970), responsável por viabilizar parcerias entre Instituto Florestal (IF), Universidades e o IBDF, entre elas o Zoneamento Econômico Florestal do Estado (1975), que definiu as regiões mais propícias à instalação e expansão das atividades “florestais” (MAGALDI, 1991).

O papel estimulador da monocultura de celulose no Brasil também pode ser observado nas ações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) que planejou e

induziu investimentos nos anos 1960 e 1970. Sua atuação representa um dos alicerces para a expansão da indústria de papel e celulose. Uma de suas políticas foi a fixação de níveis mínimos de escala de produção para concessão de investimentos, o que acabou por privilegiar grandes empresas com estímulo à especialização das indústrias com vistas à obtenção de maiores índices de produtividade, integração da produção de celulose e papel, bem como a integração da produção com a “floresta” voltada à minimização de custos (JUVENAL; MATTOS, 2002, p. 35).

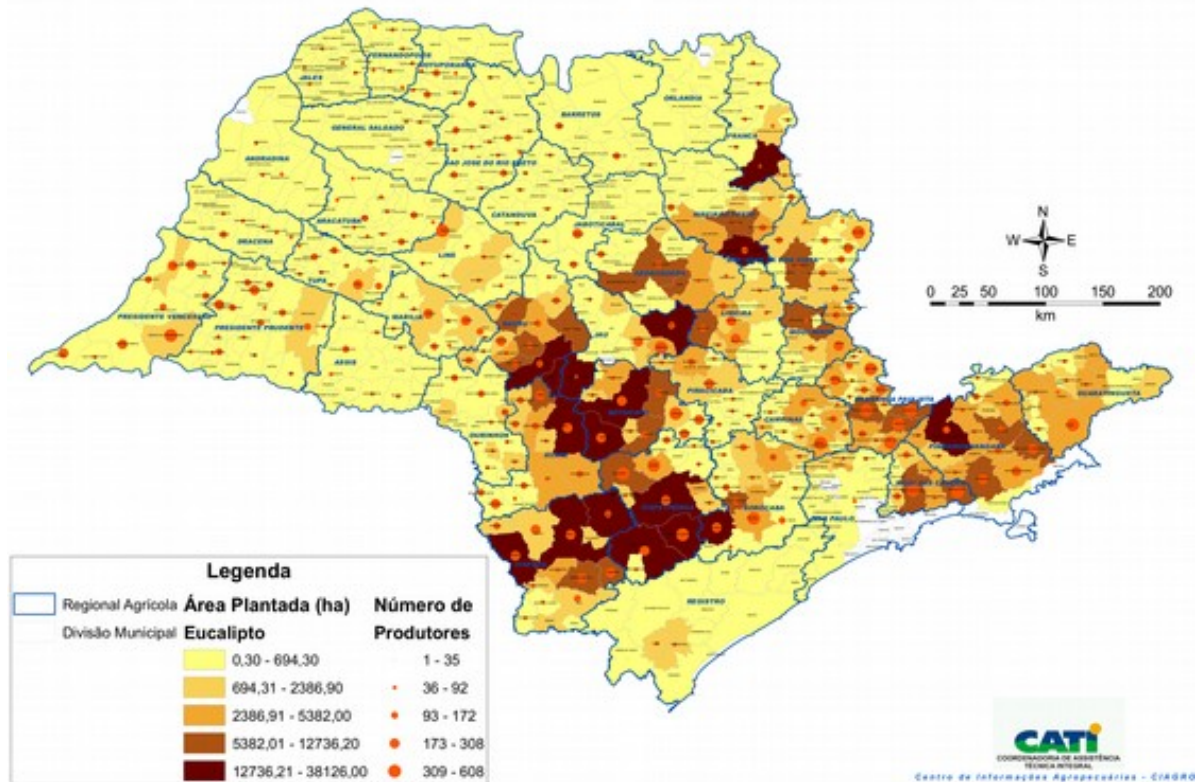
[...] no Vale do Paraíba se consolida uma especialização produtiva de celulose, isto é, um aprofundamento da divisão territorial do trabalho que refuncionaliza determinados territórios para gerar condições de maior produção e produtividade, a partir do tripé estatal: isenções fiscais, financiamentos subsidiados e desenvolvimento tecnológico. A transformação na matriz produtiva regional modifica profundamente as relações sociais de produção [...]. (ESKINAZI; SOUZA, 2013, p. 198).

Mesmo com a expansão das empresas silvícolas para outras regiões do país, particularmente para o Centro-Oeste e Norte brasileiro (PERPETUA; THOMAZ JÚNIOR, 2013) a região do VPP segue com uma participação significativa, em âmbito nacional, no cultivo de eucalipto para a produção de celulose de mercado. Segundo dados do Anuário de 2013 da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas – ABRAF (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES DE FLORESTAS PLANTADAS, 2013, p. 29), o Sudeste é a região com maior área plantada de eucaliptos para fins de produção, perfazendo mais de 2.684 mil hectares, de um total de 5.102.030 hectares plantados no período no Brasil. Dentro da região, o Estado de São Paulo é o segundo maior produtor, perdendo em área plantada apenas para o Estado de Minas Gerais, os quais possuem, respectivamente, 1.041.965 e 1.438.971 hectares sendo, ainda ou dois estados com maiores áreas de florestas plantadas.

À sequência, é possível observar a distribuição de área plantada com eucalipto e o respectivo número de produtores no estado de São Paulo (Figura 3), obtido junto ao Projeto Lupa da Coordenadoria Técnica de Assistência Integral (CATI), vinculada à SAA. A última atualização dos dados por parte do Governo do Estado de São Paulo é de 2008.

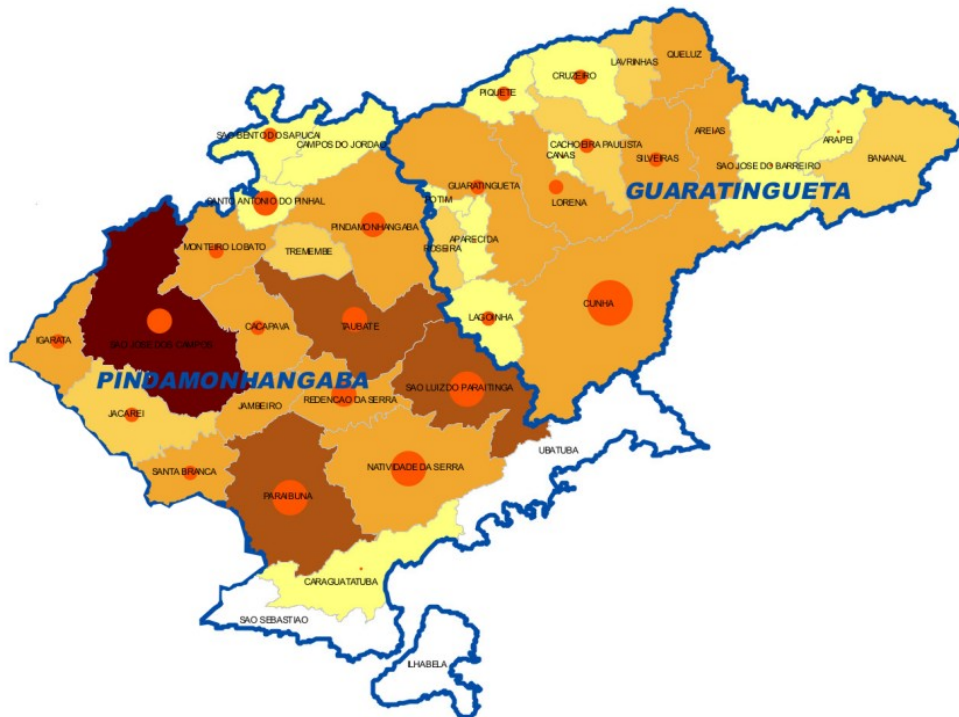
Figura 3 – Área cultivada com eucalipto e número de produtores Estado de São Paulo

Distribuição Geográfica de área cultivada e número de produtores, 2007/2008



Com vistas a melhorar a visualização do mapa anterior (Figura 3), realizou-se aproximação para visualização das EDRs de Pindamonhangaba e Guaratinguetá (Figura 4), relacionadas à Mesorregião do VPP do IBGE.

Figura 4 – Área cultivada com eucalipto e número de produtores na região do Vale do Paraíba paulista



Fonte: Elaboração do autor a partir de dados de São Paulo (2008).

Dados recentes obtidos junto ao IEA referente às áreas com produção de eucalipto nas EDRs de Pindamonhangaba e Guaratinguetá indicam um aumento na ampliação da produção de eucalipto e novas áreas, com destaque para o ano de 2016.

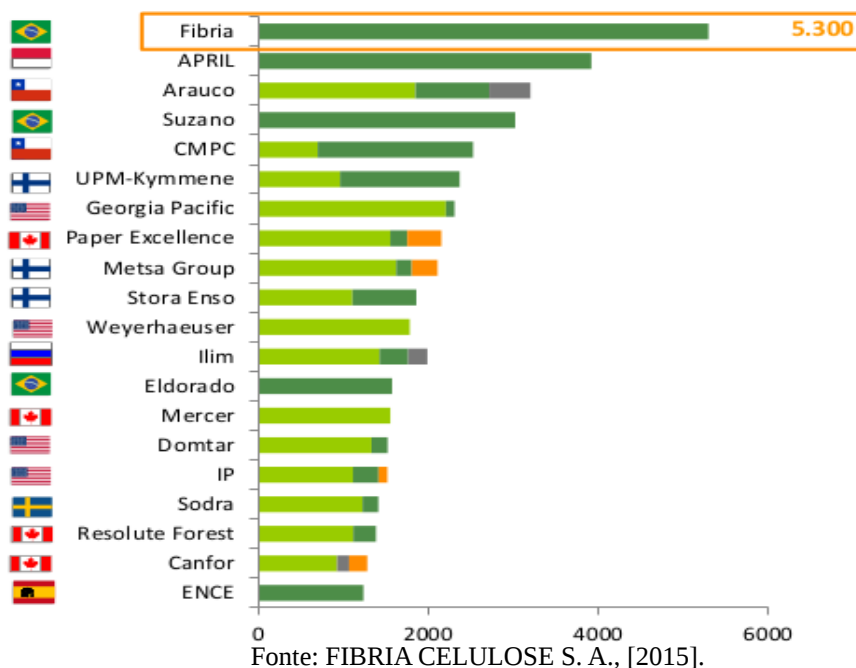
As principais empresas do CCP que atuam no VPP são a Fíbria Celulose S. A. a Suzano Papel e Celulose e a Nobrecel Celulose e Papel, hoje massa falida. Essas empresas possuem plantas industriais instaladas nos municípios de Jacareí, Suzano e Pindamonhangaba, respectivamente. Apesar da Suzano não possua sua planta industrial instalada, a empresa conta com diversas áreas de cultivo de eucalipto em municípios da Mesorregião do VPP. As áreas de cultivo das três empresas encontram em diversos municípios da região, com destaque para as cidades de Natividade da Serra, Silveiras, São Luiz do Paraitinga, Lagoinha, Taubaté, Pindamonhangaba, Paraibuna, Piquete, São José dos Campos e Cunha (FREITAS JUNIOR, 2011, p. 83).

Considerando-se apenas os 15 maiores municípios da região com plantio de eucalipto havia, em 2013, entre 81.238 a 95.238 hectares, o que corresponde a cerca de 12% desse cultivo no estado e 2,5% no país (FREITAS JUNIOR, 2011, p. 125).

A Fíbria Celulose S. A. é resultado da incorporação, em 2009, da Aracruz Papel e Celulose pela Votorantim Papel e Celulose, do Grupo Votorantim. Atualmente a empresa é a maior produtora de celulose branqueada de fibra curta do mundo (FIBRIA CELULOSE S. A., [2015]).

A figura a seguir (Figura 5) apresenta a capacidade produtiva de celulose por mil toneladas das principais empresas do mundo. Dentre estas, ao final de 2014, a colocação ocupada pela Fibria era a primeira em relação à capacidade produtiva de celulose branqueada para exportação.

Figura 5 – Capacidade produtiva de celulose (000t)



A composição acionária da Fibria é constituída por 29,3% pelo Grupo Votorantim, 34,9% pelo BNDES Participações (órgão de desenvolvimento ligado ao governo federal) e 35,8% de propriedade de acionistas. Segundo dados da própria empresa, a Fibria conta com uma capacidade de produção anual de 1,1 milhão de toneladas de celulose branqueada, sendo 91% dessa produção destinada ao mercado externo. Conta com uma base florestal de base florestal de 968 mil ha, sendo 343 mil ha de sua propriedade 71 mil ha voltadas às áreas de fomento, dentro do chamado Programa Poupança Florestal, que estimula o arrendamento junto a pequenos agricultores (FIBRIA CELULOSE S. A., 2015).

Conforme a página da Fibria na *internet*, a empresa conta com uma unidade de produção de celulose no município de Jacareí/SP e uma base de PIAs que a abastecem localizadas em municípios do Vale do Paraíba e de Capão Bonito, interior de São Paulo, com 85 mil hectares de plantios de eucalipto (FIBRIA CELULOSE S. A., 2016).

A Suzano Papel e Celulose, com extensas áreas de PIAs na região do VPP, é quarta maior empresa de celulose em capacidade produtiva do mundo. Seus monocultivos podem ser encontrados nos municípios de Lorena, Paraíbuna, São José dos Campos e São Luiz do Paraitinga, que abastecem suas duas unidades industriais no município paulista de Suzano,

limítrofe à região do Vale do Paraíba (SUZANO, 2016). Parte de sua produção também é viabilizada na região através de programas do arrendamento junto a produtores locais, como o “Programa Parceria Florestal”, existente no estado de São Paulo desde 1973.

Assim, ainda que a presença das empresas do chamado CCP tenha sido reduzida recentemente, a região ainda é uma das grandes referências nacionais em relação à presença de extensas áreas de PIAs voltadas, principalmente, para a produção de celulose de mercado, tratando-se, assim, de uma área consolidada em que é possível observar com maior evidência os resultados de anos de conflito entre o agronegócio e os camponeses que lutam pela terra na região.

As atividades desenvolvidas pelas empresas vinculadas à monocultura do eucalipto na região do VPP não diferem daquelas praticadas pelas empresas do setor de papel e celulose em outras regiões. Ao se apropriarem direta ou indiretamente de determinados territórios onde pretendem implantar seus monocultivos, através de mecanismos como arrendamento, compra de terras ou compra da madeira, as empresas se territorializam e imprimem sua dinâmica de funcionamento à região, provocando como consequência a desterritorialização de outros grupos sociais (PERPETUA; THOMAZ JUNIOR, 2013, p. 145).

Essa mudança no cenário do Vale do Paraíba com a chegada da monocultura de eucalipto tem levado muitos agricultores a substituir suas produções agrícolas tradicionais pelo plantio de eucalipto, seduzidos pelas ofertas das empresas produtoras de celulose da região. Tratam-se dos chamados “fomentados”, agricultores que “[...] celebram uma espécie de contrato de fidelidade com as empresas, recebendo adiantamento em dinheiro e assistência técnica para cultivar mudas fornecidas pelas próprias companhias [...]”. (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2010).

Os territórios expropriados pela monocultura do eucalipto descarta grande parte da mão de obra ocupada na produção de leite ou na agricultura familiar. O plantio em áreas que antes eram ocupadas pela atividade da pecuária leiteira, além de expulsar os trabalhadores do campo, inibe a manutenção dos costumes típicos do Vale do Paraíba, ameaça de contaminação pelo uso dos agrotóxicos os lençóis freáticos, nascentes e animais. (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2010).

A respeito dos programas de fomento florestal, semelhante àquele promovido pela Fábria na região do Vale do Paraíba, destaca-se que:

Foram concebidos para o suprimento alternativo de madeira, principalmente para imobilizar os ativos fundiários, reduzir o custo unitário da produção, direcionar o capital para as demais atividades industriais, mas também para contornar a pressão política de setores populares e movimentos sociais. Ou seja, os PFF [Programas de Fomento Florestal] são, também, programas de relações públicas. E mais. Foram estruturados com a intenção de transferir aos agricultores fomentados os riscos e os custos de produção da madeira que, como sabemos, é *commoditizada* e, como tal, de baixo valor agregado. Isso significa que a agregação de valor não ocorre no plantio, mas sim na fábrica. Ou seja, o valor não fica pra quem planta, mas sim pra quem transforma o que se planta. (BARCELOS, 2009, p. 5).

Tal situação também se manifesta diretamente nas condições de trabalho e na relação com a natureza. Nesse sentido, continua o autor:

Não só pelas novas configurações territoriais organizadas pela a lógica agroindustrial, os PFF [Programas de Fomento Florestal] incluíram outras bases sócio-geográficas [sic] num contexto de dependência e subordinação que possibilitou renovar as formas de exploração do trabalho e da natureza. Em seu conjunto, oferecem uma agenda técnica de intervenção integrada composta por mudas, insumos, agrotóxicos e assistência técnica que determina em contrato, as obrigações e procedimentos que devem ser seguidos pelos fomentados, de acordo com o estatuto de normas e regras preconizado pela atividade agroindustrial. (BARCELOS, 2009, p. 6).

Apesar dos grandes investimentos promovidos pelo CCP, os empregos gerados são muito poucos, sem a existência de estabilidade e com relações trabalhistas bastante frágeis. Tal situação relaciona-se à automatização de todas as etapas da cadeia produtiva, partindo desde o plantio do eucalipto até a produção da celulose (PERPETUA; THOMAZ JUNIOR, 2013, p. 146).

O receituário pragmático do regime flexível se soma às transformações trabalhistas, incorporando novas formas de organização e controle da produção e da força de trabalho, representada principalmente terceirização. Não fosse suficiente a baixíssima oferta de empregos e a flexibilização de suas condições, há o agravante do uso intensivo de agrotóxicos, prática inerente para a produção de monoculturas de árvores com fins industriais. Chega-se, desse modo, a uma degradação das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores do setor, especialmente aqueles que se relacionam à maioria dos seus postos de trabalho: construção civil, montagem de plantas fabris e plantio e manejo do eucalipto (PERPETUA; THOMAZ JUNIOR, 2013, p. 146).

Com relação aos aspectos ambientais é preciso observar que a expansão da monocultura do eucalipto na região do VPP tem sido realizada, via de regra, sem qualquer estabelecimento de zoneamentos que restrinjam sua expansão, ocupando desse modo diversas porções do território, com variadas topografias, podendo ser observada tanto em áreas planas até a morraria e serranias interiores da Serra do Mar, da Serra da Quebra-Cangalha e da Serra da Mantiqueira. Nota-se, ainda, que essa ocupação constante de topos de morros por plantações de monocultura de eucaliptos impossibilita que estas áreas possam ser integradas à corredores ecológicos regionais, visando a recuperação ambiental (FREITAS JUNIOR, 2011, p. 46).

Freitas Junior (2011) apresenta uma gama de impactos ambientais negativos provenientes do cultivo do eucalipto na região do VPP, que podem ser identificados como um padrão local:

Erosão (causada por plantios em topos de morros, em locais com declividades acentuadas ou com processos erosivos severos). Alteração da estrutura física dos solos pela compactação, devido à construção irregular de estradas rurais. Perda de nutrientes (volatilização), compactação, perda de umidade, morte de fauna, e outros impactos causados pela ocorrência de incêndios. Erosão superficial ou laminar e erosão em sulcos, desagregação dos solos e lixiviação, devido à exposição dos solos às intempéries após a colheita. “Sufocamento” da rebrota de matas ciliares devido aos plantios dentro das faixas ciliares ribeirinhas protegidas por lei. (FREITAS JUNIOR, 2011, p. 57).

A Via Campesina (2006, p. 17) também discorre a respeito dos impactos da monocultura de árvores, ao afirmar que a monocultura do eucalipto pode afetar de forma significativa os recursos hídricos da região onde ela se instala. Como exemplo, somente no Estado do Espírito Santo mais de 130 cursos d'água desapareceram após a introdução do monocultivo do eucalipto promovido pela antiga Aracruz Celulose, atual Fibria.

Não fossem suficientes os impactos negativos relacionados ao regime de uso da terra; às transformações produtivas; à sociabilidade e cultura; às relações de trabalho, ao meio ambiente e preservação ambiental; existe a discussão, não menos importante do papel da monocultura do eucalipto no processo de *commoditização* do espaço agrário brasileiro. Nela, observa-se que a opção política do governo pela manutenção do *superavit* primário tem levado o campo brasileiro à priorização da exportação de *commodities* como a soja, o milho, retirando o espaço da produção de alimentos para a população brasileira:

[...] O modelo agrícola que vem se impondo nas últimas décadas no país, implica a redução da área plantada dos produtos alimentícios da cesta básica dos brasileiros, no entanto amplia a área plantada das principais *commodities* de exportação, soja, carne (associado ao milho), polpa de madeira, papel, celulose e ferro gusa. Trata-se, portanto, de uma *commoditização* do espaço agrário brasileiro, não só conformada no velho, colonial e atual latifúndio, base da monocultura, do racismo, da violência e da escravidão, mas também um processo implicado na agricultura camponesa por meio dos programas de “fomento florestal” que, como sabemos, oferecem condições especiais para continuar a revolução verde e a política expansionista, moderno-colonial, das plantações arbóreas comerciais. Não sabemos ao certo a intensidade deste processo, no entanto podemos dizer, em maior ou menor grau, que os programas de “fomento florestal” são práticas que estruturam a crise dos alimentos, ou seja, estão inseridos no bojo destas contradições. (BARCELOS, 2009, p. 22).

Diante desse intenso ciclo de exploração que permeou a história da ocupação do território do Vale do Paraíba, do café à silvicultura do eucalipto, se pode observar os inúmeros impactos negativos e consequências e transformações para os camponeses. O próximo item pretende destacar o processo de resistência organizada por esses, através da luta retomada da terra e execução da reforma agrária por meio da organização das famílias no MST.

### 3.4 A luta pela terra no Vale do Paraíba Paulista

O desenvolvimento da agricultura na região do Vale do Paraíba evidencia o conflito sediado nas classes sociais, aqui representadas por camponeses e sociedade civil frente ao agronegócio do CCP, que promovem a disputa política e territorial.

A notícia dos primeiros conflitos fundiários ocorridos na região relata a ocorrência de dez deles, verificada entre os anos de 1974 e 1981 [...]. Posteriormente, a partir dos anos 90, e neste cenário, cingido por desigualdades de desenvolvimento econômico, social, cultural e urbano que o MST passa a desenvolver suas atuações de luta pela terra. E é justamente na região de maior desenvolvimento, ao longo da Rod. Presidente Dutra, de caráter tecnológico industrial, aeroespacial, corredor de exportação (junto ao porto de São Sebastião), que o MST concentra suas ações. (RIEHELMANN, 2006, p. 85).

Conforme abordou-se, a ascensão do ciclo do café na região promoveu um desenvolvimento concomitante à concentração de terras na região. Houve, em seu período de crise, um processo de desmembramento das grandes fazendas, que deram lugar ao surgimento das pequenas propriedades conforme a sucessão de gerações. Estas voltaram-se em pequenas propriedades com produção familiar para à agropecuária, como produção de leite, e cultivo de arroz (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2010). Essa estrutura volta a entrar em risco na década de 1970, quando da ascensão das monoculturas de eucalipto na região para produção de papel, e principalmente celulose para o mercado.

[...] Nas últimas três décadas, 60/70/80, houve uma grande emigração das pequenas para as grandes cidades aqui no Vale do Paraíba, da zona rural para a zona urbana, em função da industrialização que ocorreu na Região. Mesmo atraindo muitos imigrantes de outros estados, do Sul de Minas Gerais, do Norte do Paraná. Nesse período houve muitos emigrantes para a região do Vale do Paraíba nas cidades que se industrializaram. Várias cidades além de São José dos Campos. Podemos dizer; Jacareí, Taubaté, Pindamonhangaba, são cidades que se industrializaram muito. Nesse eixo, vai de Jacareí até Pindamonhangaba, então atraiu muitos moradores da zona rural, para trabalhar nas fábricas e esvaziou as fazendas. Por outro lado, em função da política que o governo Federal, nas duas últimas décadas implementou contra a Reforma Agrária, e a questão da agricultura, houve muitas falências de fazendas que investiam em propriedades agro-pastoris. Então a questão da pecuária leiteira, por exemplo, aqui no Vale, passa hoje por uma decadência muito grande, principalmente na região do médio Vale, no chamado Vale histórico. (ASSIS, 2000, p. 53).

Em resposta, a luta pela terra, protagonizada pelos movimentos sociais do campo, na região do VPP, teve como seu primeiro marco fevereiro de 1994, quando setenta famílias vinculadas ao MST, então acampadas no município de Iperó/SP, deslocam-se para ocupar o Horto Florestal Tremembé, no município do mesmo nome, com vistas à obtenção do imóvel para fins de Reforma Agrária. Posteriormente, somaram-se mais 19 famílias, provenientes da região de Getulina, interior do Estado (ASSIS, 2000, p. 50).

O Horto Florestal de Tremembé, que pertencia à Petrobras vinha sendo ocupado pela

monocultura de eucalipto desde a década de 1950, não tendo obtido muito sucesso para o seu propósito de quando da obtenção da área, qual seja a exploração de xisto betuminoso. Seu histórico é, havendo deixado naquele território a marcado pela da degradação do solo e um histórico de expulsão de agricultores para sua obtenção (ASSIS, 2000, p. 50).

Em 1994 haviam de 800 famílias oriundas da região de Campinas que inicialmente se deslocaram para Andradina para conquistar um pedaço de chão. Dessas, 300 retornaram ao Vale do Paraíba ao tomarem conhecimento da possibilidade de loteamento de terras da Petrobrás na região de Tremembé. Assim, decidem ficar e lutar para conquistar um pedaço de terra. Tratou-se da primeira área conquistada por meio da luta: a Fazenda Conquista, no município de Tremembé (FERRANTE et al., 2012, p. 78).

O assentamento Conquista foi constituído no modelo de assentamento tradicional, com uma média de 12 hectares por família, localizado próximo aos municípios de Pindamonhangaba, Taubaté e Tremembé, destoando do perfil dos outros assentamento que viriam a ser constituídos, já que constituídos com base na concepção de Comuna da Terra, construído pelo MST.

A segunda grande atividade do MST na região, a ocupação da Fazenda Santa Rita no município de São José dos Campos, que viria a se tornar o Assentamento Nova Esperança, foi resultado de intensos conflitos que culminaram, inclusive, no assassinato de dois militantes do MST: Roberto Oliveira Duarte e Jurandir dos Santos. Esse duplo homicídio permitiu acelerar a conquista da terra no Vale, para fins de Reforma Agrária (MOTA, 2011, p. 39).

Regionalmente, o MST foi um dos protagonistas dos movimentos sociais vale-paraibanos desde o final da primeira metade da década de 1990, com uma onda de ocupações iniciada na fazenda Horto-Tremembé, em Tremembé-SP – na qual também se tornou assentamento – culminando, entre outras, na conquista da fazenda Santa Rita, hoje Assentamento Nova Esperança I. [...]. (MOTA, 2011, p. 39).

O processo de ocupação da Fazenda Santa Rita e as diversas tentativas de desocupação serviram como importante instrumento de diálogo com a sociedade, trazendo a importância do debate a respeito da Reforma Agrária para a região. Juntamente com o movimento, envolveram-se outros importantes atores como a igreja e partidos políticos, como o PT e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) (ASSIS, 2000, p. 65).

De acordo com o depoimento de lideranças do MST, o processo de conquista do assentamento Nova Esperança, no município de São José dos Campos, remonta ao ano de 1997, após a Marcha dos 100 mil<sup>9</sup> realizada pelo MST. Nela tiveram início debates relacionados à aproximação entre o rural e o urbano, a partir do entendimento de que em decorrência da migração do campo para a cidade, era necessário a realização trabalho de base nos grandes centros urbanos, sobretudo nas periferias e áreas/bairros que concentram a

<sup>9</sup> Para saber mais sobre a Marcha dos 100 mil: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/97-99/>>.

população trabalhadora precarizada, desempregada etc.

A origem da luta pela terra promovida pelo MST na região tem relação com o fato de que parte daqueles militantes que se envolveram na construção da Marcha retornaram às suas regiões com a tarefa de fazer o trabalho de base nos grandes centros. Parte dessa militância se deslocou para o Vale do Paraíba, com a tarefa de organizar a luta pela terra na região, através da promoção de um trabalho de base, tanto na discussão e formação com famílias que tinham interesse em voltar ao campo como quais e como eram os latifúndios passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária no Vale do Paraíba.

Assim, o MST começa a articular as famílias da região em torno da luta pela terra a partir após 1997, num período de ascensão da organização do MST em todo o país. No bojo dessa ascensão o Movimento realizou uma investigação sobre a questão agrária na região do Vale do Paraíba, com as atenções para as mudanças que ocorreram na produção de café, passando pelo leite e a partir de meados dos anos 1990 a maior parte das terras ocupadas com a produção do eucalipto. Essas diferentes formas de uso da terra revelam que a região teve altos e baixos econômicos, à base da exclusão de milhares de famílias.

Em decorrência desse contexto, o MST procurou realizar trabalho de base na periferia dos grandes centros urbanos, objetivando implementar a proposta da Comuna da Terra, que conforme mencionado, possuía estrutura diferente dos assentamentos de reforma agrária até então criados no Estado de São Paulo. Ou seja, a título de exemplo a média dos módulos de assentamentos no Estado, que é de 20 hectares, já nas áreas próximas aos centros urbanos são de 4 hectares.

Tal particularidade da proposta de Comuna da Terra permite assentar um número maior de famílias, em condições melhores, particularmente por estarem localizadas próximas aos grandes centros urbanos e disporem de fácil acesso aos serviços públicos, evidenciando grande potencial de comercialização e de geração de renda para as famílias.

A proposta do MST para um novo modelo de assentamento contempla aspectos como localização próxima a centros urbanos, com aproveitamento das condições da região, de acordo com o clima e a topografia, lotes pequenos (em torno de 3ha), áreas sociais comuns, maior proximidade e contato entre assentados, à semelhança de condomínios de moradias ou casas de veraneio para as classes média e alta. Ao invés de um plantio mais extensivo de milho, feijão e criação de gado, trabalha-se com outros tipos de criação de pequenos animais em terras comuns, projeto de agroecologia e produção orgânica na fruticultura, horta, e utilização de novas tecnologias de produção, contando com infra-estrutura de energia elétrica, água e saneamento. (RIECHELMANN, 2006, p. 103)

Matheus (2003, p. 42) afirma que a proposta da Comuna da Terra consiste em promover a organização de núcleos de economia camponesa que tenha proximidade aos centros urbanos, com o claro objetivo de massificação da reforma agrária, com a possibilidade real de retomada do acesso ao trabalho no campo para a população que ali vivia e que por

uma série de fatores – entre outros a modernização conservadora da agricultura – acaba por viver nos centros urbanos, melhor dizendo, nas periferias das cidades. Argumento esse que também parte da perspectiva concreta de que de que esse processo de retorno ao campo ou escolha por viver no campo não é algo simples ou fácil, por isso a diferença de se conquista o acesso à terra em áreas que distam 80, 100 quilômetros e não 500 ou 600. Trata-se de uma diferença de distância que influencia diretamente a opção pelo processo de envolvimento na construção de um assentamento de reforma agrária.

Mais um aspecto central no debate que permeia a Comuna da Terra e sua localização próxima aos grande centros urbanos que por sua vez trazem a proximidade com o mercado consumidor das cidades está o aspecto da viabilização da produção familiar nos assentamentos por meio de agroindústrias de pequeno porte, agregando valor ao produto que será comercializado. Trata-se de desenvolver uma cadeia produtiva que viabilize a renda dos assentados. A concepção da Comuna da Terra prevê ainda a complementação da renda através da realização de outras ocupação “não agrícolas” como mercearia, cerâmica, entre outras, dentro da própria comunidade (RIECHELMANN, 2006, p. 104).

Ao buscar trazer para o conjunto dos trabalhadores Sem Terra pessoas oriundas dos centros urbanos como desempregados, moradores de rua, migrantes, entre outros, o MST também procura contribuir problemas sociais bastante comuns aos grandes centros urbanos como a violência, o desemprego, o acesso a moradia, acesso a cultura e lazer, entre outros (RIECHELMANN, 2006, p.104).

Matheus ao abordar o tema afirma:

Proporcionar a possibilidade concreta de um espaço, formar uma comunidade de economia camponesa, um território que as pessoas possam morar, trabalhar, ter alimentação garantida com possibilidade de renda, com espaços garantidos para atividades sociais e culturais e ainda mais em contato com a terra e a natureza, certamente é o sonho de muitas pessoas. O importante é que esses núcleos permitirão a convivência e o desenvolvimento social, por estar próximo e organizado, facilitando o planejamento na educação, saúde, esporte, lazer e cultura e também na moradia, como por exemplo, a questão do saneamento básico. (2003, p.43).

Em essência, a proposta da Comuna da Terra corresponde a um projeto localizado, que visa a transformação do território sob cinco aspectos principais, qual sejam: (1) vínculo dos assentados com trabalho e produção; (2) identificação da terra sem a propriedade privada e enquanto bem comum; (3) a cooperação, a amizade e uma nova forma de se relacionar com as pessoas; (4) o desenvolvimento cultural das famílias assentadas, a partir da organização conforme suas realidades regionais; e (5) o advento de um novo padrão produtivo e tecnológico que se atente à preocupação ecológica. Trata-se, assim, da promoção de um novo espaço que esteja aberto ao novo, ao diferente, que tome em consideração o conjunto de

diversidades e multiculturalidades que permeia esse espaços entre o urbano e o rural (RIEHELMANN, 2006. p.106).

Um dos dirigentes do MST na região do Vale do Paraíba à época, relembra o processo de construção e debate que originou a Comuna da Terra:

[...] foi de 1998/1999 começou uns esboços no Mato Grosso do Sul que já começou a perceber que aquele modelo não dava... as primeiras experiências foram em Mato Grosso do Sul e no Espírito Santo e depois começou 2000 tava forte esse debate interno, essa já... as comunidade de resistência, muita produção de formação, muita produção intelectual a respeito... discutindo o que nós chamávamos na época de 'o outro modelo de assentamento', já tinha uma crítica ao modelo antigo... ao quadrado burro, né? Já buscava nova forma... em 2001 São Paulo propôs essa forma chamada Comuna da Terra [...] então o Movimento tem o eixo do campo e o eixo metropolitano'. Então Comuna [da Terra] é uma coisa pro eixo Metropolitano, ou seja pra grandes cidade, que nem de Ribeirão Preto pra cima, e o corredor Andradina, Pontal, Iaras [...]. (Olga Benário, Entrevista 1).

Enquanto no Assentamento Conquista (município de Tremembé) as famílias entraram diretamente na área a partir da indicação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e de negociação com o governo federal, o Assentamento Nova Esperança passou por um intenso processo de luta pela terra, com inúmeras ocupações e despejos. A primeira ocupação das famílias que hoje compõem este assentamento ocorreu na região de Pindamonhangaba, em 1998, sendo que posteriormente sucederam-se mais duas ocupações no município.

Diante das dificuldades existentes em Pindamonhangaba o acampamento com as famílias se desloca para uma nova ocupação no município de Taubaté, também no ano de 1998. E, no final deste mesmo ano, as famílias realizam nova ocupação, desta vez em São José dos Campos. Essa última ocupação surge a partir da descoberta, pelo MST, da disputa judicial existente em torno de uma área próxima ao perímetro urbano de São José dos Campos. Nessa região havia uma área da família dos Severo Gomes<sup>10</sup>, que possuía uma dívida com o Banco da Amazônia S/A (BASA). A respectiva família tentou quitar parte da dívida de um empréstimo com o Banco, com a cessão de uma área em São José dos Campos, mas o Banco não tinha interesse na mesma, uma vez que queria o dinheiro. Desse modo, o Basa vende a área para um comprador que tenta aplicar um golpe, que acabou sendo mal sucedido, o que fez com que o Banco novamente entrasse na justiça e lograsse confiscar a área, criando um imbróglio judicial entre o Basa, a família Severo Gomes e o proprietário que havia adquirido a área sem realizar o pagamento.

Diante desses conflitos as famílias organizadas no MST decidem ocupar a área e pressionar o governo federal pela desapropriação da Fazenda Santa Rita. Para o Basa não havia diferença de quem seria o comprador, o que lhe interessava era o recebimento do valor

<sup>10</sup> Foi ministro da Agricultura no Governo Castelo Branco, ministro da Indústria e do Comércio no Governo Geisel e senador de 1983 a 1991 por São Paulo.

da área em espécie.

Em 1999, o BASA inicia um processo de pressão com vistas a por fim ao conflito existente entre o proprietário e o MST, que ocupava a área. Tanto o proprietário quanto o BASA passaram a exigir a reintegração de posse, demandando que o Movimento se retirasse da área. Concomitantemente o MST também passa a pressionar o Incra para que o órgão efetivasse a negociação de compra da área. Ao final de 1999 o Incra se manifesta com relação à compra da área, consegue suspender a reintegração de posse de dar início ao processo de negociação da área para criação do assentamento.

A Fazenda Santa Rita que dará origem ao assentamento Nova Esperança, em São José dos Campos, é resultado do trabalho de base desenvolvido pelo MST na Região Metropolitana de São Paulo, uma vez que as famílias que participaram dessa ocupação eram oriundas das periferias de Osasco, São Paulo, Suzano e da própria região de São José dos Campos. Também contou com a participação de sindicatos regionais, mas com pouca presença de famílias da região do Vale do Paraíba. O Assentamento Nova Esperança é basicamente composto pelas famílias de regiões do entorno da capital, de característica mais urbana.

No que se refere a dados de área, entre os anos de 1998 a 2000, as famílias organizadas no MST realizaram um total de ocupações de terra que equivaleram à área de 11.858 mil hectares ou 4.900 alqueires paulistas, contemplando áreas como Sapucaia, o complexo da Fazenda Boa vista, a Fazenda Cataguá, a Fazenda Santa Rita e a Fazenda Balança (ASSIS, 2000, p. 75).

Nesse mesmo período, tem início o trabalho de base mais específico na região do Vale do Paraíba, realizado pelo Movimento e voltado efetivamente às famílias dos municípios de Taubaté, Tremembé, São José dos Campos e Pindamonhangaba. No final de 1999 esse trabalho organizativo culmina em ocupações de terras de duas novas áreas que viriam a se tornar os assentamentos Olga Benário, no município de Tremembé, e Manoel Neto no município de Taubaté.

Assim, no início dos anos 2000 o MST já passava demonstrar sua força de resistência na região com o Assentamento Conquista, em Tremembé, o Pré-Assentamento Nova Esperança, em São José dos Campos, e a constituição futura de dois acampamentos, ou seja, um em Taubaté e outro em Tremembé.

Os acampamentos que resultaram nos assentamentos Olga Benário e Manoel Neto tiveram momentos de reintegrações de posse que fizeram com que se unificassem num único acampamento, voltando posteriormente a se dividirem. As famílias passaram por processos de unificações e separações conforme se modificava a conjuntura da disputa pela terra na região.

É importante destacar que as duas áreas que originaram os assentamento já haviam

sido notificadas ao Incra pelo MST, a despeito do descumprimento da função social da propriedade. Assim, o MST já tinha os dois grupos de famílias definidos para cada uma dessas áreas.

A área de Taubaté era uma massa falida, de uma empresa que a comprou com o propósito de fazer um condomínio, mas não conseguiu. O imóvel localizado em Tremembé também tinha pendências com o fisco, sendo que os titulares pretendiam cedê-la para expansão de um aterro sanitário (lixão) que se localizava próximo. Em decorrência de um problema de contaminação, inclusive com recepção de lixo oriundo de outros países, houve embargo que impediu o aterro de continuar suas atividades.

A partir da pressão do MST pela desapropriação do imóvel para fins de reforma agrária tem-se um conflito entre o poder local, representado pelo latifundiário, as empresas produtoras de papel e celulose, vereadores e políticos locais, de um lado, e o MST do outro. Como resultado, a empresa proprietária da área cedeu as terras em arrendamento para a Votorantim Papel e Celulose (VCP), que deu início à produção de eucalipto no imóvel, justamente para utilizar o argumento de que estava produzindo na área e que, por isso, ela não deveria ser desapropriada. Em três meses a VCP já havia plantado eucalipto em todo o imóvel.

Entretanto, por pressão do MST, a área já havia sido vistoriada pelo Incra, antes do processo de plantação das mudas de eucalipto. Nesta vistoria constatou-se a improdutividade da propriedade. E, com a força política que o MST já havia construído na região, foi possível efetivar a desapropriação das duas áreas.

A partir dessas duas conquistas o MST se estrutura definitivamente na região, com a constituição de suas direções locais e estaduais, e começa a criar um corpo, uma vida própria, e deixa de depender das forças políticas progressistas locais, como a igreja e sindicatos da região.

A partir desta constituição e aumento de força própria, o MST começa a investigar e buscar novas áreas improdutivas na região, ao mesmo tempo que desenvolvia seu trabalho de base. Uma dessas novas áreas, conquistada no ano 2000, localiza-se entre os municípios de Lagoinha, Pindamonhangaba e Taubaté (maior parte), e que hoje é o Pré-Assentamento Luis Carlos Prestes<sup>11</sup>. Trata-se de uma área também de massa falida de uma empresa que, como no caso da área onde é hoje o Assentamento Olga Benário, o proprietário plantou eucalipto para legitimar a produtividade do imóvel aos olhos da lei. No processo de conquista dessa área foi realizado trabalho de base do Movimento na região, incorporando famílias de Taubaté, Tremembé e de Lagoinha, que se deu simultaneamente ao diálogo com o Incra.

<sup>11</sup> Nos dados do Incra, trata-se do Projeto de Assentamento Macuco, no Município de Taubaté. No entanto conforme depoimento de uma das lideranças do MST na região, agricultor do assentamento Nova Esperança e liderança regional, as famílias não possuem acesso a infraestrutura básica, tampouco acesso a políticas públicas, não possuindo, inclusive a demarcação dos lotes. No entanto as famílias seguem resistindo.

A ocupação no pré-assentamento Luis Carlos Prestes (Fazenda Macuco) tem passado por uma série de dificuldades, com poucos avanços, mesmo após a entrada das famílias na área. Apesar da formalização do assentamento em 2013, com a imissão da posse da área, ainda não houve nenhum acesso a políticas públicas por parte das famílias. Houve apenas a homologação das famílias na área. Somente em 2016 foi iniciado o processo de parcelamento dos lotes, que atualmente encontra-se parado em virtude do desmonte no campo da agricultura familiar promovido pelo governo golpista de Michel Temer.

A pouca estrutura e eletrificação no pré-assentamento existe única e exclusivamente por iniciativa das próprias famílias. A grande maioria destas permanece embaixo da lona preta, sem acesso à água, sem estradas e com escasso acesso à energia elétrica.

A organização das famílias e a ocupação da Fazenda Macuco, que dá origem ao Pré-Assentamento Luis Carlos Prestes, ocorre no mesmo período em que os acampamentos em Tremembé e Taubaté darão origem aos assentamentos Olga Benário e Manoel Neto, respectivamente.

A partir do ano 2000 os camponeses se articulam na ocupação de uma granja em Taubaté, cujas famílias posteriormente conquistam a terra em duas áreas distintas: a Fazenda Santa Terezinha, de 637 hectares, no município de Taubaté, com 43 famílias, e a Fazenda Coru Mirim, de 692 hectares e com 90 famílias, dando origem, aos assentamentos Manoel Neto, uma homenagem a uma das lideranças da região e Olga Benário, que é objeto de estudo do presente trabalho.

Durante os anos 2000 o MST na região do Vale do Paraíba constituiu mais três acampamentos, sendo dois no município de Jacareí e um em Lagoinha. Na mesma década de constituição do Pré-Assentamento Luis Carlos Prestes e dos Assentamentos Olga Benário e Manoel Neto, o MST realizou um levantamento na região e apresentou uma lista de imóveis improdutivos, passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária.

Levantaram-se mais 100 imóveis, que foram apresentados ao Incra. Deste total, após realização do serviço de “perdigagem”<sup>12</sup> pela Superintendência Regional do Incra em São Paulo, foram identificadas cinco áreas no Vale do Paraíba que poderiam ser desapropriadas

Entre estas áreas estava uma localizada no município de Lagoinha, a Fazenda Bela Vista, onde hoje existe o acampamento Egídio Brunetto do MST, que está nas margens da propriedade a fim de pressionar a vistoria e todo o processo de desapropriação. No período foram formados três acampamentos na região, além deste em Lagoinha, outros dois em Jacareí.

Nos três acampamentos em questão as famílias têm ficado às margens dos imóveis. Tal condição deveu-se à Medida Provisória nº 2.027-38, de 04 de maio de 2000, estabelecida

---

<sup>12</sup> Busca de áreas para desapropriação para fins de reforma agrária.

durante o Governo Fernando Henrique Cardoso que proíbe em até dois anos a vistoria de áreas para fins de reforma agrária em imóveis que tenham sido ocupados. Tal medida foi mantida durante os Governos Lula e Dilma. Para impedir possíveis atrasos ou retrocessos nos processos de desapropriação, as famílias passaram a constituir os acampamentos e áreas às margens dos imóveis que reivindicavam a desapropriação.

Até este momento, é importante destacar, o mecanismo de luta utilizado pelas famílias organizadas pelo MST no acesso à terra baseava na ocupação do imóvel para pressionar por sua vistoria, que daria início ao processo de desapropriação junto ao governo federal.

A Fazenda Bela Vista, no município de Lagoinha chegou a ser vistoriada, desapropriada, pago os Títulos de Dívida Agrária (TDAs), empossada pelo Incra em 2013, contudo as famílias acabaram por perder a área para o antigo proprietário, que durante o processo arrendou o imóvel para o Grupo Saad, ligado à Rede de Televisão Bandeirantes, para a produção de milho, e vem argumentando que a área encontra-se na zona de amortecimento da Serra do Mar<sup>13</sup>, apesar do despejo das famílias ocorrido em novembro de 2014, ainda mantém-se disputa judicial a respeito da Fazenda, pois o valor da terra nua já foi pago em TDAs ao proprietário.

Em relação às áreas do município de Jacareí, aquela localizada na rodovia Dom Pedro, o Incra se equivocou na realização da vistoria, tendo feito em área composta por três glebas que já haviam sido desmembradas, atrasando todo o processo de desapropriação. Por apresentar uma vistoria da área total, o proprietário logra entrar na justiça contra o laudo apresentado pela autarquia e acaba por ganhar o processo em primeira instância, fazendo com que o Incra retornasse à estaca zero do processo de desapropriação.

Outra área reivindicada pelo MST no município de Jacareí, a Fazenda Cachoeira, passou pela vistoria do Incra, onde chegou-se a confirmar a improdutividade, que levou à publicação do decreto de desapropriação da área, e apenas recentemente foi pago o valor das benfeitorias do imóvel, assim como os TDAs e o processo encontra-se agora com o Juiz da Comarca de Jacareí. Por isso, ainda não houve a imissão na posse, onde está localizado o Acampamento Patrícia Galvão (Pagu).

A Fazenda Caiçara, terceira área reivindicada pelo MST para fins de reforma agrária do município de Jacareí, contava com um acampamento, que acabou por dissolver-se nos outros dois acampamentos do município por conta do número reduzido de famílias. Entretanto o MST segue pressionado o Incra para que a fazenda seja decretada improdutiva pelo governo federal, uma vez que a vistoria identificou o imóvel como improdutivo e passível de desapropriação para fins de reforma agrária já foi realizado. Seu processo está parado desde então.

---

<sup>13</sup> A zona de amortecimento da Serra do Mar corresponde a uma faixa de 700 metros a partir do fim da Serra. O município de Lagoinha localiza-se a 3 km desta zona.

Em suma, diante do histórico da luta pela terra na região exposto aqui, protagonizada pelas famílias organizadas no MST, a região do VPP conta hoje com dois acampamentos, sendo, pois: o Egídio Brunetto, no município de Lagoinha; e Patrícia Galvão, no município de Jacareí; o Pré-Assentamento Luis Carlos Prestes, no município de Taubaté; e quatro assentamentos (Conquista e Olga Benário em Tremembé, Nova Esperança em São José dos Campos e Manoel Neto em Taubaté).

Atualmente é possível observar que os assentamentos constituídos na região do VPP encontram-se divididos em relação à presença de movimentos sociais de luta pela terra. Se no seu processo de organização e constituição os assentamentos tiveram o protagonismo do MST, hoje observa-se uma divisão interna em todos eles, que contam com a presença da Frente Nacional de Luta Campo e Cidade (FNL), organização vinculada ao ex-dirigente do MST José Rainha, e que organiza um acampamento no município de Monteiro Lobato.

Uma avaliação de parte da militância do MST em relação às divisões ocorridas hoje no interior dos assentamentos é de que o Movimento voltou seus esforços mais para a formação e trabalho de base nos acampamentos, deixando em segundo plano a continuidade do trabalho de base após a conquista da terra, dentro dos assentamentos. E, no caso do Vale do Paraíba, a questão torna-se mais sensível pois grande parte das famílias são de origem urbana, o que demanda formação e planejamento maior em relação à estruturação produtiva das áreas.

Outros dois elementos que vêm promovendo a divisão interna dos assentamentos se relacionam à questão religiosa, com uma forte presença das religiões neopentecostais; e às distintas correntes partidárias, dos mais variados matizes, e não somente de partidos de esquerda.

Os assentamentos da região do Vale estão cercados ou próximos a áreas de condomínio, sofrendo assim um grande processo de pressão de imobiliárias, que além de cercar o entorno dos assentamentos e pressionar pela mudança na definição das áreas – pressionando para uma transformação legislativa das áreas rurais em urbanas – e na compra de lotes de assentamentos com vistas à futura obtenção da titularidade dos lotes. Os quatro assentamentos da região vêm sofrendo pressões com a presença desses condomínios.

Outro desafio enfrentado pelas famílias na região deve-se à presença do tráfico de drogas nas áreas de reforma agrária. Se, num primeiro momento a organização das famílias conseguiu impedir sua entrada e rapidamente identificar os problemas relacionados a ela que começavam a surgir nos assentamentos, num segundo momento, com a desarticulação da organização das famílias entre si, observa-se um aumento dessa influência sobre os filhos de assentados. Sua proximidade com os centros urbanos faz com que os assentamentos passem a funcionar como uma via rápida de acesso à cidade e num território que conta com uma baixa presença de policiamento. Tal condição também tem trazido a violência para os

assentamentos.

No que concerne aos aspectos produtivos, todos os assentamentos da região têm passado por dificuldades, em grande medida por conta do perfil urbano dos assentados, que mesmo conquistando a terra, mantém seu vínculo de trabalho nos centros urbanos, sendo explorado por empresas de construção civil e condomínios, por exemplo.

Em média 75 a 85% das famílias assentadas têm trabalhado nos grandes centros urbanos. A exceção recente, que vem invertendo esse quadro é o assentamento Conquista, que chegou a ter mais de 80% das famílias trabalhando na cidade e hoje possui cerca de 50% das famílias vivendo da produção em seus lotes.

Nesse sentido é possível observar o início de uma mudança nesse quadro em consequência da crise econômica e política pela qual passa o país, que têm feito com que as famílias voltem a apostar na produção agrícola como uma questão de sobrevivência diante desse cenário e mesmo como uma alternativa de renda. A isso também se somam as políticas públicas de comercialização da produção como o PAA e o PNAE do governo federal e o Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS) do governo do estado, assim como o aumento da realização de feiras livres, que estimulam o aumento da produção nos assentamentos.

Junto com as feiras, parcerias com grupos de consumo de áreas metropolitanas, como em São José dos Campos, também têm contribuído com a produção dos assentados e da pequena agricultura familiar da região. Na capital paulista, cidade mais populosa do país, igualmente tem se visto uma aproximação dos assentamentos de reforma agrária da região, com um diálogo aberto no sentido de construir parceria para a compra de produtos da reforma agrária.

Entre as famílias que conseguem produzir, as hortaliças destacam-se como a maior produção, por conta da facilidade em escoar os produtos para os grandes centros urbanos da região, tendo sido possível observar, ainda, um aumento da produção de frutas.

Diante do exposto, é possível observar que as famílias despossuídas da terra, cujas gerações anteriores acabaram por migrar para os grandes centros urbanos da região do Vale, passaram a retornar ao campo a partir do trabalho de base desenvolvido pelo MST no final dos anos 1990. Outrossim, a conquista da terra a partir das ocupações, mobilizações e da articulação e pressão junto ao Incra na região para constituição de assentamentos têm sido um primeiro passo importante para conquista de autonomia por parte das famílias assentadas, cujo passo seguinte é ultrapassar o limite da constituição de assentamentos e efetivar a reforma agrária enquanto um conjunto de políticas públicas capazes de transformar a vida dessas famílias para além do estar na terra, mas no permanecer.

Ao debater e aprofundar a concepção de RAP enquanto um conjunto de políticas e

ações relacionadas à constituição de um novo modelo de desenvolvimento para o campo no país, fundamentado, dentre outros pilares, na agroecologia e na articulação campo cidade, podemos visualizar os avanços, desafios e particularidades desta proposta na região do VPP.

Aborda-se, nas seções seguintes, os Assentamentos Nova Esperança e Olga Benário. Pretende-se aprofundar e compreender como se dá a resistência camponesa originária da luta pela terra e os desafios que vêm se colocando para as famílias assentadas na região.

### 3.4.1 O assentamento Nova Esperança

Conforme mencionado, as mobilizações que deram origem à constituição do Assentamento Nova Esperança, no município de São José dos Campos, vieram no bojo das discussões relacionadas ao conceito de Comuna da Terra que o MST tinha desenvolvido ao longo do final dos anos 1990. Ainda que não fosse chamada de Comuna da Terra, a concepção do assentamento, seu processo de organização, sua localização próxima a um grande centro urbano, o perfil do público composto em sua maioria por desempregados com origem urbana e vinculada com o trabalho operário e, ainda, o debate sobre a necessidade de um novo modelo de assentamento que substituísse o chamada “quadrado burro”<sup>14</sup> estavam presentes em sua gênese:

O Nova Esperança em São José dos Campos já nasceu, embora ele não era chamado de Comuna, era um novo modelo de assentamento, já buscava um novo modelo, já tinha essa crítica... quando sai o Nova Esperança em 2000 pra 2001... ele se efetivou em 2001 mas em 2000 já tava dentro da área, já discutindo o modelo, já tava em discussão no Movimento, já tinha sido produzida umas cartilhas do Mato Grosso, a experiência do Mato Grosso do Sul e Espírito Santo que eles chamavam de 'novo modelo de assentamento', o tal do 'raio de sol', o modelo que atendia mais a questão social, uma estética... e nós adotamos já em São José dos Campo esse modelo, que era enxugar o tamanho...diminuir o tamanho [...] [Tratava-se de uma Comuna da Terra] ainda sem a profundidade teórica, então foi mais com relação ao tamanho do território, já preocupado com uma proposição de o assentamento ser um espaço não apenas do quadrado burro. Na região a gênese da Comuna foi o Nova Esperança. (Olga Benário, Entrevista 1).

A perspectiva de trabalho de base para os assentamentos com o público urbano através da constituição das comunas da terra já tomava em conta a preocupação com o tamanho dos

<sup>14</sup> “[...] O nome 'quadrado burro' foi dado 'carinhosamente' pelos próprios assentados para designar um modelo feito às pressas, e pouco funcional. Nesse modelo, os lotes são divididos de forma igualitária dentro do terreno e, semelhante a qualquer loteamento urbano, as casas ficam dentro de seu próprio lote. Ou seja, é um modelo externo que não considera as especificidades do terreno onde vai ser implantado. [...] Trata-se na verdade de um modelo adotado devido ao fato deste possuir muitas vantagens para o Incra, como a de não haver necessidade dos estudos criteriosos das particularidades dos terrenos divididos individualmente, assim barateando e acelerando o processo. [...]” (NOVAES, L. A. D.; BARRIENTOS JUNIOR, L. G. **A (re) produção do espaço nos assentamentos do MST: as possibilidades inscritas no processo de divisão de glebas do acampamento dois de julho-MG.** III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005, p. 4).

lotes.

O Nova Esperança já vem com essa proposta nova, de fazer um modelo de assentamento. Também não é um assentamento de camponês, é um assentamento de um povo, um pessoal mais urbano e que já tá nos grande centros então é uma proposta diferente na ideia de trabalhar com os modelos menor até mesmo pra ter um desenvolvimento muito mais rápido dos assentamentos. (Nova Esperança, Entrevista 1).

Conforme apontado pelo agricultor na Entrevista 1 do Assentamento Nova Esperança, a partir do trabalho junto aos grandes centros urbanos, o perfil das famílias que foram organizando-se no trabalho de base desenvolvido pelo MST que culminou na conquista do Assentamento Nova Esperança tem em grande parte de sua composição pessoas de origem urbana. Estas foram criadas dentro do setor industrial e trabalharam em grandes empresas como *General Motors (GM)*, *Volkswagem*, assim como a Fibria. Tratam-se de metalúrgicos, torneiros mecânicos, funileiros, assim como outros tipos de trabalhadores sindicalizados. Correspondeu-se, em geral, à segunda geração de trabalhadores que migraram à época da industrialização da região, em sua maioria oriundos do estado de Minas Gerais.

De repente, numa luta lá na avenida paulista, num movimento que a gente estava fazendo pró habitação, aí foi... eu via as bandeiras do MST. Não conhecia o pessoal mas eu conhecia a bandeira. E procurei as pessoas que estavam participando. 'Aqui no Vale do Paraíba nós estamos participando de um trabalho...' ah, então pra mim é interessante. Tá [sic] perto né? Pra que está com vontade de voltar pro meio rural, tem o seu momento. Aí eu comecei... foi quando nós ocupamos aqui. (Nova Esperança, Entrevista 5).

Ainda, no que se refere à origem das famílias que integram o assentamento Nova Esperança I, é possível observar uma grande diversidade de hábitos, culturas e experiências, tratando-se pessoas oriundas tanto da cidade quanto do campo, existindo também aqueles que tiveram sua origem no campo, foram para as cidades e possuíam o desejo de retorno. Essa variedade também irá se refletir no grau de conhecimento e experiências no trato com a terra, com a existência de famílias que possuem grande habilidade na produção agrícola e pecuária e outras que pouco ou nada possuem de experiência no trato com a enxada (RIEHELMANN, 2006. p. 288).

Segundo Riechelmann (2006), a busca do MST na construção da Comuna da Terra e sua conseqüente aproximação campo e cidade, refletiram-se na composição do público beneficiário da reforma agrária no assentamento em São José dos Campos, em que faziam parte “[...] sem-terra militantes, desempregados, ou sub-empregados urbanos, sem-teto, moradores de rua, aposentados estáveis e lideranças do movimento [...]”. (RIEHELMANN, 2006, p. 344-345).

Parte das famílias que se organizaram no MST para reivindicar o direito à terra eram

oriundas da cidade, principalmente (1) do bairro do Brás, na cidade de São Paulo, em que muitos se encontravam em situação de rua e que contavam com o apoio do Padre Navin; (2) da cidade de Osasco, também na região metropolitana da capital paulista, em que habitavam uma ocupação irregular; e (3) da cidade de Suzano (RIECHELMANN, 2006, p. 348).

Mota (2011, p. 3) relata que o trabalho de organização das famílias com vistas a mobilização por terra e reforma agrária na região do Vale do Paraíba contou com diversas atividades e encontros como, por exemplo, na região do ABC (Santo André, São Bernardo e São Caetano), Guarulhos, Campinas, Porto Feliz, Mogi das Cruzes e Suzano. A maioria dos trabalhadores mobilizados para as atividades de luta pela terra nunca haviam tido contato com o trabalho no campo.

As mobilizações das famílias acampadas, organizadas no MST, em busca da conquista da terra na região do Vale do Paraíba tiveram muitos percalços, desafios, idas e vindas, com ocupações em diversas áreas e em diferentes cidades, como aponta um integrante da coordenação do MST à época:

O Nova Esperança passou por um processo de luta intensa na região. A primeira área a ser ocupada foi na região de Pindamonhangaba [1998]. Na região de Pinda a gente fez três ocupação e depois a gente deslocou o acampamento, veio para a região de Taubaté. A gente fez uma ocupação em Taubaté [1998] [...] e daí no finalzinho de 1998 indo pra 1999 a gente vem pra São José dos Campos. E daí a gente descobre que na região de São José uma área que era da família do Severo Gomes, uma área que tinha uma dívida com o BASA e aí o Severo Gomes tinha repassado essa área pro banco pra quitar uma parte da dívida que ele tinha feito empréstimo. O banco não tinha interesse na área, ele tinha interesse em vender e...e... do recurso. Aí o banco vende a área para um cara de Caçapava, o cara tentou dar um golpe no banco, não conseguiu, o banco entra na justiça de novo e confisca a área e aí a gente descobre essa briga judicial que tinha entre o banco e o Valdir aqui que é um cara de Taubaté, daí o pessoal vai e daí nos ocupamos a área [...] e aí a gente faz essa disputa. O banco mostrou interesse em negociar ou com o próprio fazendeiro pagar a área ou o Incra pagar a área. [...] Em 1999 já, o banco começa a tensionar porque aí tinha uma briga entre ele e o proprietário e uma briga com o Movimento na área – tinham três pessoas brigando pela mesma área – e daí o banco começa a tensionar, ele queria a reintegração de posse da área, queria tirar todo mundo da área. Ao mesmo tempo o cara que dizia ser dono, numa reintegração de posse queria tirar o Movimento. E daí a gente começa a procurar negociar [...] e forçar o Incra pela desapropriação da área e o Incra mostra interesse em comprar a área. Então no finalzinho de 1999 o Incra se manifesta e daí fez a suspensão da reintegração de posse e a gente consegue negociar a área para fazer o assentamento. (Nova Esperança, Entrevista 1).

O caso se refere ao conflito fundiário existente na Fazenda Santa Rita, que dará lugar ao Assentamento Nova Esperança I, cuja regularização ocorreu a partir da desapropriação em 17/02/2000, após a efetivação da indenização ao BASA, o legítimo proprietário do imóvel. A expedição da imissão de posse ocorre em 14/09/2001 e a conclusão dos trâmites legais em 05/11/2001 quando finalmente é destinado o imóvel ao assentamento de trabalhadores rurais (RIECHELMANN, 2006, p. 296).

Em out.1993, o Banco da Amazônia havia recebido a propriedade em dação de pagamento, e por se tratar de bem não destinado a uso (bancário) foi levada a licitação pública, sendo vendida, em ago.1995, através de Promessa de Compra e Venda, que, como já mencionado, por falta de cumprimento das obrigações contratuais, retornou ao proprietário original por decisão judicial, de reintegração de posse (o que acabou nunca ocorrendo de fato, devido à invasão [ocupação<sup>15</sup>] das terras, antes disso, pelos militantes do MST). (RIEHELMANN, 2006, p. 296).

Um aspecto bastante interessante que caracteriza as ações desenvolvidas pelas famílias organizadas no MST na região para a conquista da terra relaciona-se ao que um ex-dirigente regional do MST denominou de “guerrilha sem armas”:

Aqui eu costumo dizer que nós inventamos [...] a guerrilha sem armas. Porque as táticas eram de guerrilha. [...] Por exemplo, de vir o despejo e não vamos desocupar a área e um comandante da polícia fica três meses negociando o não despejo e os caras intimam o Incra dizendo: 'nós não queremos fazer o despejo'. Nós fazíamos reunião no Nova Esperança com o Incra chamado pelo comandante da polícia... chegou um ponto em que os caras não queriam mais fazer e... mesmo assim tem que fazer o despejo e aí vinha a tropa de choque e você ter um esquema de informação, inclusive dentro da polícia pra saber 'ó, o choque está saindo' e quando o choque tava a caminho as pessoas se organizavam para poder sair no limite e isso implica em você ter que tirar pessoas, ficar com uma turma mais jovem, com mais em condições de correr [...] aí você desgasta a moral da polícia, desgasta o aparato do fazendeiro de bancar [...] e depois chegar lá e não encontrar ninguém e as pessoas desapareceram! [...] (Olga Benário, Entrevista 1).

Esses tipos de ações demonstram o grau de organização e disposição que as famílias possuíam no processo de luta pela terra. Desse período o MST na região ganha o status de ser a regional do Movimento no estado de São Paulo mais radical. Sobre esse discurso da radicalidade atribuída ao MST na região do Vale do Paraíba, um dos entrevistados afirma:

Então assim, exigia um grau de radicalização nas táticas sem necessariamente o uso da luta armada, mas não aquela tática convencional que você tem por aí que você ocupa, discute lá com o fazendeiro, os caras bancam o custo da lona pra você, pra você ser despejado, pra você ir pra beira da pista... dá o caminhão pra você sair... E nós nunca tivemos nada disso. Nunca aceitamos... tivemos situações que nós saímos debaixo de chuva, de caminhar oito horas, marchar oito horas sem saber pra onde ir e nunca pegamos um rolo de lona, nunca aceitamos... subimos num ônibus da polícia ou num ônibus bancado pelo fazendeiro... então é nesse sentido que o Vale era mais radical [...] precisava ser. Esse foi o pressuposto para sair essas áreas. (Olga Benário, Entrevista 1).

Conforme aponta Riechelmann (2006, p. 290), até a ocupação definitiva e constituição do assentamento Nova Esperança, as famílias organizadas no MST percorreram o Vale do Paraíba por quase um ano.

Desde a primeira ocupação, em barradas de lona, próxima ao acesso da sede da fazenda (chamada pelas famílias assentadas de “Avenida das Brachiárias”) as famílias

<sup>15</sup> O autor comete grave equívoco ao promover a confusão entre os conceitos de invasão e ocupação. A ocupação constitui-se em ato legítimo e instrumento de mobilização para a busca de direitos e incidência com vistas à realização da reforma agrária no Brasil. Para saber mais sobre o tema conferir <<https://www.ecodebate.com.br/2009/04/25/invasao-ou-ocupacao-de-terras-quem-e-o-vilao-nesta-historia-artigo-de-delze-dos-santos-laureano/>>

enfrentaram bastante resistência e reações adversas das políticas civil e militar, do posseiro, conhecido na região como “Valdir do Gás” (Valdir Pena), e do próprio prefeito à época, Emmanuel Fernandes (PSDB), a quem chamou publicamente as famílias de bandidos em plena rádio municipal (Rádio Piratininga). Mota (2011, p. 8) afirma que à época Valdir Pena e a polícia seguiram agindo com bastante repressão e assédio moral. Ainda que, por outro lado, as famílias tenham contado, desde o início, com a solidariedade de diversos segmentos, cujos destaques merecem ser dados à igreja católica, o sindicato dos metalúrgicos e a CPT (RIECHELMANN, 2006, p. 292).

Entretanto, a história da luta pela terra no assentamento Nova Esperança é marcado por muitas dificuldades, inclusive com a incidência de homicídios de dois militantes do MST que atuavam no trabalho de organização das famílias. Essas dificuldades eram promovidas pelas forças conservadoras que rejeitavam a presença do MST e a realização da reforma agrária na região.

A correlação de forças que foi estabelecida entre a tríade conservadora (FHC/Emanuel Fernandes, Valdir Pena e a Política Militar) do Vale do Paraíba e os trabalhadores agrupados no MST, com o passar dos dias, se ampliou cada vez mais em torno de uma zona de conflito social. Esta situação foi reflexo de uma política contrária à reforma agrária imposta aos movimentos sociais que lutam pela conquista da terra [...] Emanuel Fernandes (PSDB), à época prefeito de São José dos Campos, por pressão dos trabalhadores, no início, concedeu alguns recursos para que fosse começado o trabalho na então ainda fazenda Santa Rita, mas logo passou a agir de maneira conveniente ao Governo Federal. Neste contexto, os acontecimentos que seguiram à ocupação, representavam o tratamento dado pelo Governo Federal liderado por FHC e sua equipe. (MOTA, 2011, p. 7).

Aqui, Mota (2011) faz menção ao Governo FHC, do PSDB, que apesar do nome do partido indicar a tendência social democrata, possui um comportamento liberal conservador na prática. FHC governou o país entre os anos de 1995 e 2002.

Dentre as atividades repressivas promovidas pela tríade conservadora relatada por Mota estava a perseguição por parte da polícia, através da realização de batidas policiais sob pretextos insignificantes (2011, p. 8). Ao citar o caso de Jurandir dos Santos, militante do MST que seria futuramente assassinado Mota nos conta que:

Jurandir dos Santos, um dos responsáveis pela adesão de novas famílias para o MST no Vale do Paraíba sofreu “quatro batidas policiais em Jacareí. Era detido, faziam algumas perguntas depois o soltavam” [...]; jagunços circulavam nas redondezas da fazenda na tentativa de intimidar os trabalhadores. Para os sem terras da região, isso esclarecia a posição política dos oficiais da Polícia Militar, mesmo que está fosse de alguma maneira a eles imposta. A ação profissional deste aparato do Estado cooperou com Valdir Pena na região e com FHC em âmbito nacional. Diversas são as ocasiões que podemos constatar a ação política da Polícia Militar aliada com o fazendeiro Valdir Pena durante o mês de novembro e dezembro de 1998. Por exemplo: quando “os deslocamentos de membros do acampamento vêm sendo monitorados ilegalmente” [...]; em uma das filmagens realizadas durante os momentos de tensão no acampamento, aparece uma voz feminina não identificada,

dizendo: “a polícia esta com o celular do Valdir ai? Se tiver o Valdir manda o caminhão aqui já, ué [...]”; Joquebe de Bezerra de Oliveira, também militante sem-terra e companheira de Roberto, algumas vezes foi abordada por policiais passando por constrangimentos. (MOTA, 2011, p. 8).

No intervalo entre essas atividades de opressão promovidas pela polícia local, na madrugada do dia 20 de dezembro de 1998, Jurandir dos Santos e Roberto Duarte de Oliveira “[...] foram brutalmente executados com disparos de armas de fogo na cabeça [...]”. (MOTA, 2011, p. 8).

O Relato oficial assim discorre sobre o acontecimento:

Roberto, Jurandir e Joel Gama no período da noite saíram do acampamento utilizando um automóvel como meio de locomoção, segundo este último, para trocar mercadorias por leite em outra fazenda. No decorrer do caminho, decidiram parar na lanchonete Queens Lanches, na cidade de São José dos Campos. Separaram-se quando se aproximava a madrugada, pois Gama decidiu voltar mais cedo para acampamento Nova Esperança, fazendo uso do automóvel, enquanto os outros optaram em permanecer na lanchonete e depois voltariam caminhando para o acampamento. Ao amanhecer o dia 20 de dezembro de 1998, os corpos de Roberto e Jurandir foram encontrados ambos próximos à Estrada Matarazzo. O laudo médico acusou traumatismo crânio encefálico, Jurandir com nítidas marcas de tortura. Ambos estavam sem nenhuma documentação, sendo reconhecidos no dia 23 de dezembro de 1998 [...]. (MOTA, 2011, p. 9).

O caso do assassinato dos dois militantes do MST na região do Vale do Paraíba levou ao envolvimento de diversos setores da sociedade, que saíram em solidariedade ao MST e exigindo a punição dos responsáveis.

Diversos setores se envolveram direta ou indiretamente com o caso, fazendo com que o comitê de campanha tivesse repercussão a nível internacional. No Brasil, organizações de trabalhadores e estudantes mostraram solidariedade de classe ao sem-terras do Vale do Paraíba inclusive no campo material. Entre a juventude, o DCE da USP, entidades estudantis da PUC/SP, a Pastoral da Juventude de São José dos Campos e trabalhadores vindos da São Caetano do Sul, região do ABC paulista [...]. (MOTA, 2011, p. 9).

Ao final, após um ano e meio de investigações, o inquérito policial que investigava o caso das mortes de Roberto e Jurandir acabou por ser arquivado por falta de provas (MOTA, 2011, p. 14).

O caso mais emblemático dos conflitos por terra na região do Vale do Paraíba e que envolveu diretamente o Nova Esperança foi o homicídio, em 08/10/2000, de Manoel de Souza Neto, liderança do MST na região. Tratou-se de uma morte brutal em que Manoel Neto, além de um tiro na nuca, recebeu seguidos golpes de facão. Manoel já vinha sendo seguidamente ameaçado de morte por causa de sua militância, tanto no MST da região do Vale do Paraíba, como na política da Grande São Paulo. Estas ameaças o levaram a se “esconder” na cidade de Suzano (ASSEMBLEIA..., 2000).

Apesar de todo o contexto desfavorável, as famílias organizadas no MST seguiam

resistindo, entres essas formas resistência estava a produção de alimentos. Segundo Riechelmann (2006, p. 292), a primeira atividade coletiva no momento da primeira ocupação, ainda no ano de 1998, foi o plantio de milho e feijão. Em maio de 1999 ocoore a primeira intimação de reintegração de posse, que contou com presença de helicóptero por parte da polícia militar. Somente em 23 de julho de 1999 o Incra realiza a vistoria no imóvel, levando as famílias a deslocarem-se temporariamente da Fazenda Santa Rita para aguardar o processo na vizinha Fazenda Santa Clara.

Diante das adversidades mencionadas, das 98 famílias Sem Terra mobilizadas inicialmente, permaneceram 64 ainda no início dos anos 2000. Estas ainda morando em condições precárias, em barracas bastante deterioradas.

Da igreja católica, as famílias obtiveram um grande apoio do Bispo D. Nelson Westrupp e da Cáritas Diocesana, que contribuíram com o financiamento da compra coletiva de material para irrigação, uma Tobata e um trator Ford 4600 (1974). Essa compra tinha como objetivo contribuir com a proposta inicial de plantio coletivo. No dia 17 de fevereiro do ano 2000 é assinado o decreto de desapropriação da Fazenda Santa Rita para fins de reforma agrária (RIECHELMANN, 2006, p. 292).

Em ocasião da conquista da terra, um dos recém assentados no Nova Esperança escreveu:

Terra querida, Pátria amada

Santa Rita minha terra  
Terra santa e bendita  
Aqui funda nossa história  
Com suor e luta escrita.

Ocupamos ao amanhecer  
Resistimos ao entardecer  
E a angústia vinha ao escurecer.

Angústia de nós extrair  
Da terra que aqui está  
E que almejamos por ficar.

O sangue se derramou  
Com ódio, fúria e fulgor,  
Pelo inimigo que nos impôs  
A saída desonrada!

Mas sem-terra é bicho valente  
Resistir com unhas e dentes  
E a luta foi travada.

Perturbamos os inimigos  
Nos juntamos aos amigos  
E a terra foi conquistada.

Parabéns aos companheiros,  
Aos mortos bravos guerreiros:  
Antonio, João e José.

Que juntos vamos ao certo  
À vitória tão desejada! (RIECHELMANN, 2006, p. 295-296)

No mês de agosto do mesmo ano o Incra realizou a perimetragem da fazenda sem, no entanto, providenciar a divisão dos lotes. Diante da demora do órgão, as famílias assentadas organizaram-se e realizaram elas mesmas a demarcação, utilizando-se de cordas e com o mapa da área em mãos. Durante esse mesmo processo, com vista a dar início ao processo produtivo no assentamento, as famílias subdividiram-se em quatro grupos ligados por afinidade (que, entre outros fatores, envolviam relacionamentos, interesses comuns, cultura, entre outros), que no assentamento Nova Esperança correspondiam a quatro: Excluídos, Consciência e Liberdade, Manoel Neto e Zumbi dos Palmares. Posteriormente, foi realizado o sorteio das quatro áreas. Na data de 14 de setembro de 2001 o Incra expediu a imissão na posse para as famílias. (RIECHELMANN, 2006, p. 293).

Segundo dados de Riechelmann (2006):

[...] a caracterização demográfica da população do assentamento, à época de sua constituição formal, em 2001, indicava a predominância de homens (56,7%), sendo que um terço deles era composto de crianças com até 14 anos de idade [...]. Eram 64 famílias, cada qual assentada em seu lote, parte de glebas específicas, conforme os quatro grupos de afinidade [...]. (RIECHELMANN, 2006, p. 344).

Destaca-se que pouco tempo depois da divisão dos lotes uma das famílias acabou por desistir de permanecer na área, o que fez com que se passasse a totalizar um número de 63 famílias assentadas. Estas, posteriormente optaram por dividir o lote abandonando, complementando-o igualmente aos 63 lotes restantes (RIECHELMANN, 2006, p. 344).

O perfil das famílias assentadas era composta em sua maioria por desempregados (61%), adicionando-se ex-moradores de rua (12%), ex-sem-tetos (13%), militantes envolvidos em organizações de esquerda (9%) e uma pequena parcela de aposentados (2%). Estes possuíam ainda uma grande variedade de estados de origem, perfazendo um conjunto que envolveu os estados de Alagoas, Bahia, Amapá, Mato Grosso do Sul, Ceará, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rondônia, Rio Grande do Norte e São Paulo (RIECHELMANN, 2006).

O Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), órgão vinculado à Secretaria de Justiça e Cidadania do Governo do Estado de São Paulo, foi o responsável pela elaboração do chamado PDS do Assentamento, documento necessário para planejar a forma de ocupação da área e que conta com a participação de diversos órgãos e entidades, entre eles o próprio MST.

Durante o processo de discussão (em que se poderia muito bem destacar reivindicação) a respeito dos créditos, que somente viriam a ser liberados em dezembro, acordou-se a liberação de R\$ 1.500,00 por família, com R\$ 500,00 deste valor correspondente

a gastos para alimentação e o restante para despesas como ferramentas de trabalho, adubo e animais (RIECHELMANN, 2006, p. 293).

No que se refere aos recursos destinado à construção das casas das famílias assentadas, houve a disponibilização do crédito em duas modalidades, aquela vinculada ao Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), vinculada ao Ministério das Cidades (ao lidar com construção de habitações no meio rural denomina-se PSHR), destinou-se um montante de R\$ 7.500,00. A segunda modalidade foi a vinculada ao crédito habitação do Incra, no valor de R\$ 3.000,00. Apenas parte das famílias acessaram o PSHR.

Ainda que tenha ocorrido a liberação dos recursos normalmente, o processo de construção das casas correspondeu a uma grande desafio organizativo às famílias assentadas. O processo de construção das casas iniciou-se em 2003 e foi concluído apenas no final de 2006. O tempo estendido desse processo está relacionado à constituição de mutirões entre as famílias assentadas (Nova Esperança, Entrevista 5).

Soma-se à esse processo as dificuldade oriundas da ausência de energia elétrica (para utilização de equipamentos elétricos) e de estrada em boas condições (para o para transporte dos materiais até os lotes). Conforme afirma um assentado que participou do processo:

[...] Foi muitas coisas ao mesmo tempo. Ao mesmo tempo que nós tínhamos que construir as casas, nós tínhamos que encontrar meios desse material chegar até as casas que era abertura de estrada [...] Ao mesmo tempo que nós lutávamos primeiro, para conquistar a parceria com a casa, PSHR, Caixa Federal e Ministério das Cidades. Segundo, como é que esse material chegava até as casas... Nós começamos a construir as casas sem estrada. [...] Vinha o caminhão de areia até a sede, por exemplo. Da sede até aqui, pra chegar areia, éramos nós quem tínhamos que carregar no carrinho, na carriola. Isso em relação à questão das estradas porque do jeito que estava não chegava material. Você tinha que criar meios de chegar o material até aqui. Segundo, como é que nós íamos fazer, se tinha uma estrutura como essa, e sem energia? [...] Como é que a gente vai fazer todo esse projeto aqui sem uma serra elétrica? E sem uma betoneira? Tudo à mão, tudo no serrote, tudo no facão, no machado, preparando os madeiramento aqui [...]. Terceiro, como é que nós vamos fazer essas casas todas, que na época eram 32 casas para serem feitas, que aderiram ao projeto, aderiram ao mutirão, sendo que a gente não tinha profissional? Eram 32 casas e nós tínhamos quatro profissionais da construção civil. Mais ninguém... manjava nada. Então a gente tinha que fazer oficina. Aí você formava mulher, senhor de idade, criança... enfim. Formar o pessoal para poder começar a construir as casas. (Nova Esperança, Entrevista 5).

Como forma de sanar as dificuldades encontradas pelas famílias na construção das casas, optou-se pela constituição de brigadas e a realização das construções por meio de mutirões:

Nós montamos brigada. Nós formamos brigadas de quatro famílias. Dessas quatro famílias a gente pega um que estava mais avançado, a nível de conhecimento, e colocava no meio dos três né? Pra poder... ir alavancando, ir desenvolvendo, e a casa acontecesse da melhor forma possível. [...] O maior desafio que nós tivemos foi esse desafio para construir as casas. (Nova Esperança, Entrevista 5).

O acesso aos créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

(PRONAF) acabaram por ocorrer simultaneamente aos recursos do PSHR, o que acabou por dificultar o processo de organização das famílias. Um dos assentados (Nova Esperança, Entrevista 5) argumentou tratar-se de uma estratégia para desestimular e dificultar a permanência das famílias nos lotes. O depoimento de uma outra assentada entrevistada evidencia a questão:

Eu digo que aproveitei muito pouco do Pronaf porque pegou uma época ruim, né? A gente não tinha... uma coisa é você ter um básico, e outra área, outras situações... aqui você chegou, no caso eu cheguei aqui a situação era crítica, né? E quando eles liberaram esse Pronaf a gente tava já na fase da construção das casas, né? [...] A gente empregou no lote, mas eu não digo que foi uma boa, uma boa maneira de empregar porque a gente estava na época muito ocupados nas [construções das] casas e a gente não tem uma assistência técnica digna... entendeu? (Nova Esperança, Entrevista 4).

A superação dessa condição de dificuldades impostas pelo estado só foi possível com solidariedade:

O projeto do PRONAF, ele não pode ser destinado pra comprar um quilo de arroz e nem um quilo de farinha. É só pra infraestrutura, levantamento do lote... aí faltava comida pra gente comer. [...] Aí o que nós fazíamos? Tinha quatro famílias [na brigada], aí um tinha o café, outro tinha o açúcar. Então quem tinha o café levava o café, quem tinha o açúcar levava o açúcar, quem tinha o feijão levava o feijão, quem tinha o arroz levava o arroz, quem não tinha o arroz levava a mandioca. Quem não tinha o arroz nem a mandioca levava a pimenta. Era pra gente poder juntar e ninguém passar fome. E tocar o projeto. (Nova Esperança, Entrevista 5).

Somente após oito anos as famílias lograram a construção de casas de alvenaria. Salienta-se que havia um segundo tipo de financiamento para construção das casas, relacionado a recursos próprios do Incra, no valor de R\$ 3.000,00. Um grupo de 29 famílias optaram por esse segundo financiamento, com a escolha de providenciar um processo individualizado de construção. O argumento central para a divisão nas escolhas de financiamento para construção das casas era de que a construção através do PSHR poderia vincular as famílias e impedir a emissão da escritura definitiva do lote. Riechelmann (2006, p.293) afirma que este momento representou uma divisão entre as famílias que não aderiram e as famílias organizadas no MST, que tinham como proposta a construção via PSHR.

A diferença básica entre as linhas de financiamento (além do valor liberado para a construção), na visão dos assentados, era que o contrato PSH [...] não permitiria que o assentado obtivesse, no futuro, a escritura definitiva do imóvel [...]. Um total de 29 famílias optaram pelo financiamento do Incra, e com isso, construíram suas casas de forma independente (sem mutirão), com planta própria. (RIECHELMANN, 2006, p.339-340).

Outro desafio apresentado às famílias na busca pelo acesso às políticas públicas, etapa subsequente à conquista da terra, se refere ao acesso à energia elétrica no assentamento, que

somente viria a ser disponibilizado em abril de 2005. Um dos assentados relata que à época, o esforço para a conquista do direito de acesso à energia elétrica partiu da iniciativa coletiva das famílias organizadas no MST, que pelo caminho encontraram resistência do próprio município de São José dos Campos, que abrigava o assentamento:

Quem buscou essa grana, quem buscou essa parceria, foi nós do MST que buscamos, via Ministério das Cidades, via Caixa [Econômica] Federal e conseguimos! Primeiro: [Programa] Luz Para Todos... que deu o que fazer para poder conseguir essa Luz Para Todos, porque a prefeitura de São José dos Campos e a bandeirantes não quiseram fazer a eletrificação. Então a gente conseguiu via... nós somos do município de São José dos Campos... mas nós conseguimos a energia via prefeitura de Caçapava, que é a prefeitura vizinha... Tanto que é separado. Se você chega na estrada alí, você vai ver a luz de São José dos Campos vem até o condomínio [vizinho do assentamento]... Então o que acontecia na época [...] o prefeito Emanuel dizia que o que ele menos queria era um assentamento de reforma agrária. (Nova Esperança, Entrevista 5).

Subsequentemente pode-se identificar a imagem com a placa de anúncio da implantação do Programa Luz para todos do Governo Federal no Assentamento Nova Esperança em São José dos Campos (Figura 6).

Figura 6 – Placa de anúncio de implantação do Programa Luz Para Todos no Assentamento Nova Esperança



Fonte: RIECHELMANN, 2006, p. 320

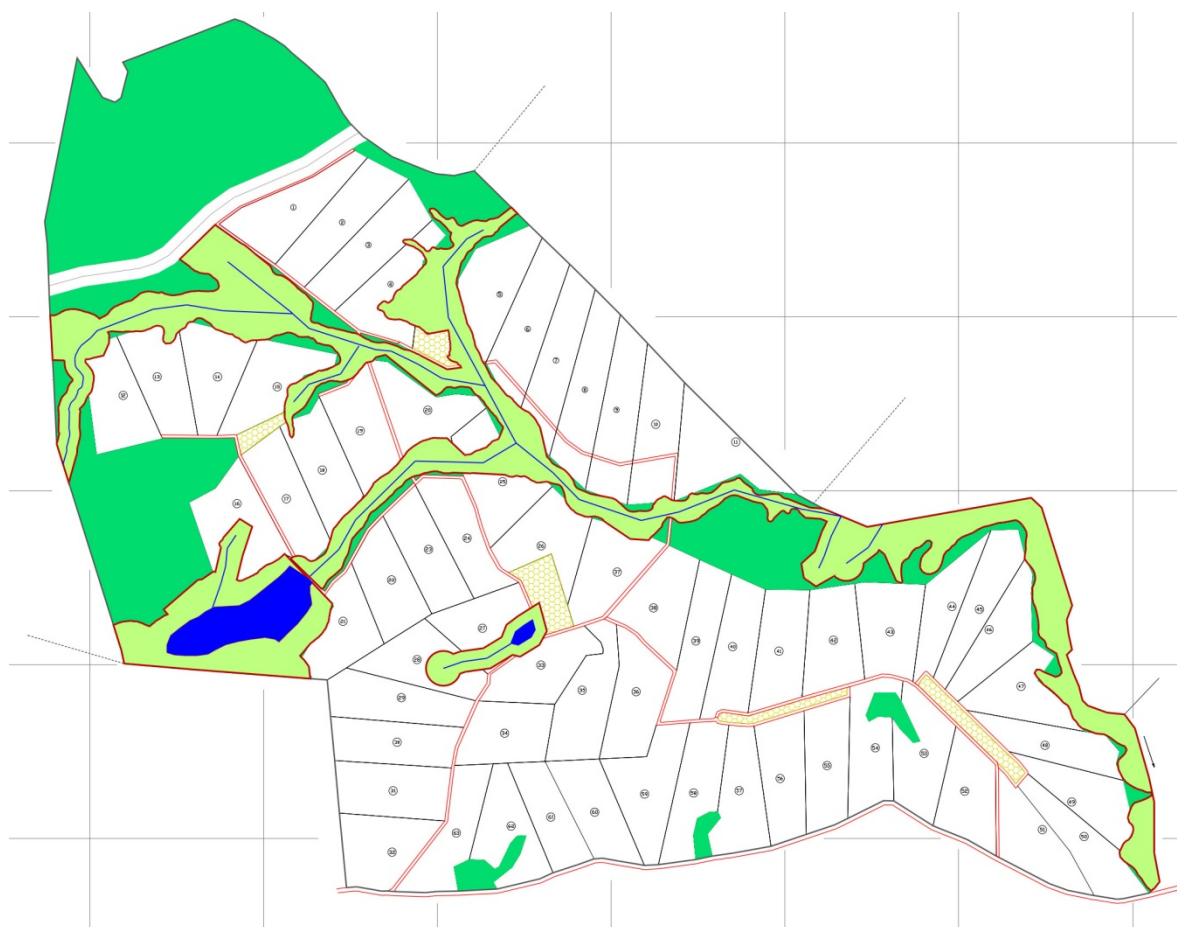
Sobre o desafio voltado à conquista do acesso à energia elétrica no assentamento e as dificuldades relacionadas à ausência desta no processo de mutirão para construção das casas é bastante emblemático a identificação dos desafios que tiveram de ser superados, como pode ser observado no depoimento de um dos assentados entrevistados:

Então nós sempre batalhando, correndo pra cima, sempre lutando... pra você ter uma ideia, das 63 famílias, na época, morando e no escuro, e o condomínio estava em processo de construção. [...] As luzes tudo ligada lá à noite, no claro, sem ter um habitante morando. E nós aqui, 63 famílias morando... no escuro. A água era poço cacimba, a luz era vela [...] então a gente passou por isso. (Nova Esperança, Entrevista 5).

Complementa esse cenário o fato do acesso à água somente ter chegado às famílias do Nova Esperança em março de 2005, ou seja, quatro anos depois de as famílias instaladas oficialmente na área, sem considerar-se o processo de ocupação.

O planejamento do território do assentamento Nova Esperança contou com a participação de diversos atores como: as famílias assentadas, lideranças do MST, representantes do Incra e do ITESP. Nele chegou-se à uma definição coletiva que tomou em conta os seguintes critérios: quantidade de famílias organizadas em grupos de afinidade (totalizando quatro no Nova Esperança); área disponível para distribuição dos lotes, após a exclusão das áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente (restritas por lei); maximização das áreas por lote; a justa distribuição de recursos naturais disponíveis; acesso a mananciais; o parcelamento dos lotes em esquema radial para maior integração; a reserva de espaços para áreas comunitárias; as características do território (relevo, declividade, capacidade, etc.); e acesso a estradas (RIEHELMANN, 2006, p. 336-337). A configuração final da divisão dos lotes no assentamento Nova Esperança por ser observado na Figura 7.

Figura 7 – Divisão dos Lotes no Assentamento Nova Esperança



Fonte: BRASIL, 2009.

No aspecto produtivo as famílias de assentamento tiveram duas grandes experiências coletivas em seus primeiros anos de organização e resistência. Foram iniciativas que contaram com o apoio e solidariedade de diversas organizações como a Igreja Católica, a CUT da região, sindicatos, partidos políticos progressistas e Prefeitura de Caçapava, vizinha à cidade de São José dos Campos. A primeira experiência envolveu o cultivo de feijão, mandioca e milho em uma área comum da fazenda. Seu objetivo inicial foi demarcar junto à sociedade a importância e a viabilidade econômica do assentamento. A segunda experiência, foi a promoção do cultivo de hortaliças (RIEHELMANN, 2006, p. 354).

No ano de 2002 as famílias seguiam com a produção coletiva de produtos como milho, feijão, mandioca, arroz e quiabo, destinados principalmente ao autoconsumo, com a comercialização de excedente. A iniciativa contou com o apoio da Igreja Católica através da Cáritas, que solidariamente forneceu um trator para preparo da terra, e da Cooperativa dos Assentados de Tremembé, do Assentamento Conquista, que auxiliaram no fornecimento das sementes. Existia ainda uma pequena produção de leite no período (RIEHELMANN, 2006, p. 336-337).

Na continuidade da construção do processo produtivo, debates realizados entre as famílias assentadas ao longo do ano de 2002, levaram-nas ao comum acordo de trabalhar para o desenvolvimento dos seguintes projetos produtivos para o Nova Esperança:

- Piscicultura / Pesqueiro, a partir da aquisição de alevinos, cria e engorda, para povoamento do lago e aluguel do espaço para lazer, com renda revertida em benefício de todo assentamento.
- Olerícolas, com verduras e legumes sem especificação, destinados ao auto-consumo e comercialização eventual.
- Criação de pequenos animais, como suínos, galináceos, ovinos, caprinos e cunicultura
- Lavouras anuais diversas, com milho, arroz, mandioca, chuchu, maracujá
- Pomares, com laranja, limão e banana. (RICHELMANN, 2006, p. 357-358).

Apesar da estimativa bastante otimista e o espírito aguerrido e cooperativo que tomava conta das famílias durante o processo inicial de constituição do assentamento, muitos foram os desafios que foram se configurando ao longo do tempo. Desafios que, para além de sua própria existência enquanto assentamento em um ambiente completamente hostil (um dos centros do agronegócio), aparecia também na forma de dissidências, conflitos e dificuldades de articulação interna. Estes conflitos, por sua vez, também possuíam inúmeros fatores que passavam pela questão da origem das famílias, da própria aptidão para o trato agrícola e, não menos importante, o a influência exercida pelo Estado através de seus órgãos e técnicos.

O processo de conquista da terra e a continuidade da organização coletiva das famílias são sempre desafiadores. Durante o processo de acampamento, por mais duro que seja, encontra-se o elemento comum de luta pela conquista da terra enquanto agente mobilizador para o trabalho coletivo. Contudo, existe um efeito muito comum de desmobilização após a conquista da terra e “individualização” dos lotes. As famílias passam a optar por fazerem as coisas sozinhas, algo que passa pela influência do estado.

A acomodação nos lotes, e o início de uma nova vida, fizeram surgir novos problemas para cada família, e cada um deles com suas particularidades. Os objetivos, agora individualizados, e não mais do grupo, se multiplicaram, e, portanto se diversificaram sobremaneira. As dissidências e conflitos resultaram desta nova conformação de forma natural e crescente. Em pouco tempo, um grupo de famílias se rebelou contra a liderança do MST e criou uma associação de assentados. No início, ainda como organização informal, elegia seu presidente democraticamente. Novas disputas, agora entre os próprios associados, provocam novas dissensões e divisões de grupos [...]. Há ainda aqueles que não querem se envolver nas disputas. Há [aqueles que] se redescobrem afetos a um determinado partido político (o Partido dos Trabalhadores). Enfim, a concepção inicial de grupos de afinidade, em alguns anos se desfaz, para dar lugar a outros grupos, bem menos afinados, senão mesmo inimigos. (RICHELMANN, 2006, p. 350-352).

Ao se fazer menção a respeito da influência do estado, aborda-se a configuração de uma disputa, ainda que informal ou não visibilizada, entre órgão do Estado. O caso em questão refere-se ao ITESP e, em especial, o Incra e o processo de organização das famílias

assentadas. Em relação ao Incra, alude-se ao seu papel de estimular a individualidade em detrimento da coletividade construída de vários anos pelas famílias organizadas no MST.

O depoimento de um assentado do Olga Benário, liderança do MST e que participou ativamente também do processo de conquista do Nova Esperança é bastante significativo. Ao final das contas o Incra procura impor a discussão de propriedade da área para legitimar sua intervenção e minimizar a presença do movimento social organizado:

[...] e aí entra uma outra discussão, que é o conceito de propriedade, porque aí bom, quem que é o proprietário da área? Aí a gente descobre na prática de que o assentamento e o assentado, ele não tem segurança jurídica nenhuma, porque o dono da área é o Incra e aí quando chega em um determinado grau de organização os caras dizem: não, vocês são legalzinho, bonitinho [referindo-se sobre a auto-organização das famílias] mas a área é minha! E aí depois tem um outro problema que a gente descobre que a assistência técnica, que seria para dar assistência técnica, não é pra dar assistência técnica. É pra implantar o projeto de quem está dirigindo o Incra... e de que quando você tem discordância, então você não aceita as imposições os caras usam a assistência técnica como mecanismo de repressão, de combate ao seu projeto [...] e ele [o estado] coloca isso através de quem, do técnico. (Olga Benário, Entrevista 1).

O assentado finaliza apresentando um importante elemento relacionado à influência do estado no processo organizativo das famílias assentadas, a assistência técnica, que em sua leitura acaba colocando-se como agente desagregador de seus interesses exclusivos. Ele impõe maneiras e modos de produzir, inclusive influenciando sua inviabilização. Nesse caso, com o objetivo de provar que a região do VPP não é propícia à promoção da reforma agrária e constituição de assentamentos.

Bom, se é esse o problema a assistência técnica só pode ser dada, ela só pode ser útil se ela for controlada ou efetuada pelo movimentos organizados, de forma autônoma. Então nós pleiteávamos essa tese. E aí no primeiro comecinho do governo nós conseguimos isso: que a assistência técnica fosse do Movimento, fosse feito convênio com as cooperativas centrais aí dava assistência e aí depois os caras perceberam: 'espera aí, nós não controlamos mais a tomada das áreas', porque na verdade o que ocorreu aqui foi tomada [...] nós já tínhamos expropriado na prática [...] já tínhamos ocupado e já tínhamos tirado pra fora da área a empresa [...]. Depois, ela não tem o controle da seleção: 'aqui ninguém vai ficar acampado três, quatro anos e depois vai ser excluído porque um critério... e aí lógico, nós sabíamos quais eram os critérios, os cinco critérios básicos pra ser assentado, e aí lógico que as pessoas que iam ser assentadas encaixavam. 'Ah! Mas daí você tem seleção quando você tem uma demanda maior do que a oferta'. E nós dissemos: 'Ah! Isso se resolve.' Nós pegamos a área que é agricultável e dividimos pelo número de pessoas que estava aqui no processo de luta. Ponto. Se der dois hectares é dois hectares, se der cinco hectares é cinco hectares, se der oito hectares é oito hectares [para cada um]... Não pode se partir de um modelo onde você parcela x lotes depois você coloca as famílias. E se tiver família excedente? Se tiver família excedente o que que os caras [Incra] fazem? (Olga Benário, Entrevista 1).

O depoimento mais uma vez evidencia o grau de organização e solidariedade que as famílias possuíam e que ao longo do tempo foram sendo minadas pela influência do estado. Evidentemente, essa presença não exime posteriores dificuldades enfrentadas pelas famílias assentadas para seguir com a resistência no assentamento Nova Esperança e em seus lotes.

Conflitos ideológicos, rixas pessoais, diferenças culturais, entre outros elementos, igualmente influenciaram as dificuldades encontradas pelas famílias no processo de resistência camponesa.

Outro exemplo pode ser obtido a partir do depoimento de um assentado obtido por Riechelmann:

[...] O Itesp incentiva a formação, organização de outros grupos (que não o MST), de lideranças paralelas, quebrando a organização da base. Outras organizações: PSTU (partido hegemônico, trotskista de ultra-esquerda) / Corrente do Trabalho – OT, O Trabalho, do PT / PMN / PHS / Democrata-Socialista, do PT, trotskista, o superintendente do Incra, o “Bom-Bril” é um deles. [...] (2006, p. 352).

Até o ano de 2006, das 63 famílias assentadas que resistem no assentamento Nova Esperança, cerca de 18 vêm se dedicando de fato ao cultivo de produtos e/ou à criação de animais em seus lotes. Entre as famílias que não têm produzido, a justificativa localiza-se em questões como a financeira (enfrentamento de dificuldade para de obtenção de financiamentos, como investimento e custeio, além de apoio à produção), de origem (se urbana, por exemplo, evidenciando mais dificuldade na adaptação à vida e trabalho no campo), de condições físicas (com a presença de homens e mulheres com idades mais avançadas e muitas vezes vivendo sozinhos no lote), entre outros (RIEHELMANN, 2006, p. 359).

A proximidade entre os espaços urbano e rural no que se refere à configuração do assentamento Nova Esperança, no município de São José dos Campos, assim como os outros fatores acima mencionados têm trazido importantes questões no que se refere à resistência das famílias na área. Elas trazem em seu bojo um crescente distanciamento a respeito do desenvolvimento dos lotes e do assentamento em seu conjunto, o que leva também ao trabalho na cidade e a uma nova forma de resistência, de luta.

[...] alguns assentados têm dificuldades para vender sua produção agrícola, por exemplo, falta de veículo para locomoção dos produtos, fazendo com que sua produção seja utilizada somente para própria subsistência, ou caso alguém o procure para negociar seu produto. Isso obriga o trabalhador rural à exercer um trabalho urbano, utilizando habilidades desenvolvidas ao longo de toda sua vida, como pedreiro, faxineiro...; trabalha na cidade e volta para sua residência no meio rural. Isso revela a falta de infraestrutura no assentamento e o real comprometimento que o Estado brasileiro tem com a reforma agrária; [...] [e há] Aqueles que possuem melhores condições de negociarem seus produtos, um automóvel, por exemplo, tem uma facilidade maior para fazê-lo em função da localidade geográfica do assentamento, [...] [que] esta situado na franja urbana da cidade. Assim, não era somente este assentamento, desde o primeiro dia de ocupação que estava formando um novo modelo de luta, mas o MST como movimento social em expansão que após aproximadamente 18 anos de existência, como tudo que tem vida, amadureceu diante da situação apresentada pelo momento. (MOTA, 2011, p. 2).

### 3.4.2 O assentamento Olga Benário

A origem do assentamento Olga Benário, diferentemente do Nova Esperança, contou com um trabalho de base, de organização das famílias Sem Terra, mais voltado para as cidades da região do VPP, em particular dos municípios de Taubaté, Tremembé, São José dos Campos e Pindamonhangaba (Olga Benário, Entrevista 1). Correspondeu ao mesmo processo organizativo que as famílias que também viriam a conquistar a terra com a constituição do assentamento Manoel Neto, no município de Taubaté. O trabalho organizativo que culminou no processo de constituição dos dois assentamentos ocorreram na mesma época, em meados do ano de 1999. O acampamento que dará origem ao Assentamento Olga Benário se constitui em 2000, quando do processo de ocupação de uma área improdutiva em Taubaté.

O processo de trabalho de base com as famílias acampadas envolveu uma interessante e frutífera discussão com o público Sem Terra oriundo das camadas pobres urbanas, composta por desempregados e ex-operários da indústria.

[...] tivemos muitas e muitas conversas [desse processo de trabalho de base]. Já dava pra se aposentar por horas e horas de reunião. [...] Essa visão [de que o operariado que foi pros assentamento tinha um profundo debate político] é romântica. Essa visão do operariado como sendo a vanguarda avançada, etc... Não foi bem assim não... E a gente descobre isso... Qual foi o choque? Foi um processo muito rico do ponto de vista de muita discussão. Desde o cara assim, de fazer o desenhinho de como ele sonhava lá o lotinho dele. [...] Tudo era registrado em ata, tudo era discutido nos núcleos [de base]. (Olga Benário, Entrevista 1).

Sobre o processo de organização e ocupações das famílias organizadas nos dois grupos (Olga Benário e Manoel Neto), uma das lideranças à época comentou sobre o processo de idas e vindas:

Teve momento de reintegração de posse que a gente juntou [os grupos do Olga e do Manoel] [...] mas teve momento que a gente tinha os dois acampamentos na região. Então teve momento que a gente fortaleceu, a gente juntou os dois acampamentos e aí a gente tinha um acampamento só e aí tinha momento que a gente tinha dois acampamentos, porque tinha duas áreas que a gente já tinha apresentado pro Incra e a gente tava negociando que era a área lá em Taubaté e a área de Tremembé [...] a gente tinha já os dois grupos bem definidos pra essas duas áreas. (Nova Esperança, Entrevista 1).

Ao discorrer sobre as áreas em que as famílias organizadas no MST vinham se mobilizando para desapropriação para fins de reforma agrária, uma das lideranças do MST na região comenta o processo de articulação entre as forças conservadoras da região, e que envolveu diretamente empresa Fibria, à época ainda Votorantim Papel e Celulose, ao iniciar um processo de plantio de eucalipto em pleno processo de disputa da área. Trata-se de uma tática comum utilizada pelo agronegócio na região.

A área de Tremembé era uma área que não tinha eucalipto, mas que tava também endividada. A ideia do projeto, tinha entorno um lixão, então a ideia do projeto era de que ela era uma área que ia ser expansão do lixão. Como o lixão teve muito problema ali porque tinha muito resíduo que vinha de fora do Brasil, e tinha muita contaminação aqui na região do Vale, então o pessoal estava com um embargo pra que o lixão não fosse instalado [...]. Quando a gente começa a questionar para desapropriar a área, aí a empresa de eucalipto na região [Votorantim Papel e Celulose] vai e faz um arrendamento da área pra plantar eucalipto. [...] Não passa a ser mais uma briga do proprietário local, passa a ser uma briga do poder local, aí você tem tanto deputado, vereador, como as empresas de papel na região, elas se juntam pra defender o latifundiário e aí eles fazem um arrendamento e começam um briga judicial contra o Movimento. [...] E daí ela [Votorantim] arrenda a área e depois de dois a três meses ela já tinha a área toda plantada de eucalipto. E daí a gente vai, tem um luta intensa em cima, que como a área foi vistoriada [antes] então valia a vistoria que o Incra tinha feito na época então a gente barrou [...]. (Nova Esperança, Entrevista 1).

Por um grande período de tempo essa foi uma prática bastante comum do latifúndio na região. Valendo-se do processo de expansão das empresas de papel e celulose e suas áreas de plantio, os grandes proprietários de terras buscavam essas empresas para arrendamento temporário com vistas a evidenciar ao poder público que a área atendia aos critérios de produtividade estabelecidos em lei, argumentando, assim, de que ela não deveria ser desapropriada para fins de reforma agrária (Direção Vale, Entrevista 1).

Frente a isso, somada à articulação conservadora que não queria a presença do MST na região, as famílias acampadas se mostraram bastante aguerridas e resilientes. Elas enfrentaram ao longo dos anos sucessivos despejos e promoveram reocupações.

[..] E o choque vinha para despejar e não tinha... [mais gente lá] mas você ficava... nós montávamos... [novamente] isso foram meses! Foram 11 ocupações em um ano. Dá uma ocupação por mês e vinha o despejo e 'não vamos sair!' e ficava... duas horas da manhã nós acordávamos, desmontava o acampamento, colocava tudo no caminhão e ficava pronto pra sair... e pessoas que dormiam no carro lá no batalhão da polícia, vigiando pra saber quando a polícia ia sair do quartel ou não. Então saiu essa área daqui totalmente contra. (Olga Benário, Entrevista 1).

O argumento de que a obtenção da área que é hoje o assentamento Olga Benário ter ocorrido à revelia geral, reforça o argumento apresentado anteriormente a respeito da escolha do antigo proprietário por destinar da área ao agronegócio, em particular ao setor de papel e celulose. Como ele não tinha condições de resistir por mais tempo diante da disputa com as famílias organizadas no MST, que acampavam na área e davam mostras de que não deixaria facilmente, o antigo proprietário decidiu pelo arrendamento à VCP que, por seu poder econômico e político, teria condições de seguir com a disputa.

O governo já tinha definido a parceria com o agronegócio e essa área aqui era da Votorantim. Tanto é que o antigo dono passou a vender pro [...] Eucalipto. E era de um cara do ramo imobiliário, um eucalípteiro [sic] velho pra extração, produção de

carvão e que ele vendeu, quando nós ocupamos pela primeira vez, ele vendeu para a Votorantim com contrato de risco por que já sabia... ele não aguentava a bomba, mas a Votorantim aguentava. A Votorantim plantou essa área aqui e em dois meses e deixou essa área todinha plantada de eucalipto. (Olga Benário, Entrevista 1).

E, mais uma vez, as famílias demonstraram seu poder organizativo e capacidade de resistência frente a esse cenário tão desfavorável:

[...] um dia eles sobrevoaram aqui, tinha vários focos de madeira cortada pra por fogo se eles entrassem e aí eles desistiram... eles iam perder todo o investimento que eles fizeram no eucalipto, porque nós íamos por fogo. E sabe com o que? Com machado! Nós fomos lá num ferreiro ali, compramos 25 machados e todo dia tinha um grupo, uma brigada de homens que saia pro mato, em ponto estratégico, pra...bom, se íamos por fogo de fato, ninguém sabe, mas... (Olga Benário, Entrevista 1).

Nesse contexto, 215 famílias realizaram, em fevereiro de 2003, uma ocupação na Fazenda Coru Mirim, município de Tremembé/SP, com vistas a seguir pressionando o estado para que desapropriasse o imóvel para fins de reforma agrária. Menos de um mês depois as famílias receberiam a ordem de despejo, dirigindo-se à uma ocupação provisória no km 22 da Rodovia Floriano Rodrigues Pinheiro. Ao final do mesmo ano cerca de 400 trabalhadores rurais Sem Terra realizam uma nova ocupação na Fazenda Coru Mirim (SEM-TERRA..., 2003).

Paralelamente às ocupações seguiam-se disputas legais em torno do imóvel, o que levou à mobilização das famílias para além da resistência através da ocupação da área. Em 18 de agosto de 2004 a prefeitura de Tremembé/SP foi ocupada por cerca de 100 trabalhadores Sem Terra. O objetivo foi pressionar a prefeitura municipal a rever uma decisão em que recomendou ao Incra que a Fazenda Coru Mirim, não fosse desapropriada para fins de reforma agrária. Um dos argumentos que norteavam a mobilização foi o de que o então prefeito Orozimbo Lucio da Silva (PSDB) apresentou ao Incra um laudo sobre o tema que fora elaborado pela própria empresa VCP e apresentado ao Instituto com as informações e argumentos que deram suporte à decisão pela não desapropriação. Apesar de lograrem reunir-se com o prefeito à tarde, não houveram avanços (MST..., 2004).

Em 30 de dezembro do mesmo ano, o decreto assinado pelo presidente Lula e publicado no Diário Oficial da União (DOU) declarava a fazenda Coru-Mirim, de 708 hectares, em Tremembé, área de interesse social, para fins de reforma agrária. Uma conquista das famílias acampadas.

Mesmo que tenha um efeito jurídico importante a publicação do decreto, ao configurar-se como primeiro passo para a formalização de um assentamento de reforma agrária, ainda não havia nada garantido. Prova disso é que em 2005 as famílias acampadas na Fazenda Coru Mirim recebem nova ação de reintegração de posse. Como resposta, as essas

ocuparam, em fevereiro, uma outra fazenda de propriedade da VCP, de maneira a pressioná-la pela desapropriação do imóvel (MENOCCHI, 2005).

Essas iniciativas evidenciaram o processo intenso pelo qual as famílias passaram até a conquista definitiva e criação do assentamento Olga Benário. Em 19 de dezembro de 2005, através da portaria de nº 70, o Superintendente Regional do Incra no Estado de São Paulo oficializou a criação do assentamento.

Na figura seguinte (Figura 8) observa-se a placa indicando a entrada do assentamento Olga Benário, providenciada pelos próprios assentados. Nela identifica-se a definição do nome precedido pelo termo Comuna da Terra. A placa abaixo desta, por sua vez, apresenta o nome estabelecido pelo Incra: PDS Olga Benário.

Figura 8 – Placa da entrada do Assentamento Olga Benário



Fonte: Elaboração do autor.

Contudo, apesar dessa importante conquista, ainda restavam muitos desafios pela frente. Conforme versado anteriormente, o acesso à terra corresponde apenas um primeiro

passo em relação à efetivação da reforma agrária e promoção de justiça social no campo. Ainda se faziam necessárias a efetivação das políticas públicas destinadas à população do campo que agora habitavam o recém criado assentamento Olga Benário, com 46 famílias. O processo que se segue é marcado por conflitos com o estado, no que se refere à promoção dessas políticas públicas. Tudo isso levou à necessidade de que as famílias se mantivessem organizadas.

[...] quando nós percebemos que o estado não vai fazer [as políticas públicas nos assentamentos], bom, então nós temos que fazer de forma autônoma. E depois a luta não é mais para o estado fazer, a luta é pro estado reconhecer o que foi feito [pelas próprias famílias organizadas]. Então, por exemplo, nós aqui [Olga Benário], [lá] no Manoel Neto, no Luiz Carlos Prestes, nós mesmos fizemos o parcelamento, a discussão de como seria o tamanho, porque do tamanho, as áreas que seriam de preservação, as áreas que seria destinadas pra loteamento, as áreas que seriam coletivas e depois nós mesmo, parcelamos literalmente, com o GPS, e trouxemos cordas, né? E depois o estado veio e só ratificou, e ficou muito preciso. Depois... a margem de erro foi muito pequena. (Olga Benário, Entrevista 1).

Tudo isso refletia um importante trabalho de organização interna que se seguia:

Mas o principal era o processo de discussão interna... o porque de cinco hectares e não 15, 20... o porque de deixar metade da área pra preservação ambiental [...]. Isso coloca o Movimento em um outro patamar de organização, que também cria muito problema, né? Porque enquanto parte do Movimento da região tá discutindo com o Incra quem pode ser assentado, quem não pode ser assentado, quem ficou acampado por três, quatro, cinco anos e depois vai passar por uma mesa de seleção e o estado vai dizer se vai ser assentado ou não?... nas comunas já se estava dizendo o seguinte... o Movimento que fez a seleção, o Movimento que fez o corte do lote, o Movimento que fez a discussão do modelo, o que fez a APA [área de preservação ambiental]... então assim, o estado vai ficando como no máximo um ratificador... (Olga Benário, Entrevista 1).

Apresenta-se, abaixo, um croqui (Figura 9) de localização do assentamento Olga Benário com a identificação do município de Tremembé em relação ao Estado de São Paulo e da Fazenda Coru Mirim (nome antigo da área) em relação ao município de Tremembé/SP.

Figura 9 – Croqui localização Fazenda Coru Mirim – Assentamento Olga Benário



Fonte: Elaboração do autor a partir de dados de Brasil, 2008.

A figura subsequente (Figura 10) apresenta a divisão dos lotes do assentamento Olga Benário estabelecida pelo Incra com a participação das famílias. Nessa, além dos limites, são também indicadas as áreas de reserva legal (círculos verdes), de preservação permanente (pontilhado azul claro), comunitárias (amarelo), a hidrografia (linhas azuis) e as estradas.



Primeira Comuna da Terra a adquirir o status de assentamento de reforma agrária, o assentamento Olga Benário acabou por gerar um certo conflito dentro da institucionalidade do Incra, que não sabia exatamente como proceder em relação à essa nova definição, que fugia de seus marcos tradicionais, habituados ao “agronegocinho”, nas palavras de um dos dirigentes regionais do MST à época. Como forma de sanar essa lacuna a respeito da nova modalidade, chegou-se ao acordo da adaptação do status do assentamento. Desse modo, o assentamento não como “Projeto de Assentamento”, tradicionalmente utilizado pelo Instituto, mas como “PDS”<sup>16</sup>.

[...] com muita briga conseguimos que o Incra desse legalmente e institucionalmente o Incra adotou o PDS [...] [A proposta da Comuna da Terra] não cabia dentro da política deles, que a política deles era o seguinte: que o Movimento Sem Terra... nós apelidamos assim popularmente de que eles nos propunham o agronegocinho. Tem o agronegócio que é pros grande... que tá dentro da política de conciliação de classes do PT: 30% da agricultura familiar vai ter um mercado estatal garantido que é a merenda escolar, PAA, esses programas... então atende... é um mercado reservado pra vocês e vocês vão se inserir dentro do agronegócio então o biodiesel, produção de madeira, o próprio eucalipto... e toda uma luta que se tinha conta esse modelo começa a dizer... não, espera aí vamos ajustar pra aplicar dentro dos assentamentos [...] e aí a Comuna virou o patinho feito [para o Incra] [...]. (Olga Benário, Entrevista 1).

A definição dos lotes e áreas a serem destinadas à preservação ambiental (reserva legal e preservação permanente) tiveram um importante processo de construção coletiva. Nesta, também fez parte a discussão a respeito da Comuna da Terra e de como deveriam ser concebidos esses espaços. Ao fim, o horizonte era o de superar a individualidade que a divisão dos lotes provocava nas famílias, que trazia dificuldades na continuidade do processo organizativo com vistas a obtenção do restantes das políticas públicas para o campo.

[...] outro problemas que nós tivermos é com relação a deixar grandes porções da área pra preservação ambiental [...] porque que você diminui a área de lote [...] aí nós tentamos inclusive criar um híbrido, né? Seria um meio termo, de não ser tudo coletivo ou umas áreas muito pequena individual e uma grande área coletiva, coletivização forçada, mas que também deixasse uma possibilidade para as experiências coletivas, porque nós tínhamos crença de que individualmente aquele cara... a chance dele fracassar é muito maior... E se nós tivéssemos uma margem para fazermos experiências coletivas, de repente com essas experiências coletivas dando certo, as pessoas iam se... chegando a conclusão de que era melhor o coletivo. Ele ia ter as duas situações para ele poder comparar. (Olga Benário, Entrevista 1).

Uma das lideranças do MST que trabalhou diretamente no processo de organização do assentamento Olga Benário, destacou que essa proposta não correspondeu a um processo simples e sem contradições.

Só que isso mexe com o nosso egoísmo. Eu poderia ter 10 hectares se fosse tudo

<sup>16</sup> Para saber mais sobre a concepção de Projeto de Desenvolvimento Sustentável, assim como outras modalidades de assentamentos estabelecidos pelo Incra, conferir <<http://www.incra.gov.br/assentamentoscriacao>>.

individualizado e eu só tenho cinco. Se eu quiser os outros cinco eu tenho que usar [...] coletivamente, com outras pessoas. Porque não é meu. Esse coletivo não vai sair no contrato lá do Incra comigo, como uma área minha e aí isso deu um choque. Junto com [...] a disputa que vinha tendo já com o estado, junto com o próprio Movimento já não tão convicto com relação à Comuna, com relação à proposta... um tanto quanto animado com a possibilidade de ser integrado aí no agronegócio... foi se enfraquecendo, enfraquecendo até o ponto de ficar insustentável. (Olga Benário, Entrevista 1).

Em termos organizativos, as famílias do Olga Benário também se constituíram em quatro núcleos por afinidade, que eram voltadas à perspectiva de uma produção conjunta, facilitando processos logísticos, econômicos, entre outros. Essas definições foram resultado de um processo participativo e construído por meio do consenso entre as famílias.

No Olga eram quatro núcleos, organizamos os núcleos a partir dos desejos de produção [...]. Então nós tínhamos quatro grupos e ele eram por afinidade produtiva, porque nós queríamos combater o que chamamos de 'anarquia' no mal sentido, a desorganização produtiva: você ter um cara que produz leite aqui, você tem outro que produz no fundo do assentamento, você tem outro que... nós queríamos concentrar, porque isso facilita... por uma questão logística e de organização... quando você vai discutir um resfriador coletivo, se você está concentrado é muito mais fácil... então núcleo de fruticultura, todo mundo produzindo fruta, mais fácil você combater uma praga ou fazer uma irrigação... então criando mecanismos que permitissem futuramente a facilidade para processos mais coletivos e menos individualizado, que é uma característica dos assentamentos tradicionais. Vai o processo coletivo até a conquista da terra e depois o cara 'pum': loteia e ao lotear, individualizar, ele individualiza tudo o lote, o crédito... De todo esse processo teve muita discussão e aprendemos coisa pra c@&\*\$ porque uma contradição vai empurrando a outra [...] e tudo através do consenso. (Olga Benário, Entrevista 1).

Todavia, a questão organizativa foi sendo comprometida com o passar do tempo. Mais uma vez, os conflitos com o estado, representado pelo Incra e seu corpo de assistência técnica, e seu processo de estímulo à individualidade em detrimento do coletivo minaram a força organizativa do Movimento por meio do oferecimento de “créditos” para a produção. Tratou-se de um evidente esforço de desagregação, que foram ficando cada vez mais evidentes e ganhando força. O órgão que era responsável pela realização da reforma agrária, queria a sua própria reforma agrária, um apêndice do modelo de desenvolvimento já operante, materializado no agronegócio, dentro dos assentamentos.

Quando efetivou o assentamento, aí começa a ter os choques, porque é com o estado... então aqueles anseios individuais, egoísticos, até mesquinhos de cada um que é comum de nós, eles começam a ganhar força [...] Só tinha o Movimento como parâmetro e de repente você começa com um outro projeto que vai mais de encontro aos seus anseios particulares, que é o do estado. E isso manifesta através do técnico, das reuniões com o estado... e nós fomos um pouco mais longe: 'aqui o estado não vai fazer assembleia com as pessoas, o estado vai ter que respeitar as instâncias da organização'... bom, quais que eram as instâncias da organização? Tem o núcleo, tem a coordenação e tem a direção da área... então se vocês querem discutir com a família então não vai chegar aqui, o técnico mandar um monte de filipetinha aí dizendo que... chamando uma assembleia e colocar no ponto de pauta, que é como eles costumam fazer que é 'crédito', que esse é o chamariz, e mobiliza todo mundo e

depois... em assembleia não se discute... se delibera. Não é pra discutir coisas com profundidade [...] Se o estado tem essa intenção de fazer essa relação com as famílias vai ser via os organismos que as áreas têm. Vai discutir lá no núcleo. São quatro núcleos, duas horas de reunião? Vão passar o dia inteiro aqui? Beleza. Aí os caras não querem. Bom, então começou a ter o atrito. (Olga Benário, Entrevista 1).

Ao final, a percepção desse processo de disputa, que acabara por prejudicar o pleno desenvolvimento do assentamento, se configurou em uma vitória do Estado. Ou seja, vitória do projeto daqueles que não queriam que a reforma agrária não fosse bem sucedida no VPP.

De todo esse processo de disputas, assim... Nós fomos derrotados. No Luiz Carlos Prestes ele desmancharam tudo que tinha sido feito. Inclusive o parcelamento. [...] Fazíamos [parcelamento] com critério. Por exemplo o recurso água, tal lote de tal maneira que o maior número se beneficie do recurso água [...]. São coisas simples, mas pro cara que tá no escritório do Incra, com o mapa lá...foda-se. A localização. Filho você tem que... tem que ir pra escola, a van tem que pegar, então aqui também tem uma briga... a nossa área aqui [Olga Benário] ela é grande e cumprida. Ela é um formato de ferradura assim e aqui e vai lá na estrada de Campos do Jordão. Daqui lá na última parcela tem quatro quilômetros. Até o final da área teve ter uns seis ou sete quilômetros... E tem um rio. Então esse rio tem que construir ponte. E tem a torre de transmissão que passa. Então teria dificuldade, teria que fazer duas redes de energia elétrica, eletrificação, pelo fundo e pra cá porque você não pode passar com rede elétrica debaixo das torres de alta tensão. E lá é mais morro... meu, eu não posso pegar um cara, com os filhos dele e por lá na puta que o pariu. Não posso colocar ele lá. Então vamos pegar as melhores áreas e dividir as melhores áreas. E as piores áreas a gente... E o cara que é egoísta ele pensa assim: 'não, eu me articulo aqui, crio um grupo majoritário, vou pra disputa e nós garantimos as áreas melhores'. Aconteceu isso aqui com o gado. Os caras diziam 'mas não, aqui tem energia na sede, nós vamos mexer com gado', era um grupo pequeno, um grupo de onze, de repente está com uns 20 e poucos... quase metade do assentamento. E eles estavam trabalhando pra poder que ficasse um número maior... pra maioria na assembleia. E nós pegamos as áreas daqui porque não podemos ir pra lá por causa do resfriador [de leite], e de repente o cara tem uma cabra e o cara diz que vai produzir leite e não é porque ele vai produzir leite. É porque ele quer a área de melhor acesso. (Olga Benário, Entrevista 1).

O ex-dirigente regional do MST destaca a questão do próprio acúmulo teórico nesse processo de disputas, ao afirmar que o prevalecimento da individualidade sobre o coletivo é fruto também não apenas de um “egoísmo” por parte das famílias assentadas, mas também por inconstâncias no processo de formação durante o trabalho de base das famílias.

[...] Esse tipo de coisa rola. Porque a consciência ideológica não estava num patamar que o Movimento precisava. Num grau de politização ainda está prevalecendo os meus interesses, que são mesquinhos, que são pequenos, mas que é os meus interesses. [...] E daí quando aparece alguém pra quebrar isso, com um impedimento... é um obstáculo. 'Ah, se o Movimento é esse obstáculo, eu tenho que remover o Movimento do meu caminho. (Olga Benário, Entrevista 1).

Atualmente o assentamento Olga Benário, capacidade para 64 famílias, é registrada no Incra como possuidora de apenas 46 famílias, entretanto isso deve-se ao fato de algumas famílias anda não estarem homologadas, definição utilizada para oficializar legalmente o lote à família assentada. A não-homologação de parte das famílias tem interferido numa série de

acesso a políticas públicas como, por exemplo, a disponibilização de créditos e assistência técnica, dificultando ainda mais a permanência das famílias na área.

Isso também se reflete na disponibilização da energia elétrica, na qual parte famílias assentadas ainda não possuem. A distribuição de água é outra política que até hoje não se efetivou no assentamento, o que leva as famílias a obterem água a partir da coleta em minas e drenagens do assentamento.

Essas condições tão adversa apenas evidenciam os desafios que têm sido superados para as famílias permanecer na terra conquistada. E, apesar do estado não cumprir com seu papel de efetivação das políticas públicas relacionadas à reforma agrária nos assentamentos, as famílias assentadas do Olga Benário, conseguem resistir, se desafiando a construir um outro modelo para o campo.

## 4 A RESISTÊNCIA CAMPONESA E A REFORMA AGRÁRIA POPULAR

### 4.1 Resistência camponesa, luta e a Reforma Agrária Popular

Após identificar e analisar a disputa existente entre dois modelos de desenvolvimento para o campo antagônicos, aborda-se, neste capítulo, a relação existente entre resistência camponesa, luta pela terra e RAP nos assentamentos Olga Benário e Nova Esperança, enquanto conjunto de ações que comungam a resistência organizada do MST. Investiga-se, ainda, a resposta do MST, na região do VPP, aos retrocessos provocados golpe jurídico-midiático-parlamentar ocorrido ano passado no país.

Identifica-se em que medida as ações de resistências concretas promovidas pelas famílias assentadas contra o processo de exclusão promovido pelo agronegócio/CCP se vinculam e dialogam com o Programa Agrário do MST. Este, é colocado como uma ferramenta que sintetiza as ações de resistência promovida pelos assentados organizados no Movimento e que projetar novas ações, ao apontar caminhos a seguir.

Entende-se a resistência camponesa em seu conjunto de ações e intentos de contraposição ao modelo agrícola promovido pelo capital no campo. Tratam-se de atividades ligadas à produção para o autossustento, de maneira saudável e sem o uso de venenos, à comercialização dessa produção sem a participação de atravessadores e ao trabalho coletivo, com discussões e ações conjuntas o interior dos assentamentos.

Concorda-se com a afirmação de um dos agricultores entrevistados (Nova Esperança, Entrevista 1) ao afirmar que a resistência camponesa protagonizada pelo MST é composta por três estágios. O primeiro se refere a luta pela conquista da terra e envolve o processo de ocupação, constituição do acampamento e conflitos com os latifundiários. O segundo corresponde aos desafios de permanência na terra pois “apenas” conquistar um pedaço de chão não é suficiente: um desafio de natureza tão grande quanto a conquista da terra é a permanência nela, no sentido de lograr produzir alimentos, tirar dela o sustento e conseguir garantir o futuro da família. O terceiro estágio da resistência, não menos importante, versa sobre a disputa de construir efetivamente um modelo alternativo de desenvolvimento para o campo, a partir da compreensão de que resistir na conquista da terra e na produção de alimentos não é suficiente e, por isso, é preciso produzir alimentos sob novos referenciais produtivos, de maneira saudável, que garanta o bem estar, a saúde e a autonomia daqueles que produzem. Que seja voltado para alimentar o povo brasileiro.

A luta pelo acesso à terra proposta pelo MST não se restringe à posse do imóvel. Ao estabelecer como lema “[...] a luta pela terra, a luta pela reforma agrária e a luta pela justiça social [...]” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2016), o

Movimento afirma a necessidade de uma série práticas e políticas públicas voltadas à realização plena de um outro modo de vida para a população do campo.

Entre as políticas públicas, além de saúde, educação, lazer, condições para produção, estão aquelas relacionadas ao respeito ao meio ambiente. Na reforma agrária proposta pelo MST contempla-se não apenas o respeito e uma relação harmônica com esse último na forma de viver e produzir no campo. Por herdarem o passivo ambiental deixado pelo agronegócio, os assentamentos de reforma agrária também desenvolvem esforços para a recuperação ambiental das áreas degradadas.

A proposta da RAP, substancializada no Programa Agrário do MST (2014), sintetiza uma estratégia de resistência ao modelo de agricultura capitalista do agronegócio. Para viabilizar-se ela articula elementos relacionados a capacidade de acumulação de forças e construção de resistência nos acampamentos, assentamentos, centros de formação, escolas e demais os espaços conquistados pelo MST na luta pela terra. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2014, p. 6).

A viabilização da RAP depende da construção de alianças não apenas com movimentos sociais e setores vinculados ao campesinato, mas com o conjunto da classe trabalhadora, hoje inserida principalmente nos centros urbanos. Junto com essas, é necessário promover um debate franco e cativar amplos setores da sociedade, para que compreendam e defendam um novo modelo de desenvolvimento para o campo. A RAP depende, ainda, de fatores ligados ao fortalecimento interno da capacidade organizativa do MST e de avanços democráticos na estrutura do Estado brasileiro (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2014, p. 6).

Nosso programa agrário busca mudanças estruturais na forma de usar os bens da natureza, que pertencem a toda sociedade, na organização da produção e nas relações sociais no campo. Queremos contribuir de forma permanente na construção de uma sociedade justa, igualitária e fraterna. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2014, p. 35).

A RAP corresponde a uma ação específica do MST, identificada como uma resistência promovida pelo Movimento no âmbito ideológico e político. Ela tem sido responsável por protagonizar alguns debates e disputas junto à sociedade brasileira. No entanto, a resistência no campo propositivo não é suficiente.

Ainda que a RAP esteja no horizonte do MST e se trabalhe para colocá-la em prática, os assentamentos de reforma agrária não estão livres de contradições. Antes da resistência política e da proposição de um outro modelo, é preciso resistir para permanecer na terra e conquistar condições mínimas que permitam às famílias sobreviverem em seus lotes. Novamente essas contradições se intensificam quando olha-se para a região do VPP cujo

perfil das famílias tem uma origem urbana, o que redobra o desafio de permanência na terra, uma vez que existem laços ainda muito fortes com a cidade e o trabalho urbano.

Observa-se que a resistência das famílias organizadas no MST na região do VPP não é produto do acaso. Ela surge em decorrência do processo de exclusão, não solucionada pelo Estado Brasileiro, provocado inicialmente pelo ciclo do café, seguido pela pecuária leiteira, e que hoje se amplia com o intensivo trabalho mecanizado das plantações de eucalipto para produção de celulose e papel.

Nesse contexto, a compreensão de inclusão por parte desses trabalhadores desterrados, passa pela via do acesso à terra, uma vez que o processo excludente no campo não se limita a expulsão do camponeses. Ela inclui a negação ao acesso de outros direitos como a alimentação, moradia, saúde, educação, cultura, entre outros, que o acesso a terra possibilita resolver.

A crise pela qual passa o país, com um golpe à democracia em curso, pode trazer novas oportunidades. Assim como o MST se consolidou na luta pela terra durante a década de 1990, período de intensificação das políticas neoliberais, o desenvolvimento do golpe jurídico-midiático-parlamentar, com a conseqüente retomada desse modelo econômico, tem gerado um novo olhar para o campo, no qual a produção agrícola para o autossustento se apresenta como alternativa de vida capaz de suprir as necessidades mais básicas das famílias.

A experiência com os SAFs desenvolvida pelos trabalhadores rurais dos assentamentos da região do VPP, em particular no Nova Esperança e Olga Benário, se apresenta como alternativa concreta de melhoria de qualidade de vida das famílias. Além do retorno à produção na terra, as famílias que aderiram a esse tipo de sistema têm voltado sua produção a uma forma saudável, sob relações sociais mais coletivas e, ainda, atraindo um público preocupado e alimentar-se de forma saudável, sem produtos que usem agrotóxicos.

Traz-se aqui, novamente, as diversas formas de identificação da resistência camponesa. Ainda que permanecer na terra com uma produção agrícola voltada para a autossustentação seja uma dessas formas, fazê-la com adoção do pacote tecnológico vinculado ao agronegócio vai de encontro à ideia de resistência camponesa.

Diante de tal afirmação, não se busca negar a importância de se produzir na terra para tirar o sustento, apenas questionar a maneira como esta é feita, posto que os desafios da colocado reprodução do campesinato a partir do modelo do agronegócio, compromete sua própria sobrevivência enquanto tal.

A resistência identificada na RAP é compreendida enquanto forma do campesinato resistir ao agronegócio, através da realização efetiva na reforma agrária que tenha uma base popular. Ela surge como elemento para massificação do processo de luta no campo e busca travar disputa não apenas contra o agronegócio e seu modelo de produção no campo, mas

contra o sistema metabólico excludente do capital no conjunto da sociedade.

Os SAFs correspondem a uma importante forma de resistência dentro do projeto de RAP, assim como o foram os projetos vinculados aos mercados institucionais como o PAA e o PNAE, que hoje vêm sendo desmantelados pelo governo ilegítimo de Michel Temer. Os SAFs são uma forma de organização do trabalho que responde simultaneamente à resistência camponesa e aos princípios da RAP apregoados pelo MST. A resistência das famílias nos lotes corresponde a um embrião para que o trabalhador assentado seja o protagonista da RAP.

As vantagens do sistema agroflorestal [SAF] são de natureza biológica, econômica e social. Quanto a aspectos biológicos, otimiza a utilização do área do lote do assentado, com maior produção de biomassa (quantidade de matéria orgânica gerada pelas plantas). Com isso, o solo tende a melhorar suas características químicas, físicas e biológicas, devido à decomposição e incorporação da matéria orgânica e penetração das raízes das árvores. As próprias raízes das árvores auxiliam também na redução potencial da erosão. Adicionalmente, a produção total obtida de uma mistura de árvores e culturas agrícolas ou criações de animais é frequentemente maior que a produzida nas monoculturas, e, na medida em que o assentado adote o manejo agroecológico de sua lavoura, todo o sistema torna-se mais vigoroso, dispensando o uso de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos. Finalmente, incluem-se ainda aspectos vantajosos quanto à redução do risco de perda total da cultura principal, já que os possíveis ataques de pragas e doenças são distribuídos entre várias espécies de plantas, e o próprio benefício da sombra das árvores para os animais, e culturas como o café e cacau. (RIEHELMANN, 2006, p. 163).

A resistência das famílias Sem Terra da região do VPP é identificada como processo. Com avanços e recuos, com idas e vindas com, mais que contradições, disputas concretas que no dia a dia se mostram muito mais complexas e desafiadoras. Uma “queda de braço” permanente influenciada por fatores internos e externos à vida cotidiana das famílias assentadas. Tenta-se, destarte, de superar a visão idílica inicial que se apresenta a respeito das contradições da vida no campo.

Como mencionado, aborda-se diversos estágios de resistência, que possuem desafios e contradições que precisam ser superadas a todo momento. A resistência pela conquista da terra cede lugar à resistência pela permanência da terra. A esta, por sua vez, sucede-se um processo organizativo entre famílias que, articuladas entre si, conseguem apoiar-se e trabalhar em conjunto. Esse amparo ganha mais projeção ao contar com o conjunto da organização MST, que vincula essas mesmas famílias a outras que vêm lutando por dignidade no campo e avançando na construção de outro modelo de produção.

O processo organizativo acima mencionado contempla elementos como educação, saúde, formação, lazer, cultura, produção, comercialização e diversos outros que juntos se constituem em resistir na terra a partir de um outro modelo de produção para o campo, com características cooperativas e solidárias, que vai ao encontro da construção da RAP.

Aqui problematiza-se o caminho da resistência. Identifica-se como ela percorre o

cotidiano dos assentamentos de reforma agrária e dialoga com a proposta política do MST de RAP. Assinala-se como esta chega às áreas de reforma agrária e como é assimilada pela militância do MST.

Os assentamentos resistem à lógica da expansão do agronegócio através da criação de condições para o trabalho, produção e moradia no campo. Organizam, assim, “[...] a economia e as dimensões da vida social, educacional e cultural das famílias assentadas [...]”. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2010, p. 21).

Um elemento de resistência à monocultura do eucalipto na região do VPP que se trabalha nos assentamentos em análise, relaciona-se o desenvolvimento dos SAFs em alguns lotes. Estes vêm se constituindo sob influência e articulação na Rede Agroflorestal do Vale do Paraíba, cujo grupo gestor foi constituído em dezembro de 2013. A Rede conta com a participação de organizações não-governamentais, representantes do setor público, de movimentos sociais e de assentamentos de reforma agrária da região (REDE AGROFLORESTAL DO VALE DO PARAÍBA, 2015).

Em relação a esse processo de avanço na implementação de SAFs observa-se, nas famílias assentadas, contradições que dificultam a resistência camponesa. Tratam-se de “tentações” para se deixarem “levar com a corrente” e não se desafiarem a enfrentar o modelo de desenvolvimento hegemônico no campo. Dentre essas contradições está a reprodução do próprio modelo do agronegócio nos lotes dos assentamentos de reforma agrária, o agronegocinho.

O agronegócio não é uma questão de extensão, tem gente que confunde o latifúndio com o agronegócio... ah! O agronegócio é as grandes extensões e... não! É o modo de produção capitalista no campo! Não precisa ser grande... tá cheio de agronegócio nos assentamentos de reforma agrária. Quando o cara compra lá a soja transgênica, a semente de soja transgênica... quando o cara produz com um alta tecnologia de alto maquinário, de alto endividamento, com alto pacote agroquímico... é isso o agronegócio! Isso eu vejo nos assentamentos nossos aqui. [...] agora nem tanto, agora está estagnado. [...] O modelo que se buscava para a reforma agrária pelo menos, como forma de... pra reforma agrária e pros pequenos agricultores, o MPA... e que infelizmente caiu no canto da sereia de que 'Deus é bom e o diabo não é ruim' [...] de que vamos amenizar... 'a não, vocês podem produzir que tem mercado pra vocês e tem mercado para o agronegócio. Transporta soja pra China e vocês produzem para a merenda escolar...' sabe? Isso não rolou. E com um ônus muito alto! [...] Imagine se a gente tivesse começado [a produzir SAF] a oito anos atrás... agora nem o agronegocinho e nem [agroecologia]... tem que começar tudo de novo. (Olga Benário, Entrevista 1).

Ainda que o depoimento acima indique que o assentamento Olga Benário possui famílias que aderiram ao modelo do agronegócio, ele também aponta um horizonte dentro do caminho da produção agroflorestal. Nesse sentido, pode-se observar a finalização da fala com a indagação de que os rumos do assentamento seriam diferentes caso as famílias tivessem, desde o princípio, a força e a clareza sobre a importância da produção agroflorestal.

Nesse aspecto, merece destaque a discussão sobre a origem da Comuna da Terra, sua relação com os SAFs e a discussão sobre a agroecologia. Na origem da constituição dos assentamentos as famílias tinham convicção sobre a necessidade de um novo modelo de produzir no campo. Entretanto, na prática, as contradições da realidade as levaram por outros caminhos. Parte das famílias que hoje trabalham o SAF identificam a relação da agroecologia com a concepção inicialmente pensada da Comuna da Terra.

E isso é interessante porque o que tínhamos lá atrás [...] as Comunas, hoje ela se materializou, do ponto de vista produtivo nas agroflorestas. O que nós não tínhamos muito claro hoje nós temos claro. Do que nós estávamos falando, do que nós queríamos... é isso aqui. Esse é o caminho. (Olga Benário, Entrevista 1).

A Rede Agroflorestal do Vale do Paraíba tem promovido uma série de atividades na região voltadas, simultaneamente, à recuperação ambiental da região da Mata Atlântica e à produção de alimentos saudáveis.

O principal método utilizado pelo coletivo que compõe a Rede Agroflorestal é a realização de mutirões que ocorrem, em geral, em áreas degradadas. A princípio realiza-se uma atividade formativa, com a presença de um facilitador, e de troca de experiências dos participantes. Posteriormente realiza-se o trabalho conjunto em campo, na área em de implantação do SAF.

Esses mutirões foram realizados em diversas áreas da região do VPP. Entre essas, em lotes dos assentamentos Olga Benário (Tremembé/SP), Nova Esperança (São José dos Campos/SP), Manoel Neto (Taubaté/SP) e Conquista (Tremembé/SP).

Ao se propor uma rede de articulação, a Rede Agroflorestal atua também fora dos limites do Vale do Paraíba e do Estado de São Paulo, ao construir relações e realizar atividades com grupos no Rio de Janeiro, Minas Gerais e na região paulista de Ribeirão Preto (REDE AGROFLORESTAL DO VALE DO PARAÍBA, 2015). A compreensão em relação à importância de promoção de um outro modelo de desenvolvimento para o campo levou, inclusive, alguns de seus participantes a se organizarem no MST e se mobilizarem em busca da luta pela terra no VPP.

A Rede Agroflorestal surge em 2011 durante o processo de discussões relacionadas à mudanças no Código Florestal no brasileiro<sup>17</sup>. Assim, tem-se como ponto de partida a discussão de questões à degradação da Mata Atlântica e o assoreamento do Rio Paraíba do Sul (REDE AGROFLORESTAL DO VALE DO PARAÍBA, 2015).

Suas iniciativas começaram a partir de pesquisadores da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), do Pólo Regional do Vale do Paraíba, órgão vinculado

<sup>17</sup> Para conhecer melhor os debates a respeito da mudança do Código Florestal no Brasil consultar: <<http://www.mst.org.br/2010/06/08/em-defesa-do-codigo-florestal.html>>.

à SAA. Esses, passaram a promover mutirões e atividades de formação em SAFs nas unidades de desenvolvimento tecnológico da APTA na cidade de Pindamonhangaba/SP. Envolveram-se nos mutirões iniciais com distintos grupos como: pequenos produtores rurais, pesquisadores, assentados das áreas de reforma agrária, estudantes, técnicos, gestores de unidades de conservação, empresários, ONGs e movimentos sociais (REDE AGROFLORESTAL DO VALE DO PARAÍBA, 2015).

Dentre os Mutirões, em Fevereiro de 2012, um evento marcou a parceria da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral), por meio da EDR de Pindamonhangaba e da APTA - Pólo Regional do Vale do Paraíba, ambos vinculados à Secretaria do Governo do Estado; com o propósito de incentivar a adoção dos SAFs por meio da ação integrada dos novos assistentes agropecuários, que identificariam iniciativas locais em 21 municípios vinculados a EDR de Pindamonhangaba.

Em Dezembro de 2013, por meio da parceria da APTA - Pólo Regional do Vale do Paraíba com a ONG Pátio das Artes, foi realizado o IV Mutirão Agroflorestal do Vale do Paraíba em Pindamonhangaba, originando um Grupo Gestor de articulação da REDE AGROFLORESTAL DO VALE DO PARAÍBA. Posteriormente, o V Mutirão aconteceu em São Lourenço/MG (Serra da Mantiqueira), fortalecendo o Grupo Gestor que vem atuando para consolidar o objetivo principal da REDE AGROFLORESTAL DO VALE DO PARAÍBA, que é disseminar os Sistemas Agroflorestais. [...]

São objetivos básicos da Rede Agroflorestal do Vale do Paraíba: promover a circulação da informação sobre os SAFs, desenvolver a pesquisa participativa, fomentar projetos em conjunto, estabelecer parcerias para ampliar a atuação e fomentar o mercado justo e solidário. (REDE AGROFLORESTAL DO VALE DO PARAÍBA, 2015).

A Rede Agroflorestal contou, em seu período inicial, com recursos que viabilizaram sua organização e lograram trazer grupos e organizações para realização de trabalhos em mutirões para a implantação de SAFs. Segundo dados da própria Rede, no ano “[...] de 2014 foram instalados 20 módulos agroflorestais em 19 mutirões, abrangendo 4 municípios da bacia hidrográfica do Paraíba do Sul em um total de 200 horas com 700 capacitações coletivas e participativas [...]”. (REDE AGROFLORESTAL DO VALE DO PARAÍBA, 2015).

A despeito do avanço na implantação e produção de SAFs dentro da Rede, constatou-se que entre os anos de 2013 a 2016, as principais áreas em que os SAFs se desenvolveram foram aquelas ligadas aos lotes de assentamentos de reforma agrária da região.

Os SAFs ampliaram-se também para fora da estrutura da Rede Agroflorestal, na medida em que as famílias assentadas passaram a articular-se entre si, organizando uma rede própria para implantação e a manutenção desses sistemas de forma solidária.

Dito de outro modo, o processo de articulação da Rede Agroflorestal tem extrapolado próprios limites. Ainda que tenha sido inicialmente concebida por pesquisadores cujo interesse nasceu do processo de recuperação das áreas da Mata Atlântica, o seu processo de desenvolvimento passou a adquirir uma nova intencionalidade. Com a ampliação da participação de outros atores, em particular do MST, passou-se a uma preocupação maior do

aspecto político a respeito da necessidade de um outro modelo de produção para o campo, em detrimento de somente pequenas iniciativas para implantação de módulos de SAF.

A perspectiva está na manutenção do “espírito” da Rede Agroflorestal, que existe a partir do trabalho de pessoas e organizações ligadas a ela. Trata-se de uma importante entrada para o debate sobre a agroecologia e sua efetivação nas áreas de reforma agrária. Situação que adquire maior destaque por apresentar uma perspectiva regional para essa entrada. Ou seja, mesmo que se aborde, na pesquisa, os assentamentos Nova Esperança e Olga Benário, a ampliação das experiências de SAFs e de agroecologia também é observada em outros assentamentos e acampamentos de famílias organizadas no MST na região.

Mesmo diante de dificuldades financeiras que comprometem o funcionamento formal da Rede Agroflorestal, as experiências em desenvolvimento não foram encerradas. Os resultados obtidos têm estimulado (1) a continuidade e ampliação das experiências de SAFs; (2) a solidariedade das famílias agricultoras que partilham esse tipo de produção; e (3) o estímulo de mais espaços de debate sobre a agroecologia.

Ao comentar a respeito da relação entre o papel do Movimento no processo de constituição da Rede Agroflorestal e os elementos que esta tem trazido para a construção da RAP, uma das lideranças regionais do MST no Vale do Paraíba aponta:

Agora a interação com a Rede está sendo mais pontual por causa da dinâmica própria da Rede. Pelo momento que ela está passando. Mas o Movimento foi um dos provocadores da Rede, pra que a Rede acontecesse, então foi um espaço bastante importante de disseminação da agroecologia dentro dos assentamentos. E lá tem muita dificuldade de produção também por essas questões né? Não tem estrutura, o solo já é muito degradado, pelo histórico de ocupação do Vale [...] a proximidade dos centros urbanos [...] a condição da vida no campo é \*@#%\$, né cara! E as vezes o pessoal sai pra cidade: 'ah, vou levantar um dinheirinho pra investir no lote, mas aí vou levantar mais um dinheirinho... sempre levantando mais dinheirinho, né?' Aí o lote acaba ficando...E aí a gente tá vendo que quem tá conseguindo manter uma relação, quem tá conseguindo se sustentar, de fato, é quem tá entrando na lógica produtiva da agroecologia... Com exceção do assentamento Conquista, que a agroecologia é quase que como um tabu [...] e talvez, com isso, da pior forma possível, talvez isso seja um estalo pra que o pessoal entenda, que quanto mais veneno você usar mais veneno vai ter que usar para o resto da vida. E vai chegar uma hora que não vai ter jeito, né? Vai estourar mesmo. E aí a gente tá começando a perceber que quem tá conseguindo se manter melhor, uma condição melhor, ou pelo menos ter o que comer, não necessariamente vendendo tudo, mas é quem tá mais alinhado com as ideias do... Que começou com a Rede Agroflorestal. Começou com SAF mas... por um período foi muito focado em SAF só né? 'Ah! A agroecologia é SAF' mas agora a ideia da agroecologia está expandindo, não só com o SAF mas como novo modo de produção. [...] Mas é um debate que já apareceu dentro dos grupos que começaram a fazer o SAF, né? De entender que a agroecologia não é só aquele quadradinho lá que o pessoal implantou o SAF. Agroecologia ela é todo um modo de manejo mas também uma cadeia de produção, cadeia não, um ciclo de produção e uma relação com a terra. E... tá sendo interessante o processo porque quem tá no veneno não tá conseguindo se manter. (Direção Vale, Entrevista 1).

Independente da presença da Rede Agroflorestal e dos estímulos e iniciativas ao SAF não pode ser excluído o grande desafio da produção de alimentos e da agroecologia que ainda

permanece nas áreas de reforma agrária. Se por um lado a presença próxima aos grandes centros urbanos facilita a comercialização, por outro ela traz inúmeros desafios.

Todos os eles [assentamentos] passam por um processo de dificuldade de produção. Por estar beirando os grandes centros, né? [...] As pessoas vêm pro assentamento e acabam tendo um vínculo grande com os grandes centros, então ele acaba ainda sendo explorado ainda pelas empresas na cidade, pela construção civil, pelos condomínios e aí então, assim, muita dificuldade de produção. (Nova Esperança, Entrevista 1).

Desafios que, se superados, apresentam novas perspectivas:

As famílias que produzem, o carro chefe na região dos assentamentos são hortaliças, por facilidade de escoação, de tá vendendo nos grandes centros, tem o mercado, então o pessoal tem produzido bastante hortaliças. E agora na região o pessoal tem caminhado muito pra questão das frutas, né? Porque aqui é uma região que 90% do produto que é consumido na região do Vale tem vindo de fora da região do Vale, então você tem um grande mercado consumidor, então as hortaliças e as frutíferas, né? O pessoal tem feito investimento. [...] você tem um grande mercado consumidor [no Vale do Paraíba] e muito pouca produção. (Nova Esperança, Entrevista 1).

No caminho da construção da superação das adversidades e enfrentamento dos desafios colocados para as famílias assentadas na região do VPP, pode-se identificar o esforço pela viabilização da RAP nos assentamentos de reforma agrária. Ela parte da constatação, de que a reforma agrária não apenas não foi realizada no Brasil como não será, se se tiver em mente o modelo clássico burguês do século XX. A RAP traz a compreensão de que a reforma agrária constitui-se em um mote para a transformação da sociedade, para a promoção da justiça social, no campo e na cidade.

A compreensão dessa necessidade, urgente devido à atual lógica do capital no campo, demanda um ponto de partida, que sob a lógica das famílias organizadas no MST, passa pela discussão e acesso à alimentação saudável. Deste, avança-se ao conjunto de questões e elementos que inserem o agronegócio como o modelo hegemônico e a agroecologia como a alternativa. A capacidade das elites, grandes empresas e meios de comunicação de massa na desvirtuação ou mesmo omissão dos impactos causados pelo modelo do agronegócio, reforça a atualidade da pauta da reforma agrária como uma pauta de todos.

Aqui reforça-se a importância vital da articulação da RAP com os diversos setores da sociedade, tanto do campo quanto da cidade. No caso da região do VPP essa articulação pode ser vista em diversos espaços.

Aqui no Movimento a gente tem um força política bastante grande aqui na região. Nós temos bastante sindicatos que têm dado apoio ao Movimento, nós temos uma parte da igreja católica, já teve uma presença forte nos assentamentos hoje menos. [...] E daí nós temos os partidos políticos mais de esquerda... PSTU, PSOL, PT PC do B [...]. E aí também tem essa questão das organizações. Tem a Rede

[Agroflorestal do Vale do Paraíba], que tem ajudado, que tem debatido bastante. [...] Tem o pessoal da CMP [Central dos Movimento Populares], a gente tem feito aqui [trabalhos], tem um pessoal da juventude ... então tem bastante gente aqui. [...] O Levante Popular da Juventude [...] A gente tem feito um trabalho com bastante parceiros aqui na região. [...] vários partidos, têm várias correntes. Cada corrente dessas tem uma organização [de Juventude]. (Nova Esperança, Entrevista 1).

As articulações mencionadas perfazem um conjunto de atividades que se voltam a mudanças concretas na região como o fomento aos SAFs, que ultrapassa o conhecimento relacionado apenas à produção em si, ao trazer aspectos sobre a formulação teórica a respeito da importância de novos modelos de desenvolvimento para o campo. No campo da RAP no VPP também são identificadas atividades de mobilização, denúncias através de ocupações, participações em audiências públicas, entre outras.

A capacidade organizativa e sua referência política no conjunto da esquerda brasileira confere ao MST importante status nesse processo de articulação.

Como o Movimento fez várias lutas na região e então ficou conhecido, quando o Movimento propõe de fazer e começar a fazer e então é uma coisa nova na região, ele acaba sendo uma referência porque acaba... e ele vêm pra dentro do assentamento pra discutir, e qualquer família dessas que está assentada tem condições de fazer o debate de toda situação: desde da questão política, da agroecologia. Então a gente tem um grupo grande nessa região que tem condições de fazer esse debate, então tem envolvido muito essa questão das universidades. A gente tem recebido muito universidades, tem recebido muita gente aí que são consumidores, que têm um pouco de conhecimento, outros mesmo que não tem nenhum conhecimento mas que quer conhecer, que tem interesse de participar e quer de fato estar envolvido, quer consumir um produto mesmo que tenha a qualidade, que não seja só o papel pra garantir que está certificado. Ter a origem do produto, ter é...conhecer o produtor que produz esse produto. Então isso tem trazido um debate intenso na região. A gente tem conseguido fazer os trabalhos de formação com 70, 80 pessoas. (Nova Esperança, Entrevista 1).

Essa referência, que não é exclusiva ao VPP, também se manifesta junto a outras forças e poderes, ainda que existam contradições do estado brasileiro no que se refere a execução das políticas públicas de reforma agrária. Existem setores do poder público com os quais o MST tem se articulado na região do VPP e que começam a gerar resultados. Estes, estão relacionados ao fortalecimento da capacidade organizativa dos pequenos agricultores da região, que ao longo dos últimos anos vêm sendo massacrados pela monocultura do eucalipto.

A gente teve com o Wagner [Giron de La Torre, defensor público/SP] um trabalho [...] no enfrentamento contra a VCP [Votorantim Celulose e Papel, hoje Fibria S.A.], as empresas de eucalipto e depois ele deu uma parada. Mas ele está voltando de novo. O pessoal tem feito uns debates na região e a gente tem participado [...] e vai voltar de novo essa questão da organização. Porque ela era uma organização que estava voltada a organizar os pequenos produtores. [...] Como os pequenos produtores estavam tendo muito problema com as empresas de eucalipto, então ele [Wagner] acabava dando uma assistência para os pequenos produtores, e daí ele viu que tinha necessidade de organizar os pequenos produtores. Além de estar lá no campo organizado eles tinha que participar das organizações sociais, de estar junto com os movimentos sociais, de estar com as correntes partidárias e com os partidos

políticos mais de esquerda para fazer a defesa [...] Ele começou a fazer as ações e daí começou a convidar as organizações. Foi criando os Fóruns, foi criando organizações e a gente foi participando em conjunto com ele [...] eram audiências públicas, as plenárias na câmara, os projetos de lei e aí nós fomos participando, participamos de vários debates com ele. E agora eles estão organizando de novo. Tem aí um pessoal com ele. [...] Eles estão debatendo essa questão do avanço do eucalipto no Vale do Paraíba. (Nova Esperança, Entrevista 1).

Conforme se abordou, a identificação de importantes elementos que evidenciem avanços na construção de um novo modelo de desenvolvimento para o campo com base na proposta da RAP não significa a ausência de contradições, mas o contrário. Se a proximidade dos grandes centros urbanos traz maiores potencialidade em relação à comunicação e articulação com organizações, movimentos e grupos (consumidores ou não) das cidades, por outro evidencia a insuficiência do atual preparo no trato entre as relações campo e cidade.

Nós no movimento social ainda temos muita dificuldade de entender essa realidade e trabalhar com o público urbano. O perfil é totalmente diferente. Então eu acho que o Movimento vem acumulando nos últimos anos nesse sentido. Como que a gente faz, cria os assentamentos e eles se tornam uma base do Movimento. Como o Movimento possa estar inserido e não só fazer o trabalho de base e trazer as famílias mas possa fazer um trabalho de continuidade, tanto na cidade com as pessoas que ficaram na cidade, e também um trabalho pras pessoas que vieram para o campo... que a gente fazia um trabalho na cidade, trazia pro campo e daí acabava não dando continuidade nem no trabalho na cidade nem no trabalho no campo. Então eu acho que a gente tem de avançar mais nesse sentido, né? Como que a gente pode trabalhar num trabalho de resgate, porque tem muita gente... é um trabalho de resgate, muita gente já perdeu a autoestima e aí tem muito problema de vício, não só de drogas mas de vício partidário, um monte de vícios. E aí acaba vindo para os assentamentos e tem muita dificuldade de se estruturar ali e ter uma independência própria daquele local. De viver ali naquele local. Então eu acho que a gente precisa avançar mais nessa questão da formação. E até mesmo avançar nessa questão de pensar, antes de vir para o assentamento, qual é o modelo de produção que a gente vai desenvolver nessa região. [...] Essa região é propícia para a produção de quê? Ah, é produção de hortaliças. Então quando a gente for fazer o trabalho de base a gente já trabalhar com as famílias para aquele tipo de modelo de assentamento [...]. (Nova Esperança, Entrevista 1).

Conforme apontado por uma das lideranças do MST na região do VPP, a perda da capacidade organizativa relaciona-se também a ausência de continuidade do trabalho de base na região. Os novos e crescentes desafios que se conforma no processo de constituição dos assentamentos de reforma agrária fazem com que ações e tarefas militantes se acumulem.

Ou seja, quanto mais avançada a organização de um assentamento maiores são as tarefas e desafios às quais as famílias têm que lidar. Ao dividir suas atenções entre as atividades voltadas ao avanço da produção de alimentos saudáveis, autonomia econômica e produção agroecológica, as famílias comprometem o tempo dedicado anteriormente para promoção do trabalho do trabalho de base, como ocorria nos acampamentos.

Constitui-se uma ação complexa trabalhar simultaneamente pela (1) articulação de novas famílias que buscam uma terra para viver, pelo (2) avanço da produção saudável no(s)

assentamento(s) e (3) seguir com a formação para que as famílias assentadas sigam mobilizadas e animadas para a continuidade das lutas que se avizinham. Essa situação abre margem para o surgimento de outras forças dentro dos assentamentos, uma das contradições do trabalho de construção da RAP:

O Movimento teve um grande crescimento em 1997, né? Então ele fez um trabalho de base, e o Movimento focou mais na questão da formação dos acampamentos e a gente acabou perdendo muito o trabalho interno dos assentamentos. [...] E em 1997 o Movimento tava num auge forte de criar as grandes cooperativas, criar as agroindústrias nos assentamentos, então tinha um trabalho de formação voltado pro assentamento. Então você saía de uma fase de acampado, e você saía pra uma fase de assentamento, você já entrava mais ou menos se estruturando com debate de produção, com projeto mais definido do assentamento. [...] E daí o Movimento começou a fazer esse trabalho nos grande centros e acabou perdendo um foco dessa questão da organização do assentamento, então acabou tendo esse problema. E aí quando você traz um público urbano, você traz nessa base, pra o acampamento você traz as igrejas, então você pega os assentamentos nossos tem muita divisão pelas igrejas, porque você tem muita igreja evangélica, você traz as correntes partidárias, você tem várias correntes partidárias nos assentamentos, e nos grandes centros ele tem essa influência muito grande e você tem o sindicato, você tem os partidos políticos. [...] aí num processo de amadurecimento do assentamento você tem todos os partidos políticos [...] no nosso assentamento tem tanta gente saindo nos partidos de esquerda como nos partidos de direita candidatos no assentamento. [...] você tem a direita fazendo trabalho interno nos assentamento. Então uma disputa interna muito grande pelos assentamentos. (Nova Esperança, Entrevista 1).

Soma-se a esse cenário desafios que a princípio não seriam observados nas áreas de assentamentos. De maneira geral, seus processos de constituição partem de uma situação de conflito territorial e demanda da área por parte de movimentos sociais do campo organizados. Estes, em geral, se utilizam do instrumento da ocupação para pressionar o poder público, por meio de denúncia sobre a improdutividade da área e o não cumprimento de sua função social, estabelecida pela Constituição Federal de 1988. No caso dos assentamentos da pesquisa, próximos aos centros urbanos de cidades da região do VPP, observa-se a pressão do sistema capitalista por meio da especulação imobiliária junto às famílias assentadas.

Aí você tem o ataque [...] pelas imobiliárias que é forte na região, que tem uma influência muito grande nos assentamentos. [...] A grande maioria que estão beirando os grande centros tão cercados pelos grandes condomínios. [...] Eles vêm cercando num primeiro momento para transformar aquele perímetro rural em urbano, para a imobiliária ir cercando o entorno. E você tem as imobiliárias interna nos assentamentos tensionando e até mesmo comprando terra pra poder ir dividindo o assentamento pra poder, futuramente, saindo uma titulação, estar nas mãos da imobiliária muito mais fácil de tirar esse grupo de assentados. (Nova Esperança, Entrevista 1).

Aqui encontra-se um debate que envolve diretamente as atuais mudanças legislativas provocadas pelo governo ilegítimo de Michel Temer, abordado-se no item 4.4. Entre elas o debate a respeito da titulação dos lotes de assentamentos de reforma agrária. Situação que, sem a consolidação das políticas públicas necessárias, levará muitas famílias à venda dos

mesmos, provocando uma reconcentração fundiária na região. No caso do VPP a questão ganha maior força diante do mencionado assédio das empresas imobiliárias.

Outro desafio decorrente da proximidade com centros urbanos e que se configura como um relevante problema social é a presença do tráfico de drogas. Conforme observado por liderança do MST na região durante realização de entrevista, a presença do tráfico de drogas começa a aparecer nos assentamentos da região do VPP. O caso abaixo mencionado se refere ao assentamento Nova Esperança, no município de São José dos Campos.

Porque é uma área ainda, com toda essa influência externa, ainda tem um controle interno, né? As famílias ainda tem um processo de organização, um processo interno acaba... por um momento ele impede a entrada do tráfico, mas com o tempo o tráfico acaba entrando, acaba cooptando os filhos dos assentados, então hoje tem muito filho de assentado que estão preso, que estão ligados ao comando vermelho, ao PCC [Primeiro Comando da Capital – organização criminosa originária de São Paulo]. Que estão aí nas bocas de fuma das cidades e que acabam vindo para o assentamento. [...] O tráfico usa porque é uma via de acesso rápido pra cidade [...]. (Nova Esperança, Entrevista 1).

A despeito de todas as contradições apresentadas anteriormente, o elemento central que norteia o debate a respeito da construção da RAP pelo MST é a agroecologia. Trata-se do elemento unificador das ações do Movimento na medida em que ele representa um novo modelo de desenvolvimento para o campo, baseado na alimentação saudável, no respeito à natureza, na compreensão de que campo e cidade representam um elemento só. E, ainda, que a continuidade do modelo do agronegócio em seus atuais moldes, não levará a outro caminho senão à destruição da natureza.

As famílias assentadas na região do VPP possuem essa compreensão na medida em que identificam a produção dos SAFs como um contraponto ao agronegócio. Mesmo que não corresponda à efetivação da agroecologia em sua complexa totalidade, os SAFs representam um primeiro e importante passo da tomada de consciência, teórica e prática, a respeito da mudança do modelo de desenvolvimento para o campo.

[...] pensar o agronegócio hoje não chega a ser só reacionário, do meu ponto de vista. É antieconômico! Antinatural! Quando no mundo se fala hoje... nós temos uma perda de solo monumental no campo que a gente perde para a erosão. Nós temos um processo de perda de solo em uma quantidade imensa para a desertificação. Nós perdemos uma quantidade imensa de poluição por conta dos agroquímicos. Então quando você fala de agrofloresta você está falando totalmente o contrário disso. Então você vai discutir uma proposta de embate ao agronegócio é falar disso, é falar de agrofloresta. (Olga Benário, Entrevista 1).

Como poder-se-á ver nas seções subsequentes, dentro da proposta de construção da RAP, a Rede Agroflorestal vem cumprindo um papel muito importante a partir da produção dos módulos de SAF. Sua concepção pautada na discussão sobre uma nova forma de interação com a natureza, que logre produzir alimentos e recupere ambientalmente a região do Vale do Paraíba, tem oferecido ânimo e conteúdo para as famílias assentadas nos seus esforços de

viabilizar a agroecologia.

Ou seja, afigura-se que, ainda que tenha estimulado a produção em SAFs e contribuído com a apropriação de novas técnicas no campo, o papel principal desempenhado pela Rede Agroflorestal em sua articulação com as lideranças e assentados do MST na região do VPP foi provocar e fomentar o debate sobre uma nova forma de desenvolvimento para o campo. Seu mérito está em evidenciar para as outras famílias assentadas, que trabalham na cidade ou não, que uma nova maneira de produzir com resultados concretos é possível. Junto com essa evidência, apresenta que tais avanços precisam caminhar junto com mudanças de comportamento, atitudes, concepções, e mais ainda, com a consciência de que não se trata de um processo simples e rápido.

Independentemente de se denominar SAF ou agroecologia, na opinião de um dos assentados entrevistados é a prática que faz toda a diferença. A transformação real que pode ser visualizada nas condições de vida das famílias assentadas precisa ser identificada e valorizada. Pode-se ver, no caso assentamentos Nova Esperança e Olga Benário, que a despeito dos desafios impostos, a organização da agroecologia é uma realidade.

[...] tem uma militância nesses assentamentos que acumulou e tem essas informações que tem trabalhado na base interna. Há uma resistência? Tem uma resistência. Porque tem muito agricultor que ele veio no modelo tradicional de produção, então pra ele romper com esse modelo que tá aí e entrar numa nova forma de trabalho, numa nova forma de produção, acaba tendo uma resistência. Mas o pessoal tem aderido. A gente tem conseguido, em cada assentamento nosso desse a gente tem conseguido manter um grupo de famílias que têm feito umas áreas de trabalho, têm feito uns trabalhos coletivos que ele tem aglutinado além dos assentados, um grupo grande de pequenos produtores e de consumidores que têm feito esse debate, muito interessante na região. Então a gente tem um acompanhamento, tem uma equipe técnica pelo Movimento. A gente tem uma assessoria pelo Movimento, tem acompanhado. Tem uma assessoria do próprio estado. (Nova Esperança, Entrevista 1).

A esses avanços soma-se aqueles relacionados às políticas de comercialização institucionais, que têm correspondido a um importante fator em relação à organização das famílias e estímulo à produção agroecológica. Tratam-se dos mencionados PAA e PNAE que hoje estão ameaçados pelo golpe no Brasil.

Merece destaque em relação ao PNAE, seu fortalecimento em 2009, quando passa a estabelecer um aumento no valor de 30% dos produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar destinados para merenda das escolas públicas brasileiras. Ambos programas também foram responsáveis, no último período, pelo estímulo e retorno das famílias à produção em seus lotes.

A gente tem feito uma avaliação que ele [Nova Esperança] tem dado uma crescida, por causa da questão do desemprego, da crise, né? E essa questão das políticas públicas né? A questão do PAA, a questão do PNAE e a questão do PPAIS [Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social], então ele tem dado uma

fortalecida no assentamento, então o assentamento, ele tem crescido. E a questão das feiras também, a gente tem conseguido participar e fazer um debate também e aí a gente tem conseguido inserir então o pessoal tem saído da cidade e tem conseguido produzir no assentamento e fazer as feiras né? Então isso tem dado uma estimulada também. (Nova Esperança, Entrevista 1).

Nova contradição identificada no processo de construção da RAP no VPP, em particular do processo da Comuna da Terra, é a proximidade dos assentamentos de reforma agrária ao meio urbano. De acordo com informações de uma das lideranças do MST da região entrevistadas, que tomaram por base dados do Incra, cerca de 80% das famílias possuem algum grau de vínculo urbano, em particular através do trabalho informal.

Esse dado se insere num contexto de inúmeras contradições que envolvem os assentamentos analisados e que vão de um extremo ao outro. Os últimos treze anos de governos petistas e de implementação do Neodesenvolvimentismo<sup>18</sup> trouxeram uma série de benefícios à economia brasileira, como estímulo ao mercado interno e geração de empregos, em particular na área da construção civil. Situação que se associa à precariedade e burocracia na provisão de políticas públicas para o campo.

Isso levou, por sua vez, as famílias assentadas à busca de alternativas de renda no meio urbano. Seja ela para obtenção de recursos com vistas a melhorar o lote, seja para o autossustento, decorrência de dificuldades para produzir no lote. Estas dificuldades se originam de outros elementos já citados, que envolvem desde más condições do solo herdadas do proprietário anterior, passando pela ausência de uma assistência técnica adequada para viabilizar a produção, até o interesse real de setores do estado brasileiros de impedir que a reforma agrária se viabilize no VPP.

A pesquisa de campo realizada entre os meses de março e abril de 2017, nos assentamentos Olga Benário e Nova Esperança, apresenta elementos animadores que se contrapõem ao cenário desfavorável e de dificuldades apresentado. Trata-se da visualização da resistência camponesa.

Grande parte das famílias que têm resistido e produzido em seus lotes não fazem uso da produção convencional e voltam suas forças para produzir agroecologicamente, através dos SAFs. Com a implementação destes, atrai-se não somente a fauna e a flora novamente de volta ao lote historicamente degradado. Traz-se, por meio do exemplo pedagógico, outras famílias assentadas e simpatizantes da causa da alimentação saudável. Tratam-se de elementos concretos que indicam ser possível resistir.

A partir das entrevistas descritas e analisadas nos dois próximos itens da pesquisa, será possível compreender o processo de resistência das famílias assentadas no Nova Esperança, em São José dos Campos/SP, e no Olga Benário, em Tremembé/SP, no contexto do processo

<sup>18</sup> Para saber mais sobre o tema, conferir Armando Boito Jr em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf?sequence=1>>.

de construção da RAP. Com base nessas entrevistas, incorporam-se elementos que evidenciam o trabalho de implementação da RAP nos assentamentos, com distinção de quais elementos e seus graus de avanço.

Dois últimos itens identificam os desafios da RAP em uma perspectiva mais contemporânea. Procurar-se-á afastar um pouco a análise de somente os dois assentamentos em destaque, para identificar-se quais e como as recentes transformações na política brasileira, provocada pelo golpe jurídico-midiático-parlamentar, vêm provocando retrocessos ao conjunto da sociedade brasileira, com maiores impactos sobre os camponeses que buscam um modelo alternativa de desenvolvimento para o campo.

Ao apropriar-se desse quadro ampliado, volta-se novamente à resposta conduzida pelo MST diante desse contexto desfavorável. Nesse sentido, pode-se observar importantes respostas relacionadas à atual formulação da RAP, tanto no campo teórico quanto da perspectiva prática, que vem sendo executada pelas famílias organizadas nesse Movimento.

#### **4.2 Reforma Agrária Popular no Assentamento Nova Esperança**

A definição dos entrevistados que tiveram experiências com SAFs em seus lotes, e que forneceram subsídios para o aprofundamento e complexificação da análise a respeito da resistência camponesa, partiu da identificação inicial obtida junto a lideranças do MST e das informações disponibilizadas pela Rede Agroflorestal do Vale do Paraíba na internet<sup>19</sup>.

De um universo de 63 famílias assentadas no Nova Esperança, 23 possuem algum grau de experiência em implantação de SAFs, perfazendo 36,5% das famílias do assentamento. Desse número, foram entrevistadas cinco famílias, o que corresponde a um universo de 21,73% das famílias que possuem experiência com SAFs e 7,9% do total das famílias do assentamento.

O primeiro aspecto levado em consideração, a partir das perspectivas aqui já abordadas relacionadas à proposta da Comuna da Terra e a relação estreita com o meio urbano foi a relação das famílias que vivem e aquelas que se dedicam ao trabalho agrícola nos lotes.

Dos cinco representantes das famílias entrevistados, foi possível obter um conjunto de 19 pessoas que vivem no lote, aqui incluídas duas crianças e uma adolescente. Desse valor, nada menos que 12 pessoas se dedicam à produção no lote. Aqui, procurou-se, para fins de análise, identificar as famílias que, possuindo o módulo/experiências de SAFs em seus lotes, também desenvolviam trabalhos agrícolas anteriores a essas experiências, procurando extrair daí, a questão da aptidão agrícola.

<sup>19</sup> <http://redeagroflorestalvaledoparaiba.blogspot.com.br/>

Sob o aspecto da aptidão agrícola em mente, também procurou-se identificar, dentro do trabalho externo ao SAF, qual a origem da família e se logravam produzir cultivos e, ainda, se estes eram ou não comercializados, com vistas à identificação se tal produção seria suficiente para a manutenção no lote, seja através da geração de dividendos a partir do aspecto da comercialização dos produtos, seja através da garantia de alimentos para o autossustento. Para dar corpo a este aspecto, foram realizadas as perguntas relacionadas a “origem das pessoas (se urbana ou rural)”;

a “forma de obtenção de renda”, “se a renda obtida com o lote é suficiente”, “qual é a produção no lote (fora do SAF)” e, ainda, “se comercializa a produção de fora do SAF e quais os produtos”.

Do grupo dos cinco entrevistados no assentamento Nova Esperança, três possuem vínculo urbano antes da criação do assentamento. Destes, dois tiveram experiência em empresas de metalurgia. Os outros dois entrevistados possuem origem rural, dos quais um deles é filho de assentados da reforma agrária da região de Sorocaba, interior de São Paulo. Observa-se que os cinco entrevistados possuem produções em seus lotes. Entretanto são quatro os que conseguem comercializar e dois deles complementam a renda através de recursos de aposentadoria. Entre os principais produtos comercializados estão feijão guandu, café, cana, abacate, mandioca, couve, quiabo, banana, abóbora, maracujá, manga, assim como outras espécies de frutas e hortaliças.

A tabela abaixo (Tabela 2) apresenta a relação do número de pessoas que vivem no lote, as que praticam agricultura nele e, ainda a origem dos entrevistados.

Tabela 2 – Número de pessoas, prática da agricultura no lote e origem – Assentamento Nova Esperança

	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistado 4	Entrevistado 5
Número de pessoas que vivem no lote	4	3	5	5	2
Número de pessoas que praticam agricultura no lote	3	2	2	3	2
Origem dos entrevistados	Rural	Urbana	Urbana	Rural	Urbana

Fonte: Elaboração do autor.

Como mencionado, a comercialização desses produtos ocorrem/ocorriam através dos programas de compra governamentais, venda em feiras e, principalmente, vendas porta a porta na cidade de São José dos Campos.

Um outro fator importante considerado durante as entrevistas foi identificar se as famílias tinham de fato acesso a políticas públicas que oferecessem mínimas condições para que elas tivessem condições de sobreviver no lotes. Para isso fez-se consulta a respeito do

acesso a água, luz, assistência, técnica, qualidade das estradas do assentamento e acesso aos créditos iniciais e de fomento oferecidos pelo poder público.

Das famílias entrevistadas do Nova Esperança todas afirmaram possuir acesso à água e à luz e afirmaram que as estradas do assentamento possuíam boas condições, ainda que mínimas, para trânsito. A maior crítica girou em torno da assistência técnica oferecida pelo Estado. Críticas como a ausência de assistência por longos períodos, alta rotatividade dos técnicos, insuficiência de técnicos em relação à demanda de famílias e, ainda, o desconhecimento (técnicos profissionais muito jovens), também integraram os depoimentos dos representantes de famílias entrevistados. O quadro seguinte (Tabela 3) apresenta a sistematização das entrevistas relacionadas ao tema das políticas públicas.

Tabela 3 – Acesso a políticas públicas – Assentamento Nova Esperança

	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistado 4	Entrevistado 5
Acesso a créditos iniciais INCRA	sim	sim	sim	sim	sim
Acesso Água	sim	sim	sim	sim	sim
Acesso Energia Elétrica	sim	sim	sim	sim	sim
Qualidade das estradas no Assentamento	razoável	razoável	razoável	ruim	razoável
Presença da Assistência Técnica	fraca	insuficiente	ausente	insuficiente	fraca
Acesso a políticas públicas de comercialização	sim	sim	sim	sim	sim

Fonte: Elaboração do autor.

Um último conjunto de entrevistas realizadas com as cinco famílias do assentamento Nova Esperança se referiu à questão da promoção da agroecologia a partir dos trabalhos desenvolvidos com os módulos de SAFs nos lotes. Procurou-se obter uma compreensão sobre o processo de resistência que as famílias do assentamento têm levado a cabo através da utilização dos SAFs enquanto uma possível “primeira etapa” do processo de acúmulo em direção à construção de um novo modelo de desenvolvimento para o campo. No caso da proposta construída pelo MST, a RAP.

Desse modo, procurou-se conhecer as características das experiências práticas de SAFs desenvolvidas pelas famílias entrevistadas, a partir da identificação do processo que provocou sua origem, seus desdobramentos (até o aspecto da autonomia econômica) e a avaliação que fazem desse processo, com vistas a compreender em que medida identificam ou não essa construção com o programa de RAP do MST.

Neste conjunto de perguntas aos entrevistados, representado pela tabela a seguir (Tabela 4), as atenções foram voltadas a questões como (1) “número de áreas de SAF” que a família possui; (2) o seu “tamanho” em número de hectares; (3) as “datas de implantação” desses sistemas; (4) as “formas de sua implantação” (se realizados de forma coletiva, em

mutirões, ou individualmente); (5) se vêm realizando “manejo dessas áreas e de que forma, os motivos” para sua implementação; (6) se fazem uso de “agrotóxicos” no SAF; (7) quais os “principais produtos” cultivados nesse sistema; (8) se estes são ou não “comercializados” e quais as suas formas; (9) “se” após implantados eles “ainda existem” e; por fim, (10) o grau de satisfação, ou “avaliação” que fazem de todo seu processo.

Tabela 4 – Questões relacionadas aos SAFs – Assentamento Nova Esperança

	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistado 4	Entrevistado 5
Número de áreas de SAFs	Mais de 5	1	3	3	Mais de 5
Tamanho áreas de SAFs	Mais de 1 ha	0,02 ha	0,68 ha	1 ha	3,5 ha
Datas de implantação do SAFs	Outubro de 2013	Abril de 2014	2015, fevereiro 2016 e dezembro 2016	maio de 2014, julho 2015 e outubro 2016	Dezembro de 2013
Formas de implantação do SAFs	mutirão e individual	mutirão	Mutirões e individual	Mutirões	mutirão e individual
Realiza manejo das áreas do SAFs?	sim	sim	sim	sim	sim
Forma de manejo das áreas do SAFs	individualmente	individualmente	individualmente	individualmente	individualmente
Uso de veneno no SAFs	não	não	não	não	não
Comercializa produtos do SAFs	sim	não	sim	sim	sim
Está satisfeito com o SAFs?	sim	sim	sim	sim	sim
Ainda mantém o SAFs?	sim	sim	sim	sim	sim

Fonte: Elaboração do autor.

Dos entrevistados, foi possível identificar que apenas um não possui mais de uma área com módulo de SAF. Observou-se que a maioria daqueles que experimentaram implementar o SAF decidiram por replicá-lo em outras áreas dentro do lote e dar continuidade aos que já tinham sido implementados, realizando regularmente seu manejo.

As implantações dos SAFs ocorrem através de mutirões, que contaram com assentados das áreas de reforma agrária, agricultores familiares, pesquisadores, técnicos, curiosos, entre outros. Esses ocorreram tanto dentro dos assentamentos quanto em áreas fora, na região do Vale. Entretanto, apenas os momentos de implantação dos módulos de SAFs foram realizados de forma coletiva. Quando de seu processo de manejo, os assentados vêm fazendo por conta própria, de maneira individual e conforme o seu ritmo.

Menciona-se o fato de que nenhum dos entrevistados fazem uso de agrotóxicos nos módulos de SAFs implantados. Ainda que dois deles utilizem para “baixar o mato” de áreas dentro do lote como a entrada, identifica-se um elevado grau de consciência a respeito dos impactos provocados por esse tipo de produto.

A foto abaixo (Figura 11) apresenta um SAF em estágio inicial de implantação. Seu objetivo principal é a produção de hortaliças para consumo próprio e comercialização.

Figura 11 – SAF inicial em um dos lotes do Assentamento Nova Esperança



Fonte: Elaboração do autor.

Entre os principais produtos dos SAFs produzidos pelas famílias assentadas merecem destaque as hortaliças como quiabo, jiló, berinjela, couve, repolho, agrião, almeirão, alface, cheiro-verde, cebola, coentro, salsa. Em relação as frutas, as principais são laranja, limão, banana, abacate, manga, jaca. O feijão guandu e mamona têm sido utilizados como alimento para o solo (adubação verde). Há ainda a utilização do margaridão como quebra vento. Também foram observadas produções de mandioca e feijão de corda.

Então meu SAF tem de tudo um pouco. [...] Não só árvore nativa, né? Mas tem todas as frutas, não todas porque nem tudo a gente consegue, né? [...] As mudas são caras. Mas a gente procurou inserir mais frutas que tudo [...] [Para] lá na frente você ter uma maneira de ganhar um trocado. A gente se prontificou em tipo fazer um carro forte do nosso SAF a banana. Então todos os SAFs trabalharam com muita banana no meio. Inclusive o segundo, o primeiro não que a terra [estava] sem muito preparo, eu só rocei em plantei, plantei plantação direta como falam, então as bananas não desenvolveram nada, mas o segundo já está dando cacho. Com um ano. Com um ano já tem bananeira [...] já tá pondo cacho já. (Nova Esperança, Entrevista 4).

Entre as principais formas de comercialização da produção oriunda dos módulos de

SAFs das famílias entrevistadas (quatro das cinco entrevistadas) identificou-se a participação em feiras livres como a mais evidente, sendo que duas das famílias entrevistadas também o fazem em feira agroecológica que ocorre no Parque Vicentina Aranha no município de São José dos Campos, duas vezes ao mês.

Sobre a feira no Parque Vicentina Aranha, importa notar a diferenciação que o poder público municipal faz em relação à sua nomenclatura, definindo-a como agroecológica e não orgânica. Em sua página na internet, a administração procura evidenciar essa distinção:

São nomes diferentes, e as diferenças existem.

A agroecologia é uma ciência difundida no mundo todo, dedicada aos estudos das relações produtivas homem-natureza, visando a sustentabilidade ecológica, econômica, social, política e cultural.

A agroecologia tem a relação social muito presente. Suas práticas são vistas como práticas de resistência da agricultura familiar ao processo de exclusão do meio rural e a homogeneização das paisagens de cultivo. É baseada na pequena propriedade e em redes regionais de produção e distribuição de alimentos.

Já os produtos orgânicos podem ser agroecológicos ou não. Eles podem ser produzidos nos moldes da agricultura convencional ou da monocultura e utilizar-se de larga escala, desde que não utilizem agroquímicos ou sementes geneticamente modificadas.

O que dificulta e praticamente impede o pequeno produtor rural de ser orgânico é o alto custo de certificação (aproximadamente 4mil/ ano). Só com ela um produto pode obter o selo orgânico. (PARQUE VICENTINA ARANHA, 2017).

Outro entrevistado (Nova Esperança, Entrevista 2) também ressaltou que pretende se inserir em espaços de feira orgânicos e o único assentado que informou não comercializar sua produção do SAF informou não ser a produção ainda suficiente para tanto. Este possui disposição maior em obter a recuperação do solo e da água com o SAF do que necessariamente obter renda com a comercialização de seus produtos, uma vez que já comercializa outros produtos dentro do lote, particularmente frutas, com destaque para o maracujá.

No campo da comercialização, um fator que também merece destaque é a prática da comercialização de porta em porta, procedida por grande parte das famílias assentadas que possuem veículo automotivo à disposição. As que não realizam a venda de porta em porta comercializam através da venda a um atravessador (intermediário) que busca no lote as produções. Ainda sobre a participação em feiras, um dos entrevistados nos oferece um panorama geral da comercialização:

As feiras aqui nós de São José fazemos aqui em São José. O pessoal de Tremembé, ele têm feito em Taubaté, Tremembé e Pinda. [...] Aqui na região o pessoal tem participado do Mercatau [Mercado Atacadista de Taubaté] e tem participado do CEASA [Central de Abastecimento] aqui em São José, do CEAGESP [Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo] aqui em São José [dos Campos]. Então o pessoal, tem gente que tem box em São José, e tem lá pedra em Taubaté e o pessoal também tem vendido produto lá. (Nova Esperança, Entrevista 1).

Outro entrevistado também destacou a importância das feiras para além da venda dos produtos. Ao referir-se sobre a importância do espaço destacou:

A feira não dá um dinheirão. Mas é aquele projeto bom. [...] Eu gosto da feira porque eu vivo bem com ela. Porque lá na feira eu vendo, eu doo [...], eu conheço novas ideias, novas pessoas, que dizer... ali me alimenta em todos os sentidos. Econômico, físico e psicológico. (Nova Esperança, Entrevista 5).

Acerca da comercialização, observou-se no assentamento Nova Esperança um amadurecimento com relação ao debate e articulação junto a grupos de consumo, conforme relatado por uma das lideranças do MST na região:

Tá tendo uma articulação agora de fazer um grupo de consumo, com um coletivo que tem lá em São José, que daí é aquela ideia: de fazer cesta [orgânica] e daí envolver mais assentados. E meio que naquela ideia dos consumidores também entenderem e ajudarem a bancar o processo produtivo né? Então de fazer algum investimento inicial em lote que precisa alguma coisa pra produzir... precisa compra a mangueira: 'ah! Quanto que é a mangueira? É tanto', então o pessoal faz esse rateio... então é nesse sentido que tá se articulando, em São José e em Taubaté. E daí em Taubaté junto com assentamentos lá em Tremembé, com o assentamento, com o Olga. [...] E daí eles [Coletivo Pupa, de São José dos Campos] estão fazendo essa prosa que saiu de uma conversa, de uma provocação, num espaço nesse Parque [Vicentina Aranha], numa conversa que teve, que a prefeitura puxou lá sobre agroecologia e surgiu essa necessidade então o Pupa trouxe essa questão do CSA [Comunidade que Sustenta a Agricultura] e daí eles estão fazendo, tanto em São José quanto em Taubaté. (Direção Vale, Entrevista 1).

Na linha do apontado acima, outra afirmação, de um dos entrevistados no assentamento Nova Esperança, identifica um importante potencial para a comercialização da produção agroecológica das famílias através dos grupos de consumo.

Uma coisa que tá crescendo no debate e acho que também vai dar uma estimulada, e que a gente tem discutido e tem um debate interessante que é a Feira tem trabalhado isso e outra é a questão do grupo de consumo. Que é o consumidor, ele manter o produtor lá no campo. Tem bastante gente de São Paulo, tem um grupo formado em São Paulo que tem vindo debater com nós, que tem interesse de comprar o produto [...]. E aqui em São José [dos Campos] também já tem um grupo. [...] A gente tem organizado grupo de produtor aqui, que tã na região, de pequeno produtor, a gente tem conseguido organizar tanto para as feiras e também pra esses grupos de consumo [...]. (Nova Esperança, Entrevista 1).

Em continuidade ao tema da comercialização, no assentamento Nova Esperança boa parte das famílias lograram por um longo período comercializar suas produções nos programas de compras institucionais, particularmente o PAA e o PNAE.

É pouca coisa, é pouca coisa. Eu, quando era o Pronaf, o PAA que estava aí [...] era bom rapaz, eu mandava toda a semana mil reais de couve, dava oitenta caixas de couve por semana. Quer dizer que oitenta caixas, a doze reais a caixa, dá quase mil reais, por semana. [...] Aí eu mandava banana, maracujá, alface... é um monte de coisa que a gente mandava. Sem ser a couve. Mandava mais coisa ainda. (Nova Esperança, Entrevista 2).

Essa condição resultou em um importante processo de desenvolvimento das cooperativas locais, que passaram a ser mais exigidas em termos de organização e gestão interna. Contudo, o resultado prática acabou sendo negativo.

[...] as cooperativas deram um desenvolvimento depois do Governo Lula, que daí entrou as políticas públicas. Quando começa a ter problema no PAA, começa a ter problema nas políticas públicas, as cooperativas acabam tendo muitos problemas. Aqui no Nova Esperança nós temos uma cooperativa que está parada, que está com problema de documentação, nós temos também ... três cooperativas de Tremembé que está com processo de embargo, porque tem falta de documentação, aí teve problema com PAA, aí ela tava parada, as cooperativas estavam paradas. Aí tem associações, umas que estão funcionando e outras que não estão funcionando, estão paradas também. (Nova Esperança, Entrevista 1).

O mesmo assentado entrevistado ainda relata o que ocorreu para o insucesso da cooperativa, no qual informou tratar-se de um problema relacionado à formação das famílias para a continuidade da gestão.

[...] aqui no Nova Esperança foi um problema de gestão [da cooperativa]. A diretoria da cooperativa, ela não conseguiu ter uma boa gestão, não conseguiu... porque a cooperativa tem todo um processo de formação [...] a presidência, a diretoria da cooperativa tem que ter esse papel, de... durante o período de gestão de quatro anos dela ela fazer um processo de formação pra nova diretoria. Ela não conseguiu. A cooperativa foi fundada, teve um grupo de assentados que foi o grupo gestor da cooperativa e ele não teve condições de fazer o processo de formação. Quando esse grupo vence o mandato ele não conseguiu transferir para o outro grupo, teve dificuldade e aí ele acabou perdendo... e aí ficou muito parado nesse processo. (Nova Esperança, Entrevista 1).

Diante da dificuldade burocrática imposta sobre a cooperativa, que acabou por inviabilizar sua representação enquanto organização responsável para venda dos produtos dos assentados ao governo via os programas de compra institucional, as famílias trataram de articular-se e buscar alternativas, compondo um grupo informal para a entrega de sua produção, gerindo todo o processo de maneira coletiva.

[...] nós íamos entrar pela cooperativa aí teve problema. Como estava toda a documentação pronta nós entramos com um grupo informal [na chamada pública em SJ dos Campo] no assentamento [...], que daí nós contratamos transportadora, nós organizávamos a forma de entregar na transportadora, tudo de uma forma coletiva, até mesmo de planejamento coletivo pra gente entregar [...] E teve duas cooperativas de assentamento que entraram na chamada pública. (Nova Esperança, Entrevista 1).

A respeito dos problemas ocorridos com a venda via PAA, ainda que as iniciativas informais tenham a princípio se mostrado frutíferas, ao longo do tempo o que se pode identificar que houveram problemas em relação ao pagamento por parte da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) às famílias. Problema não resolvido até os dias de hoje.

Não sei o que aconteceu [com o PAA] só sei que... deu uma esfriada porque pra nós aqui não foi muito importante porque nós entregamos em dois PAA e a gente quebrou, né? Porque não recebeu. [...] Nós entregamos no banco de alimentos de

Santo André... a gente teve problema com a cooperativa, na transição da...na renovação da diretoria não conseguiu registrar. E não conseguindo registrar, não conseguiu receber o dinheiro do banco. Esse dinheiro permanece no banco até hoje. No Banco do Brasil. [...] Tá parado. E a cooperativa parou também. Aí parou e não tocou mais. [...] E o segundo caso, nós começamos a entregar no banco de alimentos de São Paulo, por uma outra cooperativa, não aqui do assentamento, do assentamento Conquista, da COOAAT [Cooperativa dos Assentados do Município de Tremembé], e aí entregamos seis meses ali também... e também não recebemos nenhum centavo... aí deu uma esfriada. (Nova Esperança, Entrevista 5).

Com as dificuldades identificadas para comercialização no âmbito do PAA, as famílias assentadas do Nova Esperança buscaram como alternativa centrar esforços na comercialização via PNAE, novamente através da constituição de um grupo informal. Entretanto tal esforço encontrou obstáculos junto à prefeitura municipal de São José dos Campos, a responsável pelo repasse dos recursos do PNAE.

Quando nós paramos com o PAA, nós entramos no PNAE. Não via cooperativa, via grupo informal. Cada um com seu CNPJ. Aí participamos desse grupo informal. Mas, assim, a metodologia usada pela prefeitura [de São José dos Campos] não dava condições de nós tocarmos. [...] Se fosse uma prefeitura que tivesse um banco de alimentos, um posto de alimentos, ou se tivesse destinado pra nós aqui... nós somos da zona norte? Pra nós entregarmos nas escolas da região norte dava condições pra gente. Aí dava condições para nós. Tentamos fazer a discussão com eles nesse sentido. Não avançou. Tinha grupos da prefeitura que concordavam e grupos que discordavam, mas a força maior disse que não. Então nós teríamos que entregar em 52 escolas. Você imagina São José dos Campos do tamanho que ela é, imagina você entregar em 52 escolas. Isso [com o] transporte por sua conta. [...] Você tem que pegar aqui e entregar lá na cozinha da escola. [...] Aí chegou no final nós estávamos pagando para trabalhar. (Nova Esperança, Entrevista 5).

E complementa, oferecendo exemplos em relação aos problemas que seriam gerados.

Por exemplo, pra entregar berinjela, tinha escola que pedia um quilo de berinjela. Pra entregar, tinha que se deslocar dois quilômetros, três quilômetros, pra levar um quilinho de berinjela. Então isso foi um desgaste muito grande. (Nova Esperança, Entrevista 5).

A escolha das famílias pelo SAF ocorreu através do contato inicial com atividades formativas provocadas originalmente pela Rede Agroflorestral, mas que contaram com participação direta de militantes do MST. Estes foram os responsáveis pela construção e por dar corpo à proposta dos mutirões dos SAFs nas áreas de reforma agrária. Um dos entrevistados relatou o processo de articulação, em que outros assentados também participaram de espaços formativos identificando-se com uma outra proposta de produção, ainda que de maneira desordenada no início.

Foi através de palestras. Participo muito de palestras, discussão. [...] Eu busquei. [...] Foi palestra com o Antônio [Devide], mas não foi aqui no assentamento, foi lá em... foi em São José. [...] Eu vi ele palestrando, aí tinham mais pessoas, um pessoal ligado ao meio ambiente. Aí eu vi na palestra dele e me agradou, né? Tanto eu como mais pessoas [...] que é quem estava nessa palestra. E a gente... 'opa, esse é o caminho nosso. Isso é o que a gente quer'. Até então a gente já tinha plantado

alguma coisa mas de uma maneira, forma desorganizada. (Nova Esperança, Entrevista 5).

Os entrevistados apontaram também que a escolha para a realização da experiência de criação de módulos de SAF, identificada por muitos como uma alternativa produtiva, também pode ser relacionado às possibilidades que este modelo apresenta em relação à sobrevivência no lote em si. Como apontou um dos entrevistado.

Conseguir sobreviver do lote. Primeiro, eu queria ter as árvores, frutífera, nativa [...] solo degradado, ph acabado, a massa orgânica não tinha, só tinha brachiária... então primeiro tinha que recuperar e produzir a massa orgânica, recuperar o solo. Aí entra o ensinamento do SAF. A gente não tem um professor no SAF [...], não existe um dono. Existem pessoas que vão aprendendo e conhecendo e distribuindo esse conhecimento aos próximos que estão chegando... (Nova Esperança, Entrevista 5).

A imagem adiante (Figura 12) registra um dos momentos de realização de mutirão no assentamento Nova Esperança. Nele, especificamente, observa-se a seleção das mudas a serem implementadas no módulo de SAF.

Figura 12 – Mutirão para implantação de SAF no Assentamento Nova Esperança (seleção das mudas)



Fonte: REDE AGROFLORESTAL DO VALE DO PARAÍBA, 2013.

Outro destaque que pode ser observado na entrevista também se relaciona à questão da compreensão a respeito da não utilização do uso de agroquímicos, ou venenos, como as famílias do Nova Esperança denominam. Um dos entrevistados relaciona essa preocupação não apenas com a questão da saúde em âmbito pessoal, mas identifica o não-uso como uma das concepções do MST: “[...] E a discussão que a gente tem no Movimento é nessa linha, né? Pra poder não se autocontaminar e nem contaminar seu semelhante... [...]” (Nova Esperança, Entrevista 5).

Ao ser questionado sobre o conhecimento prévio em relação ao SAF, um dos assentados entrevistados relata o preconceito inicial com relação a esse tipo de produção, com relato inclusive de brincadeiras com relação ao seu pai, que inicialmente fez a opção pela por esse tipo de produção.

No começo quando eu cheguei aqui não entendia muito bem o SAF. Vi muita árvores, só banana... eu achava que tinha que ter um pouquinho mais de fruta. Eu falei pro meu pai 'eu não sou pica-pau para comer madeira'... aí ao poucos fui começando a entender mais o SAF, que tinha que dar uma reflorestada primeiro, uma cobertura na área e depois a gente vai implantar as mudas frutíferas, né? (Nova Esperança, Entrevista 3).

Entre os elementos que compuseram o conteúdo das entrevistas para avaliarmos a resistência tripla<sup>20</sup> das famílias do Nova Esperança e sua relação com a construção da RAP está o grau de vínculo que as famílias entrevistadas possuem com o MST. Para tanto, os entrevistados foram questionados a respeito do vínculo com o Movimento e, caso afirmativo, o seu grau de envolvimento e contribuição.

De modo geral, fica evidente o entendimento comum do vínculo com o MST, com a sua identificação em relação Ao Movimento, que remonta principalmente o processo de mobilizações e ocupações iniciais em prol da conquista da terra. Das cinco entrevistas realizadas, houve unanimidade em relação ao envolvimento das pessoas na construção do MST e disposição para a resistência.

Outrossim, ao observarmos o grau de envolvimento e participação organizadamente dentro do MST hoje, tal situação adquire caráter bastante variado. O entrevistado 1, de origem rural, filho de assentados, além da tarefa de Coordenação do Assentamento, também tem como atribuições na organização a participação da Coordenação Regional do MST no Vale do Paraíba. O entrevistado 2, de origem urbana, ex-metalúrgico aposentado, logo identificou-se com o MST, no entanto, após a conquista da terra e desavenças internas no assentamento, acabou por se afastar nos espaços políticos organizados mas mantém, todavia, a identificação com o MST e sua luta em seu discurso.

<sup>20</sup> Resistir na batalha pela conquista da terra desde o processo de ocupação; resistir com a permanência no lote com produção alimentos para a sobrevivência; e resistir produzindo esses alimentos a partir de uma nova matriz, um novo modo de desenvolvimento para o campo.

O caso do entrevistado 3 do Nova Esperança difere-se radicalmente dos outros entrevistados. Seu pai, proprietário do lote, o trouxe à participação em mobilizações desde jovem. Logo, envolveu-se nas atividades de luta pela terra no Vale do Paraíba, passando a incorporar o Setor de Frente de massas do MST. Entretanto, passou por um período de problemas relacionados às atividades de ocupações de terras no ano 2000, chegando a ser preso injustamente e cumprido pena. Essa situação o levou a permanecer na cidade para se preservar, condição que durou até o ano passado, quando decidiu retornar ao lote do pai e com ele viver e contribuir com o SAF. Realizou essa opção ciente das limitações em relação às políticas públicas para o campo oferecidas pelo estado, segundo sua própria avaliação.

Estrutura o governo não está dando pra gente, entendeu? Pra manter um padrão de vida, assim, mais ou menos no campo, entendeu? O pessoal da cidade também não tem aquela visão pra falar 'não, eu vou pro campo e vou produzir meu próprio alimento'. Eles viraram escravos praticamente. É 24 horas trabalhando, passa no mercado e compra o que tem que comprar e volta de novo no outro dia pra trabalhar. Quando eu estava lá eu era escravo praticamente. Eu saía 7 da manhã e chegava 10, 11 da noite. Jantava. Dormia. Voltava de novo no outro dia. Ficava assim. Naquele ritmo. (Nova Esperança, Entrevista 3).

Da única mulher entrevistada do assentamento Nova Esperança (Nova Esperança, Entrevista 4) é possível encontrar semelhanças com relação ao entrevistado 2. Ambos tiveram participação ativa no início do assentamento envolvendo-se nas mobilizações de ocupação da antiga Fazenda Santa Rita e em seu processo de constituição. No caso da entrevistada, também pesou contra a continuidade de sua contribuição o avançado da idade, acima dos 70 anos, o que lhe provoca maior cansaço e dificuldades de conciliar o trabalho no lote que ainda mantém com atividades do Movimento. Contudo, mais uma vez há a identificação nítida com relação ao MST e a sua luta.

O quinto e último entrevista do assentamento Nova Esperança (Nova Esperança, Entrevista 5), que possui origem na cidade, na qual realizou uma série de atividades profissionais, entre elas metalurgia, também possui um alto grau de identificação com o MST. Ele chegou a ocupar o cargo de Coordenação do Assentamento Nova Esperança há alguns anos atrás. Entretanto, problemas de saúde relacionados à diabetes, o levou a reduzir gradativamente seu grau de participação em atividades de mobilização pelo Movimento. De maneira semelhante aos outros entrevistados aqui mencionados o entrevistado 5 considera-se militante do MST, ainda que não participe mais ativamente.

Um aspecto que envolve os desafios impostos à resistência camponesa na região do VPP, e que acaba por se configurar como uma vantagem, é a proximidade com as sedes estadual e nacional do MST, localizadas na capital paulista, e que distam cerca de 95 quilômetros. Existe também a proximidade física com Escola Nacional Florestan Fernandes

(ENFF), principal escola de formação do MST, voltado a militantes de diversas organizações populares<sup>21</sup>.

Essa proximidade tem permitido tanto participação em atividades e mobilizações na capital paulista, como por exemplo as ocorridas ao longo de 2016 conta o golpe, e este ano pela saída de Michel Temer e convocação de eleições diretas para a presidência do país. Permite também mais facilidade para participação em cursos de formação promovidas pelo MST na ENFF, o que inclui atividades de formação em agroecologia.

Contudo, como mencionado, essa proximidade física contraditoriamente traz outros desafios que se vinculam à proximidade com os grandes centros urbanos, como a já mencionada especulação imobiliária:

[...] Nova esperança é vizinho de muro de um condomínio [...] e com a titulação e o zoneamento da área, que já é misto, não é mais rural é misto. É possível que, saindo os primeiros títulos lá, o condomínio já chegue chegando pra cima dos lotes, né? [...] Já tem um pessoal percebendo que titulação... ela vai trazer bastante prejuízo principalmente porque o cara vai ter que pagar pelo título e vai tirar o dinheiro da onde? Se male má consegue se manter no lote. [...] [o dinheiro com a venda do lote] já nem sai do banco mais [...]. (Direção Vale, Entrevista 1).

A despeito de todas as contradições apontadas que permeiam a luta das famílias Sem Terra no assentamento Nova Esperança, foi possível observar que a determinação permanece. Segue a esperança na construção de uma vida melhor, e as famílias possuem a leitura concreta de que a condição vivida hoje é definitivamente melhor do que a que existia antes da ocupação e da luta pela terra. A resistência materializa-se na mudança de vida.

Meu sonho era isso. Eu nasci no mato, me criei no mato, me casei no mato, dois filhos meus nasceram no mato, no Paraná. Eu, quando vim pra São Paulo, eu fui escravo das metalúrgicas, lá em São Paulo, onde eu trabalhava, entrava na fábrica, na Volks[wagem] seis horas da manhã e saia dez da noite. Isso, entrava ano e saia ano. E não sabia o que era um feriado porque tinha que fazer hora extra para cobrir a vaga porque o que eu ganhava não era suficiente pra mim pagar o aluguel, água, luz e o gás e o alimento em casa. Então, o meu sonho era um dia poder voltar pra roça. Eu voltando pra roça eu queria isso... porque aqui eu trabalho bem, aqui eu moro bem e aqui eu como bem. Pode ser que quem tá de fora fala 'os caras são loucos! O cara plantou tudo isso aqui, ele sabe que não pode cortar para vender'... mas eu posso vender a fruta. O excedente da fruta eu posso vender. O excedente da palmeira real eu posso vender. O excedente da manga, do abacate, da laranja eu posso vender... então quer dizer, eu estou indo na minha mão, que eu queria. Pode ser na contramão do capitalismo. Agora, eu estou caminhando na mão que eu sempre planejei, sempre sonhei conseguir realizar foi aqui na luta de classes. (Nova Esperança, Entrevista 5).

Da pesquisa de campo a respeito do Assentamento Nova Esperança ora apresentada, depreende-se elementos que reafirmam as resistências levadas a cabo pelas famílias em diversas frentes.

Essas frentes de resistência permeiam toda a história de vida das famílias no

<sup>21</sup> Mais informações sobre a ENFF podem ser encontradas em: <<http://amigosennff.org.br/pt-BR/>> .

assentamento: passado, presente e futuro. No item 3.4.1 tratamos da resistência dessas famílias através da “insistência” no enfrentamento ao agronegócio (representado pelas alianças locais que o constituem e cuja especulação imobiliária também é um elemento) para a conquista da terra. A partir desta, viu-se a resistência na busca pelos direitos mais básicos relacionado às políticas públicas para o campo, como o acesso à saúde, educação, habitação, crédito, entre outros. Essa luta necessitou por parte das famílias a manutenção da organização, para que pudessem resistir na terra e buscar esses direitos. Agora, o que se evidenciou foi a aquisição de um novo caráter na luta pela terra, mais complexo, que demanda um novo grau de resistência.

Na medida em que as mais simples políticas públicas não são executadas pelos diferentes poderes para viabilização da reforma agrária, as famílias são tentadas a trabalhar com o modelo convencional, vinculado ao capital no campo, promovendo um agronegócio em pequena escala, com a utilização dos mesmos meios, insumos, relações humanas e com a natureza construídas por esse modelo de desenvolvimento para o campo.

Identifica-se que ainda que o desafio seja grande, as famílias do Assentamento Nova Esperança que se organizam coletivamente na produção dos SAFs, tem oferecido uma importante resistência que serve de exemplo não só para outros assentados, que são tentados pelo agronegócio, como para a população do município, que tem visto o aumento e qualificação do debate sobre alimentação saudável e se alimentado mais adequadamente. A resistência voltada a uma nova forma de produzir, agroecologicamente, através dos SAF, vem ao encontro da formulação teórica construída coletivamente pelo MST por meio da RAP. À continuidade, nos voltaremos ao caso da construção da RAP no Assentamento Olga Benário.

### **4.3 Reforma Agrária Popular no Assentamento Olga Benário**

Assim como apresentado no item anterior em relação ao assentamento Nova Esperança, de um conjunto estabelecido de 46 famílias do assentamento Olga Benário, 15 foram identificadas como possuidoras de algum grau de experiência em relação ao trabalho com módulos de SAFs. Desse número, entrevistou-se cinco famílias, o que corresponde a um universo de 33,33% das famílias com experiência nos SAFs e 10,8% da somatória de famílias do assentamento.

O primeiro componente analisado referiu-se aos aspectos que oferecem os elementos iniciais relacionado à resistência das famílias assentadas na terra, qual seja o número de pessoas que vivem no lote, sua relação com o número de pessoas (adultas) que se dedicam ao trabalho no lote (em detrimento aos trabalhos na cidade) e a origem dos entrevistados antes da

mobilização para a conquista da terra.

O conjunto dos cinco entrevistados do assentamento Olga Benário (dois homens e três mulheres) perfazem um total de 18 pessoas. Destas incluem-se quatro adolescentes, que se dedicam exclusivamente ao estudo na cidade, e cinco crianças. Os entrevistados perfazem um conjunto de nove adultos em condições de trabalho que vivem junto com os cinco entrevistados de cada lote.

Desse número de adultos, são sete os que se dedicam ao trabalho agrícola no lote. Apenas a entrevistada quatro (Olga Benário, Entrevista 4) informou que dos dois casais que vivem no lote, apenas um adulto homem se dedica ao trabalho agrícola no lote.

Com relação à origem dos entrevistados é possível observar que três dos cinco entrevistados têm origem urbana. A perspectiva da consulta em relação à origem relaciona-se mais com o local em que se encontravam antes da participação e mobilização dentro do MST para a conquista da terra. Assim, por exemplo, uma das entrevistadas, ao afirmar que nasceu no campo mas que viveu por 20 anos nas cidades, foi considerada de origem urbana.

Como indica a tabela abaixo (Tabela 5), dos três entrevistados com origem urbana, dois possuíam essa origem oriunda da Região Metropolitana da Cidade de São Paulo (RMSP) e uma terceira, do interior do estado. No que concerne aos dois entrevistados de origem rural, um tem como origem a região cafeeira da Alta Paulista do Estado de São Paulo e a outra é originária da região do Vale do Paraíba, tendo, inclusive, trabalhado nas plantações de eucalipto anteriores à desapropriação da Fazenda Coru Mirim, imóvel que deu origem ao assentamento Olga Benário.

Tabela 5 – Número de pessoas, prática da agricultura no lote e origem – Assentamento Olga Benário

	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistado 4	Entrevistado 5
<b>Número de pessoas que vivem no lote</b>	2	4	5	6	1
<b>Número de pessoas que trabalham no lote</b>	2	1	2	1	1
<b>Origem do entrevistado</b>	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural

Fonte: Elaboração do autor.

Conforme apresentado no item anterior, a escolha dos entrevistados teve como premissa o envolvimento nas atividades relacionadas à implantação de módulos de SAFs em seus lotes. Também influenciou a escolha dos entrevistados a questão da disponibilidade das famílias em seus lotes para realização das entrevistas e as possibilidades de deslocamento do pesquisador.

Todavia, importa observar em relação ao perfil das famílias a disposição, independente de sua origem urbana ou rural, de se desafiar a trabalhar com os SAFs. Se os dados apresentados indicam, a princípio, um perfil bastante diverso das famílias, a escolha pela participação são elementos comuns.

Importante ressaltar que três dos entrevistados participam desde o início das atividades do assentamento, com envolvimento direto nos processos de ocupações e mobilização. Outras duas entrevistadas envolveram-se já na fase de pré-assentamento do Olga Benário.

O segundo critério que permeou o conjunto das perguntas aos entrevistados, relaciona-se à questão da aptidão agrícola no espaço do lote excluindo-se as áreas dos SAFs – nas quais dedicou-se um conjunto de perguntas mais específico. Como também discorrido no item anterior, foram levantados no Olga Benário questionamentos relacionados a capacidade e condições de produção de cultivos, se estes eram ou não comercializados, oferecendo assim capacidade às famílias para manutenção no lote seja pela garantia do autossustento familiar seja pela geração de excedente com a venda de produtos. Destarte, as questões materializaram-se nas perguntas sobre a “forma de obtenção de renda”, “se a renda obtida com o lote é suficiente”, “qual é a produção no lote (fora do SAF)” e, também, se “comercializa a produção de fora do SAF” e “quais os produtos”.

Diferentemente do assentamento Nova Esperança, pode-se identificar com as entrevistas no assentamento Olga Benário que apenas duas famílias obtém renda a partir da produção no lote, sendo que uma delas a complementa com a pensão alimentícia relacionada à criação dos filhos. Uma terceira entrevistada (Olga Benário, Entrevista 5) também produz no lote mas conta com a ajuda complementar dos filhos para compras de outros produtos para subsistência. Esta afirma que a produção no lote não é suficiente para o autossustento. Os outros dois entrevistadas restantes têm exercido trabalho externo ao lote, dedicando a este apenas uma pequena parte do tempo. Suas atividades de geração de renda estão voltadas para fora do assentamento.

Entre as produções dos lotes pesquisados, não incluídas aí a produção nos módulos do SAF, podem ser identificadas produções, incluindo as sazonais, de hortaliças, citros (ponkan, laranja e limão), mandioca, tomate, feijão e criação de animais como porcos e galinhas. Estas são comercializadas principalmente em feiras livre, políticas de comercialização governamental (PAA e PNAE) e a venda direta “porta a porta”.

As políticas públicas adquiridas pelas famílias entrevistadas corresponde a um elemento fundamental para identificar a resistência das famílias assentadas, na medida em que se efetivada essas políticas públicas relacionadas à reforma agrária podem oferecer condições reais para permanência no lote e avanço produtivo.

As principais políticas públicas identificadas para se proceder à avaliação mencionada

se referem a obtenção dos créditos iniciais oferecidos pelo Incra (fomento e habitação), os acessos à água e energia elétrica no lote, a qualidade das estradas internas do assentamento, a presença e qualidade da assistência técnica oferecida pelo estado e, por fim, o acesso a políticas de comercialização. O resultado das entrevistas sobre o acesso a essas políticas foram sistematizadas no quadro a seguir (Tabela 6).

Tabela 6 – Acesso a políticas públicas – Assentamento Olga Benário

	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistado 4	Entrevistado 5
<b>Acesso a créditos iniciais INCRA</b>	Sim	Sim	Apenas habitação pela metade	Parcial: não acessou o Pronaf	Sim
<b>Acesso Água</b>	acesso por mina ou poço	acesso por mina ou poço	acesso por mina ou poço	acesso por mina ou poço	acesso por mina ou poço
<b>Acesso Energia Elétrica</b>	sim	sim	sim	sim	sim
<b>Qualidade das estradas no Assentamento</b>	boa	razoável	razoável	razoável	razoável
<b>Presença da Assistência Técnica</b>	fraca	fraca	inconstante	não possui	razoável
<b>Acesso a políticas públicas de comercialização</b>	sim	sim	não	não	não

Fonte: Elaboração do autor.

Em seu conjunto, as políticas públicas voltadas ao assentamento Olga Benário são mais escassas que as identificadas no assentamento Nova Esperança. O exemplo mais evidente identificado aqui é a condição das famílias assentadas, refletida nos cinco entrevistados, em relação à forma de obtenção de água. No assentamento Olga Benário ela ocorre através do acesso a minas localizadas no assentamento e ou através de poços cacimba. Partindo-se deste princípio já é possível identificar o maior grau de dificuldade dessas famílias no aspecto de permanência no lote e produção de alimentos.

Numa visão geral sobre as políticas públicas nos assentamentos do VPP faz-se mister notar a relação do conjunto geral das políticas públicas básicas para os assentamentos da região com o caso do Olga Benário.

No Olga, no Manoel Neto e no Luis Carlos Prestes não tem distribuição de água. Tem alguns lotes no Olga que não tem distribuição de luz ainda. [...]. Nos dois as estradas são uma porcaria, bem ruim mesmo. Na hora que melhora a estrada não faz as caixas de contenção, aí chove e leva tudo embora. [...]. (Direção Vale, Entrevista 1).

Outra diferença identificada nas entrevistas do Nova Esperança em relação ao Olga Benário, ainda que pequena, relaciona-se com a condição das estradas, que em seu conjunto foi identificada pelos entrevistados do Olga Benário como de boa qualidade, ainda que aparentemente e conforme observado pelo representante da direção estadual do MST

entrevistado, são bem ruins.

O processo relacionado ao acesso às políticas públicas possui um componente dificultador, já mencionado, relacionado ao trabalho de desarticulação do poder público para desmobilizar as famílias organizadas no assentamento. O depoimento de um dos entrevistados do assentamento Olga Benário mas uma vez evidencia como esse processo fez parte inerente do envolvimento do estado, através do Incra na não efetivação das políticas públicas para o campo e, no caso presente, no assentamento Olga Benário.

[...] todo mundo por aí recebeu crédito habitação, aqui primeiro as pessoas receberam metade, começaram a casa, aí não acabou, aí depois veio a outra metade. A outra metade veio para alguns e para outros não. Porque sempre aqui é assim, tudo era pra desarticular. Então tinha 10 famílias que ficaram sem eletricidade e aí o que você faz, pra quem está dirigindo [as famílias no assentamento]? Aceita que tenha e que 10 fiquem sem? Ou você... porque se você vai contra instalar a eletrificação 30 que seriam beneficiados vão se voltar contra você. Então a situação é assim: uns com eletricidade outros sem eletricidade, uns com homologação outros sem homologação, ou seja, os legalizados e os não-legalizados... ainda existe até hoje. [...] Com [acesso à] água e sem água, os com habitação e os sem habitação. Porque o estado vai jogando com o quê?... os com crédito e os sem crédito... porque aí os que receberam DAP [Declaração de Aptidão ao Pronaf] podem acessar crédito, o que não receberam DAP não podem acessar crédito. Então os caras foram pegando o que eram as conquistas sociais e as políticas públicas, e aí o estado trabalhava com isso como margem de barganha. (Olga Benário, Entrevista 1).

Outro aspecto que diferem os assentamentos em nossa análise apontado na citação acima, refere-se a questão da homologação. Conforme definição do Incra, a homologação corresponde à formalização do “candidato” a um lote de reforma agrária<sup>22</sup>. No entanto, no processo de organização do assentamento, que na prática foi promovido pelo MST, procurou-se adotar como critério a inclusão de todas as famílias que se organizaram na luta pela terra. Sem a exclusão de nenhuma delas. Essa opção baseou-se na premissa de que, uma vez que as famílias se submetem ao difícil processo de ocupação e ali permanecem mobilizadas, evidencia-se a falta de condições para ir a qualquer outro lugar. Contudo, mesmo diante desse quadro, o MST procurou respeitar pré-requisitos estabelecidos pelo Incra. O lema do Movimento na constituição do Olga Benário foi: “não deixar ninguém de fora”.

E aqui a questão da homologação acaba por prejudicar o processo de resistência camponesa. Ao optar por homologar determinado conjunto de famílias e não outros, ele prejudica o processo organizativo interno do assentamento e passa a estimular conflitos dentro do assentamento, ao gerar questionamentos sobre a legitimidade e capacidade de organização do MST. O prejuízo mais evidente é que as famílias que não estão homologadas não podem acessar os créditos para o desenvolvimento das atividades agrícolas no lote, o que gera uma grande contradição.

Neste sentido, se realizar as entrevista com os assentados do Olga Benário, também faz-se a consulta sobre a situação de homologação. Dos cinco entrevistados, um não possuía

<sup>22</sup> Maiores informações disponíveis em: <<http://www.incra.gov.br/acesso-terra>>.

homologação, o que resulta nas dificuldades de acesso às políticas públicas acima relacionadas.

O papel de controle do estado através do Incra também pode ser visualizado na questão da imposição de um determinado modelo de produção ao conjunto das famílias assentadas, uma vez que a depender da escolha do assentado é possível obter acesso a créditos para a produção ou não.

O crédito ele dita a forma de produção! Que te engessa! Ele diz 'olha, você vai pegar 20 mil e vai fazer o que? Ah, em tanto. Ah cara, mas faz de gado, gado é mais fácil, só pra liberar o dinheiro' [...] Já tá pronto o modelinho. E aí libera. Assim que liberar aprova com mais facilidade. E, ainda assim quando é fruticultura, é monocultura. É tantas horas de trator, é tantas horas de calcário, tantos sacos de adubo... você não vai poder colocar lá no PRONAF 'olha, eu quero comprar um saco de mucuna pra adubação verde'. O gerente do banco vai dizer: 'que porra é essa?'. Você tem que colocar insumos. Tanto de adubo, tanto de calcário, tanto de preparo de solo. Né? Pra plantio. Tantos de trator, tantas mudas...'ah, tem que ser do viveiro registrado'. Então não pode ser muda...'ah, eu não vou comprar muda, eu vou reinxertar minha muda', entendeu? Então as condições econômicas vão ditando as regras. E aí você vai pro convencional naturalmente. (Olga Benário, Entrevista 1).

No que se relaciona à assistência técnica, identifica-se diversas semelhanças com o assentamento Nova Esperança, onde prepondera a identificação geral de que ela é ausente, insuficiente e, ainda em algumas avaliações, atua contra os interesses organizativos do próprio assentamento. Conforme relatado acima, existe a visão por parte de um dos entrevistados de um ação direta de ingerência do Estado nas definições produtivas, tanto coletivas quanto individuais.

Um dos entrevistados, inclusive, “crava” o fim do processo organizativo produtivo das famílias no assentamento Olga Benário.

Nesse embate todo não sobrou estrutura organizativa mais. As coordenação acabou. Aqui sobrou assim, eles [o estado, o Incra] hesitaram mais em entrar assim, de sola. Aqui ficou, ainda tem uma certa... reserva moral. Quando os caras vão falar com o Olga... ainda é o Olga, tem uma militância histórica que está aqui assentada. (Olga Benário, Entrevista 1).

Ao identificar-se na consulta a respeito do acesso a políticas públicas de comercialização, observou-se que dois dos entrevistados lograram acessar as políticas de PAA e PNAE nos últimos anos.

Assim como realizado com o assentamento Nova Esperança, mais um conjunto de perguntas foi feita com os entrevistados em relação à produção de áreas e/ou módulos dos SAFs em seus lotes. Trata-se de uma referência para identificarmos a prática de resistência promovida pelas famílias na construção de um novo modelo de desenvolvimento para o campo, sob bases agroecológica.

Segue-se imagem (Figura 13) de implantação de uma das áreas de SAF no assentamento Olga Benário, realizado em forma de mutirão.

Figura 13 – Implantação de SAF em mutirão no Assentamento Olga Benário



Fonte: REDE AGROGLORESTAL DO VALE DO PARAÍBA, 2014.

As perguntas seguintes auxiliarão na identificação de que medida se viabiliza ou não a construção da RAP, a partir das práticas, articulações e graus de consciência e organização para essa viabilização.

Destarte, foram realizadas perguntas relacionadas ao (1) número de áreas/módulos de SAFs que o entrevistado possuía em seu lote; (2) o tamanho somado dessas áreas/módulos de SAFs; (3) as datas da primeira implantação desses sistemas; (4) a forma de implantação, se individual ou através de mutirões; (5) se os entrevistados seguem realizando manejo das áreas/módulos; (6) a forma desse manejo, e igualmente se individual ou coletivo; (7) se faz uso de veneno/agrotóxicos; (8) se comercializa os produtos oriundos do SAF; (9) o grau de satisfação; e, por fim (10) se ainda mantém o sistema no lote. Essas foram sistematizadas no quadro seguinte (Tabela 7).

Tabela 7 – Questões relacionadas aos SAFs – Assentamento Olga Benário

	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistado 4	Entrevistado 5
Número de áreas/módulos de SAFs	Mais de 5	3	3	1	1
Tamanho áreas/módulos de SAFs	Mais de 1 ha	0,5 ha	0,5 ha	0,01 ha	0,02 ha
Datas de início de implantação do SAFs	Novembro de 2013	Novembro de 2016	Agosto de 2014	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
Formas de implantação do SAFs	Mutirões e individualmente	Mutirões e individualmente	Mutirões e individualmente	Mutirão	Mutirão
Realiza manejo das áreas do SAFs?	sim	sim	sim	não	sim
Forma de manejo das áreas do SAFs	individualmente	individualmente	individualmente	não realiza	individualmente
Uso de veneno no SAFs	não	não	não	não	não
Comercializa produtos do SAFs	sim	não	não	não	não
Está satisfeito com o SAFs?	sim	sim	sim	não	sim
Ainda mantém o SAFs?	sim	sim	sim	sim	sim

Fonte: Elaboração do autor.

Observa-se das entrevistas realizadas no assentamento Olga Benário um quadro bastante rico em relação à diferença dos perfis e continuidade de trabalho das pessoas que aderiram ao SAF. Se por um lado a afinidade com o tema, a compreensão da importância desse modo de produzir (que recupera o solo, vegetação, aumenta a oferta de água, agrega valor à produção, etc.) é comum a todos os entrevistados, a prática demonstrou que apesar da clareza nem todos conseguiram avançar concretamente ou, ainda, tiveram possibilidade e, até mesmo força, para continuar a produzir desse modo, conseguindo superar as resistências iniciais.

Essa afirmação é corroborada pelas duas questões iniciais da tabela com relação aos tamanhos e quantidades de áreas em que eram produzidos SAFs. Estes variaram de 100 metros quadrados em uma única área para cerca de 50 mil metros quadrados, que representa quase a totalidade de um lote com produção em forma de SAF.

Outra grande variedade observada junto aos entrevistados é a temporal, relacionada ao período de implantação da primeira área/módulo de SAF em seu lote. Por um lado teve-se entrevistados que se articularam desde o início da construção da Rede Agroflorestal do Vale do Paraíba e seus processos de mutirões. Estes foram os primeiros a implantarem SAFs em seus lotes. Outros entrevistados acabaram por se somar depois, possivelmente resultado da observação do bom desenvolvimento desse tipo de modelo produtivo. Importa destacar que todas as implantações foram realizadas de forma coletiva, através de mutirões. Experiências posteriores dos entrevistados que possuem mais de uma área de SAF no lote, foram de implantação realizadas de forma individual.

Um aspecto negativo identificado nas entrevistas foi a falta de apoio coletivo nas atividades de manejo dos módulos de SAF. Alguns assentados admitiram que a ocorrência de mutirões para o manejo configurariam elementos importantes para a continuidade da

experiência com o SAF. A troca de experiências, o trabalho conjunto que diminui o tempo de uma determinada tarefa no lote, podem ser identificados como fatores que têm estimulado a continuidade do trabalho nos SAFs.

Entre os principais produtos cultivados dentro dos SAFs os entrevistados apontaram hortaliças e frutíferas em geral, com destaque para a banana, os feijões guandú, fava e a mandioca.

A ausência da utilização de veneno, confirmada pelos cinco entrevistados, é outro fator identificado nas produções de SAF, inclusive identificado como uma vantagem desse sistema, ainda que o seu não uso seja considerado mais trabalhoso.

A vantagem é eu não precisar de usar de veneno, né? Que é prejudicial, já que a minha família consome tudo aquilo que eu planto lá. Então essa é a vantagem. De eu não precisar usar mais veneno, né? É um pouco mais trabalhoso, eu não vou negar, é bem trabalhoso. Muito difícil você pegar e enveredar para esse caminho, né? É bem complicado. (Olga Benário, Entrevista 2).

Um aspecto aparentemente negativo das entrevistas realizadas relaciona-se ao elemento da comercialização, em que apenas um dos entrevistados informou comercializar sua produção de SAF em feiras livres de orgânicos e entrega de cestas de venda direta ao consumidor. Aqui identificou-se como negativo no sentido de que ao propor produzir de maneira saudável e em condições para alimentar o povo brasileiro, as famílias assentadas precisam gerar um excedente para isso. Contudo a resistência no lote com a produção de alimentos agroecológicos para o autossustento configura-se como um importante elemento da resistência camponesa.

O registro fotográfico apresentado sequencialmente (Figura 14) apresenta uma das áreas de SAF existente no assentamento Olga Benário. Esta possui a bananeira como principal espécie.

Figura 14 – Área de SAF em lote do Assentamento Olga Benário



Fonte: Elaboração do autor.

Apesar da comercialização da produção ser realizada por apenas um dos entrevistados, foi possível observar que a maioria, novamente à exceção de uma das entrevistadas, viram somente vantagens na produção deste tipo de sistema.

Outro aspecto que se faz relevante na análise em campo e para o esforço da compreensão a respeito da identificação das famílias com o Programa de RAP do MST está relacionado às escolhas feitas pelas famílias do assentamento de iniciar um processo de mudança de matriz produtiva. Trata-se de deixar parcialmente de lado a produção convencional para aderir, ainda que experimentalmente e/ou em pequenos espaços dentro do seu lote, aos SAFs.

Nesse sentido procurou-se ouvir a respeito da opção por tal mudança entre as famílias

entrevistadas do assentamento Olga Benário, que destacam tratar-se de uma alternativa à vista.

O capital que eu consegui no Pronaf eu investi em ponkan. Só que como essa coisa de política pública... sabe como é que é? Não veio nem a metade, né? Eu não consegui acessar [...] eu acabei investindo em cerca, né? Na ponkan e o maquinário mesmo pra mim poder trabalhar, quando chegou na hora [...] nada. Então teve essa complicação. E também a questão das doenças que os citros estão tendo agora... muito pezinho a gente tem que estar arrancando fora... e o SAF foi assim, uma alternativa, né? Tô trabalhando agora há um ano e pouco, é uma alternativa pelo que não deu certo [de produção no lote]. Porque a ponkan é coisa que assim, pra mim, não deu [...]. Eu não tive retorno dela. Já era pra ela estar produzindo. (Olga Benário, Entrevista 2).

Outra vantagem da conversão ou da experimentação da produção em SAF pode ser observada na recuperação da área do assentamento, historicamente deteriorada com a presença de monocultivos como o eucalipto. No depoimento abaixo, observa-se a compreensão da assentada entrevistada a respeito da dinâmica de funcionamento do SAF, em que cada planta possui seu papel específico para o conjunto do módulo.

Aqui que o solo estava bastante degradado, eu consigo notar algumas diferenças, né? Aí eu fiz até uma experiência bem pequenininha aqui no fundo, né? Que é pra ver se realmente o SAF vai dar no futuro aquela rentabilidade. Porque de começo, as primeiras plantas, elas vão pegar e vão fazer o papel delas, né? Vão dar aquela melhora. Elas vão dar a condição pra gente realmente trabalhar, né? No solo, né? Aí eu fiz uma micro experiência aqui encima, né? Que é pra ver se... e realmente funcionou, né? Foi uma área que eu parei de mexer, de colocar veneno, uma área que tinha esterco de galinha e tava paradinha, né? E aí a gente nota que ela produz, né? Lógico que é uma escala pequena. É uma experiência bem pequena, né? Imagino que se for feito o mesmo trabalho, como já tá sendo feito que lá tá começando agora, aqui faz anos já que aquela arezinha que só descansou e que [...] dá pra perceber que vai melhorar. E nessas áreas que eu estou trabalhando eu também percebo a melhora. É lógico que tanto quanto essa área pequena que tá produzindo. Que não fica tão bonita ainda, que cresce muito capim ainda né? Nessa área. Mas eu uso o capim pra fazer a cobertura. Mas eu já noto na terra já a diferença. Eu consigo ver os nutrientes na terra. Já pega a terra ali na mão e você já vê, né? Que tá melhorando. (Olga Benário, Entrevista 2).

Durante as entrevistas pode-se identificar, com maior intensidade, a questão relacionada ao papel dos mutirões promovidos pela Rede Agroflorestral do Vale do Paraíba no processo de implantação dos módulos de SAFs. Um dos assentados valorizou o processo organizativo estimulado pela Rede num contexto em que existem dificuldades para isso, tanto pela ingerência do estado, conforme já relatado, quanto por limitações oriundas do próprio MST ou, ainda, por fatores externos a esses dois elementos.

[...] ainda bem que nós conhecemos a rede agroflorestral. Foi o que nos possibilitou, pelo menos, a partir do estímulo... e continuar... aqui no Olga, o que a gente tem de organização hoje, que funciona, assim, minimamente, são os mutirões... quando a gente consegue se reunir para fazer os mutirões, quando implanta, fazer manutenção... é o que se discute um pouco, quando se discute ainda produção então é o que sobrou. (Olga Benário, Entrevista 1).

Outra exemplificação a respeito da contribuição da Rede Agroflorestal para o processo organizativo está na descrição feita pelo mesmo assentado a respeito da proposição da Rede:

A proposição da Rede é a seguinte: fazer mutirões... agora nem tanto porque é assim... como é um trabalho voluntário [ele oscila porque depende] e das condições, das pessoas... num primeiro momento nós conseguimos em todos os mutirões... nós tínhamos uma agenda dos mutirões e nós íamos em todos. De São José dos Campos até Redenção da Serra... Pinda aqui, que tem um grupo de produtores. [...] Foi uns dois anos seguidos. Nos dois primeiros anos. E isso foi perdendo força na medida em que as condições econômicas não... eles não tinham mais recurso pra poder fazer... porque também o processo de pesquisa perdeu... então os núcleos, por exemplo, o Nova Esperança tocam lá. Então ele tem o calendário... e aqui [no Olga Benário] nós tocamos aqui. Consegue mobilizar a turma. (Olga Benário, Entrevista 1).

Aqui faz se referência a um processo de modificação da estrutura da Rede Agroflorestal com vistas a atender as demandas de continuidade de implantação dos SAFs na região do Vale do Paraíba. Com a ausência dos recursos financeiros existentes no início, o coletivo da Rede Agroflorestal optou pela sua descentralização e organização em núcleos por proximidade física.

Desse modo constituíram-se os núcleos do assentamento Nova Esperança I, em São José dos Campos e o Núcleo Pindamonhangaba, Tremembé e Taubaté, que abrange o assentamento Olga Benário, assim como os assentamentos Conquista (Tremembé), Manoel Neto (Taubaté) e pré-assentamento Luis Carlos Prestes (Taubaté). Contudo, na prática, o que se observa é que existe um outro núcleo mais específico do assentamento Olga Benário, com as famílias assentadas ajudando-se formalmente nas atividades de SAF, a partir de iniciativas espontâneas dos outros assentados. Existe uma grande predisposição por realizar mutirões internos no Olga Benário.

Outro aspecto interessante no que se refere à Rede Agroflorestal é a sucessivo aumento da autonomia das famílias que produzem SAFs. Se antes havia uma dependência maior de órgãos do poder público como a APTA, vinculada ao governo do estado de São Paulo, por conta da oferta de mudas e sementes, hoje não existe mais.

Na verdade nunca teve essa liderança [da APTA]. Num primeiro momento ele foram fomentadores. Podemos até dizer que foram... de puxar. Ele tinham um banco de sementes lá que eles disponibilizavam. Eles tinha um acesso a mudas. Então eles conseguiam... e depois as pessoas já foram se tornando autônomas. Hoje as pessoas já produzem as mudas, já conseguem produzir as sementes pra adubação, que é o principal. E como a gente já tem uma experiência de organização interna [por conta do MST] então... ela é mais tranquilo. E aí a gente se junta e mobiliza. Ó, nós vamos fazer... a gente procura sempre manter um calendário de atividades pra poder não dispersar muito. (Olga Benário, Entrevista 1).

Sobre os mutirões para implantação de SAFs realizados no assentamento Olga Benário, de maneira independente da Rede e sua dinâmica macro, um dos entrevistados também informa que o calendário construído também possui flexibilidade de maneira a

atender os tempos dos participantes do assentamento e, destaca ainda, a existência de dois aspectos fundamentais que dialogam diretamente com a construção da RAP proposta pelo MST.

E os mutirões ele é basicamente dois momentos. Um momento de formação. E um momento de trabalho mesmo prático. Então a gente faz um trabalho prática e depois um momento de formação, socialização. [O acompanhamento] ainda existe. Tem a turma que é da área técnica... alguns inclusive da Rede estão nos acampamentos agora. Acampado aí, pleiteando, que são biólogos... que acabaram se organizando no Movimento pra... então sobreviveu e a gente vai conseguindo tocar os SAFs. (Olga Benário, Entrevista 1).

A questão da participação de pessoas com “novo” perfil na luta pela terra também foi identificada pelo entrevistado. Este relacionou esse novo perfil ao aumento do processo de consciência a respeito da relação direta que existe entre campo e cidade. Igualmente abordou a procura do retorno para o campo enquanto decorrência das dificuldades de vida e alimentação nos centros urbanos. O entrevistado avalia, ainda, que a luta pela terra tem trazido um novo perfil de militantes que se mobilizam pelo acesso à terra, que já têm clara a necessidade de um outro modelo de produção.

Hoje tem muita gente hoje largando... gente com um nível intelectual, nível de formação que está largando as cidades. Vamos falar em processo de desinchação das cidades? É falar dessa proposição [da agrofloresta]. Eles não estão afim de ir lá pra roça pra poder pegar, subir num trator e ficar fazendo soja. Agora, tem muita gente largando para vir fazer agrofloresta. [...] Nós estamos falando de saúde, então tem gente preocupada com isso. É uma outra galera... é uma outra... então não dá mais pra se preocupar só com o operário, aquele trabalhador... reforma agrária, distribuição de terra, socialização... você discute hoje... não só [...] você discute também com outro setor da sociedade, que não é mais esse. [...] Hoje quem que tá acampado aqui na região que eu saiba? É um monte desses caras hipponga! É biólogo. É os caras do 'verde' aí... ecólogo... uma galera que tem outra formação, que não precisaria, do ponto de vista econômico, do ponto de vista social, mas que está afinado ideologicamente com essa proposição. Muito mais do que aquele cara que vai lá acampar, que é o atual trabalhador, que ele tá afinado só com a parte econômica do acesso à terra. Não tá afinado com o projeto político. Então assim, você consegue ter um outro tipo de material humano né? Afinado com a proposta ideológica muito mais do que o que nós tínhamos. (Olga Benário, Entrevista 1).

A realização dos mutirões e a transição para os SAFs no assentamento Olga Benário vêm transformando o cenário atual de desorganização das famílias. Ainda que no início de sua constituição tenha havido uma importante processo organizativo, ao longo do tempo, o assentamento passou a enfrentar muitas dificuldades como (1) as ações desarticuladoras do Estado e a sua não efetivação de políticas públicas; (2) os conflitos internos no assentamento e; (3) as dificuldades de lograr uma presença mais intensiva no acompanhamento das famílias por parte do MST na região. Apesar dessas dificuldades, identifica-se um significativo resquício organizacional, que tem contribuído para a rearticulação das famílias em relação à transição da produção para o modelo do SAF.

O que nós estamos conseguindo fazer aqui com algumas pessoas [...] é tentando ir transformando a fruticultura em SAF, que é um processo de enriquecimento. Você vai introduzindo árvores [...] Então assim, esse processo, ele é lento. Mas ele é lento para uma árvore. Se você plantar um guanadi ele vai ter um corte em 12 anos. (Olga Benário, Entrevista 1).

De acordo com a Entrevista 1, do assentamento Olga Benário, foi possível observar uma reavaliação do processo organizativo inicial do assentamento, com a reflexão a respeito das possibilidades que os lotes e o assentamento Olga Benário em seu conjunto poderiam ter logrado se a promoção da agrofloresta tivesse sido construída desde seu início, na linha do que se apresentava por meio da proposta da Comuna da Terra do MST.

O que é bacana hoje na agrofloresta? Eu já ouvi. Não é generalizar não. Eu ouvi as pessoas dizerem o seguinte: 'nós podíamos ter feito a agrovila do jeito que vocês queriam'. Que nossa proposta inicial era qual? 'Vamos fazer uma agrovila perto de onde tem um acesso [viário] bom, eletricidade, onde nós vamos ter que conseguir a infraestrutura... e corta os lotes!' E os caras hoje dizendo... e aí quando o cara ficou sem energia elétrica lá na... [longe] 'podia estar lá perto da porteira [entrada do assentamento], onde pelo menos tinha eletricidade'. [...] Não tinha estrada, e o filho dele tinha que sair, andar 3 quilômetros a pé, ia lá molhado de orvalho com terra, chegava lá na escola era marginalizado, a professora reclamava, o homem do ônibus reclamava... aí falava, 'puta, eu podia ter ficado lá...lá perto da porteira tinha asfalto. (Olga Benário, Entrevista 1).

Das entrevistas realizadas com os representantes do assentamento Olga Benário foi possível notar outro aspecto positivo apresentado pelas famílias. Este relaciona-se ao retorno da fauna regional, em particular das aves. O fato também é relatado por assentados do Olga Benário.

Tanto volta água como até os bichos aí voltam. Passarinho... aqui nem tinha né Pedro? Passarinho [...] aí você vê: 'ah, mas a banana não tá indo bem, tá dando uns cachinhos miúdos.' Ah, nós nem pegamos. Os tucanos vêm, as araras vêm e vão comendo. Até arara tem... periquito. Coisa que, nossa, nem quando eu trabalhava aqui nunca tinha visto. Era eucalipto, eucalipto, eucalipto... não tinha nada. (Olga Benário, Entrevista 3).

Agrega-se ao reconhecimento do retorno da fauna, outros benefícios como a recuperação do solo, o aumento na qualidade da alimentação e a valorização da policultura.

Antes do SAF a meta de todo mundo era plantar laranja. 'Ah, vamos plantar laranja' [...] aí ... cada lote plantava um quarteirão de laranja. Só que não adiantava. Nós achava que plantar laranja ia nascer laranja normalmente, sem cuidar também, de boinha assim... E aí nós não conseguíamos cuidar, sempre vinha a brachiária e puff. E aí alguns...'ah, eu vou plantar mandioca', aí era só mandioca. 'vou plantar quiabo'... só quiabo [...] não era essa mistura. Aí depois que nós começamos a entrar no SAF aprendemos que quanto mais misturas de plantas é melhor. (Olga Benário, Entrevista 3).

Ao ser questionado sobre a existência de uma melhora na qualidade de vida com a introdução dos módulos de SAF, uma das entrevistadas faz elogios e faz uma comparação em

relação ao momento anterior à presença do SAF no lote. Ela destaca a capacidade desse sistema em recuperar o solo e influenciar a qualidade da produção também fora dos módulos do SAF.

[...] melhorou muito. Porque se não tivesse SAF aqui não ia ter nada. Só teria brachiária. Ia continuar a brachiária. A Laranja, nós não íamos recuperar nenhuma laranja porque hoje em dia você vê ali já está dando algumas laranjas já, produzindo. [...] Se não fosse o SAF não ia recuperar nada. (Olga Benário, Entrevista 3).

Identificou-se, de maneira geral, que as famílias que resistem na permanência na terra, com produção de alimentos dentro de seus lotes, são as que efetivamente vêm se dedicando ao novo modelo do SAF. Dito de outro modo, os esforços de alguns assentados em sobreviver a partir da produção convencional, que segue as imposições de créditos para determinados cultivos, não tem sido suficientes para fazer com que as famílias permaneçam na terra e não saiam a busca de oportunidades nos centros urbanos.

Com todas as contradições e dificuldades que o “novo” modelo do SAF apresenta, ainda assim, é possível identificar avanços e, mais importante, potencial transformador. O mais evidente, em um dos depoimentos resultantes da entrevista, é a avaliação de que a produção dos SAFs no assentamento Olga Benário se destaca sobre as produções convencionais.

O que tem de produção nos assentamentos hoje, no Olga, são os SAFs. [a produção] não é significativa mas é quem tem de... quem tá mexendo com o lote, quem tá plantando, que tá cuidando, que tá fazendo alguma coisa é quem tá fazendo SAF. [...] Você não vai achar produção aqui [no Olga Benário]... você não vai achar ninguém aqui... (Olga Benário, Entrevista 1).

Um último aspecto levantado durante as entrevistas com os cinco representantes de lotes do assentamento Olga Benário foi a relação que possuem com o MST. Essa identificação, como argumentou-se previamente, faz-se importante na medida que oferece pistas sobre o grau de comprometimento organizativo e acúmulo teórico adquirido ao longo da vivência e sobrevivência nos lotes.

De modo geral, a identificação ou não com o movimento social em questão define os caminhos e as escolhas das famílias assentadas. Ou seja, a influência organizativa do MST oferece uma maior capacidade/experiência que permite ao assentado lidar melhor com os inúmeros desafios impostos para a resistência no campo.

Nesse sentido merece destaque uma das frases ouvidas durante a realização das entrevistas, que foi dita de diversas maneiras, mas que se resumem à ideia de que “a gente sai do MST mas o MST nunca sai da gente”. Significa afirmar que, mesmo distantes formalmente das atividades, ações e espaços formativos e organizativos do Movimento, o vínculo Sem Terra permanece, e com ele a compreensão da importância da luta e da necessidade de um

outro modelo de desenvolvimento para o campo. E a identificação e dedicação a este novo modelo observa-se na prática, ainda que muitas vezes de forma individual.

Apenas em relação a uma das entrevistadas (justamente a que afirmou não possui identificação com o MST) que se pode se perceber um baixo desenvolvimento de seu único módulo de SAF. A entrevistada 4 do assentamento Olga Benário realizou, ainda, críticas sobre a forma organizativa e afirmou que o sistema de SAF não tem gerado benefício algum, ainda que tenha considerado interessante a ideia de sua implantação a princípio. Ressalta-se que, das quatro entrevistas daqueles que possuem identificação com o MST, dois chegaram serem lideranças de assentamento e compõem a coordenação estadual do Movimento pela região do Vale do Paraíba.

Por fim, vale a observação de que o assentamento Olga Benário e as famílias que vêm produzindo SAF resistem, à revelia das condições adversas.

Estamos resistindo... e é preciso dizer também, inclusive com momentos de fraqueza. Porque por diversos momentos nós pensamos em desistir. Desistir da agrofloresta, desistir do assentamento, por que é difícil. Não estou dizendo que é fácil não. Agora, temos provado, pelas condições, de que é o melhor caminho. Hoje a gente consegue produzir um punhado de coisas numa área pequena, numa área que já está em processo de regeneração, enquanto que no modelo convencional não tivemos produtividade nenhuma, o mesmo resultado. Agora, que já pensamos em desistir? Pensamos! Pensamos em usar o roundapzinho? Já! É muito difícil. Nós temos muito pouca mão de obra. E agrofloresta ela demanda uma certa quantidade de mão de obra se você quiser... (Olga Benário, Entrevista 1).

Assim como o Assentamento Nova Esperança, o Assentamento Olga Benário nos traz importantes elementos que reforçam a resistência camponesa frente a uma região marcada pela presença do agronegócio vinculado ao CCP. No caso particular do Olga Benário, a herança recebida pelo antigo proprietário do imóvel reforça esse caráter: a presença do Deserto Verde do eucalipto, que fez com que as famílias herdassem um solo desgastado e empobrecido para começar a produzir..

O Assentamento Olga Benário, por ter sido criado depois do Assentamento Nova Esperança, teve em seu processo de constituição um debate político e organizativo com maiores acúmulos como, por exemplo, em relação à concepção da Comuna da Terra. Este trabalho resultou em um significativo grau de organização das famílias que conseguiu resistir ao longo do tempo, a despeito dos inúmeros desafios em relação à efetivação das políticas públicas de reforma agrária e do próprio esforço desarticulador dos agentes do estado, representado pelos técnicos do Incra. O esforço pela desarticulação das famílias não foi bem sucedido.

Evidencia esta afirmação os avanços ocorridos em relação à produção agroecológica através dos SAFs. Ainda que tenha sido identificado diferentes estágios de desenvolvimento

em relação a essa produção, trata-se de um elemento de resistência e, mais ainda, de sobrevivência das famílias.

Isso reforça-se nas entrevistas, quando se buscou a identificação e características da resistência das famílias assentadas na construção de um modelo alternativo de desenvolvimento para o campo. Essas identificaram a princípio a resistência voltada à promoção de uma melhor qualidade de vida, com regeneração da mata nativa, retorno de animais, recuperação de nascentes de água e mesmo a alimentação mais saudável.

Estes elementos, vinculam-se mais à resistência das família organizadas no MST dentro do próprio lote do que numa escala maior, relacionada a comercialização. Trata-se de um limite identificado na pesquisa. Ainda que a proposta da RAP afirme que a produção desenvolvida nos assentamentos de reforma agrária devem alimentar a população brasileira, isso ainda não é possível, tanto no Olga Benário como no Nova Esperança. O que não exclui o fato de que se trata de um objetivo no horizonte, e que vem sendo buscado pelas famílias que produzem no modo da agrofloresta.

Um elemento mencionado durante a análise, sobre o grau de avanço da construção da RAP no Assentamento Olga Benário, também pode ser vista na avaliação de um dos entrevistados (Olga Benário, Entrevista 1) que afirmou que a resistência das famílias poderia ter sido maior, mais qualificada e obedecendo aos princípios da construção da ideia de Comuna da Terra se o trabalho com os SAFs tivesse acontecido antes.

Prossegue-se à abordagem da resistência camponesa no VPP sob uma perspectiva mais contemporânea. O item seguinte é dedicado à identificação das atuais e rápidas mudanças conjunturais no país, em particular no campo, resultado do golpe em curso. Posteriormente traz-se os elementos novos da resistência camponesa protagonizada pelo MST E, nesse processo, quais os desafios que se avizinham no horizonte.

#### 4.4 O atual golpe jurídico-midiático-parlamentar em curso no Brasil

Neste item procura-se problematizar a atualidade do conflito existentes entre os modelos de desenvolvimento para o campo, a partir das experiências dos assentamentos Nova Esperança e Olga Benário e do atual contexto político brasileiro. Este, caracterizado pelo andamento de um golpe jurídico-midiático-parlamentar promovido pela oposição ao governo do PT em conluio com os grandes meios de comunicação, o judiciário brasileiro e setores da burguesia. O golpe vêm comprometendo as frágeis conquistas obtidas pelas famílias organizadas no MST.

Aborda-se como essa agenda de retrocessos que vem sendo promovida pelo governo golpista de Michel Temer tem colocado novos desafios à resistência camponesa na região do VPP e na construção da RAP, com destaque para as disputas contemporâneas entre o CCP e os assentamentos de reforma agrária.

O processo que levou ao afastamento e posteriormente ao *impeachment* da presidenta eleita, teve origem na realização das chamadas pedaladas fiscais. Tratou-se de um pretexto jurídico para que o processo de destituição da presidenta pudesse apresentar ares democráticos e de respeito ao Processo Legal e ao Estado Democrático de Direito. O próprio relator do processo, Senador Antônio Anastasia (PSDB), ao governar o Estado de Minas Gerais, valeu-se desse mesmo procedimento para transferir recursos ao seu mandato (STEDILE, 2016a).

O verdadeiro pano de fundo por trás do golpe jurídico-midiático-parlamentar foi a abertura de um caminho para recomposição do neoliberalismo no Brasil. Diante de um cenário de crise econômica, as elites econômica viam com urgência a necessidade de recomposição de suas taxas de lucro e manutenção da acumulação de sua renda (STEDILE, 2016a).

Stédile (2016b) aponta três núcleos de direção política que estiveram diretamente envolvidos na consumação do golpe. Um deles se refere ao núcleo do poder econômico, que tem hegemonia do capital financeiro e das empresas transnacionais. Estes têm um interesse evidente de aplicar medidas neoliberais, representando um projeto antinacional e antipopular. Um segundo núcleo é composto por parlamentares de partidos conservadores, que cada vez mais vinham sendo ameaçados pelo avanço nas investigações de corrupção que permeiam a Operação Lava Jato<sup>23</sup>. Trata-se de um núcleo que se move unicamente por interesses individuais e é representado por figuras como Michel Temer, Romero Jucá e Eduardo Cunha (atualmente preso). Um terceiro e último núcleo que:

---

<sup>23</sup> Para saber mais conferir: LEITE, Paulo Moreira. **A outra história da Lava Jato**. São Paulo: Geração Editorial.

[...] atua por motivações ideológicas e também tem vínculos internacionais. Esse grupo é composto pela Rede Globo, pelo juiz Sérgio Moro, pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal, entre eles há divergências e contradições. Pois se movem por interesses próprios, não em torno de um projeto de país. (STEDILE, 2016b).

Em suma, as elites que promulgaram o golpe não possuíam um projeto de país e o Governo Michel Temer tem representado apenas uma tentativa em aplicar medidas rápidas que atendam aos interesses de parte dela, em virtude do agravamento da crise econômica. Ao buscarem efetivar um programa neoliberal emergencial, também contam com o apoio do Poder Judiciário (STEDILE, 2016b).

O primeiro sinal de “boa vontade” do governo ilegítimo de Michel Temer para com as forças apoiadoras do golpe foi a reestruturação dos Ministérios logo após sua posse como presidente interino, ainda durante o processo de *impeachment*. Tratou-se da Medida Provisória (MP) 726/2016, que reduziu de 32 para 23 o número de ministérios. Além do agraciamento de seus correligionários, o a redução de ministérios atendeu a pressão dos grandes meios de comunicação que associavam a maior quantidade de ministérios à maior quantidade de gastos públicos, o que não corresponde, necessariamente, a uma associação automática.

A MP 726/2016 extinguiu a Secretaria de Portos, de Comunicação, a Casa Militar da Presidência da República (que tinham status de ministério), bem como os ministérios da Cultura, das Comunicações, das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos<sup>24</sup>.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), órgão responsável pelas políticas públicas voltadas à agricultura familiar e a reforma agrária foi extinto. As cinco pastas ligadas à reforma agrária tiveram suas responsabilidades transferidas à Casa Civil, que além do Incra passa a administrar as Secretarias de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, de Reordenamento Agrário, da Agricultura Familiar, de Desenvolvimento Territorial e a Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (BORGES, 2016a).

Conforme apontado por Alexandre Conceição, dirigente nacional do MST, o governo, até então interino, havia começado a adotar:

[...] um conjunto o de medidas que afeta diretamente a classe trabalhadora do campo. Exemplos são a extinção do MDA, o fim do Plano Safra assinado em maio deste ano e que destinava 30 bilhões para a política da agricultura familiar, com destaque para ações com juventude, mulheres e demarcações de terra quilombolas e a extinção da Política de Assistência e Extensão Rural. (BORGES, 2016a).

Além do enfraquecimento político com a extinção do MDA, a agricultura familiar e reforma agrária tiveram seu atrelamento à Casa Civil, coordenada por Eliseu Padilha

<sup>24</sup> A respeito das mudanças ministeriais consulta:

<<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/05/16/primeira-medida-provisoria-de-temer-reduz-de-32-para-23-o-numero-de-ministerios>>.

(PMDB), braço direito do presidente ilegítimo Michel Temer e acusado de ocupar irregularmente terras no estado de Mato Grosso.

Padilha foi um dos alvos, no final de 2016, de ações civis públicas vinculadas ao desmatamento irregular de mais de 19 mil hectares entre os anos de 1988 e 2015, contra fazendeiros localizados no interior do Parque Estadual Serra Ricardo Franco, no município de Vila Bela da Santíssima Trindade. Também no mês de dezembro de 2016 o jornal Estado de São Paulo apresentou Padilha como alvo de um processo no Rio Grande do Sul, cuja acusação se relaciona à ocupação irregular de terreno de 1929 hectares no município de Palmares do Sul (TRUFFI, 2017).

O comando da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário foi entregue a Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força<sup>25</sup>, cujo apelido remete aos seus 22 anos à frente do segundo maior grupo de sindicatos do país, a Força Sindical, uma das apoiadoras do golpe que destituiu Dilma Rousseff da presidência da república. Paulinho da Força, do Partido Solidariedade (SD), é responsável por avalizar as nomeações dentro da Secretaria (COSTA, 2016).

Contudo, é importante notar que, para além da evidente demonstração de fisiologismo partidário, que continua imperando no governo ilegítimo de Michel Temer, Paulinho nunca apresentou um único projeto de lei relacionado à temática da reforma agrária, assim como jamais integrou qualquer comissão na câmara federal que tratasse de assuntos vinculados ao tema em seus três mandatos como deputado federal. Soma-se a isso o fato de Paulinho da Força responder na justiça por improbidade administrativa, tendo sido condenado em primeira instância pela Justiça Federal em decorrência de sua participação, enquanto presidente da Força Sindical, de uma fraude de três milhões de reais no Banco da Terra<sup>26</sup>, devido à superavaliação de um terreno que seria destinado à reforma agrária e que posteriormente mostrou-se inviável (COSTA, 2016).

No campo dos retrocessos da questão agrária relacionadas ao governo ilegítimo de Michel Temer observa-se parte de seu movimento político no sentido de se aproximar da FNL. Este movimento social possui como principal liderança José Rainha Junior, referência histórica do MST nas lutas camponesas travadas na região paulista do Pontal do Paranapanema durante a década de 1990 e que foi posteriormente expulso do MST há uma

<sup>25</sup> Paulo Pereira da Silva, conhecido como Paulinho da Força, é o presidente, desde 1999, da central sindical Força Sindical, segunda maior do país e atualmente é deputado federal pelo Partido Solidariedade, encontrando-se em seu terceiro mandato (2006, 2010 e 2014).

<sup>26</sup> O Banco da Terra é uma política pública, instituída em 1998, vinculada à execução da reforma agrária que buscou substituir os processos de desapropriação de terras improdutivas por ações de compra e venda de terras, que eram viabilizadas com aporte financeiro do Banco Mundial. Uma importante referência que congrega diversas análises a respeito do Banco da Terra e demais políticas vinculadas à chamada “reforma agrária de mercado” pode ser encontrada em: SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Márcio Mendes (Orgs.). **Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

década. Rainha foi condenado a 31 anos de prisão em 2015, decorrentes dos crimes de extorsão, estelionato e formação de quadrilha. Apenas vinte dias após assumir o governo interina e ilegitimamente, Michel Temer junto com Eliseu Padilha, receberam José Rainha no Palácio do Planalto (BARROCAL, 2016).

Barrocal (2016) identifica que a postura de negociar com o governo ilegítimo por parte de José Rainha Júnior carrega um pragmatismo, na medida em que busca negociar, dentro das condições possíveis, avanços aos camponeses organizados na FNL. Ele procura ocupar o vácuo deixado pelo MST, que possuía uma boa fonte de diálogo com os Governos Lula e Dilma. Destaca-se que José Rainha que foi contra o impeachment de Dilma Rousseff e tem discordado de diversas posturas do governo golpista em relação ao meio rural.

O sinal mais significativo da guinada conservadora em relação à reforma agrária pode ser observada na promulgação da MP 759/2016 que passou a vigorar em 22 de dezembro. Com seus efeitos já imediatos, ela promoveu significativas mudanças em relação às políticas vinculadas à realização da reforma agrária no Brasil. De acordo com a CPT, “[...] inserida em um contexto mais amplo, de implementação de um modelo avassalador e reacionário para o campo, a MP possui diversos aspectos que são vistos com grande preocupação e indignação pelos movimentos sociais de luta pela terra e pelo território [...]”. (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2016).

A MP 759 aborda questões relacionadas à regularização fundiária, a liquidação de créditos concedidos a assentados e acerca da regularização fundiária na Amazônia Legal. Ainda, altera procedimentos vinculados à alienação de imóveis da União, trata sobre o PAA, além de outros itens que tratam da regularização urbana de imóveis.

Sua divisão foi estabelecida em dois títulos, um que trata de temas agrários e o outro urbanos. No que concerne às mudanças nos temas agrários, a MP trouxe modificações às Leis Nº 8629/1993 (Lei da Reforma Agrária), Nº 13001/2014 (que trata de renegociação de dívidas relativas à reforma agrária), Nº 11952/2009 (acerca da regularização fundiária na Amazônia Legal), Nº 8666/1993 (sobre licitações) e a Nº 12512/2011 (Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais).

Desta nova legislação, pode-se apontar mudanças significativas em relação à realização da reforma agrária pelo governo e, conseqüentemente, os desafios para a construção do Programa de RAP proposta pelo MST.

Teixeira (2017a, p. 1-2) chama atenção ao fato de que a promulgação da MP e as mudanças que ela trouxe procuraram atender às questões apontadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que em abril de 2016, congelou o programa de reforma agrária no país:

As mudanças propostas pelo governo na legislação agrária foram basicamente motivadas pelo atendimento das exigências do TCU para desbloquear o programa de

reforma agrária que durante vários meses paralisou as ações do governo Dilma na área correspondente. Assim, a MPV [Medida Provisória] pode ser entendida como a contrapartida do governo no Acordo firmado com o Tribunal pela flexibilização dos impedimentos mantidos para os assentados. Não apenas para o acesso ao programa de reforma agrária, mas também, para o acesso às demais políticas socioeconômicas às quais este segmento social está habilitado. Na realidade, ao responder às exigências do TCU o governo atende demandas da Bancada Ruralista. A afinidade dos posicionamentos políticos dos auditores do Tribunal com os dos setores mais conservadores das áreas rurais ficou patente no conteúdo da auditoria mencionada. (TEIXEIRA, 2017a, p. 1-2).

E continua:

O ponto político central é que, ao contrário do que ocorreu no governo Dilma quando o Incra contestou muitas das irregularidades descabidas apontadas pela auditoria do TCU, no governo Temer o Incra mudou de comportamento. Deixou de lado a defesa das suas próprias ações e passou a atuar pelo cumprimento das determinações daquele órgão auxiliar do Congresso que resolveu interferir nas condições conceptivas e operacionais do programa de reforma agrária. (TEIXEIRA, 2017a, p. 2).

O Acórdão 775/2016, publicado pelo TCU em abril, ainda sob a gestão de Dilma Rousseff, provocou uma verdadeira paralisação na política de reforma agrária no Brasil, uma vez que tornou irregular o cadastro de 578 mil pessoas já assentadas, suspendendo a concessão de benefícios da reforma agrária para essas famílias. Estas, foram impossibilitadas de acessar políticas públicas agrárias como aposentadoria rural, Plano Safra e assistência técnica. Tal medida também revogou os processos de seleção para o assentamento de novas famílias (SAMPAIO, 2016). Os indícios de irregularidades apontados pelo TCU foram resultado de um cruzamento de dados do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra) e bases de dados de origem pública, como Tribunal Superior Eleitoral, SNCR, Receita Federal, Sistema de Controle de Óbitos (SISIBI), Relação Anual de Informações do Ministério do Trabalho e da Previdência Social (RAIS) e Cadastro Nacional de Empregados e Desempregados (CAGED) (GOMES, 2016).

Como resposta, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal entrou com um pedido junto ao Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, para que questionasse a constitucionalidade do acórdão no Supremo Tribunal Federal (STF). Seu motivo reside no fato de que as conclusões preliminares do TCU advêm, somente do cruzamentos de dados dos sistemas mencionados, sem o devido trabalho de campo e tampouco interlocução com quaisquer dos beneficiários supostamente tido como irregulares (GOMES, 2016).

A respeito da Lei Nº 8629/1993, as principais questões apontadas por Teixeira (2017a) nas mudanças da MP 756/2016 se referem ao pagamento em dinheiro no processo de aquisição de terras; o título de domínio dos lotes de áreas de reforma agrária concedidos antes do dia 21 de dezembro de 2014; o processo de seleção municipal de beneficiários do programa de reforma agrária e; o processo de classificação e definição de beneficiários da

reforma agrária.

Uma das mudanças mais simbólicas e que contrariam diretamente o discurso do atual governo ilegítimo de que o país vive uma crise econômica e que, por isso, é necessário apertar os cintos<sup>27</sup>, é a legislação a respeito do pagamento para aquisição de terras. Na legislação anterior, o pagamento dos imóveis adquiridos para fins de reforma agrária por meio de compra e arrematação eram pagos através de TDAs de maneira escalonada, com prazos que variavam de 5 a 20 anos conforma o tamanho do imóvel. As mudanças apresentadas pela MP 759/2016 estabelecem que esses imóveis passarão a ser pagos em dinheiro. Com isso, passa-se a pressionar o Tesouro Nacional para beneficiar os grandes proprietários de terras e inverte-se a proposta do programa de reforma agrária, pois:

[...] a desapropriação sancionatória dos latifúndios perde de vez a possibilidade de liderar o processo de obtenção de terras. A compra e venda assume essa condição e assim transformando as grandes propriedades em ativo financeiro de grande atratividade. O Incra será transformado num grande balcão de compra e venda de terras. (TEIXEIRA, 2017a, p. 4).

Outra modificação que terá impactos profundos sobre a reforma agrária é a alteração do §1º do art. 18 da Lei Nº 8629/1993, que especifica a data de assinatura do contrato como o momento de início da contagem do prazo de dez anos da inegociabilidade dos títulos de domínios e da Concessão de Direito Real de Uso (CDRU). Na leitura de Teixeira (2017a, p. 5) o retrocesso baseia-se no fato de que anteriormente a contagem ocorria a partir da outorga do título ou CDRU. A mudança acarretará em uma redução do tempo para emancipação dos assentados. Essa situação atende diretamente à solicitação política do TCU e da Bancada Ruralista, que deseja acelerar a emancipação dos assentamentos e inserir no mercado milhões de hectares de terras. Como boa parte dos assentamentos encontram-se em condições precarizadas em seus lotes, a venda destes representariam uma saída econômica (TEIXEIRA, 2017a, p. 5).

A CPT (2016) em seu balanço da reforma agrária no ano de 2016 critica a redução do tempo em que os títulos de domínio e CDRU não poderão ser negociados. Ela afirma que isso acarretará num tempo menor para emancipação das famílias o que, conseqüentemente, provocará uma redução das responsabilidades do Incra enquanto principal órgão responsável pelas políticas públicas de reforma agrária. Igualmente deixará os trabalhadores rurais mais vulneráveis às pressões dos grandes latifundiários e do agronegócio para retomada dessas terras.

---

<sup>27</sup> A PEC do Teto dos Gastos Públicos (nº 55/2016), também chamada de PEC do Fim do Mundo por movimentos e organizações populares, estabelece na prática o congelamento dos gastos público por 20 anos, impedindo investimentos vitais à população brasileiras como, por exemplo, nas áreas de saúde e educação.

Teixeira (2017a, p. 5) apresenta mais um destaque em relação às mudanças vindas com a MP 759/2016:

Ainda no Art. 18, a MPV, e na direção anterior, procede à alteração no §4º cuja redação atual diz: “É facultado ao beneficiário do programa de reforma agrária, individual ou coletivamente, optar pela CDRU, que lhe será outorgada na forma do regulamento”. Pelo novo texto fixado pela MPV o Regulamento disporá sobre as condições e a forma de outorga do título de domínio e da CDRU. Por certo, substituir uma prerrogativa do assentado por uma determinação do governo, sendo este governo, não há dúvidas que o Regulamento irá priorizar os títulos em detrimento da CDRU que, portanto, deixa de ser uma escolha do beneficiário. Ou seja, mais uma medida para incentivar a transferência de terras da reforma agrária para as fazendas do agronegócio. (TEIXEIRA, 2017a, p. 5).

Entre as mudanças trazidas pela MP 759/2016 relacionadas à Lei Nº 13001/2014 está a ampliação, para 31 de abril de 2017, do prazo para transferências financeiras de créditos que foram concedidos até 2013 (TEIXEIRA, 2017a, p. 7). Já as modificações em relação à Lei Nº 11952/2009 abordam mudanças no Programa Terra Legal<sup>28</sup> e se propõem a regularizar todas as áreas, não somente aquelas vinculadas à agricultura familiar, beneficiando, assim grileiros e grandes proprietários de terras que historicamente se beneficiaram de apropriações indevidas no território da Amazônia Legal.

A CPT (2016) nos oferece uma importante interpretação em relação ao processo de seleção das famílias para o programa de reforma agrária apontado na MP 759/2016:

[...] tal MP atribuiu às Prefeituras a responsabilidade de fornecer a relação de famílias a serem assentadas. Ora, é especialmente nas pequenas cidades que o coronelismo e a compra de votos são escancarados, além de ser muito forte a interferência no poder local por parte dos grandes latifundiários. Em consequência, é bastante grave e gerador de profunda apreensão esse deslocamento de poder para os poderes executivos municipais. Ademais, a medida impedirá que os movimentos sociais de luta pela terra indiquem a relação das famílias a serem assentadas, configurando mais uma tentativa de deslegitimação dos que possuem compromisso com a luta pela Reforma Agrária. Nesse sentido, é indispensável destacar que o Incra só desapropria propriedades quando as organizações do campo pressionam, ocupam e indicam ao Estado a existência de milhares de famílias que ainda não possuem terra para trabalhar e viver. Os movimentos são propositivos e suas ações são essenciais para exigir que o Estado cumpra com a nossa Lei Máxima. Portanto, as organizações do campo, ao contrário das prefeituras, possuem legitimidade para indicar as propriedades e relacionar as famílias que estão reivindicando seus direitos de acesso à terra. (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2016).

Com relação à Lei Nº Na lei 8666/1993, a lei de licitações, as mudanças relacionam-se à autorização da alienação e concessão de imóveis da União e do Incra para todo o Brasil, algo que antes era autorizado apenas para a região da Amazônia Legal. Por sua vez, as alterações relativas à Lei Nº 12512/2011 estão vinculadas à questão da terceirização no PAA e a permissão da contratação de prestação de serviços de indústrias e agroindústrias

<sup>28</sup> Lançado em 2009 pelo Governo Federal, o Programa tem como objetivo regularizar áreas da União ocupadas por posseiros nos estados localizados na Amazônia Legal. Mais informações em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/serfal/apresenta%C3%A7%C3%A3o>>

(TEIXEIRA, 2017a, p. 11).

[...] que os alimentos adquiridos sejam de produção própria dos beneficiários, ou seja, agricultores familiares e equivalentes segundo a Lei da Agricultura Familiar; as suas cooperativas e demais organizações equivalentes. No §2º define o que é produção própria, assim entendida como os produtos in natura, processados, beneficiados ou industrializados, diretamente resultantes das atividades dos beneficiários referidos. Associadamente, no § 3º fixa que “são admitidas a aquisição de insumos e a contratação de prestação de serviços necessárias ao processamento, ao beneficiamento ou à industrialização dos produtos a serem fornecidos ao PAA, desde que observadas as diretrizes e as condições definidas pelo Grupo Gestor do PAA”. Portanto, não descaracteriza a produção própria quando o produtor compra insumo ou serviços necessários ao processamento, beneficiamento a industrialização dos produtos. (TEIXEIRA, 2017a, p. 11).

Os retrocessos políticos em relação à realização da reforma agrária também ocorrem no aspecto econômico, relacionado aos recursos destinados às políticas vinculadas à reforma agrária e à agricultura familiar. Gerson Teixeira (2017b) extrai elementos importantes ao realizar uma análise comparativa em relação à Lei Orçamentária Anual (LOA) prevista e executada de 2016 em relação à de 2017, especificamente em relação ao programas, ações e atividades relacionadas à execução do programa de reforma agrária e das atividades de fomento à agricultura familiar. Foca-se aqui, particularmente, as despesas relacionadas ao Incra, à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário e ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA).

Ainda que a dotação orçamentária do Incra para 2017 tenha representado um aumento de 6,5% (de R\$ 2.813.759.182 para R\$ 2.995.745.170), tratou-se de um artifício de acréscimo de R\$ 473,4 milhões para “reserva de contingência”, uma reserva oriunda de multas e taxas, e que significou para 2017 aumento 920% em relação ao valor definido na LOA 2016, que era de R\$ 46.419.324 (TEIXEIRA, 2017b, p. 2).

A análise de Teixeira (2017b) chama atenção ao descaso com a realização da reforma agrária, observado a partir da LOA 2017, sob dois aspectos: o primeiro deles se refere a redução significativa em dotações orçamentárias para execução dos programas finalísticos do órgão para o ano de 2017. De um valor de R\$ 2.995.745.170,00 previstos para o ano de 2017, o montante de R\$ 2.316.617.620,00 serão destinados para atividades meio da Autarquia, o que corresponde a 77.3% dos recursos. A exceção deve-se ao programa “desenvolvimento dos assentamentos”, cujo incremento o autor associa à tentativa de viabilizar a emancipação dos assentamentos, medida já anunciada pelo governo através da MP 759/2016. Reforça a tese o fato da LOA 2017 não apresentar detalhes a respeito da destinação dos recursos desse programa, situação distinta dos demais programas apresentados. O segundo aspecto relacionado com a realização da reforma agrária está relacionado ao nível precário de execução das dotações orçamentárias em 2016 (TEIXEIRA, 2017b, p. 2).

Ainda em relação às dotações do Incra, Teixeira (2017b, p. 3) aponta outros

importantes destaques negativos, como: 1) o corte de 48,2% da Assistência Técnica e Extensão Rural para a reforma agrária (ATER), que se soma ao fato de que no ano de 2016 apenas 47% dos recursos autorizados pela LOA deixaram de ser aplicados; 2) a contenção em 48,8% em ações de reconhecimento e indenização de territórios quilombolas; 3) a redução de 15% no principal programa de reforma agrária o “reforma agrária e governança fundiária”; a contração de 45,2% no programa de “Promoção da Educação do Campo”, que também teve sua execução de 2016 em apenas 52%; 4) a extinção das ações de “Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Programa Terra Sol” e de “Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamentos” que contavam, em 2016, com recursos em torno de R\$ 126 milhões; 5) a redução de 63% a serem destinados à “Organização da Estrutura Fundiária”, que abarca as atividades de regularização fundiária.

Em 2016 as dotações orçamentárias iniciais do MDA representavam um valor de R\$ 899,1 milhões. Todavia, o valor total liquidado ao final de 2016, com as atribuições já transferidas do MDA à Secretaria Especial de Agricultura Familiar, correspondeu ao montante de R\$ 1 bilhão. Este valor foi decorrência do acréscimo de recursos para o Garantia-Safra<sup>29</sup>, que contou com um crédito extraordinário por meio da Lei 13.296/2016<sup>30</sup>, e que resultou em despesas que chegaram ao valor de R\$ 712,5 milhões. A LOA 2017 estabeleceu para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar valores da ordem de R\$ 1.145.921.999, o que resultou em um aumento de previsões ao valor de 27,4%, se comparado às dotações orçamentárias iniciais do antigo MDA, para o ano de 2016 (TEIXEIRA, 2017b, p. 5-6).

O Programa de Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar foi objeto de corte em diversas ações, entre elas àquelas relacionadas à ATER, que contou com um corte de recursos no valor de R\$ 33,8 milhões e representou redução de 12% em relação à dotação anterior. Isso sem mencionar que de R\$ 280,7 milhões de reais autorizados para execução em 2016, apenas 31,5% desse valor foi executado (TEIXEIRA, 2017b, p. 6).

Ainda dentro das ações de ATER, merecem destaque os seguintes cortes: 1) 35,5% na ATER Especializada para Mulheres Rurais, que ainda teve sua execução orçamentária de 2016 de apenas 8,6% dos R\$ 3.2 milhões autorizados na LOA; 2) 35,5% na Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural, que teve apenas 13,3% dos

<sup>29</sup> O Garantia-Safra é uma ação dentro PRONAF voltada para agricultores familiares que sofrem perda de safra por motivo de seca ou excesso de chuvas. Os agricultores que aderam ao Garantia-Safra em municípios que vierem a sofrer perdas de ao menos 50% do total das produções de feijão, arroz, milho, algodão, mandioca, bem como de outras culturas a que vierem a ser estabelecidas pelo órgão responsável pela gestão Fundo Garantia-Safra, em decorrência de estiagens ou excessos hídricos, terão direito ao recurso do Garantia-Safra, oferecido do governo federal através de cinco parcelas ao mês. Mais informações em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-garantia/sobre-o-programa>>.

<sup>30</sup> A Lei 13.296/2016, estabelece a destinação de R\$ 316,2 milhões para o pagamento do Garantia-Safra. Esse montante foi destinado a 440 mil famílias de agricultores familiares oriundos das áreas de ação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que foram prejudicados pela seca ocorrida entre 2014 e 2015. Mais informações em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/06/17/lei-assegura-garantia-safra-a-agricultores-atingidos-pela-seca>>.

R\$ 4,8 milhões previstos de suas atividades executadas; 3) 54% na ATER para comunidades quilombolas, que teve zero de execução no ano de 2016; 4) R\$ 57 milhões em recursos para ATER em áreas indígenas, que somente teve executado 7,3% dos R\$ 2,8 milhões autorizados na dotação orçamentária de 2016; e 5) 13% na ATER para Agricultores Familiares e seus Empreendimentos. Em 2016 foram executados apenas 8% do valor inicial apresentado (TEIXEIRA, 2017b, p. 6).

Também no Programa de Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar, a ação “Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar” contou com uma ampliação de dotações no valor de 3,7%, fruto de emendas parlamentares que ampliaram os valores em R\$ 14 milhões. Outrossim, sua execução no ano de 2016 não chegou aos 20% (TEIXEIRA, 2017b, p. 6). Ainda dentro dessa ação, identifica-se uma redução de 35,5% nas atividades vinculadas ao “Fomento a Agroecologia, Sociobiodiversidade e a Produção Orgânica para a Agricultura Familiar”. Soma-se a isso o fato de sua execução no ano de 2016 ter sido de apenas 6,1% do valor inicialmente dotado, ou seja, apenas R\$ 90.562,00 (TEIXEIRA, 2017b, p. 4).

Outra política importante, o “Fomento à Participação da Agricultura Familiar nas Cadeias de Energias Renováveis” sofreu uma redução de valores de 33,6% para o ano de 2017. Assim como as atividades vinculadas à agroecologia, sua execução em 2016 foi extremamente reduzida em comparação com a dotação orçamentária inicialmente apresentada: apenas 0,4% do recurso autorizado (TEIXEIRA, 2017b, p. 6).

Em continuidade à descrição dos cortes promovidos nas políticas públicas relacionadas à realização da reforma agrária pelo governo ilegítimo de Michel Temer, o Programa “Desenvolvimento Regional e Territorial” teve seus valores reduzidos em 22,3%, o que correspondeu ao valor de R\$ 110.636.181,00. Assim como nas ações anteriores, a execução desse programa em 2016 foi bastante reduzida, com somente 3% da dotação de 2016 liquidada. Uma das atividades desse programa, o “Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais” sofreu uma redução de 97,4%, agravado pela execução zero do montante de R\$ 117 milhões apresentados na LOA de 2016. Já as ações vinculadas ao “Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Combate à Pobreza no Semiárido do Nordeste” teve seus recursos cortados em 45,4%, com cerca de 54,5% de execução de atividades em 2016 (TEIXEIRA, 2017b, p. 6-7).

O apoio ao desenvolvimento de comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas tiveram uma redução de 21,2%, passando de R\$ 1.611.150,00 para R\$ 1.268.718,00, sendo que da dotação de 2016, foram executados apenas R\$ 278.748. Ainda sobre o tema Teixeira (2017b) afirma que “[...] em 2016, as ações para as comunidades indígenas e quilombolas tiveram zero de execução dos R\$ 900 mil previstos. Já as atividades em apoio às comunidades

tradicionais tiveram 39% de execução dos R\$ 711 mil previstos [...]”. (TEIXEIRA, 2017b, p. 7).

O terceiro programa, “Reforma Agrária e Governança Fundiária”, teve uma grande disparidade em relação aos programas anteriores e apresentou uma ampliação das dotações no valor de R\$ 46 milhões, passando de R\$ 28 mi para R\$ 74 mi. O incremento mencionado foi resultado, em sua maior parte, do aumento dos recursos relacionados à “organização da estrutura fundiária”, que teve aumento de mais de R\$ 25 mi, e de uma nova ação incluída pelo governo ilegítimo na Regularização da Estrutura Fundiária na Área de Abrangência da Lei 11.952/2009 (Programa Terra Legal) que definiu R\$ 15,3 mi em recursos (TEIXEIRA, 2017b, p. 7).

Por fim, em relação à dotação orçamentária do novo MDSA, na esfera dos recursos destinados ao Programa de Segurança Alimentar e Nutricional, o PAA sofreu redução de 41,5% e passou de R\$ 17.102.753 para R\$ 9.998.536 na dotação orçamentária de 2017. Outro agravante nos cortes orçamentários para o ano de 2017 está na assistência social, técnica e jurídica às famílias de acampamentos, que tiveram suas dotações diminuídas em 54% (TEIXEIRA, 2017b, p. 7).

Outro retrocesso em curso no campo brasileiro e que integra a fatura que o governo ilegítimo precisa entregar à bancada ruralista, grande apoiadora do golpe, se refere à liberação da aquisição de terras brasileiras por estrangeiros. Trata-se de um tema bastante controverso.

Até 1998 a legislação da época da ditadura militar permitia a aquisição de terras por empresas estrangeiras desde que tivessem sede no Brasil. No ano mencionado, um parecer da Advocacia Geral da União (AGU) passou a permitir a aquisição de terras por empresas estrangeiras. A partir dos anos 2000, em um contexto de crescente interesse chinês por terras brasileiras, a AGU emitiu um novo parecer em 2010, estabelecendo restrições à aquisição de terras por estrangeiros, com a proibição de grupos internacionais obtivessem controle de propriedades agrícolas no País. Em 2012 um projeto de lei que revoga essa proibição foi apresentado mas sem muitos avanços sobre o tema. Agora o assunto que retorna à pauta com força (BORGES; CASTRO, 2017).

Ainda que a intenção do governo seja levar à votação o projeto de lei sobre o tema no em 2017, ele ainda gera controvérsias internas. Por um lado, o atual Ministro da Agricultura Blairo Maggi, do Partido Progressista (PP-MG), defende a abertura sob o argumento de facilitação de entrada de investimentos estrangeiros, incluída a aceitação de terras como garantia de empréstimos. Por outro, as Forças Armadas têm se posicionado contra, como pode ser observado em debate realizado no Câmara dos Deputados em julho de 2016, sob a alegação de tratar-se de questão de segurança nacional e de fronteira. O Capitão de mar-e-guerra Paulo Cezar Garcia Brandão, que representou o Ministério da Defesa na ocasião,

realizou críticas contundentes à proposta, afirmando existir elementos que ameaçam a soberania nacional (BARROCAL, 2016).

O Deputado Federal Newton Cardoso Júnior (PMDB-MG), responsável pela relatoria da proposta, possui a minuta do projeto de lei 4059/2012, que estabelece a compra de até 100 mil hectares (ha) de terras para produção e disposição, ainda, de outros 100 mil ha sob a forma de arrendamento para investidores estrangeiros (BORGES, CASTRO, 2017).

Dulci (2017), ao analisar a tramitação do projeto de lei sobre a liberação de terras para estrangeiros, afirma que o ataque à soberania nacional destacado pelas Forças Armadas é apenas um dos impactos e destaca seu efeitos em relação à dinâmica de preços das terras no país:

[...] E ainda as pressões sobre a agricultura familiar e a reforma agrária, indígenas, quilombolas e outros segmentos de povos e comunidades tradicionais, com reflexos diretos sobre a produção de alimentos saudáveis e os direitos das populações do campo. Por fim, destaca-se a reprodução de um dos maiores mecanismos de perpetuação da desigualdade no Brasil, a concentração da terra, que é também concentração de riquezas e poder. (DULCI, 2017).

À extensa lista de retrocessos do governo golpista de Michel Temer sob o meio rural brasileiro, que tem passado por cortes de orçamento; extinção de ministério específico dedicado ao tema; legislações mais favoráveis ao agronegócio; e à concentração de terras, soma-se a inviabilização da Ouvidoria Agrária Nacional, órgão responsável pela mediação dos conflitos agrários no país. Em novembro de 2016, o governo ilegítimo exonerou toda a equipe da Ouvidoria, deixando apenas um funcionário. Tudo isso num contexto de recrudescimento dos conflitos no campo brasileiro. Alexandre Conceição, da Direção Nacional do MST, sobre a importância da Ouvidoria Agrária, afirmou:

A Ouvidoria Agrária tem um papel fundamental de juntar os promotores públicos, a procuradoria dos estados, as polícias militares, o latifúndio e os sem terra para poder achar a resolução do conflito e evitar mortes. O que nós estamos assistindo é uma criminalização muito forte para os movimentos sociais e, ao mesmo tempo, estamos assistindo uma elevação cada vez maior do nível de violência em todo Brasil. (ANDRADE, 2017).

O recrudescimento da violência e repressão também é uma das principais facetas do atual governo ilegítimo e corroboram o ataque à democracia brasileira. A prática repressora do Estado frente a reivindicação de movimentos e organizações sociais por direitos não é um fenômeno recente. Contudo, a intensidade das atuais violações de direitos e o não cumprimento de prerrogativas mínimas referentes ao Estado Democrático de Direito, do qual o livre direito à organização e manifestação são exemplos, vem exigindo a denúncia por parte do conjunto de atores sociais a fim de evitar um maior agravamento no atual contexto (BORGES, 2016b).

Dois episódios emblemáticos que marcaram o ano de 2016, referente à criminalização dos protestos por direitos e dos movimentos sociais, podem ser observados no processo de recrudescimento da violência da polícia militar sobre o protestos dos estudantes secundaristas conta a MP da reforma do ensino médio<sup>31</sup> e na invasão da polícia federal de São Paulo, no dia quatro de novembro, à ENFF, escola de formação vinculada ao MST.

Os dois acontecimentos, entre outros, foram objeto de debate na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara de Deputados no dia 10 de novembro. O evento contou com a presença de representantes do movimento secundarista do Distrito Federal, MST, populações indígenas, coletivos de advogados populares e, ainda, teve presença de professores da Universidade de Brasília (UnB), o ex-ministro da Justiça e procurador da República Eugênio Aragão, o ex-ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho e a presidenta do Conselho Nacional de Direitos Humanos, Ivana Farina (BORGES, 2016b).

Mobilizados na defesa de uma educação pública de qualidade e plural, contra MP 746/2016 (de reestruturação do ensino médio) e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55/2016 (que estabeleceu um congelamento dos gastos públicos por 20 anos), os estudantes do Distrito Federal seguiram o movimento de caráter nacional de resistência às medidas de austeridade do governo federal e se juntaram às mais de mil instituições de ensino que tiveram seus espaços de universidades e escolas públicas ocupados, com controle dos estudantes. A resposta da polícia militar às ocupações foi um processo de desocupação bastante truculento, com uma grande quantidade de excessos promovidos pelos agentes do estado, com ações de violência física e a dispensa tratamento dos estudantes como criminosos (BORGES, 2016b).

No caso da ENFF a polícia, sob justificativa de cumprimento de ordem judicial de prisão, invadiu o espaço sem apresentação de mandado judicial físico, violando o respeito ao processo legal da ação. Somada à invasão encontra-se o emprego excessivo de violência, o uso de armas de fogo e a detenção de militantes do MST, incluído um senhor portador do Mal de Parkinson (BORGES, 2016b).

A gravidade da criminalização dos movimentos sociais pode ser vista na promulgação da chamada Lei de Organizações Criminosas ou Lei Antiterrorismo, ainda sob a gestão da presidenta Dilma Rousseff. Mesmo sob o argumento que a legislação tinha como objetivo combater o crime organizado, a prática evidencia que a legislação tem sido utilizada para criminalização de protestos sociais e perseguição de movimentos sociais (COLETIVO DE DIREITOS HUMANOS DA VIA CAMPESSINA BRASIL, 2016).

<sup>31</sup> As críticas a respeito da MP da Reforma do Ensino Médio (746/2016) perpassam desde seu conteúdo à falta de diálogo por parte do governo ilegítimo de Michel Temer, que a promoveu sem qualquer tipo de consulta à população, a educadores, alunos e profissionais da educação. Para mais informações sobre o tema ver: <http://jornal.usp.br/atualidades/reforma-do-ensino-medio-e-autoritaria/> e <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/02/16/sancionada-lei-da-reforma-no-ensino-medio>.

Acrescenta-se à exaustiva pauta de retrocessos promovida pelo atual governo ilegítimo a continuidade do monitoramento dos movimentos sociais, prática inicialmente “delatada” pelo breve<sup>32</sup> ministro Romero Jucá ao ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado em conversa telefônica. Nela, o atual ex-ministro afirma que Temer recorreu ao exército para monitorar o MST<sup>33</sup> (BARROCAL, 2016).

O caso mais recente da tentativa de utilização da Lei de Organizações Criminosas para perseguir liderança de movimentos sociais ocorreu no dia 12 de abril, no estado de Goiás. Conforme aponta nota da Coordenação do Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino (2016), os juízes Rui Carlos de Faria, Thiago Brandão Boghi e Vitor Umbelino, respectivamente das Comarcas de Mineiros, Santa Helena e Rio Verde, decretaram a prisão preventiva de quatro militantes do MST, baseados na acusação de que estes integrariam uma organização criminosa.

Em ocasião do parecer do julgamento do HC nº 371.135, de 18 de outubro de 2016, que devolveu o militante do MST Valdir Misnerovicz à liberdade, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reiterou que organizar-se pela luta por reforma agrária ou por direitos não constitui integrar uma organização criminosa. Ainda que essa manifestação corresponda a uma ganho pequeno mas significativo do ponto de vista jurídico, a prática de definição do MST como organização criminosa pode servir de exemplo em outros juizados em que ocorrem conflitos agrários e que o agronegócio possui bastante influência.

A preocupação com o crescente processo de criminalização e violência contra as lideranças de movimentos sociais, em especial o MST, resultou numa campanha internacional, atualmente em curso pela liberdade dos presos da reforma agrária no estado de Goiás<sup>34</sup>.

A título de esclarecimento, Freire e Britto (2016), ao comentarem sobre o julgamento do mencionado parecer, reforçam:

O MST não estava sob julgamento, tampouco se mencionou que ele simbolizava uma organização criminosa ou mesmo geradora de atividade ilícita. Ao contrário, todos os ministros do STJ presentes naquela histórica sessão ressaltaram que lutar, organizadamente ou não, pela Reforma Agrária, não é crime. E não poderia ser

<sup>32</sup> Somente 12 dias depois de ser nomeado ministro do Planejamento, o Senador Romero Jucá (PMDB) se “licenciou” do cargo em decorrência do vazamento de uma conversa com ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado, no qual Jucá sugere que uma “mudança de governo” resultaria em um “pacto” para deter a “sangria” provocada pela investigação no âmbito da operação Lava Jato. “Você tem que ver com seu advogado como é que a gente pode ajudar. Tem que ser política. Advogado não encontra solução para isso, não. Se a solução é política, como é política? Tem que resolver essa... Tem que mudar o governo pra poder estancar essa sangria.” Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/ministro-romero-juca-diz-que-vai-se-licenciar-partir-desta-terca.html>> e <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2016/05/juca-deixa-planejamento-apos-gravacoes-falando-da-lava-jato.html>>

<sup>33</sup> Mais informações sobre a espionagem aos movimentos e organizações sociais pode ser vista em: <<https://theintercept.com/2016/12/05/abin-tem-megabanco-de-dados-sobre-movimentos-sociais/>>.

<sup>34</sup> <http://www.pjmp.org/campanha-internacional-de-liberdade-dos-presos-da-reforma-agraria-do-estado-de-goias>

diferente, pois o Brasil abraçou em sua linha fundante e fundamental o Estado Democrático de Direito (BRITO, FREIRE, 2016).

Segundo Miotto (2016) também merece destaque, dentro dos interesses da bancada ruralista para os anos de 2016 e 2017, outras pautas extremamente delicadas ao povo brasileiro. Uma delas é a flexibilização do conceito de trabalho escravo, com vistas à legalização da superexploração de trabalhadores. Outra é o projeto de lei sobre regulamentação da terceirização (Nº 4330/2004), que regulamenta contratos de terceirização no mercado de trabalho, inclusive para atividades fim. Também integram a lista o PDA Matopiba, que estimula a entrada do agronegócio nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, nova fronteira agrícola, e a PEC 2015/2000, que transfere as atribuições, constitucionalmente definidas, de demarcação de territórios indígenas pelo executivo para o poder legislativo, que hoje é representado por políticos com histórico de conflitos por terras com a população indígena.

A aprovação recorde de agrotóxicos também se insere no contexto de agrado à bancada ruralista por parte do presidente ilegítimo Michel Temer. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) comemorou no início do mês de janeiro de 2017 o avanço ocorrido nos registros de agrotóxicos no país. Houve registro de 227 novos produtos e, destes, 161 denominados “genéricos”. Isso representou um aumento de 374% em relação aos registros promovidos dois anos atrás (MELGAREJO, 2017).

Sobre os denominados venenos genéricos, é importante destacar que existe uma enorme diferença em relação aos medicamentos genéricos, que tem por base apenas seu princípio ativo:

[...] No caso dos agrotóxicos estamos sempre diante de um coquetel. Ali existe, além do princípio ativo, destinado a matar insetos ou plantas, outros produtos químicos não menos perigosos. São substâncias úteis para eliminar a cerosidade das folhas ou da pele dos insetos, para facilitar a absorção dos venenos, para romper a tensão superficial das gotas e assim por diante. Existem as impurezas e os resíduos do processo de fabricação ou da transformação natural dos químicos, por ação do tempo, da presença do oxigênio, da ação metabólica realizada pelas próprias plantas e animais. [...] Portanto, no caso dos agrotóxicos, analisamos o princípio ativo, um veneno, e deixamos de lado todo um vasto leque de outros venenos. Que segurança a análise do princípio ativo oferece para decisão de segurança de outros agrotóxicos, que utilizam o mesmo princípio ativo, se deixamos de considerar os demais venenos? (MELGAREJO, 2017).

Dentro da pauta reacionária do governo ilegítimo, a que mais profunda e permanentemente causará estragos sobre a vida do povo brasileiro, tanto do campo quanto da cidade, é a que se avizinha ainda para o primeiro semestre de 2017. Trata-se da PEC para Reforma da Previdência Social (PEC 287). Seus impactos negativos serão muito maiores para as mulheres e trabalhadores rurais.

A decisão pela articulação da aprovação da PEC 287 baseia-se na alegação de que a

previdência no Brasil é deficitária, argumento contestado por diversas universidades, pelo sindicato de auditores fiscais do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) (SECRETARIA GERAL MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2017, p. 1) e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)<sup>35</sup>. Este afirma que o déficit da Previdência Social está relacionado com o calote de empresas e bancos ao conjunto da seguridade social e a opção política do governo de direcionar recursos para outras despesas, como o pagamento dos juros da dívida externa.

O argumento de que a previdência social brasileira irá “quebrar” é utilizado há mais de 30 anos (SECRETARIA GERAL MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2017, p. 1). Ao se considerar o conjunto de contribuições sociais e receitas que integram os recursos destinados à Seguridade Social, que abrange Saúde, Assistência e Previdência Social, identifica-se um superávit e não um déficit, conforme aponta Costa:

De acordo com o governo ilegítimo, o suposto rombo nas contas da Previdência atingiu R\$85,8 bilhões em 2015. Os dados da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal revelam que, somente em 2015, o governo deixou de arrecadar R\$56 bilhões para o caixa da Seguridade devido às renúncias fiscais. Entre 2010 e 2014, R\$230,5 bilhões foram desviados do caixa da Seguridade devido ao mecanismo de Desvinculação das Receitas da União. Além disso, há uma dívida de 426,07 bilhões a ser paga por grandes empresas, governos estaduais e prefeituras ao Regime Geral da Previdência Social. Tudo isso demonstra que não há rombo nenhum, que não há necessidade de uma reforma previdenciária tão violenta e desumana! (2017).

Ou seja, grande parte do chamado “rombo da previdência” está relacionado às renúncias fiscais, a retirada dos recursos da Seguridade com a Desvinculação das Receitas da União (DRU) e a sonegação fiscal por parte de empresas e bancos. Somente as empresas Vale e JBS, da Friboi devem, respectivamente R\$ 275 milhões e R\$ 1,8 bilhão aos cofres públicos (LEÓN, 2017).

Entre as principais mudanças propostas pela PEC da Previdência e que prejudicará os trabalhadores do campo e da cidade estão aquelas relacionadas a mudanças na idade mínima para aposentadoria e tempo de contribuição<sup>36</sup>. No caso da idade mínima, a proposta do governo ilegítimo estabelece de 65 anos para homens e mulheres, o que modifica os atuais 60 anos para homens e 55 para mulheres. Os 65 anos devem vir somados com os 25 anos de tempo mínimo de contribuição, valor que aumentaria para 49 anos caso o trabalhador receber o valor integral da aposentadoria (COSTA, 2017).

Um dos grandes impactos negativos da reforma da previdência ocorre em relação à igualdade de tempo de contribuição entre homens e mulheres. Em um país marcado pela forte

<sup>35</sup> O debate promovido pelo DIEESE sobre a reforma da previdência pode ser acompanhado em: <<http://www.dieese.org.br/evento/especialReformaPrevidencia.html>>.

<sup>36</sup> Maiores informações sobre a Reforma da Previdência e seus impactos disponível em: <<http://fundacaoanfp.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/FOLDER-FRENTE-PARLAMENTAR-10.pdf>>.

desigualdade de gênero trata-se de um grande problema. As mulheres no Brasil, ocupando os mesmo postos de trabalho que homens, recebem em média 76% do valor dos seus salários e trabalham cinco horas a mais, de acordo com dados do IBGE<sup>37</sup>. Acrescente-se ao quadro a existência da dupla jornada de trabalho, que leva as mulheres a se responsabilizarem, sozinhas na maioria das vezes, pelos afazeres domésticos e o cuidado com os filhos.

A questão do tempo de contribuição também tem grande relevância na previdência, pois corresponde a um período precisa ser comprovado documentalmente. O impacto negativo gerado à juventude é notório. Num exemplo simples, caso um jovem inicie, em seu primeiro emprego, aos 20 anos de idade, ele somente terá direito à aposentadoria, com seu valor integral, aos 69 anos. Ressalte-se que mesmo nesse cenário ele precisaria trabalhar por 49 anos ininterruptamente, sem ficar desempregado em nenhum momento entre os 20 e os 69 anos (COSTA, 2017).

As mudanças relacionadas aos trabalhadores do campo, segundo análise do MST, são radicais e profundas, e irão provocar fortes impactos negativos principalmente nas cidades de pequeno e médio porte (SECRETARIA GERAL MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2017, p. 2).

Entre as principais mudanças estão: (1) a extinção do “segurado especial”, figura jurídica que permite, mediante comprovação mínima de atividade agrícola por 15 anos, a aposentadoria de um salário mínimo aos 60 para homens e 55 para mulheres camponesas; (2) o estabelecimento da obrigatoriedade de contribuição mensal, por 25 anos e em dinheiro, ao sistema do INSS para acessar a aposentadoria com 65 anos; e (3) o aumento de 65 para 70 anos para acesso aos Benefícios da Prestação Continuada, que oferece um salário mínimo ao mês à população idosa mais empobrecida e às pessoas com deficiência que não possuem qualquer acesso a benefícios do sistema da previdência.

Também integra o quadro das principais mudanças a (4) redução no valor de 50% das pensões por viuvez e do salário mínimo, com o impedimento de acumulação com a aposentadoria. Sobre esta mudança, Patrícia Pelatieri, coordenadora de pesquisas e tecnologia do DIEESE, afirma que o valor de 70% dos 2,4 milhões de beneficiários que possuem acumuladas aposentadoria e pensão não chega à soma de dois salários mínimos. E, por fim, (5) a exclusão do benefício do auxílio doença, licença maternidade e aposentadoria por invalidez, aos agricultores e camponeses que não estiverem com a contribuição mensal regularizada (SECRETARIA GERAL MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2017, p. 1-2).

Entre as consequências das mudanças propostas pela PEC 287 em seus moldes atuais estão a violência social, o desrespeito e a perversidade sob idosos, doentes, mulheres e

<sup>37</sup> <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-12/mercado-de-trabalho-continua-discriminando-mulheres-independentemente-da-crise>

peessoas com deficiência. Soma-se a isso a redução das atividades econômicas locais de municípios pequenos e médios do país. Como exemplo identifica-se a existência de cerca de 500 cidades brasileiras que possuem 25% de sua renda oriunda de beneficiários da previdência social (SECRETARIA GERAL MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2017, p. 2).

Com uma eventual aprovação da PEC 287 não haverá novos aposentados por um período de dez anos. Outro impacto negativo será o êxodo rural da população do campo que, com a ausência da proteção social anteriormente adquirida (ainda que também precária) levará jovens e adultos a buscarem emprego nas cidades. Isso também afetará as atividades agrícolas profundamente. Ou seja, a proposta de reforma da previdência pode, inclusive, levar a uma “extinção” da população camponesa (SECRETARIA GERAL MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2017, p. 2).

Em síntese, as transformações acima elencadas refletem uma crise estrutural do modelo do capital, que desde 2008 se agrava, e possui expressão nas crises política, social, econômica e ambiental. Sua representação se encontra em assertivas de caráter autoritário, inclusive fascistas em algumas partes do globo, que têm comprometido os direitos laborais, humanos e os bens da natureza ao redor do planeta (SORIANO, 2017).

Justamente para que, nesse contexto, o capital siga apropriando-se dos recursos da sociedade, é fundamental a destruição dos direitos historicamente adquiridos pela classe trabalhadora, para que seus espólios estejam à disposição para o capital, particularmente para o mercado financeiro. O golpe jurídico-midiático-parlamentar que destituiu a presidenta eleita Dilma Rousseff e as subsequentes ações sem qualquer respaldo popular como foram a promulgação da PEC 55, as propostas de reforma da previdência e trabalhista e a abertura para acesso ao Pré-Sal brasileiro por empresas estrangeiras, são exemplo nítidos desse movimento global (SORIANO, 2017).

O ano de 2016 pode ser considerado uma tragédia em termos de realização da reforma agrária no Brasil. Na avaliação do MST, tratou-se de um ano perdido na luta por um novo modelo de desenvolvimento, pois os movimentos sociais do campo e diversas outras organizações progressistas voltaram-se a uma desgastante luta política para impedir a consolidação do golpe no país (STEDILE, 2016c).

A consumação do golpe materializou-se, assim na:

[...] hegemonia completa dos interesses do agronegócio, dos latifundiários, das grandes corporações transnacionais na agricultura. E que agora controlam, o governo federal, o congresso, o poder judiciário e a mídia corporativa. Com uma correlação de forças tão adversa, os interesses dos trabalhadores rurais e dos camponeses foram duramente afetados, e em particular os resultados da reforma agrária (STEDILE, 2016c).

Diante do conjunto dos retrocessos apresentados, e que seguem a todo vapor pelo governo ilegítimo de Michel Temer, são apresentadas, as ações promovidas pelo MST a partir de sua perspectiva de construção da RAP. Trata-se da resposta do Movimento aos ataques feitos às conquistas e direitos duramente adquiridos, não só pelos camponeses como pelo conjunto da população brasileira. Pretende-se na identificação e análise dessas respostas dar ênfase atividades promovidas pelo MST no VPP.

#### 4.5 A Reforma Agrária Popular frente ao jurídico-midiático-parlamentar

Conforme apresentou-se anteriormente, ao longo de 2016 se promoveu um desmantelamento sistemático das diversas políticas públicas destinadas ao campesinato e à agricultura familiar. Para além das ações já praticadas pelo governo Dilma Rousseff de redução dos recursos destinados ao Incra e paralisação da reforma agrária, surge um fator “velho” novo que dá forma a todos esses retrocessos. Trata-se da expansão dos contextos de violência experimentados pelas populações do campo no país.

Em 2016, os índices de violência em conflitos agrários atingiram os piores níveis dos últimos anos. De acordo com os dados parciais da CPT, no ano que se encerrou, o latifúndio e as empresas capitalistas encharcaram a terra com o sangue de 59 pessoas, brutalmente assassinadas por lutarem por direitos, pela Reforma Agrária e por seus territórios tradicionais. O número foi o maior desde 2003, quando 71 pessoas foram assassinadas em conflitos no campo. O Estado de Rondônia ocupa o topo dessa sombria lista, seguido do Maranhão e do Pará. (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2016).

O governo ilegítimo de Michel Temer trabalha para, às custas do recrudescimento da violência física sob as comunidades do campo, desmontar o acúmulo de mais de 50 anos de luta pela reforma agrária. O esforço em “desmontar” a reforma agrária passa pelo não reconhecimento dos acampamentos e dos acampados enquanto sujeitos sociais, assim como do papel da agricultura familiar e camponesa, responsável por produzir mais de 70% dos alimentos<sup>38</sup> consumidos pela população brasileira. Conforme o dirigente nacional do MST, Alexandre Conceição, “[...] o que está em jogo é a soberania territorial, a produção de alimentos e, em si, a Reforma Agrária, ameaçada pelo Golpe [...]”. (SORIANO, 2017).

No balanço feito pelo MST a respeito da reforma agrária em 2016, Stédile (2016c)

<sup>38</sup> De acordo com dados do último Censo Agropecuário realizado pelo IBGE em 2006, em que pela primeira vez a agricultura familiar é retratada em um levantamento do Instituto, foi possível concluir que essa é responsável por “ quase 75% da mão-de-obra no campo e é responsável pela segurança alimentar dos brasileiros, produzindo 70% do feijão, 87% da mandioca e 58% do leite consumidos no país.” Disponíveis em: <<https://www.ecodebate.com.br/2009/10/01/censo-agropecuario-2006-agricultura-familiar-produz-mais-em-menor-area/>>.

reforça que são muitos os desafios para a classe trabalhadora no próximo período. E, o primeiro deles, corresponde ao desafio político, na medida em que não se deve mais suportar um governo ilegítimo, que tem acelerado as mudanças conservadoras que não foram possível realizar nos últimos 30 anos, procurando assim aproveitar a correlação de forças favorável aos golpistas. A respeito do papel do Movimento diante do Golpe, Alexandre Conceição (SORIANO, 2017) afirma:

Nosso principal papel nesse momento é organizar a classe trabalhadora, construir um projeto popular para o Brasil e dialogar com a classe em luta para construirmos esse processo em marcha e, a partir dessa construção, consolidarmos grande mobilizações. Este país só pode barrar esse Golpe e retomar a democracia com eleições diretas já. Não podemos viver sob a ditadura midiática, dos juízes e de Michel Temer. Nós temos que construir as Diretas Já! para que o povo volte a participar e a decidir quem serão seus dirigentes políticos a partir das eleições. Portanto, nenhum direito a menos e diretas já, com novas eleições para o parlamento (que é um parlamento vendido ao Capital) e também para a Presidência da República. Lutaremos para que este ano tenhamos uma eleição direta para eleger o presidente e um novo parlamento que represente os interesses do povo e não os interesses das empresas. (SORIANO, 2017).

Como resposta a essa conjuntura do golpe o MST faz uma avaliação otimista para o próximo período e aponta para a necessidade de dar continuidade às mobilizações contra as políticas propostas pelo atual governo ilegítimo. Nesse sentido, Alexandre Conceição aponta que “[...] 2017 será o ano de virarmos esse jogo: recolocar a democracia no seu caminho e fazer um grane calendário de lutas com a classe trabalhadora [...]” (SORIANO, 2017).

Em relação às perspectivas para o próximo período o MST, em sua Carta de Fortaleza, elaborada durante o última dia da reunião promovida pela Coordenação Nacional do MST no Ceará em janeiro de 2016, reafirmou a necessidade da realização da RAP e de outras reformas estruturais que assegurem as soberanias nacional e alimentar, combata a venda de terras para ao capital internacional e promova a defesa dos bens da natureza (SORIANO, 2017).

Mais do que nunca, a RAP apresentada pelo MST à sociedade encaixa-se no atual contexto dos desafios colocados às transformações profundas e concretas necessárias ao país. A proposição que ela apresenta em relação ao Estado é um elemento marcante de seu Programa Agrário. Essa afirma que, para efetivação da RAP, é primordial promover transformações na estrutura administrativa e na natureza do Estado, no sentido de aprofundar a democracia.

[...] A realização do programa de Reforma Agrária Popular exige mudanças democráticas na forma de organização e funcionamento atual do Estado burguês. Levando em consideração a natureza antidemocrática do Estado burguês e sua burocracia que impedem políticas públicas favoráveis à classe trabalhadora em geral, o avanço das nossas conquistas para beneficiar os camponeses/as e a imensa maioria da população do campo, somente se dará se enfrentarmos a natureza do Estado burguês. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM

TERRA, 2014, p. 48).

Inferre-se concretamente como deve ser tratada a relação com o Estado brasileiro. Ainda que tenha uma importância vital na execução das políticas públicas para o campo, a sua instrumentalização enquanto ferramenta para atingir os interesses do capital, no presente caso o capital no campo, sobrepõe o teórico conflito de classes existente em seu interior. E, nesse sentido, a compreensão apresentada pelo MST em seu documento vincula-se diretamente à compreensão de Mézáros acerca do papel do Estado e sua falência dentro da atual ordem sociometabólica do capital.

A base centrífuga do capital *não podia e não pode* ter uma estrutura de comando geral historicamente sustentável. Assim, as várias formações do Estado no sistema do capital têm sido constituídas no curso da história a partir da necessidade de fornecer uma solução – não importa quão contraditória, de fato antagônica – para esse defeito estrutural do metabolismo socio-reprodutivo do sistema, submetendo as unidades incorrigivelmente centrífugas e potencialmente mais perturbadoras a algum tipo de controle geral. Essa solução poderia ser oferecida à base sistêmica estabelecida só se for mantido o caráter separado/alienado das formações do Estado no capital como a estrutura de comando geral do sistema, sem *qualquer* perspectiva de integrar as funções materiais reprodutivas e as funções legitimadoras de controle político do Estado. Ao mesmo tempo as determinações *materiais reprodutivas* do sistema do capital continuaram – e continuam – seu impulso implacável em direção à integração *global*, o qual *não pode ser igualado* de maneira historicamente sustentável pelas formações do Estado no capital, apesar de toda a projeção ilusória da globalização. (MÉSZÁROS, 2015, p. 108).

Diante do tamanho dos desafios provocados pelo golpe no Brasil faz-se necessária uma resposta à altura para superá-lo e efetivar a RAP proposta pelo MST. Essa resposta pode ser identificada nas inúmeras ações de resistência camponesa, que vão do âmbito nacional ao âmbito pessoal, dentro do lote de cada assentado.

Em âmbito nacional, faz-se menção à resistência relacionada à promoção de uma articulação nacional, ampla, com o envolvimento do conjunto da sociedade e composta por organizações do campo e do meio urbano.

A articulação pode ser visualizada na construção da Frente Brasil Popular<sup>39</sup>, criada formalmente em setembro de 2015 em Belo Horizonte/MG. Sua constituição envolveu um amplo leque de organizações, partidos políticos e movimentos sociais do campo progressista, cujo objetivo foi responder à onda conversadora que vem tomando corpo no país no último período. Assim, a Frente vem realizando inúmeras manifestações, atividades e mobilizações, desde o período da dinâmica do golpe que tomou curso no final de dezembro de 2015 até hoje.

Na região do VPP, a mobilização mais recente ocorreu em ocasião da Jornada de Lutas pela Reforma Agrária, protagonizada pelo MST durante o mês de abril, em memória do mês em que ocorreu o Massacre de Eldorado dos Carajás. No dia 17 de abril de 2017 cerca de 100

<sup>39</sup> <http://www.frentebrasilpopular.org.br/>

famílias organizadas no MST na região realizaram uma ocupação às margens da Rodovia Presidente Dutra, em área de empresa no Piracangaguá, que estavam sem qualquer tipo de uso. A mobilização foi uma forma de denúncia em relação à falta de celeridade na realização da desapropriação para fins de reforma agrária de duas áreas na região: os acampamentos Egídio Brunetto e Patrícia Galvão, localizados respectivamente nos municípios de Lagoinha e Jacareí<sup>40</sup>.

Em paralelo a essa ação na região do VPP também houve uma articulação política que tomou forma de uma audiência pública ocorrida no dia 16/05/17 no auditório da sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no município de Taubaté. Com o tema “Os benefícios da Reforma Agrária Popular no Vale do Paraíba: alimentação saudável e vida digna para a população do campo e cidade”, debateu-se com o conjunto da sociedade da região a importância da RAP e foi denunciada a paralisação da reforma agrária. Na audiência pública abordou-se importantes temas como a concentração de terras e o fato da região do Vale do Paraíba produzir apenas 4% do total comercializado na Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) de São José dos Campos. Estiveram presentes representantes de centrais sindicais e movimentos sociais que apoia a reforma agrária, assim como representante do Incra e de partidos políticos como o PT e o PPS (Partido Popular Socialista) (TERRA, 2017).

A resistência ao golpe, que se vincula à própria resistência camponesa e seu esforço na construção da RAP, somente será possível se a organização entre as famílias assentadas e entre o meio rural e urbano também for fortalecida.

Um exemplo da construção da RAP que se relaciona aos impactos negativos decorrentes do golpe no país está no corte de recursos relacionados às políticas públicas de comercialização da produção da agricultura familiar, particularmente o PAA. O corte de recursos para este programa tem comprometido a renda que as famílias assentadas vinham gerando dentro desses programas institucionais. Inclusive, parte das famílias envolvidas com este programa, como é o caso do VPP, sequer receberam integralmente os recursos que o governo federal lhe deve como pode se observar nas entrevistas.

Esses cortes de recursos vêm prejudicando o processo organizativo das famílias. Segundo avaliação do MST durante a realização da 2ª Feira Nacional da Reforma Agrária, um dos grandes méritos do PAA foi contribuir com o fortalecimento de cooperativas e associações locais e ampliação da articulação destas em âmbito regional. O impacto negativo provocado por esse tipo de corte é de desmobilização, levando as famílias a se auto questionarem a respeito de um novo envolvimento em espaços coletivos e cooperados, diante do fracasso experimentado.

<sup>40</sup> <http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/familias-do-movimento-sem-terra-ocupam-area-de-fazenda-em-taubate.ghtml>

Na contramão desta perspectiva, as famílias organizadas no MST no VPP têm procurado deixar a chama acesa, na medida em que vêm buscando fontes alternativas de comercialização de sua produção, tanto agroecológica quanto convencional. São inúmeras as iniciativas. A busca de grupos de consumo consciente; as discussões em prol da obtenção da certificação orgânica; a articulação junto às prefeituras municipais (como o caso da Prefeitura de São José dos Campos na Feira do Parque Vicentina Aranha), a venda da produção para a o “Armazém do Campo”, loja organizada pelo MST na capital paulista, entre outras. E, mais ainda, o sucesso da produção em SAFs, construído pelas famílias na região, tem oferecido um importante indício de que a construção da RAP ocorre na região.

Outro desafio colocado após o golpe é a discussão a respeito da titulação dos lotes de reforma agrária, chamado pelo governo de emancipação dos assentamentos. Ainda que se possa concordar com a afirmação de que o Estado, uma consolidadas as políticas públicas no campo, deixe de realizar sua tutela aos assentamentos (coisa que não faz com as grandes fazendas modernas do agronegócio) a realidade evidencia uma situação bastante diferente. Uma característica marcante em grande parte dos assentamentos, incluído o VPP, é a precariedade. Desse modo, resistir produzindo no lote sem se deixar levar à busca de bicos nos centros urbanos é um grande desafio, no qual que a ausência de políticas públicas para o campo contribui diretamente.

Desse modo, como apontou-se, o cenário da titulação levará a um cenário de reconcentração fundiária. As ações promovidas pelo MST para enfrentar essa situação, não só na região como no conjunto das assentamentos organizados, são de promover o debate a respeito da MP 759/16, que foi promulgada sem qualquer diálogo ou participação popular. E, no interior desse debate, o MST tem procurado problematizar toda a questão que envolve a titulação, sua vinculação com as políticas públicas, o papel exercido pelo Estado e as alternativas e mobilizações necessárias para impedir os retrocessos que essa legislação trás ao campo.

Mais um impacto negativo decorrente do golpe no Brasil pode ser observado na redução do diálogo com o poder municipal.

[...] antes a gente até ia lá fazer uma reunião. Hoje em dia se a gente vai lá a gente não consegue nem chegar na prefeitura e conversar. A gente pede uma ajuda do Incra, porque o Incra tem que estar junto na reunião. Porque a parceria é dos dois... então a gente tenta pressionar mas é meio que difícil. (Olga Benário, Entrevista 3).

Outra resposta do MST aos retrocessos provocados pelo golpe, foi o fortalecimento da articulação junto a outras forças progressistas e a própria articulação de uma frente nacional. Como mencionado, a Frente Brasil Popular surgiu como uma força que aglutinou diferentes organizações para tentar barrar o aumento do conservadorismo e impedir a consumação do

golpe. Hoje, vê-se que a Frente segue articulando as diversas organizações, à revelia das diferenças ainda existentes, com o objetivo de impedir a agenda de retrocessos do governo ilegítimo de Michel Temer.

Os conflitos sociais no campo, originários da diferença de modelos de desenvolvimento pretendidos por seus atores, vêm se agravando com a consumação do golpe. Mais do que isso, trata-se de uma “forma de ser” do agronegócio. Como afirma Siqueira:

Já a violência rural, mesmo sendo constante, aparece pouco, até quando excede padrões, em determinados períodos, como o atual. A crise ampla que vivemos, sobretudo política, marcada pelo golpe que foi o impedimento da Presidenta Dilma pelo Congresso, com apoio do Judiciário e da mídia empresarial, combina corrupção generalizada com retrocessos constitucionais e perda de direitos sociais e impacta e agrava a tradicional conflitividade agrária. Confirma-se a tese de que em anos de mudanças políticas, tanto à “esquerda” quanto à direita, recrudescem os conflitos no campo e sua violência característica. (2017).

A garantia de perda de direitos por parte das populações históricas e tradicionais que vivem no campo, e a certeza da impunidade de seus violadores, garantem esse cenário de aumento da violência.

- 61 assassinatos, mais de 5 por mês (entre as vítimas, 16 jovens de 15 a 29 anos, 01 adolescente e 06 mulheres). No quadro dos últimos 25 anos, número superior a esse só em 2003 [primeiro ano do governo Lula], com o registro de 73 assassinatos;
- 1079 ocorrências de conflitos por terra (ações em que há algum tipo de violência – expulsão, despejo, assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte, prisões etc.). É o número mais elevado nos 32 anos de registros da CPT;
- 1295 no total do conjunto dos conflitos por terra (soma de ocorrências, ocupações/retomadas, acampamentos) – média de 3,8 conflitos por dia. Número mais elevado desde 2006;
- 172 conflitos pela água, número mais elevado desde quando a CPT iniciou o registro em separado destes conflitos em 2002;
- 1536 conflitos no campo (soma de conflitos por terra, pela água e trabalhistas) – média de 4,2 conflitos por dia. Número mais elevado desde 2008. (SIQUEIRA, 2017).

Entretanto, se é possível afirmar que “há males que vem para o bem” é possível observar que o agravamento da crise política e econômica da qual o Brasil é refém tem revelado suas contradições e levado, a cada dia que passa, mais pessoas a se envolverem na luta pela terra. Semelhante ao fenômeno da década de 1990, no qual o MST cresceu vertiginosamente em um cenário de crise econômica, as famílias empobrecidas, que ficam novamente sem alternativas, vêm procurando movimentos organizados de luta pela terra na esperança de ter o que comer. Conforme aponta Barrocal (2016) a ampliação do desemprego das cidades e o fim de obras públicas de grande envergadura têm “devolvido” à zona rural os filhos de agricultores familiares.

A luta pela terra e o acesso aos meios para produzir no campo representam apenas uma

das dimensões da resistência camponesa, pois esta:

[...] se processa igualmente em um nível menos perceptível, por outras formas de resistência que dizem respeito às estratégias implementadas pelos camponeses para trabalhar, mesmo em condições tão adversas, e assegurar a reprodução da família. Essa dimensão tem, de fato, menor reconhecimento pela sociedade [...]. (MOTTA; ZARTH, 2008, p. 14).

Aqui, novamente, se reitera a grandeza do desafio da resistência camponesa, que perpassa por diversas dimensões e adversidades, quase sempre não vistas ou reconhecidas pelo conjunto da sociedade. A luta pela terra e a sua conquista é apenas uma dessas várias etapas e formas de resistência.

Procurou-se analisar como as resistências não apenas perpassam o conjunto do campesinato e demais povos do campo no Brasil ao longo de sua história, como também corresponde a uma condição indissociável da sua relação com o sistema sociometabólico do capital no campo. No caso do VPP expresso pelo CCP. A existência deste modo de desenvolvimento para o campo e seus impactos pressupõe e exige a construção e o fortalecimento de um modelo alternativo, de caráter popular.

Os conflitos de modelos completamente distintos de desenvolvimento para o campo e a resistência camponesa gerada no seu interior puderam ser identificadas em seus diversos espaços. De seu âmbito macro, passando no Estado de São Paulo e chegando-se à região do VPP e assentamentos de reforma agrária, viu-se a resistência presente. Esta tem se modificado e se adaptando, para fazer frente as transformações do campo ao longo da história, e para construir uma nova forma de produzir e viver no campo.

O que se observa agora são os novos desafios colocados na atual conjuntura brasileira. A formulação teórica da RAP, construção que passou por intensas e extensas discussões dentro do conjunto das mais de 650 mil de famílias Sem Terra acampadas e assentadas das áreas de reforma agrária em todo Brasil, trás importantes elementos para a continuidade da resistência camponesa frente as rápidas transformações negativas apresentadas pelo atual governo ilegítimo.

Esses elementos de resistência puderam ser observados em detalhes com as ações desenvolvidas pelas famílias camponesas dos Assentamentos Olga Benário e Nova Esperança. Por fim, cabe aqui novamente destacar a força e a capacidade camponesa descritas por Motta e Zarth:

[...] é importante ressaltar a capacidade dos camponeses de formular um projeto de vida, de resistir às circunstâncias nas quais estão inseridos e de construir uma forma de integração à sociedade. Essas são práticas que têm um caráter inovador ou que revelam grande capacidade de adaptação e de conquistas de espaços sociais que lhes são historicamente inacessíveis. [...]. (2008, p. 14).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se, ao longo do presente trabalho, evidenciar as contradições existentes entre dois modelos de desenvolvimento para o campo, que coexistem entre si, mas não de maneira harmônica e não sem um conjunto de contradições inerente a esses modelos. Destaca-se desse conflito as particularidades do VPP e, sob uma nova vista mais acurada, os assentamentos de reforma agrária.

Nesse sentido, procurou-se mostrar no primeiro capítulo a existência e a persistência do conflito social no campo desde a origem do chamado Brasil, em que a disputa da coroa e dos povos (originários ou não) têm resistido à expropriação e violência seculares, que hoje se manifesta, entre outros atores do campo, no campesinato. Tudo isso corresponde, ao fim, a um conflito inevitável e, a princípio, sem perspectivas de mudança. São duas visões de mundo, duas maneiras de compreender o desenvolvimento do campo.

Assim, esmiuçou-se o processo mais contemporâneo de construção do que vimos chamando de modelo hegemônico de desenvolvimento para o campo, o agronegócio, que tem contado, até os dias atuais, com um esforço enorme do Estado brasileiro para sua viabilização e tem como característica a busca irrefreável pelo lucro.

A contradição desse modelo gera em seu interior alternativas. Não são poucas as iniciativas, práticas e modos diferentes de trabalhar a terra, construídas por camponeses, indígenas e quilombolas. Ainda que não sejam homogêneas entre si, essas iniciativas a unidade na negação do modelo do agronegócio e seu sistema sociometabólico destrutivo.

Dentre os modelos analisados no trabalho e que se coloca como uma das mais importantes alternativas ao agronegócio é aquele proposto pelo maior movimento social de luta pela terra da América Latina, o da reforma agrária proposta pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A partir dela procuramos evidenciar o trabalho de luta pela terra que remete à resistência camponesa pelo acesso à terra, à resistência para permanecer nela, e ainda, pela luta em se propor a construir um novo modelo de produção no campo. Esse modelo exige formação e trabalho coletivo para não se deixar levar pelas imposições do modelo hegemônico, ainda que não seja uma tarefa fácil. Demonstramos, com isso, que este modelo alternativo existe, tem resistido e gerado importantes frutos ao longo dos últimos 30 anos.

No segundo capítulo aproxima-se a lente para apresentar como essa conflitualidade toma corpo numa das regiões do Estado de São Paulo e quais as particularidades de seus protagonistas. Inicia-se com a caracterização do processo de constituição e consolidação do CCP no Brasil, de forma mais ampla, até chegar à análise da região do VPP, especialmente como tal presença tem se relacionado com a luta pela terra promovida pelo MST na região.

Aqui, novamente, os conflitos entre modelos são evidenciados, e destacadas as suas particularidades e semelhanças como, por exemplo, o exclusão de camponeses e pequenos agricultores de suas terras pela presença do eucalipto e a resistência camponesa na organização pela conquista da terra e de políticas públicas e proposição de uma nova forma de produzir. Mesmo organizadas, as famílias camponesas encontraram diversos desafios, em particular vindos do estado, para resistir nos assentamentos de reforma agrária.

Demonstra-se, com essas experiências, a fagulha de esperança da proposta de um novo modelo, socialmente justo e economicamente viável, que respeita os tempos da natureza. Ou seja, foi trazida à luz da presente análise como tal construção alternativa se propõe à construção da agroecologia enquanto representante desse novo modelo.

No último capítulo traz-se a pesquisa para a contemporaneidade, tendo como ponto de partida a análise do conjunto de transformações no campo, seja pela expansão do agronegócio seja pela resistência camponesa. Compreende-se que o modelo clássico burguês já não é mais capaz de dar conta dos desafios colocado para o campo e para o conjunto da sociedade, e com isso, uma nova perspectiva de luta e mobilização para consumação do modelo alternativo para o campo é proposta pelo MST: a Reforma Agrária Popular. Esta alternativa apresenta, de forma prática, a produção de alimentos saudáveis, de forma coletiva, com respeito ao meio ambiente e tornando-o acessível para o conjunto da sociedade brasileira. Este é seu fim último.

Importante ressaltar que o avanço dessa alternativa ocorre com o andamento de golpe de estado no país, responsável por destituir uma presidenta legitimamente eleita. E, apoiado pela bancada ruralista e do agronegócio, tem imposto uma série de medidas que retiram direitos dos trabalhadores do campo e da cidade e privilegiam uma casta já abastada, ampliando a desigualdade e os conflitos sociais, com maior intensidade no campo, e criminalizando os movimentos sociais de luta pela terra. Entre os resultados desse processo, identifica-se o retorno aos assentamentos e a produção no campo.

Neste ínterim, mostrou-se como os assentamentos de reforma agrária na região do VPP, em particular os assentamentos Olga Benário, Tremembé/SP, e Nova Esperança, São José dos Campos/SP, têm resistido frente a esse cenário. Procurou-se mostrar como as famílias resistiram e ainda resistem, modificando e adaptando suas maneiras de agir sobre essa situação. Através, entre outros, da organização e da formação, da produção coletiva, da agroecologia e do aumento do diálogo com a sociedade civil.

Evidenciou-se aqui, conforme os relatos dos entrevistados, o processo triplo de resistência camponesa: 1) a resistência para se dispor a lutar e conseguir a tão almejada terra para produzir; 2) a resistência de permanência na luta e os consequentes desafios para de fato acessarem as políticas públicas para o campo; e 3) a resistência na proposição efetiva de um

novo modelo de desenvolvimento para o campo, voltado à construção de novas formas de se relacionar entre os homens e com a natureza. No caso dos assentamentos investigados no VPP essa resistência é representada pela forma de produção dos SAFs.

O processo de resistência no campo pressupõe, conforme viu-se anteriormente, a interconexão desses três elementos supracitados. Além disso, a perspectiva dessa produção nos assentamentos ganha corpo na medida em que, a partir do fortalecimento organizativo, também se avizinha um incremento da articulação de novos espaços de comercialização direta, através de feiras livres de orgânicos/agroecológicos, ampliação dos grupos de consumo consciente, comercialização de espaços de alimentação saudável como o Armazém do Campo, loja da reforma agrária do MST, entre outros.

Fatores como (1) a comprovação da viabilidade de novo modo de produzir; (2) o estímulo ao retorno do trabalho com a terra; (3) a ampliação do trabalho conjunto; (4) a redução da dependência de insumos externos; (5) a maior qualidade e variedade da produção; e (6) a ampliação e conscientização do mercado consumidor sobre alimentação saudável constituem o sucesso dos SAFs e sua ligação com a proposta de construção da RAP.

Esses avanços caminham em paralelo aos retrocessos no campo das políticas públicas para o campo, o que acirra a contradição desse processo e o tamanho do esforço exigido para a resistência voltada à viabilização da sua construção. Se por um lado a implantação de SAFs e a venda direta de produtos orgânicos e agroecológicos avança, por outro, o Estado brasileiro retira sistematicamente recursos de importantes políticas públicas do campo, como é o caso da comercialização através do PAA, que estimulou a organização das cooperativas nos assentamentos até o ano passado.

A RAP é resultado da passagem de uma importante formulação teórica, que por si só já carrega inúmeros méritos e demonstra o grau de acúmulo de conhecimento do campesinato ao longo do tempo, para a sua efetivação prática, dentro das particularidades de cada assentamento de reforma agrária organizado pelo MST. Em seu sentido mais amplo, os desafios que permeiam a construção da RAP correspondem a um trabalho hercúleo, de mesma proporção dos impactos que o agronegócio vem causando ao conjunto dos seres humanos e da própria vida, com seu metabolismo destrutivo, inerente à sua natureza, à sua forma de existir.

O trabalho no VPP ganha corpo em atividades como produção de SAFs em lotes de reforma agrária, mobilizações por direitos, ocupações de terras, audiências públicas, articulações com organizações da cidade, da juventude, partidos políticos, entre outros. Mostrou-se, assim, como o MST na região tem trabalhado a RAP na sua cotidianidade.

Trata-se de um trabalho que exige muita articulação, resistência e diálogo, mas que não deve ser tratado como algo impossível de alcançar. Ao utilizar o conceito de RAP, o MST deixa claro que os problemas enfrentados no campo são muito maiores, muito mais

complexos e muito mais conectados com o planeta e com o conjunto da sociedade do que jamais vivido em qualquer outro período da história.

O cenário que futuro de continuidade da construção da RAP mantém-se com boas perspectivas. Vê-se na região do VPP a ampliação da produção agroecológica por meio dos SAFs, uma importante ferramenta da RAP. O avanço dessa produção é fruto do exemplo pedagógico de assentados que desbravaram esse tipo de produção na região, por meio dos mutirões da Rede Agroflorestral do Vale do Paraíba, e da articulação do MST com diversas forças e espaços na região, “provocando” seus parceiros a respeito da necessidade de se avançar na discussão sobre alimentação saudável.

Apesar de importante, a construção da RAP no VPP ainda não é suficiente. Ela é pouca considerando-se o potencial que possui o MST enquanto movimento social de caráter nacional. Ao propor a construção de um novo modelo de desenvolvimento para o campo, sob bases agroecológicas, enquanto necessidade de sobrevivência não só do campesinato como da própria humanidade, o Movimento se colocou o desafio de fazê-lo avançar nas áreas de reforma agrária que está organizado. Pelo tamanho, presença e capacidade organizativa que possui, as experiências poderiam ser muito maiores e mais articuladas entre si.

Nesse sentido, existem dois importantes desafios colocado ao MST hoje: a comunicação e a formação. A ampliação da comunicação não só para o conjunto da sociedade, mas também para dentro do próprio Movimento. Os camponeses precisam conhecer mais e melhor as diferentes experiências que vêm sendo desenvolvidas nas áreas de reforma agrária. Somente conhecendo-as tem-se a dimensão do verdadeiro potencial e dos desafios para a massificação, para que realmente cumpra o papel de alimentar a população brasileira.

Em relação à formação, é necessário que ela seja um elemento permanente e constante na vida das famílias Sem Terra organizadas no MST. Não deve ser restrita ao trabalho inicial para a conquista da terra, mas estimulada cotidianamente pelas lideranças camponesas. Evidentemente não se trata de uma tarefa simples. Na verdade, exige uma grande disposição de tempo, condição que a militância muitas vezes não possui. O desafio é distribuir as tarefas em mais mãos, em mais pessoas, para que a militância não seja sobrecarregada e única responsável.

Não existem fórmulas prontas, mas, de acordo com as evidências da pesquisa, pode-se afirmar que a RAP tem sido um importante instrumento para a construção de uma sociedade justa, começando pela mudança da matriz produtiva. No campo ela não é a única. Existem outras alternativas que vem sendo construídas por diferentes organizações e movimentos populares que também discordam do agronegócio. Mas importa destacar que a RAP vem trazendo exemplos concretos de mudanças de vida nas áreas de reforma agrária.

Contudo, os avanços e experiências de uma nova maneira de produzir no campo devem ser acompanhadas de perto e ajustadas ao longo do processo. Como já apontava o Antônio Machado em seu poema Cantares<sup>41</sup>: “Caminante no hay camino, se hace camino al andar...”.

---

<sup>41</sup> O poema completo está disponível em: <<https://www.latino-poemas.net/modules/publisher2/article.php?storyid=1115>>.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA (ABRA). Qual é a questão agrária atual? **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 34, n. 2, jul.-dez. 2007.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA (ANCA). **Plantar, colher e comer: a caminho da Segurança Alimentar**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Plantar,%20colher,%20comer%20-%20O%20caminho%20da%20Soberania%20Alimentar%20-%20ANCA,%202007.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

ALENTEJANO, Paulo. Modernização da agricultura. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.). **Dicionário de educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 479-483.

ANDRADE, Simone. **Extinção de órgão mediador de conflitos preocupa movimentos sociais**. Disponível em: <<http://www.canalrural.com.br/noticias/rural-noticias/extincao-orgao-mediador-conflitos-agrarios-preocupa-movimentos-sociais-65440>>. Acesso em: 26 fev. 2017.

ASSEMBLEIA Legislativa apura morte de líder do MST. **Folha de S. Paulo**. [S.l.], 09 out. 2000. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u8653.shtml>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

ASSIS, Carlos Donbosco de. **A Reforma Agrária no Vale do Paraíba**. São Paulo: CPV, 2000.

BARCELOS, Eduardo Álvares da Silva. **O setor (do fomento) florestal no Brasil: (im)pactos, conceitos e sujeitos**. 2009. In: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária e V Simpósio Nacional de Geografia Agrária, ANAIS..., Niterói, 2009.

BARROCAL, André. Com Paulinho da Força, Temer tenta rachar os sem-terra. **Carta Capital**, [S.l.], 26 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/915/com-paulinho-da-forca-temer-tenta-rachar-os-sem-terra>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

BORGES, Lizely. Temer transfere secretarias da reforma agrária e Incra para Casa Civil. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, Brasília, 30 maio 2016a. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/05/30/temer-transfere-secretarias-da-reforma-agraria-e-incra-para-casa-civil.html>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

BORGES, Lizely. Audiência destaca o entrecruzamento entre violência e criminalização de movimentos. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, Brasília, 10 nov. 2016b. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/11/10/audiencia-publica-destaca-o-entrecruzamento-entre-violencia-e-criminalizacao-de-movimentos.html>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

BORGES, André; CASTRO, Fabricio de. Governo finaliza projeto que libera a venda de terras a estrangeiros. **O Estado de S. Paulo**, Brasília, 17 fev. 2017. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,governo-finaliza-projeto-que-libera-a-venda-de-terras-a-estrangeiros,70001669078>>. Acesso em: 26 fev. 2017.

BRAGON, Ranier. Orçamento de Temer corta verba para a reforma agrária. **Folha de S. Paulo**, Brasília, 01 out. 2016. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/10/1818845-orcamento-de-temer-corta-verba-para-reforma-agraria.shtml>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **PA Nova Esperança I: mapa de organização territorial**. São Paulo, 2009. Escala 1:7.000

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **PA Olga Benário: proposta de reserva legal**. São Paulo, 2008. Escala 1:10.000.

BRITTO, Cézár; FREIRE, Paulo. O MST não é organização criminosa. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, [S.l.], 01 nov. 2016. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/11/01/o-mst-nao-e-organizacao-criminosa.html>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

CALABI, Donatella, INDOVINA, Francesco. **Sobre o uso capitalista do território**. São Paulo: USP, 1973. Mimeo.

CARVALHO, Edmundo Carlos de Andrade. **O impacto econômico na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul na região do Estado de São Paulo: sustentabilidade ou crise**. 2008. 152f Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento. Universidade do Vale do Paraíba. São José dos Campos, 2008.

CARVALHO, Horário Martins de. **Na sombra da imaginação (2): a recamponesação no Brasil**. Curitiba, 15 maio 2010. Disponível em: <<http://reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Na%20sombra%20da%20imaginacao%20%20-%20Reflex%C3%A3o%20a%20favor%20dos%20camponeses%20-%20Horacio%20Martins%20de%20Carvalho%20-%202010.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2016.

CARVALHO, Horácio Martins de. **As lutas sociais no campo: modelos de produção em confronto**. In: CALDART, Roseli Salette. ALENTEJANO, Paulo. (Orgs.). MST, universidade e pesquisa. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CARVALHO, Joelson Gonçalves de. **Questão agrária e assentamentos rurais no Estado de São Paulo: o caso da região administrativa de Ribeirão Preto**. 2011. 233f. Tese de Doutorado. Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

CASA DO PATRIMÔNIO DO IPHAN NO VALE DO PARAÍBA. **O Vale do Paraíba**. São Luiz do Paraitinga, 04 nov. 2005. Disponível em: <<https://casadopatrimoniouv.wordpress.com/o-vale-do-paraiba/>>. Acesso em: 06 nov. 2005.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). CPT: Balanço da Reforma Agrária no ano de 2016. **Combate Racismo Ambiental**, [S.l.], 17 jan. 2017. Disponível em: <<http://racismoambiental.net.br/2017/01/17/cpt-balanco-da-reforma-agraria-no-ano-de-2016/>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. São Paulo: T.A.G.,1983.

CANUTO, Antônio et al. (Coord.). **Conflitos no Campo – Brasil 2016**. Goiânia: CPT Nacional, 2016.

COMITE DE DIREITOS HUMANOS DA VIA CAMPESINA BRASIL. **A luta social e a tentativa de criminalização dos movimentos populares**. Cartilha. São Paulo: outubro de

2016.

COMPANHIA DE PROMOÇÃO AGRÍCOLA (CAMPO). Editoriais. **Prodecer**. Disponível em: <<http://www.campo.com.br/proceder/>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL (CONCRAB). **Caderno de Cooperação nº 5: Sistema Cooperativista dos Assentados**. São Paulo: Concrab, 1997.

COORDENAÇÃO DO COMITÊ GOIANO DE DIREITOS HUMANOS DOM TOMÁS BALDUÍNO. **Nota sobre a criminalização do MST: subsídio para a campanha internacional de liberdade aos presos da reforma agrária**. [S.l.], 22 set. 2016. Disponível em: <[http://www.pjmp.org/sites/default/files/anexos\\_noticias/nota\\_sobre\\_a\\_criminalizacao\\_do\\_mst.pdf](http://www.pjmp.org/sites/default/files/anexos_noticias/nota_sobre_a_criminalizacao_do_mst.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2017.

COORDENAÇÃO NACIONAL DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **O papel estratégico da agroecologia para o MST**. In: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. Revista Sem Terra Edição Especial Agroecologia. São Paulo, 2010.

COSTA, Breno. Paulinho da Força no controle da reforma agrária. **The Intercept Brasil**. [S.l.], 14 set. 2016. Disponível em: <<https://theintercept.com/2016/09/14/paulinho-da-forca-no-controle-da-reforma-agraria/>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

DAURA, Sandra Paula. **Análise do setor de celulose e papel na era da globalização: um olhar sobre sua produção e mão-de-obra**. 2004. 227f. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2004.

DELGADO, Guilherme Costa. **A questão agrária e o agronegócio no Brasil**. In: CARTER, Miguel (Org.). Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DELGADO, Nelson Giordano. **Commodities Agrícolas**. In: CALDART, Roseli Salete (org.) Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

DEVIDE, Castro, et al. História Ambiental do Vale do Paraíba Paulista, Brasil. **Revista Biociências**. Taubaté, v. 20, n. 1, p. 12-29, 2014.

DULCI, Luiza. Sobre a liberação da venda de terras para estrangeiros no Brasil. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, [S.l.], 04 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2017/01/04/sobre-a-liberacao-da-venda-de-terras-para-estrangeiros-no-brasil.html>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

ESKINAZI, Bruna Garcia; SOUZA, José Gilberto de. Especialização produtiva e Homogeneização territorial: a monocultura de eucalipto no vale do paraíba paulista e as transformações nas dinâmicas de produção. **Revista Pegada**, v. 14, n. 2, p. 194-211, dezembro. 2013. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/2566/2347>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

FELICIANO, Carlos Alberto. **O movimento camponês rebelde e a geografia da reforma**

**agrária**. 2003. 246f. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: STEDILE, João Pedro (org.). *A Questão Agrária no Brasil: o debate na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo**. 1994. 208f. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta, et al. Um retrato das regiões de pesquisa. **Revista Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 15, n. 1, p. 45-88, 2012. Disponível em: <<http://www.uniara.com.br/arquivos/file/nupedor/revista-retratos/edicoes/retratos-1501-2012.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2015.

FIBRIA CELULOSE S. A. **Novo olhar para o futuro: Relatório 2014**. São Paulo: [s.n.], 2015. Disponível em: <[http://www.fibria.com.br/r2014/RelatorioFibria\\_BR.pdf](http://www.fibria.com.br/r2014/RelatorioFibria_BR.pdf)>. Acesso em: 05 abr. 2015.

FIBRIA CELULOSE S. A. **Apresentação Corporativa**. [S.l.: s.n], [2015]. Disponível em: <[http://fibria.infoinvest.com.br/ptb/6006/Corporativa\\_Mar\\_Port.pdf](http://fibria.infoinvest.com.br/ptb/6006/Corporativa_Mar_Port.pdf)>. Acesso em: 06 abr. 2015.

FIBRIA CELULOSE S. A. Editoriais. **Negócios | Floresta: São Paulo**. Disponível em: <<http://www.fibria.com.br/negocios/floresta/sao-paulo/>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

FREITAS JÚNIOR, Gerson de. **O eucalipto no Vale do Paraíba Paulista: aspectos geográficos e históricos**. 2011. 142f. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). **Eucalipto no Vale do Paraíba, região leste do Estado de São Paulo, está causando graves danos ambientais e êxodo rural**. [S.l.], 2010. In: *Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil*. Disponível em: <<https://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?cod=243>>. Acesso em: 27 out. 2015.

GOMES, Maria de Jesus dos Santos (Coord.). **Horta agroecológica: produzindo alimentos saudáveis para a vida**. Ceará, 2015.

GOMES, Rodrigo. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão quer retomada da reforma agrária no país. **Rede Brasil Atual**. São Paulo, 09 set. 2016. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2016/09/procuradoria-federal-dos-direitos-do-cidadao-quer-retomada-da-reforma-agraria-em-todo-pais-2458.html>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira**

**agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária.** In: STEDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária no Brasil 6: O debate na década de 1990.* São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013. p.163-180

GUHUR, Dominique Michèle Periotto; TONÁ, Nilciney. **Agroecologia.** In: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – SETOR DE EDUCAÇÃO. Boletim da Educação Nº 13 – Alimentação saudável: um direito de todos! Jornada Cultural Nacional. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2015.

HOFFMANN, Rodolfo. **Distribuição da renda e da posse da terra no Brasil.** In: RAMOS, Pedro (Org.). *Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições, e perspectivas.* Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007.

INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ÁRVORES (IBÁ). **Relatório IBÁ 2015.** São Paulo: Studio 113, 2015. Disponível em: <[http://iba.org/images/shared/iba\\_2015.pdf](http://iba.org/images/shared/iba_2015.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006.** Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 1 – Confronto dos resultados dos censos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996 - São Paulo.** [1997]. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995\\_1996/35/d35\\_t01.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/35/d35_t01.shtm)>. Acesso em 09 ago. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006:** Estado de São Paulo. [2007]. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/sp/pesquisa/24/27745>>. Acesso em: 08 ago. 2016.

JUVENAL, Thaís Linhares; MATTOS, René Luiz Grion. **BNDES 50 anos - Histórias Setoriais: O Setor de Celulose e Papel.** 2012. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro\\_setorial/setorial04.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_setorial/setorial04.pdf)>. Acesso em: 27 maio 2016.

JUVENAL, Thaís Linhares; MATTOS, René Luiz Grion. **O Setor de Celulose e Papel.** In: SÃO PAULO, Elizabeth Maria de; KALACHE FILHO, Jorge (Orgs.). *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social 50 anos: histórias setoriais.* 2002. Disponível em: <[https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2665/1/BNDES%2050%20Anos\\_hist%C3%B3rias%20setoriais\\_P.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2665/1/BNDES%2050%20Anos_hist%C3%B3rias%20setoriais_P.pdf)>. Acesso em: 28 maio 2016.

LEÓN, Lucas Pordeus. **Devedores da previdência devem quase três vezes o déficit do setor. Empresa Brasil de Comunicação,** Brasília, 20 fev. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/economia/noticia/2017-02/devedores-da-previdencia-devem-quase-tres-vezes-o-deficit-do-setor>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

MAGALDI, Sérgio Braz. **Ação do Estado e do grande capital na reestruturação da atividade econômica:** o cultivo florestal e a cadeia madeira – celulose/papel. 1991. 425f. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

MARTINS, Adalberto. **Agroecologia: modelo que une alimentos saudáveis e luta por Reforma Agrária**. In: MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Revista Sem Terra Edição Especial Agroecologia. São Paulo, 2010.

MATHEUS, Delwek, **Uma outra concepção de assentamento de reforma agrária: a comuna da terra**. Juiz de Fora: UFJF, 2003.

MAZZOCHIN, Marinez da Silva. **Indústria madeireira mundial e brasileira: o caso Paranaense**. 2010. 202f. Dissertação de Mestrado em Geografia. Departamento de Produção do Espaço e Meio Ambiente. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2010.

MELGAREJO, Leonardo. **Os venenos genéricos do Ministério da Agricultura**. Coluna. 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/02/02/os-venenos-genericos-do-ministerio-da-agricultura/>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

MENOCCHI, Simone. MST ocupa nova fazenda do Grupo Votorantim. **Reporter News**, Tremembé, 21 fev. 2005. Disponível em: <[http://www.reporternews.com.br/noticia/358236/MST\\_ocupa\\_nova\\_fazenda\\_do\\_Grupo\\_Votorantim](http://www.reporternews.com.br/noticia/358236/MST_ocupa_nova_fazenda_do_Grupo_Votorantim)>. Acesso em: 15 jul. 2016.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MIOTTO, Tiago. 2016. **“Cardápio” da bancada ruralista traz venda de terras a estrangeiros como prioridade**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/10/06/cardapio-da-bancada-ruralista-traz-venda-de-terras-a-estrangeiros-como-prioridade.html>>. Acesso em: 26 fev. 2017.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

MORELLI, Luiz Alberto. **A monocultura do eucalipto e a monopolização do território na metade sul do Rio Grande do Sul**. 2011. 210f. Tese de Doutorado em Geografia. Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MOTA, Adir de Almeida. A Questão da Terra no Vale do Paraíba: História de um Assentamento do MST. **Revista Espaço Plural**, v. 12, n. 24, p. 38-50, 2011. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/7231/5307>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. **Formas de resistência camponesa – visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história: concepções de justiça e resistência nos Brasis**, vol 1. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (MPA). Editoriais. **Plano Camponês**. Disponível em: <<https://mpabrasiles.wordpress.com/plano-campones/>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (MPA). **Resoluções e Compromissos do I Congresso do MPA**. São Bernardo do Campo, 16 out. 2015. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B9OkSrCIvhFITXVxnbNiZ0NPZzUyeHJkUnhneWlsRURCbWFz/view>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Caderno de Formação nº 17: Plano Nacional do MST 1989 a 1993.** São Paulo: [s.n.], 1989. Disponível em: <<http://reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Caderno%20de%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%2017.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2016.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **MST: Lutas e Conquistas.** São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2010.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Programa Agrário do MST: Lutar, Construir Reforma Agrária Popular.** São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2014.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **A gente cultiva a terra e ela cultiva a gente: História do MST.** Veranópolis: ITERRA/UFRS, 2015

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Editoriais. **Quem Somos.** Disponível em: <<http://www.mst.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS (MMFT). **A definição de floresta.** [S.l.:s.n.], [2011]. Disponível em: <[http://wrm.org.uy/pt/files/2011/11/Definicao\\_de\\_floresta.pdf](http://wrm.org.uy/pt/files/2011/11/Definicao_de_floresta.pdf)>. Acesso em: 17 ago. 2015.

MOTA, Adir de Almeida. A questão da terra no Vale do Paraíba: história de uma assentamento do MST. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH,** São Paulo, jul. 2011. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312669038\\_ARQUIVO\\_AQUESTAODATERRANOVALEDOPARAIBA.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312669038_ARQUIVO_AQUESTAODATERRANOVALEDOPARAIBA.pdf)>. Acesso em: 11 jan. 2017.

MST invade Prefeitura de Tremembé. **Folha de S. Paulo,** Tremembé, 18 abr. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u63390.shtml>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil.** In: STEDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária no Brasil: o debate na década de 2000.* São Paulo: Expressão Popular, 2013.

OVERBEEK Winfridus; KRÖGER Markus, GERBER Julien-François. **Um panorama das plantações industriais de árvores no Sul global: conflitos, tendências e lutas de resistência.** [S.l.:s.n.], 2012. Disponível em: <[http://wrm.org.uy/oldsite/publicaciones/EJOLT\\_POR.pdf](http://wrm.org.uy/oldsite/publicaciones/EJOLT_POR.pdf)>. Acesso em: 31 ago. 2015

PARQUE VICENTINA ARANHA. **Feira Agroecológica.** Disponível em: <<http://pqvicentinaaranha.org.br/programacao-detalhe/x/42>>. Acesso em: 16 jan. 2017

PEREIRA, Mônica Cox Britto. **Revolução Verde.** In: CALDART, Roseli Salette (org.) *Dicionário da Educação do Campo.* Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PERPETUA, Guilherme Marini. **A mobilidade espacial do capital e da força de trabalho na produção de celulose e papel: um estudo a partir de Três Lagoas (MS).** 2012. 251f. Dissertação de Mestrado em Geografia. Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.

PERPETUA, Guilherme. Marini; THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Monocultivo de árvores e produção de celulose no Sul global e seus desdobramentos para o trabalho e o(s) território(s):** aproximações teórico-empíricas sobre o caso brasileiro. ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013. p.133-152

PETERSEN, Paulo. **Pela recampinização do mundo rural: é onde encontramos raízes das mazelas da sociedade e nele onde encontramos potencial para enfrentá-las.** In: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Revista Sem Terra Edição Especial Agroecologia. São Paulo, 2010.

PLOEG, Jan Douwe van der. **O modo de produção camponês revisitado.** In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

REDE AGROGLORESTAL DO VALE DO PARAÍBA. Editoriais. **Sistemas Agroflorestais e a Rede Agroflorestal do Vale do Paraíba.** 2015. Disponível em: <<http://redeagroflorestalvaledoparaiba.blogspot.com.br/p/editorial.html>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

REDE AGROGLORESTAL DO VALE DO PARAÍBA. **Mutirão agroflorestal no assentamento Nova Esperança I, São José dos Campos – SP.** São José dos Campos, 28 nov. 2013. Disponível em: <[http://redeagroflorestalvaledoparaiba.blogspot.com.br/2013/11/mutirao-agroflorestal-no-assentamento\\_28.html](http://redeagroflorestalvaledoparaiba.blogspot.com.br/2013/11/mutirao-agroflorestal-no-assentamento_28.html)>. Acesso em: 30 jan. 2015.

REDE AGROFLORESTAL DO VALE DO PARAÍBA. **Relato de caso: mutirão agroflorestal no assentamento Olga Benrário.** Tremembé, 20 nov. 2014. Disponível em: <<http://redeagroflorestalvaledoparaiba.blogspot.com.br/2014/11/relatode-caso-mutiraoagroflorestal-no.html>>. Acesso em: 31 jan. 2015.

REDE ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE. **Introdução.** In: GOMES, Helder; OVERBEEK, Winnie (Orgs.). **Aracruz Credo: 40 anos de violações e resistência no ES.** Vitória: Rede Alerta contra o Deserto Verde e Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 2011.

RIEHELMANN, Claudio Collado. **Rururbanização, desenvolvimento e vida: o caso do assentamento Nova Esperança I, do MST, em macrozona de expansão urbana de São José dos Campos –** Perspectivas para o Planejamento Urbano e Regional. 2006. 423f. Dissertação de Planejamento Urbano e Regional. Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento. Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2006.

SAMPAIO, Cristiane. Acórdão do TCU compromete 575 mil famílias assentadas. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, [S.l.], 19 set. 2016. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/09/19/acordao-do-tcu-compromete-575-mil-familias-assentadas.html>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Planejamento e Gestão. **Mesorregião do Vale do Paraíba Paulista.** São Paulo, 30 out. 2015. Disponível em <<http://www.planejamento.sp.gov.br/index.php?id=50&idd=151>>. Acesso em 02 nov. 2015.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. **Caracterização socioeconômica das regiões do estado de São Paulo: Região**

**Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.** São Paulo: [s.n.], 2013.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Distribuição Geográfica de área cultivada e número de produtores, 2007/2008.** São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/mapaculturas/Eucalipto.php>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

SÃO PAULO (Estado). Instituto de Economia Agrícola. **Estatística da Produção Agrícola.** [S.l.], 19 abr. 2017. Disponível em: <[http://ciagri.iea.sp.gov.br/nia1/subjetiva.aspx?cod\\_sis=1&idioma=1](http://ciagri.iea.sp.gov.br/nia1/subjetiva.aspx?cod_sis=1&idioma=1)>. Acesso em: 10 abr. 2017.

SECRETARIA GERAL DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Governo Golpista quer privatizar a previdência social e jogar todo o peso nas costas dos trabalhadores, em especial do campo.** São Paulo: [s.n.], 2017. No prelo.

SEM-TERRA voltam a ocupar fazenda em Tremembé. **O Estado de S. Paulo**, [S.l.], 22 abr. 2003. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,sem-terra-voltam-a-ocupar-fazenda-em-tremembe,20030422p35131>>. Acesso em: 8 jul. 2016

SIQUEIRA, Ruben. O aumento da violência no campo tem a cara do Golpe. **Le Monde Diplomatique Brasil**, [S.l.], 25 maio 2017. Disponível em: <<http://diplomatique.org.br/o-aumento-da-violencia-no-campo-tem-a-cara-do-golpe/>>. Acesso em: 30 maio 2017.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

SORIANO, Rafael. 2017: MST aponta unidade e necessidade de um projeto popular para derrotar o Golpe: entrevista: Alexandre Conceição, membro da coordenação nacional do MST. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, Fortaleza, 27 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2017/01/27/2017-mst-aponta-unidade-e-necessidade-de-um-projeto-popular-para-derrotar-o-golpe.html>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

SUZANO. **Plano de Manejo Florestal UNF-SP 2015.** Disponível em: <<http://www.suzano.com.br/portal/suzano-papel-e-celulose/publicacoes.htm>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

STEDILE, João Pedro. Frente ao Golpe, a Mobilização Popular! **Vermelho Portal**, [S.l.], 4 maio 2016a. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/especiais/noticia/280320-386>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

STEDILE, João Pedro. Dois meses de golpe neoliberal: contra o povo e a democracia. **Brasil de Fato**, São Paulo, 8 jul. 2016b. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/07/08/dois-meses-de-golpe-neoliberal-contra-o-povo-e-a-democracia/>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

STEDILE, João Pedro. Balanço de 2016 para a reforma agrária e o MST. **América Latina em Movimento**, [S.l.], 31 dez. 2016c. Disponível em: <<http://www.alainet.org/es/node/182597>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento.** São Paulo:

Brasiliense, 1986.

TEIXEIRA, Gerson. **I - Dispositivos sobre as Políticas Agrária e Fundiária**. In: TEIXEIRA, Gerson; CARVALHO, Adail. Parecer sobre a Medida Provisória Nº 759, de 2016. Brasília, 15 fev. 2017a. Disponível em: <[https://groups.google.com/group/nippc/attach/da9e0c095eda/MEDIDA%20PROVIS%C3%93RIA%20N%C2%BA%20759%20-%20Parecer%20Conjunto%20Gerson%20e%20Adail%20\(Vers%C3%A3o%20Final%20Revisada\).pdf?part=0.1](https://groups.google.com/group/nippc/attach/da9e0c095eda/MEDIDA%20PROVIS%C3%93RIA%20N%C2%BA%20759%20-%20Parecer%20Conjunto%20Gerson%20e%20Adail%20(Vers%C3%A3o%20Final%20Revisada).pdf?part=0.1)>. Acesso em 13 mar. 2017.

TEIXEIRA, Gerson. **Lei Orçamentária 2017 – Reforma Agrária e Agricultura Familiar – Nota Técnica**. Brasília, 20 jan. 2017b.

TERRA, Maria. Após audiência com o Incra, MST decide pela desocupação temporária da fazenda Guassahy, em SP. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Taubaté, 17 maio 2017. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2017/05/17/apos-audiencia-com-o-incra-mst-decide-pela-desocupacao-temporaria-da-fazenda-guassahy-em-sp.html>>. Acesso em: 20 de maio de 2017.

TEUBAL, Miguel. **O campesinato frente a expansão dos agronegócios na América Latina**. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

THOMAZ JÚNIOR, A. Desenho societal dos sem-terras no Brasil, 500 anos depois”. **Revista da ABRA**, Campinas, n.25, v.28, p.31-46, 2002.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. THOMAZ JÚNIOR, A. A (des)ordem societal e territorial do trabalho. (Os limites para a unificação orgânica). In: MARQUES, M. I. ; OLIVEIRA, A. U. (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa amarela/Paz e Terra, 2004. São Paulo: Laboratório de Geografia Rural, 2004. p.71-85.

THOMAZ JÚNIOR, A. 'Jogo' de cena e poder de classe no Brasil do século XXI. A contra-reforma agrária no governo Lula. **Perspectiva Geográfica**, Cascavel, v. 1, n. 1, p. 9-24, 2005.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Se camponês, se operário! Limites e desafios para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil! In: THOMAZ JÚNIOR, et al. (Orgs.). **Geografia e trabalho no século XXI**, Vol.2, p.135 - 170. Presidente Prudente: Editorial Centelha, 2006.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Novos arranjos territoriais e velhos dilemas para o trabalho no campo, no Brasil, no século XXI. In: OLIVEIRA, M. P.; COELHO, M.C.; CORRÊA, A. M. (Org.). **O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008c. p.256-274.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos)**. 2009. Tese (Livre Docência) – FCT/UNESP. Presidente Prudente, 2009.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Intemperismo do trabalho e as disputas territoriais contemporâneas. **Revista da ANPEGE**, Campinas, v. 7, n. 1, n. esp., p. 307-329, out. 2011.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. A Nova Face do Conflito pela Posse da Terra no Pontal do

Paranapanema (SP): Estratégia de Classe do Latifúndio e do Capital Agroindustrial Canavieiro. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. v. 2. São Paulo: Boitempo, 2013a. p. 325-340.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil. In: NOVAES, H.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. (Org.). **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. (Parte 4 Mundialização, trabalho, gênero e juventude do Campo). São Paulo: Outras Expressões, 2015. p.323-340.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Degradação Sistêmica do Trabalho no Agrohidronegócio. **Mercator**, Fortaleza, v.16, 2017, p.1-20. Disponível: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/2082>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

TRUFFI, Renan. Eliseu Padilha, o senhor das terras. **Carta Capital**, [S.l.], 13 fev. 2017. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/938/eliseu-padilha-o-senhor-das-terras>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

VIA CAMPESINA. **O latifúndio dos Eucaliptos**. Informações básicas sobre as monoculturas de árvores e as indústrias de papel. Rio Grande do Sul: [s.n.], 2006.

VIA CAMPESINA. **Plataforma Política Para a Agricultura Brasileira**. In: STEDILE, João Pedro (Org.) A questão agrária do Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

VIA CAMPESINA. Editoriais. **¿Quién somos? La voz de las campesinas y de los campesinos del mundo**. Disponível em: <<http://viacampesina.org/es/index.php/organizaciainmenu-44>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

WELCH, Clifford Andrew. **Conflitos no campo**. In: CALDART, Roseli Saete et al. (Org.). Dicionário de educação do campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p.143-151.